



esboços

histórias em contextos globais

DOSSIÊ

Virada global: tensões, limites e desafios

2019
janeiro/abril

V. 26
N. 41

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Eunice Sueli Nodari

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v.1, n.1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>
ISSN 1414-722x
E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

CAPES - Portal de Periódicos da Capes

GENAMICS

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE: Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

SUMÁRIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideu, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio G. dos S. Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalcio Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet
Pablo Figueiredo



DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

REVISÃO DE PORTUGUÊS, ESPANHOL E NORMALIZAÇÃO

Adriana Carina Camacho Álvarez – Lectura Traduções

REVISÃO DE INGLÊS

Cláudia Flores Pereira – Lectura Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefones: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: ppghst@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral




PERIÓDICOS E A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMPOS DE PESQUISA

Journals and the emergence of new fields of research

Flávia Florentino Varella

Universidade Federal de Santa Catarina

flavia_varella@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>

EDITORA-CHEFE

Em 1994, surgiu a *Esboços*, com o modesto e engrandecedor propósito de servir como veículo de incentivo às discussões contidas nas dissertações em andamento no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com o sucesso da proposta editorial, a revista foi gradativamente se abrindo para novos horizontes, recebendo contribuições de pesquisadores dos mais diversos lugares e países e passando a ser gerida pelos membros credenciados ao PPGH da UFSC.

Há 24 anos encorajava-se a publicação de textos inacabados como forma de auxiliar os discentes na modelagem da dissertação, estimulando-os a perderem o medo do ensaísmo. Algumas das revistas discentes mais antigas em circulação, como *Em Tempo de Histórias*, da Universidade de Brasília, e *Cantareira*, da Universidade Federal Fluminense, foram fundadas a partir de 2002. Outras mais antigas, como *História Social*, da Universidade Estadual de Campinas, criada em 1994, já não existem mais (MALAQUIAS, 2018, s.p.). Havia na proposta nuances de vanguarda pelo estímulo aos alunos de pós-graduação a gerirem um periódico voltado para as discussões da produção discente.

Por outro lado, o nome escolhido como metáfora representativa das contribuições que a revista publicava mostra o quanto os periódicos brasileiros mudaram nas últimas décadas. Os periódicos científicos tiveram grande expansão em finais do século XIX e início do século XX europeu com a crescente profissionalização da História e a rápida expansão da área, que exigia formas mais ágeis de circulação da informação do que o demorado livro autoral (TESNIÈRE; BOUQUIN, 2014, p. 189; BENTIVOGLIO, 2017, p. 7-10). No contexto brasileiro, a normalização e consolidação dos periódicos são fenômenos que iniciaram entre as décadas de 1980 e 1990, ganhando, nos

últimos anos, o desafio da internacionalização (ALPERIN; ROZEMBLUM, 2017 apud SILVEIRA; BENEDET; SANTILLÁN-ALDANA, 2018, p. 92-93). Nas últimas décadas, portanto, não só os periódicos discentes se avolumaram (tendo, talvez, formado um gueto recentemente por causa da restrição imposta pelo Qualis Periódicos, que limita que cheguem, no máximo, ao estrato B3), como também as revistas tornaram suas práticas editoriais mais profissionais.

De todo modo, a postura filosófica fundadora da *Esboços* mantém-se viva no próprio entendimento do que é um periódico, um produto inacabado surgido das profundas transformações decorrentes da profissionalização verticalizada dos séculos XX e XXI. Em 2018 foram remodelados o foco e escopo da revista para acompanhar a nova área de concentração do PPGH em História Global. No âmbito administrativo, a revista ganhou uma nova estrutura organizacional, o Conselho Executivo, e seus conselheiros foram renovados para melhor expressar a diversidade institucional, regional e global das pesquisas desenvolvidas em sua nova proposta editorial. Aliado a isso, também foi atualizado o projeto gráfico do periódico.

O primeiro número de 2019 da *Esboços* marca mais uma nova fase da revista. Este inclui artigos, na seção livre, de pesquisadores jovens e seniores como representantes das pesquisas desenvolvidas nas mais diversas regiões do Brasil. O número conta ainda com o dossiê “Virada global: tensões, limites e perspectivas”, organizado por Fábio Augusto Morales e Mateus Henrique de Faria Pereira, que busca ser a primeira paragem das discussões guiadas, amplas ou específicas, sobre história global nesse periódico. Além disso, duas resenhas de livros e uma entrevista mostram como a perspectiva global vem sendo articulada em diversos estudos. Em nome da revista, agradeço aos autores por terem escolhido a *Esboços* como meio de divulgação de suas pesquisas; e a todos os pareceristas, que contribuíram com suas leituras para o aprimoramento da qualidade dos textos publicados.

REFERÊNCIAS

BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: BENTIVOGLIO, Julio; ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Milfontes, 2017, p. 7-30.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Revistas discentes de História: espaço de divulgação e formação acadêmica. *Revista Horizontes Históricos* [online], v. 1, n. 1, 2018.

SILVEIRA, Lúcia da; BENEDET, Lara; SANTILLÁN-ALDANA, Julio. Interpretando a internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. *Motrivivência*, v. 30, n. 54, p. 90-110, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p90>. Acesso em: 07 set. 2018.

TESNIÈRE, V.; BOUQUIN, C. Une morphologie de la circulation des savoirs: la revue depuis 1800. *Revue de Synthèse*, v. 135, n. 2-3, p. 175-202, 2014.



esboços

histórias em contextos globais


O CONVITE DA HISTÓRIA GLOBAL

Global history invitation

Fábio Augusto Morales

Universidade Federal de Santa Catarina


fabio.morales@ufsc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9942-5011>

Mateus Henrique de Faria Pereira

Universidade Federal de Ouro Preto

matteuspereira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7489-7365>

ORGANIZADORES

DOSSIÊ

Virada global: tensões, limites e desafios

A juventude, abertura e multiplicidade da história global são *topoi* recorrentes nas apresentações do campo, assim como as ressalvas diante do risco de que se trate apenas de mais uma moda acadêmica. No entanto, a multiplicação dos livros e artigos introdutórios à história global (SACHSENMAIER, 2011; OLSTEIN, 2014; KUNTZ FICKER, 2014; CROSSLEY, 2015; POTTER; SAHA, 2015; MARQUESE; PIMENTA, 2015; CONRAD, 2016; BELICH; DARWIN; FRENZ; WICKHAM, 2016; GARCIA; SOUSA, 2017; SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017; DRAYTON; MOTADEL, 2018), com suas particulares seleções de autores precursores e modelares, aponta para a consolidação da área em um contexto onde a crítica ao chamado “globalismo” também ganha cada vez mais adeptos, espaço e voz no Brasil e no mundo (BORGER, 2018; VILELA, 2019). Mas afinal, o que é a história global? Seria a boa abordagem histórico-global aquela herdeira de Fernand Braudel (1967) ou a tributária de William McNeill (1991)? Ela se definiria pelas macro ou pelas microanálises? Sua ênfase recairia sobre a comparação, a conexão, o cruzamento ou a integração? Seu objeto seria o globo, a globalização ou as globalizações? Há uma história global ou várias?

Diversas abordagens e modos de se fazer história global convivem e/ou competem pela hegemonia. Assim, ao lado de uma renovada *world history*, que procura reconfigurar as narrativas da história do mundo todo (CHRISTIAN, 2014; DUNN; MITCHELL; WARD, 2016; KARRAS; MITCHELL; BENTLEY, 2017), os estudos inspirados nas teorias dos sistemas-mundo (WALLERSTEIN; ROJAS; LEMERT, 2015; KORZENIEWICZ, 2017) e do desenvolvimento desigual e combinado (ANIEVAS; MATIN, 2016; ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015) buscam organizar analiticamente as relações entre diferentes estruturas e macrorregiões, a *big history*, que se propõe integrar a história em contextos espaço-temporais de escala cósmica (CHRISTIAN, 2011; SIMON; BEHMAND; BURKE, 2015), convive com a micro-história global, que demonstra a presença de processos globais em unidades de análise restritas a locais ou mesmo trajetórias individuais (ANDRADE, 2010; SACHSENMAIER, 2018), e com a história conectada, que explora os fluxos e circuitos a partir dos quais dinâmicas são construídas e efetivadas (GRUZINSKI, 2017; SUBRAHMANYAM, 2017), enquanto a história comparada supera as unidades estanques na direção de comparações integradas (POMERANZ, 2000); histórias totalizantes de séculos inteiros (CONRAD; OSTERHAMMEL; IRIYE, 2018; OSTERHAMMEL, 2014) ou de oceanos (ARMITAGE; BASHFORD; SIVASUNDARAM, 2017) convivem com histórias globais do trabalho (HOFMEESTER; LINDEN, 2018) ou da família (MAYNES; WALTNER, 2012). Ao mesmo tempo, os estudos pós-coloniais questionam epistemológica e concretamente a centralidade e/ou o provincianismo da Europa na produção de narrativas e interpretações de alcance planetário (CHAKRABARTY, 2000). As “histórias globais” são múltiplas, seja do ponto de vista dos objetos (a globalização contemporânea, as globalizações ou processos semi- ou subglobais, as redes de integração e a produção de fronteiras, as dialéticas entre o local/global etc), dos diálogos interdisciplinares (com a economia, a antropologia, a sociologia histórica etc) e de suas modalidades (dos diversos métodos comparativos à construção de narrativas singulares ou plurais). Cada abordagem combina-se de modos específicos com outras de acordo com as agendas, trajetórias intelectuais e acadêmicas dos pesquisadores. Categorias compartilhadas, tais como as de “conexão”, “fluxos”, “circuitos”, “integração” e “fronteiras” são reconfiguradas em função de seus múltiplos usos em esquemas interpretativos distintos. O contexto cada vez mais multivocal, marcado pela construção de redes de pesquisa que ultrapassam

as fronteiras dos centros globais, em particular com a incorporação de vozes de historiadores do sul global, amplia a tensão acerca do sentido e da pertinência das “histórias globais” na prática historiográfica contemporânea. Trata-se, pois, de uma arena aberta, em disputa e em construção.

Se a consolidação da história global como campo e/ou abordagem, em sua multiplicidade, indica que não se trata apenas de mais uma moda historiográfica entre tantas, surge a questão dos impactos – reais ou potenciais – de seus debates específicos nos demais campos historiográficos, sejam eles definidos por períodos, objetos, fontes ou abordagens. Para seus proponentes mais otimistas, a incorporação de historiadores de diferentes especializações à história global começa a se constituir como uma “virada global” (BALACHANDRAN, 2017; DRAYTON; MOTADEL, 2018; ROMÁN, 2017). Diante disso, pode-se questionar: os debates do campo da história global têm relevância do ponto de vista dos territórios historiográficos tradicionais? A discussão sobre as conexões históricas e os processos de integração e produção de fronteiras ajuda a repensar os objetos consolidados ou, ainda, ajuda a construir novos objetos nos campos tradicionais?

As respostas a essas questões são tão variadas quanto os praticantes da história global. Mais do que realizar um levantamento das múltiplas formulações do que é ou do que deveria ser o campo, é possível analisar o fenômeno de sua consolidação considerando sua juventude: os “historiadores globais” e algumas comunidades em geral se formaram em espaços consolidados da historiografia e encontram na história global uma possibilidade de renovação dos debates e das abordagens habituais. Nesse sentido, a história global é, ao mesmo tempo, um campo no qual se encontram historiadores oriundos de diferentes contextos acadêmicos e portadores de diferentes agendas intelectuais; e uma abordagem com a qual os historiadores repensam suas agendas e contextos de formação. A proposta deste dossiê é discutir a integração da história global com áreas tradicionais, sejam elas definidas em termos de objeto, abordagem ou escopo. As estratégias dos autores do dossiê foram variadas, demonstrando os múltiplos caminhos pelos quais o problema pode ser explorado. Vejamos com mais detalhe.

Rafael de Bivar Marquese, em seu artigo “A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas”, elabora uma extensa discussão historiográfica das transformações do campo da história da escravidão, em particular nos contextos caribenho, norte-americano e brasileiro, para demonstrar que o diálogo com a história global, longe de se apresentar como uma novidade radical, se dá nos termos da retomada de tradições internas já existentes que ganham força por meio do contato com os debates contemporâneos. Assim, “a história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas” é pensada a partir da recuperação das abordagens comparadas e integradas desenvolvidas em meados do século XX, superando tanto o nacionalismo metodológico que “peculiarizava” as instituições escravistas a cada país, quanto a recusa às análises estruturais em favor de um – segundo o autor – excessivo peso dado à subjetividade dos atores sociais. Favorecendo a leitura da história global como uma abordagem, Marquese sugere a incorporação de diferentes tradições teóricas (a perspectiva do sistema-mundo, a história comparada, o materialismo histórico-dialético) para a construção de uma história integrada da escravidão como fenômeno total, umbilicalmente ligado ao capitalismo histórico.

Carlos Riojas, em seu artigo “Luces y sombras sobre América Latina en una historia global”, discute os lugares reais e potenciais da América Latina tanto nos

principais periódicos quanto em determinadas macronarrativas da história mundial e global. A partir da análise bibliométrica dos números do *Journal of World History* e do *Journal of Global History* nos últimos anos, o autor aponta para a periferização da América Latina como tema dos artigos em vista da hegemonia da Europa e da Ásia. Tal periferização é contraposta à grande quantidade de temas e períodos nos quais a América Latina exerce um papel central em processos de escopo global, tanto no plano material quanto na produção e circulação de saberes tais como: a conquista, colonização e crise das narrativas bíblicas nos séculos XVI e XVII, a reorganização do sistema interestatal na economia mundial e nas concepções da natureza nos séculos XVIII e XIX, o impulso na perspectiva terceiro-mundista e a elaboração da teoria da dependência no século XX etc. Como hipótese, o autor sugere que a periferização se mantém em função de uma transição de “encapsulamentos”: das fronteiras das áreas de estudo, base do tão criticado nacionalismo metodológico, a história global passaria ao anglocentrismo linguístico, cuja agenda de poder e saber manteria o caráter periférico da América Latina. O autor conclui o artigo apontando as possibilidades e os caminhos para a construção de histórias que articulem a história latino-americana a fenômenos globais e vice-versa.

Um exemplo de encapsulamento, agora na perspectiva francesa, é oferecido por João Júlio Gomes dos Santos Júnior em seu artigo “A história política na hora da virada transnacional: novas possibilidades de pesquisa”. A estratégia adotada pelo autor foi a de avaliar até que ponto um dos principais nomes da nova história política, Jean-François Sirinelli, dialoga – ou deixa de dialogar – com a história global. Sirinelli, na recuperação do autor, aponta, em artigo de 2011, para o autocentramento da nova história política francesa das últimas décadas: após a reabilitação da história política por meio da multiplicação dos objetos e abordagens, o campo teria se isolado dos desenvolvimentos das demais ciências humanas e limitado excessivamente seu escopo às fronteiras do Estado nação. Com isso, apontava Sirinelli, perdia-se a perspectiva transnacional ou mundial, fundamental para a compreensão dos fenômenos políticos, em particular no contexto do século XXI. No entanto, como aponta João Júlio dos Santos Júnior, Sirinelli apresenta como solução teórica um retorno ao “jogo de escalas” de Jacques Revel: ignorando os múltiplos desenvolvimentos da história mundial, em particular o de sua matriz norte-americana, e da história global, Sirinelli receitaria o “novo” autocentramento como remédio para o “antigo” autocentramento.

Em síntese, os três artigos do dossiê apresentam a multiplicidade de arranjos construídos pela incorporação da história global nos campos tradicionais e dos campos tradicionais na história global. A história da escravidão atlântica se enriquece no diálogo com a história global, apropriada a partir de estruturas autóctones; a história global periferiza a história da América Latina não mais pelo isolamento metodológico, mas pelo anglocentrismo linguístico e suas agendas; a história política, de matriz francesa, se emparelha com a história global pelo recurso a tradições locais, evitando um entrecruzamento talvez mais transformador. Diferentes campos, variadas combinações. Esperamos, com este dossiê, estimular a reflexão dos pesquisadores e pesquisadoras a respeito dos modos como a história global é apropriada, reforçando seu caráter aberto e essencialmente agonístico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tonio. A Chinese farmer, two African boys, and a warlord: toward a global microhistory. *Journal of World History*, n. 4, p. 573-591, 2010.

ANIEVAS, Alexander; MATIN, Kamran (orgs.). *Historical sociology and world history: uneven and combined development over the longue durée*. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2016.

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the West came to rule: the geopolitical origins of capitalism*. London: Pluto Press, 2015.

ARMITAGE, David; BASHFORD, Alison; SIVASUNDARAM, Sujit (orgs.). *Oceanic histories*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2017.

BALACHANDRAN, G. History after the global turn: perspectives from rim and region. *History Australia*, v. 14, n. 1, p. 6-12, 2 jan. 2017.

BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris (orgs.). *The prospect of global history*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BORGER, Julian. Trump urges world to reject globalism in UN speech that draws mocking laughter. *The Guardian*, 26 set. 2018. US news Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/sep/25/trump-united-nations-general-assembly-speech-globalism-america>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIIIe Siecle)*. Tome I. Paris: Armand Colin, 1967.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2000.

CHRISTIAN, David. *Maps of time: an introduction to big history; with a new preface [to the 2011 edition]*. 1. paperback print., [Nachdr.] ed. Berkeley, Calif.: Univ. of California Press, 2011.

CHRISTIAN, David (org.). *The Cambridge world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. v. 1. Introducing world history, to 10,000 BCE.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CONRAD, Sebastian; OSTERHAMMEL, Jürgen; IRIYE, Akira. *An emerging Modern World: 1750–1870*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?* Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*, v. 13, n. 01, p. 1-21, mar. 2018.

DUNN, Ross E.; MITCHELL, Laura Jane; WARD, Kerry (orgs.). *The New World history: a field guide for teachers and researchers*. Oakland, California: University of California Press, 2016.

GARCIA, Manuel Perez; SOUSA, Lucio De. *Global history and new polycentric approaches: Europe, Asia and the Americas in a World Network System*. 1 edition ed. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

GRUZINSKI, Serge. *La machine à remonter le temps*. Paris: Fayard, 2017.

HOFMEESTER, Karin; LINDEN, Marcel Van der (orgs.). *Handbook the global history of work*. Berlin Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2018.

KARRAS, Alan L.; MITCHELL, Laura Jane; BENTLEY, Jerry H. (orgs.). *Encounters old and new in world history: essays inspired by Jerry H. Bentley*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2017.

KORZENIEWICZ, Roberto Patricio (org.). *The World-system as unit of analysis: past contributions and future advances*. London: Routledge, 2017.

KUNTZ FICKER, Sandra. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds*, 27 mar. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n. 17, p. 30-49, abr. 2015.

MAYNES, Mary Jo; WALTNER, Ann. *The family: a world history*. 1 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MCNEILL, William Hardy. *The rise of the West: a history of the human community, with a retrospective essay*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

OLSTEIN, Diego Adrián. *Thinking history globally*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *The transformation of the world: a global history of the nineteenth century*. Tradução Patrick Camiller. Princeton Oxford: Princeton University Press, 2014.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

POTTER, Simon J.; SAHA, Jonathan. Global History, imperial history and connected histories of empire. *Journal of Colonialism and Colonial History*, v. 16, n. 1, s.p., 2015.

ROMÁN, José Antonio Sánchez. Doing global history: reflections, doubts and commitments. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 30, n. 60, p. 241-252, abr. 2017.

SACHSENMAIER, Dominic. *Global entanglements of a man who never traveled: a seventeenth-century Chinese Christian and his conflicted worlds*. New York: Columbia University Press, 2018.

SACHSENMAIER, Dominic. *Global perspectives on global history: theories and approaches in a connected world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes Dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, v. 23, n. 3, p. 483-502, dez. 2017.

SIMON, Richard B.; BEHMAND, Mojgan; BURKE, Thomas (orgs.). *Teaching big history*. California: University of California Press, 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Europe's India: words, people, empires, 1500–1800*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

VILELA, Pedro Rafael. Ernesto Araújo critica globalismo na política externa do Brasil. *Agência Brasil*, 3 jan. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ernesto-araujo-critica-globalismo-na-politica-externa-do-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel; ROJAS, Carlos Aguirre; LEMERT, Charles C. *Uncertain worlds: world-systems analysis in changing times*. 1 ed. London: Routledge, 2015.

NOTAS

HISTÓRICO

Recebido em: 25 de dezembro de 2018

Aprovado em: 10 de janeiro de 2019





A HISTÓRIA GLOBAL DA ESCRAVIDÃO ATLÂNTICA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

The global history of Atlantic slavery: evaluation and perspectives

Rafael de Bivar Marquese

Universidade de São Paulo
marquese@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5566-3579>

DOSSIÊ

Virada global: tensões, limites e desafios

A HISTÓRIA GLOBAL DA ESCRAVIDÃO ATLÂNTICA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

RESUMO

Neste artigo, parte-se de um levantamento de abordagens sobre a escravidão atlântica com vistas a avaliar a pertinência da história global para o tratamento de determinadas temáticas. Em primeiro lugar, realiza-se um balanço historiográfico rastreando-se trabalhos e abordagens passadas e presentes sobre o tema, produzidos no âmbito da história comparada e, mais recente e explicitamente, da história global, cujas contribuições fornecem subsídios importantes para o campo de nosso interesse. Em seguida, apresentam-se algumas considerações teóricas e metodológicas para fundamentar a construção de uma agenda de pesquisa para a história global que tenha como cerne de suas preocupações a multiplicidade temporal da escravidão atlântica em suas relações com a dinâmica do capitalismo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: História global. Escravidão atlântica. Historiografia.

THE GLOBAL HISTORY OF ATLANTIC SLAVERY: EVALUATION AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

In this article, we start with a survey of the approaches on Atlantic slavery, aiming to assess the relevance of global history when dealing with specific themes. Firstly, a historiographical balance is presented, tracing past and present approaches on the theme produced within the framework of compared history and, more recently and explicitly, of global history, whose contributions provide important subsidies for our field of interest. Next, some theoretical and methodological considerations are presented to support the construction of an agenda of research that has as its core concern the temporal multiplicity of Atlantic slavery in its relation with the dynamics of capitalism.

KEYWORDS: Global history. Atlantic slavery. Historiography.



A discussão atual sobre a história global procura responder, em grande parte, ao distanciamento entre as demandas do tempo presente e a maneira como as experiências humanas vêm sendo narradas, descritas e interpretadas pelas correntes historiográficas dominantes. A reordenação geopolítica e econômica que se seguiu ao término da Guerra Fria, as lutas emancipatórias de diferentes grupos ao redor do planeta, a revolução nas formas de comunicação trazida pela disseminação da internet, a magnitude das crises recentes do capitalismo mundial, os fluxos internacionais de trabalho e de capital e a correspondente tensão entre a abertura e o fechamento de fronteiras são fatores que pressionam para a construção de uma abordagem historiográfica mais abrangente.

Mas essa abrangência não pode ser apenas geográfica ou mascarar conflitos e contradições, sob o risco de se equiparar à já puída ideologia da globalização. Faz-se necessário construir uma perspectiva que seja capaz de contemplar diferentes dimensões temporais e espaciais, variando escalas de observação, articulando estruturas e eventos e evitando, ao mesmo tempo, o etnocentrismo e determinismos de ordens variadas. A questão é como fazer isso sem recair no problema de outras “viradas historiográficas” que surgiram como grandes novidades e acabaram reafirmando sem maiores acréscimos pressupostos, narrativas e conclusões já bem conhecidos. Em resumo, precisamos de mais do que uma bela carta de intenções.¹

Há duas dificuldades básicas a serem superadas. A primeira diz respeito ao fracasso reputado a empreendimentos anteriores de ímpeto semelhante (como a história universal ou a *world history*) em dar conta da multiplicidade de perspectivas, fenômenos e arranjos históricos. A demanda pelo rompimento com o nacionalismo metodológico é antiga. No entanto, os trabalhos realizados com esse fim no passado não foram, em seu conjunto, plenamente satisfatórios quanto ao seu real alcance.² Por isso, parte da desconfiança em torno da história global provém do fato de ela parecer, aos olhos de muitos observadores, um rótulo novo para um perfume velho.

A segunda dificuldade se reporta à existência de definições divergentes a respeito do que seria, efetivamente, a história global. A historiadora mexicana Sandra Kuntz (2014) fez um extenso levantamento de obras historiográficas e de ciências sociais publicadas entre a década de 1960 e o começo do século XXI contendo a palavra “global” no título.³ Ela encontrou seis acepções: história global como uma história mundial onicompreensiva (história do mundo todo em um determinado período); como uma perspectiva mundial (compilações de dados e informações diversas em escala mundial); como estudos sobre o fenômeno da globalização propriamente dita, abordando temas transnacionais (redes, processos, crenças e instituições que transcendem os Estados nacionais); como contexto global (dimensão global como pano de fundo, não como foco central); e como análise de um “mundo” analiticamente

¹ Para uma avaliação crítica da lógica reiterativa das chamadas viradas historiográficas, centrada na virada linguística e cultural, mas igualmente pertinente para a história global, ver Gary Wilder (2012).

² Como ressaltam James Blaut (1993) e Alexander Anievas e Kerem Nisancioglu (2015), entre outros, isto se deveu sobretudo às raízes eurocêntricas e teleológicas desses trabalhos.

³ Para uma pesquisa semelhante à de Kuntz (2014), que chega a resultados muito próximos no que se refere ao mapeamento do campo, mas que difere em sua prescrição sobre como fazer história global, ver Diego Olstein (2015). As obras coletivas de balanço historiográfico estão se multiplicando na mesma velocidade em que a prática da história global se dissemina. Ver, em especial, James Belich, John Darwin, Margret Frenz e Chris Wickham (2016), e Sven Beckert e Dominic Sachsenmaier (2018).

construído. O historiador alemão Sebastian Conrad (2016), por seu turno, e no que pode ser considerado como a melhor síntese disponível sobre as práticas correntes da história global, destaca três variantes ou paradigmas: a mesma história do mundo todo em um determinado período; história das conexões; e uma história baseada em um conceito de integração.

Um caminho possível para evitar o problema que afetou outros *historiographic turns*, superar as dificuldades específicas da história global e, efetivamente, sustentá-la como uma resposta possível à crise de representação mencionada é conferir coesão teórica e metodológica ao campo. Nesses termos, ganham força as últimas acepções identificadas e adotadas por Kuntz e Conrad, que dizem respeito a um determinado nexos histórico de escala abrangente. Kuntz localiza a raiz epistemológica dessa formulação na diferenciação braudeliana entre economia mundial – a soma de todas as práticas econômicas do mundo – e economia-mundo – “um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar-se a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1996, v. 3, p. 12).

Mais do que assinalar o elemento econômico da equação braudeliana, o importante a se ressaltar aqui é o enfoque que pressupõe uma articulação entre diferentes regiões do planeta e que, mesmo não correspondendo à totalidade do globo, nem à totalidade das práticas, nem à totalidade dos tempos, encerra em si uma totalidade no sentido de um todo integrado. Esse tipo de concepção dá lugar a muita confusão quanto a um possível “enrijecimento” analítico resultante da presunção da determinação das partes pelo todo. Conferir um caráter aberto à noção de totalidade permite driblar esse risco. Henri Lefebvre (1955) forneceu há bastante tempo um caminho possível ao contrastar as chamadas totalidades fechadas (conceituadas como acabadas, absolutas, imutáveis) com as totalidades abertas (que pressupõem contradições e movimentos, podendo ganhar contínuos acréscimos analíticos e envolver outras totalidades igualmente abertas). A promessa da história global – eis meu argumento – reside no estudo de totalidades abertas, isto é, de fragmentos do globo integrados por meio de laços diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que assumem uma dada configuração dinâmica e sistêmica.

Neste artigo, a história global será abordada a partir do campo de possibilidades que se descortina em torno de uma dessas totalidades abertas: a escravidão atlântica, isto é, os sistemas de exploração do trabalho escravo africano que foram implantados pelos europeus no Novo Mundo. Em primeiro lugar, realizarei um balanço historiográfico rastreando trabalhos e abordagens passadas e presentes sobre o tema, produzidos nos ramos da história comparada e, mais recente e explicitamente, da história global, cujas contribuições fornecem subsídios importantes para o campo de nosso interesse. Em seguida, apresentarei algumas considerações para fundamentar a construção de uma agenda de pesquisa para a história global que tenha como cerne de suas preocupações a multiplicidade temporal da escravidão atlântica em suas relações com a dinâmica do capitalismo histórico.

Escravidão e história atlântica: tradições historiográficas

Como filha do movimento abolicionista anglo-saxão e francês da virada do século XVIII para o XIX, a historiografia sobre a escravidão moderna foi marcada



desde seu nascimento por uma perspectiva claramente internacionalista. Na medida em que a reprodução da instituição que combatiam operava na escala transnacional dos fluxos negreiros africanos e deitava raízes no mundo clássico, os abolicionistas cedo aprenderam que sua luta demandaria um mergulho na história e um combate para além das fronteiras imperiais que lhes eram contemporâneas. Daí a importância de comparar as particularidades históricas da escravidão em unidades políticas distintas ao longo do tempo. Em 1785, por exemplo, Thomas Clarkson ganhou um prêmio na Universidade de Cambridge ao escrever um tratado em cuja primeira parte historiava as transformações ocorridas na instituição do mundo antigo para o mundo moderno, enquanto, na segunda parte, comparava a escravidão africana em várias colônias europeias do Novo Mundo, procurando demonstrar, com sua obra, como a marcha do progresso humano exigia a abolição da escravidão.⁴ A tal modelo se filiaram as duas primeiras histórias da escravidão produzidas no Brasil. Publicado no contexto dos debates que dariam origem à Lei do Ventre Livre, o livro de Perdigão Malheiro (1976) continha comparações sistemáticas da escravidão brasileira no tempo e no espaço com o objetivo de apreender das experiências passadas e coevas os meios pelos quais seria possível encaminhar politicamente o fim da escravidão no Império do Brasil. Do mesmo modo, a obra máxima do movimento abolicionista brasileiro, a de Joaquim Nabuco (1999), foi travejada a cada passo por uma mirada histórica transnacional como método para identificar a especificidade do problema da escravidão no Brasil.⁵

Contudo, ao se profissionalizarem no século XX, as historiografias nacionais tenderam a abandonar a perspectiva comparativa que inspirara os militantes políticos antiescravistas na centúria anterior. O caso mais significativo dessa inflexão talvez resida nos Estados Unidos. A comparação histórica – notadamente com o Império do Brasil e com o Caribe britânico – fora um aspecto central da produção intelectual do abolicionismo nos estados do Norte (AZEVEDO, 2003; RUGEMER, 2009; SKIDMORE II, 2018). A derrota da Reconstrução Radical, em 1877, e a consolidação da segregação institucionalizada nos estados do Sul, no final do século XIX, impulsionaram não somente a reversão da mirada internacionalista anterior, como também deram ensejo ao aparecimento de uma interpretação profundamente racista do passado escravista norte-americano. A escravidão negra passou a ser conceituada como uma “instituição peculiar” do Sul, afastada das linhas mestras da formação da nacionalidade norte-americana.⁶ A despeito de a conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial e de o nascimento em escala nacional do movimento pelos direitos civis terem levado à erosão da escola de interpretação criada pelo historiador Ulrich Bonnell Phillips, os pressupostos do nacionalismo metodológico persistiram até bem entrada a segunda metade do século XX. Basta lembrarmos do próprio título do principal responsável pela demolição definitiva da historiografia racista que predominara na primeira metade

⁴ O tratado de Clarkson (1804), originalmente escrito em latim, foi publicado em inglês no contexto da retomada da campanha contra o tráfico transatlântico nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Para a gênese da obra, ver Adam Hochschild (2007, p. 116-117) e Christopher L. Brown (2005, p. 377).

⁵ Sobre o comparativismo de Malheiro, ver Santana (2014); sobre o internacionalismo de Nabuco, ver Bethell e Carvalho (2008), Rocha (2009) e Alonso (2010).

⁶ O trabalho referencial desta interpretação é o de Ulrich B. Phillips (1918). Para um balanço pioneiro no qual é demonstrada a aliança Norte-Sul na sua sedimentação, ver Staughton Lynd (2009, p. 135-152).

do século XX, o livro chave de Kenneth Stampp, *The peculiar institution: slavery in the Antebellum South*, publicado em 1956.⁷

Enquanto, nos Estados Unidos, a historiografia da escravidão permanecia presa a uma visão paroquial e nacionalista do fenômeno – e, até meados da década de 1950, abertamente racista –, nas periferias do Novo Mundo produziam-se inovações de peso. Como ressaltaram em diferentes ocasiões Reinhart Koselleck (2014, p. 63-72) e Emília Viotti da Costa (1990, p. 38-45), com frequência a posição de derrotado ou a situação periférica levam o historiador a mirar de forma inovadora o passado. C.L.R. James (2000), ao estudar a revolução escrava de São Domingos em suas múltiplas e contraditórias interfaces com a Revolução Francesa, e Eric Williams (2012), ao investigar as relações também contraditórias entre o complexo escravista atlântico e a ascensão do capital industrial na Inglaterra, jogaram luz de forma pioneira sobre o papel decisivo que a escravidão negra nas Américas desempenhou na gênese do mundo moderno. Assim procedendo, esses dois historiadores negros de Trinidad e Tobago, bebendo no materialismo histórico, abriram caminho não apenas para entender o problema do desenvolvimento desigual na esfera do capitalismo global, mas, igualmente, para compreender como processos históricos desenrolados em diferentes partes do espaço atlântico constituíram uma unidade orgânica, com eventos do Velho Mundo (Europa e Ásia) e do Novo Mundo (Américas) condicionando-se em um jogo de determinações recíprocas.

Paralelamente, sem saberem das obras caribenhas de James e Williams, Gilberto Freyre (1963) e Caio Prado Jr. (1978) lançavam as bases para uma interpretação nova, cosmopolita e comparada do passado escravista brasileiro. Freyre o fez retomando o padrão de cotejamento elaborado no século XIX pelos abolicionistas norte-americanos e pelos defensores da escravidão no Brasil, que contrastaram o caráter aberto da escravidão brasileira ao caráter fechado da escravidão anglo-saxã. Caio Prado Jr., por seu turno, chamou a atenção para o padrão econômico comum de todas as zonas tropicais escravistas do Novo Mundo, apreendidas a partir da categoria de “colônias de exploração”, em um esquema analítico bastante próximo ao proposto por James e Williams e que encontraria desdobramentos de fundo nas formulações posteriores do pensamento econômico cepalino e da teoria da dependência.

Williams e Freyre foram referências centrais para o que é tomado por muitos especialistas como a primeira obra acadêmica explicitamente comparada no campo da escravidão negra nas Américas: o pequeno, porém inovador livro de Frank Tannenbaum, *Slave and citizen*, de 1946. De Eric Williams, Tannenbaum retirou o argumento relativo ao caráter capitalista da escravidão anglo-saxã; de Gilberto Freyre, a percepção de que a escravidão ibérica teria um caráter aberto no que se refere às maiores possibilidades de os escravos obterem a alforria e se inscreverem positivamente nas hierarquias sociais do mundo dos livres. Para além dessas duas apropriações, destacava-se em Tannenbaum o esforço de apreensão conjunta dos sistemas escravistas do Novo Mundo, assim estabelecendo o terreno em que doravante se daria a discussão em perspectiva comparada sobre a escravidão atlântica e, de certo modo, também a escravidão antiga.⁸

⁷ Há vários balanços gerais sobre a historiografia da escravidão norte-americana. Para uma avaliação recente e bastante completa, ver Edward E. Baptist (2016).

⁸ William L. Westermann, colega de Tannenbaum na Universidade de Columbia, participou nos

A contraposição proposta por Tannenbaum entre o sistema escravista ibérico e o anglo-saxão foi importante para Stanley Elkins (1959) questionar, ao lado de Kenneth Stampp, os fundamentos da interpretação racista de Ulrich Phillips sobre o caráter pré-capitalista da escravidão norte-americana. Elkins, no entanto, continuou preso ao nacionalismo metodológico que informara a historiografia norte-americana desde o final do século XIX.

No campo da história comparada, a reação ao modelo de Tannenbaum tomou de empréstimo, novamente, a contribuição da periferia. David Brion Davis (1988, p. 223-261), em seu livro sobre o problema da escravidão na cultura ocidental, afirmou que as distinções entre os sistemas escravistas americanos foram mais de grau do que qualidade; segundo ele, todas as experiências de escravização dos africanos promovidas pelos poderes coloniais europeus nas Américas teriam tido um denominador básico na violência, no racismo e nas restrições de acesso à liberdade. Já o antropólogo Sidney Mintz (1969) argumentou que, para além desse chão comum, as variações entre os sistemas escravistas se deveram às relações distintas, no tempo, que cada espaço escravista americano manteve com a economia mundial e seus respectivos poderes metropolitanos: o que, em um momento, fora um sistema elástico poderia se tornar, em outro, inelástico. Tanto Davis como Mintz se valeram, para reavaliar a contraposição de Tannenbaum, de uma poderosa historiografia brasileira de inspiração marxista e sociológica – inspirada na obra anterior de Eric Williams – que criticara duramente Gilberto Freyre.⁹

Na passagem da década de 1960 para a de 1970, houve um salto qualitativo no debate dentro do campo do marxismo. Eugene Genovese (1983; 1979) apresentou um ambicioso programa de história comparada da escravidão nas Américas que abarcou da formação das classes senhoriais à resistência dos trabalhadores escravizados. No caso específico do primeiro tema, o modelo proposto por Genovese ressaltou, por um lado, o peso do passado nacional de cada um dos poderes coloniais europeus na determinação do caráter burguês ou senhorial das classes proprietárias de escravos de regiões específicas do Novo Mundo e, por outro, os contextos sociais e econômicos imediatos em que esses senhores operaram (taxas de absenteísmo, formação da população escrava, gêneros produzidos, articulações comerciais). Submetidas aos ditames do capital mercantil, porém explorando uma mão de obra que constituía a antítese do modo de produção capitalista – necessariamente fundado no trabalho assalariado –, as classes senhoriais americanas teriam, segundo Genovese, vivido sob um regime de dualidade integrada, na qual a face interior e arcaica da escravidão negra se integrou, via mercado mundial, à face exterior e moderna do capitalismo global (GENOVESE; FOX-GENOVESE, 1983).

seminários que deram origem a *Slave and citizen*. Moses Finley – ainda empregando seu nome de batismo, Finklestein, que abandonaria após ser perseguido pelo macartismo e exilar-se na Inglaterra – acompanhou essas discussões como orientando de Westermann. Possivelmente, a distinção canônica que Moses Finley (1968) apresentaria duas décadas depois, diferenciando as sociedades com escravos das sociedades genuinamente escravistas, tenha se originado nos seminários que estiveram na gênese de *Slave and citizen*. Esta, contudo, é uma hipótese a ser investigada.

⁹ As referências que serviram diretamente a Davis e Mintz são Otávio Ianni (1962), Fernando Henrique Cardoso (1962), Emília Viotti da Costa (1989), além da monografia clássica de Stanley Stein (1990) sobre Vassouras, inspirada diretamente em Caio Prado Jr. Para os vínculos dos três primeiros com a obra de Eric Williams, ver Marquese (2012).

Tal elaboração teórica encontraria um desdobramento mais completo na obra dos historiadores brasileiros Ciro Flamarion Santana Cardoso (1973; 1979) e Jacob Gorender (2010), que, a partir de uma vasta mirada comparada, elaboraram o conceito de modo de produção escravista colonial. No ambiente historiográfico brasileiro, o contraponto a tal modelo foi apresentado por um seguidor próximo de Eric Williams, Fernando Novais, que combinou a perspectiva analítica do historiador caribenho sobre as relações contraditórias entre capitalismo e escravidão com as formulações dependentistas sobre as relações entre centro e periferia do sistema mundial (NOVAIS, 1979). No final da década de 1970, as antinomias desses dois modelos – o do modo de produção escravista colonial e o do antigo sistema colonial – foram criticadas por cientistas sociais brasileiros que apontaram a ausência de sentido em contrapor abstratamente as categorias da produção e da circulação. Ao invés de conceituar as relações entre escravidão (colonial) e capitalismo (metropolitano) como uma dualidade integrada via mercado mundial, essa alternativa crítica propunha analisar substantivamente os momentos distintos mas necessariamente articulados da produção e da circulação como uma “unidade contraditória” na qual colônia e metrópole obedeciam a uma mesma lógica de acumulação do capital (CARVALHO FRANCO, 1984; CASTRO, 1980; MARQUESE; SALLES, 2016, p. 102-103).

Essa historiografia de inspiração marxista das décadas de 1960 e 1970, que, malgrado suas divergências, teve no exame do problema das relações entre capitalismo e escravidão o cerne de suas preocupações, compartilhou alguns pontos em comum, notadamente a visão abrangente e hemisférica da instituição escravista. Em razão mesmo do objeto que investigaram – a escravidão africana nas colônias europeias do Novo Mundo –, muitos desses trabalhos romperam com o nacionalismo metodológico e enfatizaram a comparação e a integração de espaços apartados, dois dos aspectos que estão reconhecidamente no coração da proposta atual da história global.

Depois da década de 1970, contudo, houve um certo refluxo na prática da história comparada da escravidão negra nas Américas, em que pesem trabalhos pontuais que continuaram a ser publicados nos anos seguintes (KLEIN, 1988; KOLCHIN, 1987). Da mesma forma, o cosmopolitismo que marcara a obra de C.R.L. James e Eric Williams, autores capazes de examinar em um quadro integrado todos os poderes coloniais europeus que operaram no espaço caribenho,¹⁰ não foi seguido pela historiografia que tratou do problema da escravidão na era das revoluções. Com efeito, o amplo debate gerado pela segunda tese de Williams – a consolidação do capitalismo industrial como força impulsionadora crucial para o movimento antiescravista – passou a ser travado com as lentes voltadas exclusivamente para o universo anglo-saxão (ANSTEY, 1975; BENDER, 1992; DAVIS, 1999 [1975]; DRESCHER, 1977). No livro em que Seymour Drescher (1987) se esforçou para analisar o abolicionismo britânico em um contexto mais amplo, a mirada comparada foi muito pontual, empregada apenas para reforçar o caráter singular e normativo da trajetória da Grã-Bretanha. Ao examinar o crescimento econômico do Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX, fundado no tráfico negreiro da era industrial e a contrapelo da pressão britânica, David Eltis (1987) acabou por tratar aqueles dois espaços como o papel em branco sobre o qual, no fim das contas, a Grã-Bretanha escrevera sua história. Seria necessário esperar

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a obra tardia de Williams (1984).

o primeiro volume de Robin Blackburn, de 1988, para ver reatada a abordagem integrada das relações contraditórias entre escravidão e capitalismo nos universos francês e britânico, a marca de nascença do trabalho conjunto de Williams e James.¹¹ Uma observação semelhante vale para a primeira tese de Williams, a de que foram os capitais gerados pelo sistema escravista atlântico que financiaram a Revolução Industrial: até o aparecimento do livro do economista nigeriano Joseph Inikori (2002), publicado já no século XXI, todo o debate girou em torno das relações entre as colônias britânicas e sua economia metropolitana.¹²

O relativo abandono das perspectivas comparadas, entretanto, não significou estagnação para a historiografia sobre a escravidão negra. Na década de 1970, ao mesmo tempo em que reforçava o nacionalismo metodológico, a historiografia norte-americana experimentou uma transformação quantitativa e qualitativa que a converteu no principal polo mundial de inovação teórica e metodológica nos estudos sobre a matéria. Primeiro, no campo da história econômica: o *locus* por excelência da revolução cliométrica, que estabeleceu os parâmetros básicos para a abordagem neoclássica do passado econômico das sociedades humanas e que ainda hoje é hegemônica na academia anglo-saxã (tendo lhe rendido inclusive um Prêmio Nobel de Economia em 1993), foi exatamente o estudo da escravidão oitocentista. Segundo, no campo da história social: a escrita da história vista da perspectiva escrava e praticada por meio de uma aliança estreita com a antropologia se enraizou primeiramente nos Estados Unidos, espalhando-se, de lá, para os outros quadrantes das Américas. Esse duplo movimento de renovação, no entanto, acabou por estimular – muito em razão de seu próprio sucesso – uma cisão crescente entre a história social e a história econômica nos estudos sobre a escravidão norte-americana, resguardadas por suas respectivas comunidades de praticantes como dois campos que caminhariam em linhas estritamente paralelas, jamais convergentes.¹³

O que se passou na academia estadunidense na década de 1970 teve, nas duas décadas seguintes, impacto direto sobre a academia brasileira, que então dava início ao arranque que a levaria a atingir sua pujança atual. Para além do hiato entre história social e econômica que acabo de assinalar, a aproximação crescente entre as agendas teóricas e metodológicas prevaletentes no meio norte-americano e no meio brasileiro produziu um segundo efeito sobre nossa historiografia, cujas origens, evidentemente, não se encontram apenas nesse movimento de convergência. Trata-se do abandono das perspectivas de análise abrangentes, fundado no argumento de que, sendo demasiado “estruturalistas”, olvidariam a capacidade volitiva do sujeito histórico subalterno, isto é, sua capacidade de moldar por conta própria seu destino. A cliometria poucos frutos rendeu no Brasil. A resposta prioritária da historiografia

¹¹ Veja-se, a propósito, a tese de doutorado que Eric Williams (2015) defendeu em 1938 na Universidade de Oxford e que, apenas muito recentemente, foi publicada em livro pela primeira vez. Para um esclarecedor ensaio sobre as distinções entre tese de doutorado e livro, ver Brandon (2017).

¹² Para uma boa síntese da discussão, ver Barbara Solow e Stanley Engerman (1987). Para manifestações mais atuais do debate, que tem rendido enorme fortuna crítica, ver, em especial, Kenneth Pomeranz (2000) e Ronald Findlay e Kevin O'Rourke (2007).

¹³ A principal referência da cliometria, evidentemente, é Fogel e Engerman (1974). As principais obras que marcaram o campo da história social foram as de John Blassingame (1972), Eugene Genovese (1974), Herbert Gutman (1976) e Sidney Mintz e Richard Price (2003 [1992]). Para uma recente avaliação crítica desta cisão, ver Dale Tomich (2016).

brasileira consistiu em mergulhar no exame denso dos sujeitos escravizados e de sua visão de mundo, construções culturais, estratégias familiares e padrões de resistência em estudos bastante circunscritos no tempo e no espaço. Nesse sentido, ao aporte da história social anglo-saxã somou-se a contribuição da micro-história italiana. No meio desse caminho, a compreensão da escravidão como uma relação social total, como um sistema histórico, acabou por ser abandonada, e o nacionalismo metodológico voltou a reinar.¹⁴

Em uma nova cisão, exatamente na década de 1970, algumas vozes na academia norte-americana estavam se levantando contra o paroquialismo embebido no nacionalismo metodológico prevalecente. Foi nesse terreno que ganhou força a proposta original da chamada “história atlântica”, com dois grandes polos irradiadores. O primeiro foi o Programa de História da África elaborado na Universidade de Wisconsin por Philip Curtin e Jan Vansina. Mirando o espaço atlântico a partir da África, essa foi a origem de obras referenciais – como a do próprio Curtin (1969) ou as de Joseph Miller (1987) e Paul Lovejoy (2002) – sobre a escravidão africana em suas interfaces com as demandas do Novo Mundo. O segundo foi o Programa em História e Cultura Atlântica que Jack Greene construiu e dirigiu na Universidade de Johns Hopkins com o propósito explícito de inscrever a história norte-americana em quadros de análise mais amplos, não nacionais (GREENE; MORGAN, 2008, p. 3). No âmbito deste segundo programa, foram elaborados trabalhos que marcaram fortemente o campo, como os dos antropólogos Richard Price e Sidney Mintz (PRICE, 1983; 1990; MINTZ, 1974; 1986; MINTZ; PRICE, 2003) e os dos historiadores Franklin Knight (1978), John Russell-Wood (2005; 2014) e Philip Morgan (1998).

Tanto o programa de Wisconsin como o de Johns Hopkins reconheceram, nas obras pretéritas de C.L.R. James e Eric Williams, um ponto de partida radical para o que implementaram institucionalmente ao longo da década de 1970. Quando, na primeira década do século XXI, alguns programas de pós-graduação no Brasil voltaram seus olhares para a história atlântica norte-americana como uma saída para o nacionalismo metodológico em que a historiografia da escravidão local havia se colocado, as afinidades eletivas pretéritas existentes entre os historiadores marxistas caribenhos e o pensamento social brasileiro de viés estrutural e cosmopolita passaram relativamente despercebidas.¹⁵ É nesta disjunção que se encontra a força do trabalho de Luiz Felipe de Alencastro (2000), de todo seu poder explicativo, que trouxe ao encontro da virada africanista e atlantista norte-americana as tradições anteriores do pensamento historiográfico e social brasileiro, fundadas em uma combinação particular de marxismo e Escola dos *Annales*.

Voltamos ao problema crucial das “viradas” nas ciências humanas, com o qual iniciei minha exposição. Não foi apenas no Brasil que se romperam os fios de poderosas

¹⁴ Para avaliações críticas que embasam estas observações, ver Diana Berman (2003); Rafael Marquese (2013); e Rafael Marquese e Ricardo Salles (2016). Para uma visão divergente, ver Angela de Castro Gomes (2004). Sobre os poucos trabalhos inspirados pela cliometria, ver a síntese de Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes (1980); sobre o aporte da micro-história italiana combinado com a história social anglo-saxã, ver Sidney Chalhoub (1990) e Hebe Mattos (1993).

¹⁵ Para trabalhos de fôlego produzidos no Brasil no campo da história atlântica da escravidão negra no contexto aqui tratado, ver, entre muitos outros, Manolo Florentino (1995), Flávio dos Santos Gomes (1995), Roquinaldo Ferreira (1999), Robert W. Slenes (1999), Luiz Geraldo Silva (2001), João José Reis (2003), Jaime Rodrigues (2005) e Beatriz Mamigonian (2017).

tradições intelectuais progressas. Veja-se a chamada “nova história do capitalismo e da escravidão” nos Estados Unidos, que tem adquirido notável ressonância nos últimos anos. Os livros que vêm sendo publicados sob essa ótica se destacam justamente pelo esforço de religar a história social à história econômica ao mesmo tempo em que levam seriamente em consideração os problemas colocados pela virada linguística e pela perspectiva pós-colonial (JOHNSON, 2013; BAPTIST, 2014; ROCKMAN, 2009; BECKERT; ROCKMAN, 2016). Com isso, os historiadores associados a tal vertente se inscrevem explicitamente nas trilhas abertas por James e Williams, reconhecendo-os como os “pais fundadores” da matéria. Todavia, salvo uma ou outra exceção – como os livros de Sven Beckert (2014) sobre a história global do algodão ou o de Daniel B. Rood (2017) sobre tecnologia e escravidão em Cuba e na Virgínia –, os trabalhos até agora publicados se ressentem do mesmo procedimento que marcou as discussões sobre a primeira tese de Williams, a saber, o olhar voltado exclusivamente para o universo anglo-saxão – no caso, a trajetória nacional dos Estados Unidos. Observação semelhante vale para os trabalhos altamente meritórios que, ainda dentro dessa perspectiva, têm procurado inscrever a política escravista norte-americana nos quadros da geopolítica global do século XIX. Até agora, o exame tem sido feito por meio da análise da projeção do poder norte-americano sobre as demais unidades políticas atlânticas com as quais lidou, sem levar-se em consideração a natureza das respostas locais nem em que medida elas teriam modificado as diretrizes que emanavam dos Estados Unidos.¹⁶

Para escapar dos riscos da reiteração do nacionalismo metodológico embutidos em abordagens como a que acabei de mencionar, a historiografia sobre a escravidão atlântica tem abraçado com força crescente as promessas da história global. Dentro de uma pluralidade de esforços relativamente desconexos entre si, é possível identificar três eixos gerais em torno dos quais as ações têm se concentrado.

O primeiro incide na revisão dos modelos de tratamento da escravidão global construídos a partir do trabalho pioneiro de Moses I. Finley (1968; 1991), dentre os quais o mais relevante é, sem dúvida, o de Orlando Patterson. A partir de um importante livro sobre a sociologia da escravidão na Jamaica (PATTERSON, 1969), ele empreendeu um vasto estudo comparado da escravidão ao longo da história humana, propondo um modelo geral para compreender a instituição independentemente do tempo e do espaço. De fato, seu objetivo foi identificar, descrever e explicar os componentes invariantes da relação escravista. Trata-se de uma obra matricial, obrigatória para todos os que pesquisam o objeto, seja no mundo antigo ou no mundo moderno, por explorar as várias dimensões da escravidão como uma instituição social total (PATTERSON, 2004). *Slavery and social death*, contudo, costuma causar arrepios em muitos historiadores pelo emprego sem rodeios de uma sociologia funcionalista anistórica.

Um exemplo paradigmático de tal recepção negativa pode ser lido no ensaio crítico de Vicent Brown (2009).¹⁷ Outro exemplo: o artigo que serviu de abertura para o

¹⁶ Sobre a produção norte-americana acerca da geopolítica do século XIX, ver Gregory P. Downs e Kate Mansur (2015); Mathew Karp (2016); e Steve Hahn (2016). Para um contraponto brasileiro para esta historiografia, ver Rafael Marquese e Tâmis Parron (2016), Tâmis Parron (2015) e Leonardo Marques (2016). Para outro exemplo, de um historiador italiano radicado na Irlanda, ver Enrico Dal Lago (2013).

¹⁷ Ver, também, uma coletânea recente (BODEL; SCHEIDEL, 2017) na qual são explorados, a partir de múltiplos estudos de caso, os limites e as eventuais potencialidades do modelo de Patterson.

mais novo periódico especializado em escravidão, *The Journal of Global Slavery*. Para seu autor, o classicista Kostas Vlassopoulos (2016), a saída para enfrentar a tarefa de se escrever a história global da escravidão evitando-se os problemas colocados pelo modelo sociológico de Patterson consistiria em abraçar uma perspectiva radicalmente histórica de tratamento do fenômeno, enfatizando suas múltiplas variações no tempo e no espaço. O que Vlassopoulos nos oferece como programa de investigação, todavia, é simplesmente uma classificação tipológica da multiplicidade de empregos de escravos. Sua história global da escravidão equivale tão somente ao estudo da instituição ao longo de toda a história humana.

Não é por acaso que Vlassopoulos toma como paradigma positivo o último livro de Joseph Miller (2012), onde o autor propõe a análise não da escravidão como uma instituição social (algo que Miller entende ser uma abstração), mas da escravização como estratégia histórica. O problema é que essa perspectiva acaba caindo no próprio desvio que se propõe a corrigir, isto é, a perda da historicidade, já que, nela, a escravização aparece como algo quase que imanente à humanidade, que ganharia forma por meio de competições variadas em torno da distribuição de recursos. Além disso, ao adotar a visão que os contemporâneos tinham do que estavam fazendo como a única porta de entrada legítima ao estudo do passado, Miller descarta por completo a possibilidade da identificação analítica de coerências e dinâmicas parcial ou inteiramente imperceptíveis aos olhos dos sujeitos históricos. Em definitivo, as propostas de análise global da escravidão contidas na sociologia funcionalista de Patterson e no historicismo radical de Miller convergem em um aspecto crucial, qual seja a anulação do tempo histórico na análise concreta do passado escravista.¹⁸

O segundo eixo de análise da história global da escravidão que tem adquirido força nos últimos anos faz parte do que vem sendo chamado de “história global do trabalho”. Tal proposta se destaca por descentrar as histórias canônicas das classes trabalhadoras, voltadas exclusivamente ao estudo do operariado branco, assalariado e industrial dos países centrais e sempre escritas a partir de bases nacionais. Essa produção revisionista tem demonstrando grande dinamismo. Um de seus pontos de partida foi o provocativo livro de Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2000) sobre o proletariado atlântico na era moderna, e seu manifesto programático mais acabado, a coletânea de ensaios de Marcel Van Der Linden (2013). Tanto em um caso como em outro, um dos propósitos centrais apresentados pelos historiadores em tela foi o de examinar as modalidades compulsórias de trabalho mobilizadas globalmente pelo capital – entre elas, a escravidão negra nas Américas – ao lado de outras formas de trabalho livre, autônomo ou assalariado, rural ou urbano. Após inventariar as múltiplas formas de trabalho à disposição do capital, Van Der Linden salienta que seu ponto de convergência consiste justamente na constante produção e reiteração de uma “heteronomia institucionalizada dos trabalhadores subalternos”. No que se refere à investigação concreta dessa heteronomia, e malgrado a advertência de que “não deveríamos estudar separadamente os diferentes tipos de trabalhadores subalternos,

¹⁸ Paul Lovejoy (2013) formula crítica semelhante a de Miller. Para críticas aos fundamentos do historicismo anistórico radical que embasa a visão de história de Miller, ver Esteve Morera (1990) e José Antonio Piqueras (2016). Para outro livro recente de história global da escravidão que se enquadra nos marcos assinalados neste parágrafo, ver Olivier Grenouilleau (2014). O volume editado por Enrico Dal Lago e Constantina Katsari (2008) reúne contribuições de Patterson, Miller, Grenouilleau e outros historiadores que compararam a escravidão antiga e a moderna a partir de recortes pontuais.

levando em conta, o tanto quanto possível, as ligações existentes entre eles” (VAN DER LINDEN, 2013, p. 42-43), o que se oferece ao leitor, novamente, é uma classificação tipológica, em escala global, das formas de trabalho exploradas pelas distintas classes capitalistas nacionais e imperiais. No caso específico da abordagem da escravidão, não será sem surpresa que um leitor brasileiro associará a exposição tipológica e atemporal das variáveis que conformavam tal relação de trabalho às formulações mais duras do conceito de modo de produção escravista colonial.

Nas discussões sobre as propostas de Patterson e Miller, o conceito de capitalismo não é levado em conta como um constructo heurístico capaz de iluminar as variações históricas da escravidão negra das Américas. Para a história global do trabalho, o conceito é crucial, porém a historicidade das relações entre as forças capitalistas e as diversas formas de trabalho compulsório e livre que elas empregaram ao longo do tempo tampouco é tratada de forma detida.

O terceiro e último eixo a ser nomeado neste balanço tem por alvo central justamente o exame das múltiplas temporalidades da escravidão atlântica em suas relações com o capitalismo histórico. Esta é uma das características distintivas da obra de Robin Blackburn (1997; 2011), que, por meio das categorias “escravidão barroca” (séculos XVI ao XVIII), “escravidão moderna” (século XVIII) e “nova escravidão”, do século XIX, tem chamado a atenção para as descontinuidades estruturais das várias idades do trabalho compulsório dos africanos e de seus descententes no Novo Mundo. Blackburn escora seu argumento na tradição crítica da historiografia de fundo marxista que trabalhou as articulações entre capitalismo e escravidão, mas a renova ao historicizar a instituição do cativo, isto é, ao salientar que, sob o manto de uma aparente continuidade temporal, é possível identificar constelações de relações históricas substantivas e globais transformando e sendo transformadas pelo capitalismo mercantil e, posteriormente, pelo capitalismo industrial. Para conceituar a novidade da escravidão oitocentista, Blackburn se vale do modelo de Dale Tomich (2011) acerca da “segunda escravidão”, que aponta como os arranques escravistas de Brasil, Cuba e Estados Unidos no século XIX romperam com as estruturas históricas da escravidão colonial que lhes precederam, inaugurando, assim, uma nova temporalidade estritamente ajustada às forças globais da economia de livre mercado construída sobre as bases do capitalismo industrial. Ao mesmo tempo em que Tomich recorreu às mesmas tradições historiográficas que serviram de base para Blackburn, a elas acrescentou a contribuição decisiva da perspectiva analítica do sistema-mundo.

No Brasil, os trabalhos de Blackburn e Tomich inspiraram a formulação sobre as estruturas históricas do escravismo do sistema atlântico ibérico e do sistema atlântico do noroeste europeu como dois estratos de tempo distintos, porém inter-relacionados, do longo século XVIII, cujas construções se articularam aos ciclos sistêmicos de acumulação do capital identificados originalmente por Giovanni Arrighi (MARQUESE; PARRON; BERBEL, 2016). Será em torno do programa deste terceiro eixo que, enfim, introduzirei uma proposta para a escrita da história global da escravidão atlântica.

Escravidão atlântica, capitalismo histórico e história global

O arranjo assumido pela economia global na virada do século XX para o século XXI desmontou a projeção de que o capitalismo evoluiria rumo à plena proletarização e a uma consequente oposição absoluta entre detentores dos meios de produção



e trabalhadores livres assalariados. Afora a crescente flexibilização nos arranjos clássicos do trabalho industrial – no que economistas e sociólogos têm chamado de “crise global do trabalho assalariado” (McMICHAEL, 1999) –, são incontáveis as mercadorias em circulação na economia global que, em um momento ou em outro de seu circuito mercantil, são produzidas a partir da exploração de indivíduos que não dispõem livremente de sua força de trabalho. Múltiplos arranjos laborais com diferentes graus de liberdade e compulsoriedade se integram ao redor do planeta, e ninguém contesta a sua ligação com o sistema capitalista. A consequência lógica disso é a relativização das afirmações de que a forma do trabalho assalariado seria o componente definidor por excelência do modo de produção capitalista e de que a Revolução Industrial britânica seria seu marco inicial.¹⁹

Tal constatação forneceu, há mais de 40 anos, o ponto de partida da perspectiva analítica do sistema-mundo, que, como se sabe, foi tributária da conceituação braudeliana sobre a economia-mundo capitalista e sobre a pluralidade dos tempos históricos (BRAUDEL, 1983; 1996). Immanuel Wallerstein (1974; 1980; 1989; 2001 [1995]) oferece uma definição que, se parte de Braudel, traz uma novidade importante ao equiparar a gênese de uma economia-mundo (a capitalista), em uma região específica do globo (a Europa Ocidental), à gênese do moderno sistema mundial. No cerne da definição do capitalismo histórico de Wallerstein – a orientação racional à maximização do lucro por meio da mercantilização generalizada de processos (de troca, de produção, de distribuição e de investimento), ou, em outras palavras, a busca incessante da acumulação pela acumulação – estão contidos dois argumentos espaciais. Primeiro argumento: o capitalismo não se formou primeiro na Europa e depois se expandiu pelo mundo; antes, ele se formou em seu próprio processo de expansão espacial, isto é, na constituição de uma economia-mundo. Segundo argumento: o trabalho livre sempre foi um elemento crucial do capitalismo, mas seu emprego tendeu a ser dominante apenas nas regiões centrais, que contavam com maior estoque de recursos e menor interferência externa; e onde os trabalhadores tinham maiores condições de organização. Já nas regiões periféricas, normalmente dedicadas à produção de matérias-primas e de itens agrícolas que demandavam mão de obra de baixa especialização, houve maiores oportunidades para a utilização do trabalho semiproletário ou compulsório, como foi o caso da escravidão. A eventual baixa produtividade individual era compensada, então, pela quantidade de produção ao longo do tempo e pela facilidade de alocação em regiões de difícil acesso ou pouco atrativas. O capitalismo histórico não tenderia à generalização absoluta da forma de trabalho assalariado, produzindo, em seu movimento global de expansão espacial, uma complementaridade entre diferentes modos de controle do trabalho.

A perspectiva de Wallerstein é bastante sugestiva para a escrita da história global do trabalho escravo na medida em que nos permite pensar mais diretamente a combinação variável de formas de exploração da mão de obra (assalariamento, servidão por contrato, meação, colonato, escravidão e assim por diante) como um traço essencial do capitalismo.²⁰ Seu modelo, no entanto, peca por um esquematismo

¹⁹ As formulações pioneiras de Giovanni Arrighi (1996; 2008) no sentido sumariado neste parágrafo receberam largo desenvolvimento nos trabalhos mais recentes de Geoffrey Ingham (2008), Wolfgang Streeck (2016) e Jürgen Kocka (2016).

²⁰ É o que aponta com bastante pertinência Marcel Van Der Linden (2013, p. 313-352).

algo rígido na conceituação da divisão internacional do trabalho e por um padrão explicativo no qual o todo (o sistema-mundo) sobredetermina as partes (centros, semiperiferias, periferias). Além do mais, sua análise do capitalismo histórico pouco histórica é, haja vista que o capitalismo – para além da mutação geográfica dos espaços dominantes e dominados – pouco ou nada teria mudado do século XVI aos dias atuais. O modelo é notavelmente falho em incorporar uma explicação adequada para a profunda ruptura trazida pela Revolução Industrial (TOMICH, 2011, p. 32-36; MINTZ, 2003, p. 117-145; STERN, 1987).

Giovanni Arrighi (1996), ao se reaproximar de Braudel casando-o com uma leitura inspirada de Marx, imprimiu forte dinâmica à perspectiva analítica do sistema-mundo. Sua análise do capitalismo histórico se volta para sua flexibilidade e alternância inerentes, nas quais o capital financeiro ocupa papel central na busca incessante do lucro. Seu modelo chama a atenção para os múltiplos estratos de tempo do capital. Teria havido, na história do capitalismo, diferentes estruturas de longa duração, articuladas, porém, à longuíssima duração ditada pela lógica unitária da acumulação pela acumulação. Tais estruturas de longa duração são apreendidas por meio do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, cada um dos quais envolve padrões específicos de organização da empresa capitalista (o que permite a Arrighi analisar, por exemplo, as especificidades da era de monopólios estatais do mercantilismo, da Revolução Industrial ou da flexibilização produtiva pós-fordista), distintas áreas geográficas de produção e circulação de mercadorias e capitais (“espaços-de-fluxo não territoriais”) e diferentes poderes políticos em confronto (“espaços-de-lugares nacionais”). As estruturas de longa duração dos ciclos sistêmicos de acumulação são conceituadas, em resumo, como totalidades abertas. E, se Arrighi pouco espaço deu em suas investigações para as demais totalidades abertas dos mundos do trabalho nos espaços ultramarinos americanos, seu modelo nos fornece uma entrada poderosa para tanto.

Todas essas observações incidem diretamente sobre a historiografia da escravidão atlântica. Como mencionamos acima, os trabalhos de Eric Williams têm encontrado uma boa fortuna crítica nas pesquisas da chamada “nova história do capitalismo e da escravidão”. Ainda assim, alguns problemas persistem no campo. Os autores dessa corrente raramente definem o que entendem por capitalismo. E, ainda que sejam analisadas suas conexões pontuais, via de regra, capitalismo e escravidão são tomados como fenômenos exteriores entre si, apreendidos fundamentalmente em bases nacionais. Falta a incorporação do ponto de fuga da perspectiva analítica do sistema-mundo, sob cujas lentes o capitalismo, apesar de assumir contornos nacionais ou regionais, só pode ser plenamente entendido em termos de sua globalidade. Trata-se de um fenômeno internacionalmente integrado, de uma economia-mundo. O seu nexos é a criação de mecanismos geradores de formas permanentes e ilimitadas de geração de lucro e acumulação. Trata-se igualmente de um sistema maleável, historicamente mutável, que compreende amplos movimentos de deslocamentos espaciais, de expansões e de reordenamentos materiais e financeiros. Nesta chave, não há sentido em diferenciar as esferas da produção e da circulação como polos analíticos privilegiados e excludentes. O capitalismo histórico se desenrola em ambas, com taxas variadas de intensidade e de retorno conforme o tempo e o espaço. Sua viabilidade é garantida pela mobilização de aparatos institucionais e coercitivos (sistemas políticos, regras jurídicas, normas de conduta etc.) e pelo recurso a modalidades variadas de exploração do trabalho que, por sua vez, são reconfiguradas

permanentemente pela dinâmica da correlação social de forças. Por essa razão, tais formas não se apresentam como simples relações mecânicas entre exploradores e explorados, mas, antes, configuram formações sociais específicas, complexas e não menos dinâmicas (TOMICH, 2011, p. 53-79).

Assim como a economia de mercado e o próprio capital, a escravidão preexistiu e pôde se constituir independentemente do desenvolvimento do capitalismo histórico, o que lança luz ao fato de ela também ser uma instituição atravessada por múltiplos estratos de tempo e, portanto, prenhe de história. Afirmá-lo não significa repisar os estudos globais da escravidão citados anteriormente, que, no mais das vezes, se resumem a demonstrar que ela se manifestou de modo diverso no tempo e no espaço. Significa, pelo contrário, investigar sistematicamente os diferentes ritmos temporais presentes em cada configuração histórica da escravidão, ou seja, o permanente jogo das estruturas e dos eventos que reiteraram e transformaram tais modalidades. Ao fazê-lo, os diversos sistemas escravistas identificáveis ao longo da história poderão ser efetivamente conceituados como totalidades abertas, contraditórias e em permanente movimento.

Para a escrita da história global da escravidão atlântica, entendê-la como tal, em permanente relação com a totalidade aberta do capitalismo histórico, parece ser um caminho promissor. A construção da economia-mundo capitalista a partir do longo século XVI teve como um de seus elementos basilares a escravização dos africanos. Desse momento em diante, a escravidão atlântica assumiu arranjos específicos em tempos plurais, mantendo-se até o final do século XIX como força indissociável do capitalismo histórico. Em suma, ao investigador interessado na história global desse objeto cabe observar, descrever e explicar como os múltiplos estratos de tempo da escravidão atlântica se relacionaram aos múltiplos estratos de tempo do capitalismo histórico.²¹

Para encerrar, cabem algumas observações sobre o método comparativo. Sebastian Conrad (2016) chamou a atenção para o fato de que a história global demanda algo mais do que comparar e conectar, na medida em que tais procedimentos pouco inovam em relação ao que já se fazia antes. Vimos como a perspectiva comparada é bastante antiga no campo de estudos da escravidão. Após um refluxo decorrente da crítica ao paradigma de Tannenbaum, observa-se atualmente uma retomada de estudos comparados. Em sua maior parte, os trabalhos pretendem observar o campo de possibilidades de atuação dos sujeitos escravizados ou libertos em diferentes jurisdições, combinando história social e micro-história (GROSS; DE LA FUENTE, 2013; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010; SCOTT; HÉBRARD, 2014). As áreas comparadas, contudo, são tomadas como unidades estanques, faltando uma perspectiva teórica que abarque a escala estrutural e a pluralidade dos tempos históricos. As conclusões ficam limitadas à demarcação de estratégias adotadas e à narração das proezas das vítimas do cativo com vistas a vencerem as dificuldades para a sua mobilidade. Dificilmente é superada a escala dos indivíduos e analisada a relação dialética entre trajetórias e conquistas individuais e a dinâmica que envolve a reprodução do sistema de escravidão, muito menos suas relações com o capitalismo histórico.

²¹ O conceito de estrato de tempo com o qual se opera aqui está fundado em Reinhart Koselleck (2014).

A proposta das histórias conectadas surgiu como uma alternativa à comparação histórica, vista pelos proponentes da nova abordagem como demasiado rígida e mais atenta à contraposição do que aos fluxos, às ligações, aos movimentos, às aproximações, quando não representou – os termos são de Sanjay Subrahmanyam (1997) – “uma ressurgência insidiosa do etnocentrismo”.²² Recentemente, Serge Gruzinski (2016), um dos grandes promotores das histórias conectadas, manifestou-se favoravelmente ao desenvolvimento da história global, o que, em sua letra, aparece como um possível prolongamento das histórias conectadas.

Novamente, creio que devemos ir mais além, por duas razões. Primeiro, as histórias conectadas produzem com frequência narrativas que menoscabam a assimetria entre indivíduos, grupos e países. A despeito de certo empenho em contrário dos adeptos das histórias conectadas, especialmente no campo da história cultural, salta aos olhos mais um panorama de equivalências e reciprocidades do que de processos de dominação e exploração. Segundo, uma conexão pode deixar transparecer influências, pressões e reações sem esclarecer propriamente a integração. É possível, por exemplo, conectar a política antiescravista da Grã-Bretanha à abolição do tráfico no Brasil expondo-se as motivações britânicas, as ações voltadas para a consumação daquele fim e a forma como o governo imperial brasileiro acabou com o infame comércio sem necessariamente examinar a unidade do processo para além da interação direta entre aqueles países, isto é, a transformação estrutural em escala global envolvida nesse processo.

Uma alternativa advém da proposta sistematizada há quase três décadas por Philip McMichael (1990). Em um inspirador artigo, esse sociólogo mostrou como as concepções globais de mudança social vão de encontro aos métodos comparativos usuais (formais), que simplesmente identificam semelhanças e diferenças entre fenômenos que apresentam certa analogia essencial entre si. Necessita-se, segundo McMichael, de uma *comparação incorporada* que leve em consideração, em escala global, multiplicidades e singularidades, diacronias e sincronias. Nessa abordagem, o todo é, antes de mais nada, uma construção metódica obtida pela análise integrada das partes. Ao invés de uma premissa teórica ou empírica, a totalidade seria resultado de um procedimento analítico (tal é o mundo analiticamente construído de que nos fala Sandra Kuntz, citada na abertura deste artigo). Philip McMichael contrasta sua proposta de *comparação incorporada* tanto com a *comparação abrangente* de Charles Tilly (1984) quanto com a perspectiva de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein porque estas considerariam a interconexão sistêmica entre experiências, mas explicariam similitudes e divergências entre elas como consequências de suas relações com o todo. O resultado, no fim das contas, acabaria sendo a criação de um campo mecânico de determinações que projetaria um modelo preconcebido sobre a história, deixando escapar boa parte de sua dinâmica e de suas particularidades. Em vez de presumir o governo das partes pelo todo, busca-se, na *comparação incorporada*, capturar as interconexões sistêmicas globais em sua fluidez tendo em vista o mútuo condicionamento entre partes e todo.

Mais recentemente, a geógrafa Gillian Hart (2016) buscou avançar em relação ao método descrito por McMichael com uma modalidade que denomina *comparação relacional*. Dos acréscimos trazidos pela autora, é possível referendar dois: a recusa

²² Ver, também, Serge Gruzinski (2003).

da separação convencional entre tempo e espaço (tomando-se explicitamente tempo e espaço como uma unidade histórica plural, tal como o Atlântico, por exemplo); e a inclusão da dimensão da vida cotidiana como um aspecto essencial da análise (ponto importante para a articulação entre evento e estrutura, entre micro e macroanálise). Mas também é possível efetuar aqui uma certa inversão do terceiro acréscimo de Hart. Ela incluiu em sua proposta o método *regressivo-progressivo* de Henri Lefebvre,²³ bastante sugestivo e operacional, porém mais afeito ao campo da geografia do que ao da história. Por abarcar diretamente a questão da totalização histórica, creio identificar, para a história global, maior pertinência heurística no método *progressivo-regressivo* de Jean-Paul Sartre (1978), que, partindo da proposição de Lefebvre, supõe um permanente “*vaivém*” entre o geral e o particular, entre o concreto e o abstrato, entre a estrutura e o evento, entre os fluxos gerais da história e a esfera da biografia, tomada como produtora e produto de seu tempo.

Em vez de substituir o método de McMichael por uma nova denominação, talvez a *comparação incorporada* deva ser considerada tal como o enfoque que ela enseja, isto é, um repertório aberto, passível de adequações e sofisticções para a consecução de seu escopo. Ela é pertinente para a história global da escravidão atlântica, pois faculta o estudo dos múltiplos tempos da escravidão, do desenvolvimento sincrônico de arranjos distintos, de sua combinação local e transnacional com outras modalidades de exploração do trabalho e de sua integração com os múltiplos estratos de tempo do capitalismo. Ao invés de serem tratadas como externas e independentes umas das outras, as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada. Prestando-se atenção às múltiplas mediações entre a economia e a política mundial e às condições locais (nas quais sobressalta a agência dos sujeitos históricos), tornar-se-á viável examinar como regiões apartadas espacialmente se condicionaram mutuamente ao longo do tempo em um processo simultaneamente desigual e combinado e que, ao se desenrolar, alterou em ritmos distintos as condições de reprodução do todo (a economia mundial e o sistema de Estados) e das partes (as regiões produtoras e as unidades políticas que as compunham).

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, p. 55-70, 2010.

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem. *How the west came to rule: the geopolitical origins of capitalism*. London: Pluto Press, 2015.

ANSTEY, Roger. *The Atlantic slave trade and British abolition, 1760-1810*. New Jersey: Humanities Press, 1975.

²³ Passo 1: observação participante no local de pesquisa; passo 2: análise da realidade descrita com um esforço de datação; passo 3: estudos das modificações da estrutura datada ao longo do tempo.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996 [1994].

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008 [2007].

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

BAPTIST, Edward E. *The half has never been told: slavery and the making of American capitalism*. New York: Basic Books, 2014.

BAPTIST, Edward E. Seres humanos escravizados como sinédoque histórica: imaginando o futuro dos Estados Unidos a partir de seu passado. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 261-319.

BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. New York: Knopf, 2014.

BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth (orgs.). *Slavery's capitalism: a new history of American economic development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (orgs.). *Global history, globally: research and practice around the World*. London: Bloomsbury, 2018.

BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKMAN, Chris (eds.). *The prospect of global history*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BENDER, Thomas (org.). *The antislavery debate: capitalism and abolitionism as a problem in historical interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1992.

BERMAN, Diana. *A produção do novo e do velho na historiografia brasileira: debates sobre a escravidão*. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de (orgs.). *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BLACKBURN, Robin. *The overthrow of colonial slavery*. London: Verso, 1988.

BLACKBURN, Robin. *The making of New World slavery: from the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London: Verso, 1997.

BLACKBURN, Robin. *The American crucible: slavery, emancipation and human rights*. London: Verso, 2011.

BLASSINGAME, John W. *Slave community: plantation life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1972.

BLAUT, J. M. *The colonizer's model of the World: geographical diffusionism and Eurocentric history*. London: The Guildord Press, 1993.

BODEL, John; SCHEIDEL, Walter (orgs.). *On human bondage: after slavery and social death*. Chichester: Wiley Blackwell, 2017.

BRANDON, Pepijn. From Williams's thesis to Williams thesis: an anti-Colonial trajectory. *International Review of Social History*, v. 62, n. 2, p. 305-327, August 2017.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1966]. 2 v.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979]. 3 v,

BROWN, Christopher Leslie. *Moral capital: foundations of British abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

BROWN, Vincent. Social death and political life in the study of slavery. *American Historical Review*, v. 114, n. 5, p. 1231-1249, Dec. 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. El modo de producción esclavista colonial en América. *Cuadernos de Pasado y Presente*, v. 12, n. 40, p. 193-242, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p.145-193.

CASTRO, Antonio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.

CASTRO GOMES, Angela de. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, n. 34, p.157-186, julho-dezembro 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLARKSON, Thomas. *An essay on the slavery and commerce of the human species, particularly the African*. Philadelphia: Nathaniel Wiley, 1804.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1966].

COSTA, Emília Viotti da. A invenção do iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella: Edusp, 1990, p. 31-45.

CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: Wisconsin University Press, 1969.

DALLAGO, Enrico. *William Lloyd Garrison and Giuseppe Mazzini: abolition, democracy, and radical reform*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2013.

DALLAGO, Enrico; KATSARI, Constantina (eds.). *Slave systems: Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in Western culture*. New York: Oxford University Press, 1988 [1966].

DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*. Oxford: Oxford University Press, 1999 [1975].

DOWNS, Gregory P.; MANSUR, Kate (orgs.). *The World the Civil War made*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

DRESCHER, Seymour. *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

DRESCHER, Seymour. *Capitalism and antislavery: British Mobilization in comparative perspective*. New York: Oxford University Press, 1987.

ELKINS, Stanley. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin H. *Power and plenty: trade, war and the world economy in the Second Millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

FINLEY, Moses I. Slavery. In: SILLS, David L.; MERTON, Robert K. (eds.). *International encyclopedia of the social sciences*. New York: Macmillan, 1968, v. 13, p. 307-313.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna* Rio de Janeiro: Graal, 1991 [1980].

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. *Time on the cross: the economics of American negro slavery*. Boston: Little, Brown and Co., 1974.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Brasília: Ed. UnB, 1963 [1933].

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979 [1969].

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983 [1979].

GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made*. New York: Vintage, 1974.

GENOVESE, Eugene; FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Fruits of merchant capital*. New York: Oxford University Press, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010 [1978].

GREENE, Jack; MORGAN, Philip (orgs.). *Atlantic history: a critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GRENOUILLEAU, Olivier. *Qu'est-ce que l'esclavage?: une histoire globale*. Paris: Gallimard, 2014.

GROSS, Ariela; DE LA FUENTE, Alejandro. Slaves, free blacks, and race in the legal regimes of Cuba, Louisiana and Virginia: a comparison. *North Carolina Law Review*, v. 91, n. 5, p. 1699-1756, 2013.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 321-342, dez. 2003.

GRUZINSKI, Serge, How to be a global historian, *Public Books*, May 15, 2016. Disponível em: <http://www.publicbooks.org/how-to-be-a-global-historian/> Acesso em: 01 set. 2018.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New Yoirk: Pantheon Books, 1976.

HAHN, Steven. *A nation without borders: the United States and its World in an Age of Civil Wars, 1830-1910*. New York: Penguin, 2016.

HART, Gillian. Relational comparison revisited: marxist postcolonial geographies in practice. *Progress in Human Geography*, n. 1, p. 1-24, 2016.

HOCHSCHILD, Adam. *Enterrem as correntes: profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

INGHAM, Geoffrey. *Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2008.

INIKORI, Joseph E. *Africans and the Industrial Revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros: Touissant L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000 [1938].

JOHNSON, Walter. *River of dark dreams: slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2013.

KARP, Matthew. *This vast Southern Empire: slaveholders and the helm of American foreign policy*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 2016.

KLEIN, Herbert. *A escravidão africana na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1986].



KNIGHT, Franklin W. *The Caribbean: the genesis of a fragmented nationalism*. New York: Oxford University Press, 1978.

KOCKA, Jürgen. *Capitalism: a short history*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

KOLCHIN, Peter. *Unfree labor: American slavery and Russian serfdom*. Cambridge, Ma: Belknap Press, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014 [2000].

KUNTZ FICKER, Sandra. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>. Acesso em: 07 fev. 2018.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les Sciences Sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v.18, p. 55-77, Jan./Juin 1955.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1982].

LOVEJOY, Paul. Review – The Problem of Slavery as History: a Global Approach. *The American Historical Review*, v. 118, n. 1, p. 148-149, February 2013.

LYND, Staughton. *Class conflict, slavery, and the United State Constitution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MALHEIRO, Agostinho Rodrigues Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976 [1866-1867]. 2 v.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven: Yale University Press, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. Prefácio. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & escravidão*. Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-23.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, v. 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis; BERBEL, Márcia. *Slavery and politics: Brazil and Cuba, 1790-1850*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. International proslavery: the politics of the second slavery. In: TOMICH, D. (org.) *The politics of the second slavery*. Albany: SUNY Press, 2016, p. 25-56.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

McMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a World-Historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, jun. 1990.

McMICHAEL, Philip. The global crisis of wage-labor. *Studies in Political Economy*, v. 58, p. 11-40, Spring 1999.

MELLO, Pedro Carvalho de; SLENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 89-122.

MILLER, Joseph. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison: Wisconsin University Press, 1987.

MILLER, Joseph. *The problem of slavery as history: a global approach*. New Haven: Yale University Press, 2012.

MINTZ, Sidney. Slavery and emergent capitalisms. In: FONER, Laura; GENOVESE, Eugene (orgs.) *Slavery in the New World: a reader in comparative perspective*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969, p. 27-37.

MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

MINTZ, Sidney. *Sweetness and power: the place of sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1986.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed.UFPE, 2003.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas-Universidade Cândido Mendes, 2003 [1992].

MORGAN, Philip. *Slave counterpoint: black culture in the Eighteen-Century Chesapeake and Lowcountry*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

MORERA, Esteve. *Gramsci's historicism: a realist interpretation*. London: Routledge, 1990.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 [1883].

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. New York: Palgrave MacMillan, 2015.



PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PATTERSON, Orlando. *The sociology of slavery: an analysis of the origins, development and structure of Negro slave society in Jamaica*. London: Associated University Presses, 1969.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2004 [1982].

PIQUERAS, José Antonio. *La esclavitud en las Españas: un lazo transatlántico*. Madrid: Catarata, 2011.

PIQUERAS, José Antonio. The return to the *Casa de Vivienda* and the *Barracón*: the terms of social action in slave plantations. In: TOMICH, D. (org.). *The politics of the second slavery*. Albany: State University of New York Press, 2016, p. 83-111.

PHILLIPS, Ulrich B. *American Negro slavery: a survey of the supply, employment and control of Negro labor as determined by the plantation regime*. New York: D. Appleton and Company, 1918.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: China, Europe, and the making of the Modern World economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1978 [1942].

PRICE, Richard. *First Time: the historical vision of an Africa-American people*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

PRICE, Richard. *Alabi's World*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcus. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Ed. Unesp: Brazilian Business School, 2009.

ROCKMAN, Seth. *Scraping by: wage labor, slavery, and survival in early Baltimore*. Baltimore: The University of Johns Hopkins Press, 2009.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROOD, Daniel B. *The reinvention of Atlantic slavery: technology, labor, race, and capitalism in the Greater Caribbean*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

RUGEMER, Edward B. *The problem of emancipation: the Caribbean roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009.



RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1982].

RUSSELL-WOOD, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

SACO, José Antonio. *Historia de la esclavitud desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*. Paris: Impr. Lahure, 1875-1877. 3 v.

SACO, José Antonio. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países Américo-Hispanos*. Barcelona: Impr. de Jaime Jesús, 1879.

SANTANA, Rogério Barreto. *Perdigão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil, 1863-1871*. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo / A Imaginação / Questão de Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1957].

SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean. *Freedom Papers: an Atlantic Odissey in the Age of Emancipation*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, v. 144, p. 107-49, 1º semestre de 2001.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SKIDMORE II, William. A milder type of bondage: Brazilian slavery and race relations in the eyes of American abolitionists, 1812-1888. *Slavery & Abolition*, v. 39, p. 147-168, 2018.

SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stanley (orgs.). *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

STAMPP, Kenneth. *The peculiar institution: slavery in the Antebellum South*. New York: Knopf, 1956.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro de Grande Lavoura, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1957].

STERN, Steve J. Feudalismo, capitalismo y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 49, n. 3, p. 3-58, 1987.

STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end?: essays on a failing system*. London: Verso, 2016.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, vol. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

TANNENBAUM, Frank. *El negro en las Américas: esclavo y ciudadano*. (Buenos Aires: Paidós, 1968 [1946]).

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e a economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011 [2004].

TOMICH, Dale. A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 55-97.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013 [2008].

VLASSOPOULOS, Kostas. Does Slavery have a history?: the consequences of a global approach. *Journal of Global Slavery*, v. 1, p. 5-27, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the second era of Great Expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*. New York: Academic Press, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. São Paulo: Contraponto, 2001 [1995].

WILDER, Gary. From optic to topic: the foreclosure effect of historiographic turns. *The American Historical Review*, v. 117, n. 3, p. 723-745, June 2012.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944].

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: the history of Caribbean*. New York: Vintage Books, 1984 [1970].

WILLIAMS, Eric. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Albany: SUNY Press, 2015.

NOTAS

Rafael de Bivar Marquese. Doutor. Professor Titular, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. Av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária, 05508-000, São Paulo, SP, Brasil.

Como citar: MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.



ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo foi composto originalmente como Prova de Erudição para concurso de Professor Titular em História e Historiografia, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, março de 2018.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Bolsa de Produtividade 1-D, Processo 303340/2015-0.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço os comentários de Alain El Youssef, Leonardo Marques, Ricardo Salles, Dale Tomich e João Paulo Garrido Pimenta, bem como aos demais colegas pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi/USP) que discutiram este artigo em um seminário interno. Cabe agradecer especialmente as muitas conversas sobre esses assuntos que tenho mantido com Waldomiro Lourenço da Silva Jr., sem as quais o artigo não teria alcançado seu formato final.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 20 de setembro de 2018

Aprovado em: 10 de dezembro de 2018






LUCES Y SOMBRAS SOBRE AMÉRICA LATINA EN UNA HISTORIA GLOBAL

Light and shadow on Latin America in a global history

Carlos Riojas

Universidad de Guadalajara
criojas@cucea.udg.mx

 <https://orcid.org/0000-0003-3657-6004>

DOSSIÊ

Virada global: tensões, limites e desafios

LUCES Y SOMBRAS SOBRE AMÉRICA LATINA EN UNA HISTORIA GLOBAL

RESUMEN

Tras haberse realizado una actualización bibliométrica del número de artículos publicados sobre América Latina como tema principal de estudio en las revistas *Journal of World History* y *Journal of Global History*, se ratifica que existe una *periferización* del continente. El objetivo del presente artículo es cuestionar si lo anterior es un fenómeno cuantitativo o si existen algunas excepciones al respecto; es decir, ¿cuáles son los factores institucionales que subyacen a ese fenómeno? La exposición se divide en tres partes. Primero, se detallan los hallazgos relacionados con la actualización bibliométrica; luego, se exponen cuatro ejemplos donde el papel de América Latina es relevante en narraciones influyentes que se conectan con la historia global; por último, se exponen algunos factores con los que se intenta explicar la naturaleza de esas manifestaciones, lo que arroja un panorama de luces y sombras sobre América Latina en las interpretaciones de historia global.

PALABRAS CLAVE: América Latina. Historia global. Periferia.

LIGHT AND SHADOW ON LATIN AMERICA IN A GLOBAL HISTORY

ABSTRACT

After a bibliometric update of the number of articles published on Latin America as the main topic of study in the *Journal of World History* and *Journal of Global History*, it was ratified that there is a *peripheralization* of the continent. The objective of this article is to question whether this is a quantitative phenomenon or if there are exceptions in this regard; that is, what are the institutional factors that underlie this phenomenon? The exposition is divided in three parts. First, the findings related to the bibliometric update are detailed; then, four examples in which the role of Latin America is relevant in influential narratives that connect with global history are presented; finally, some factors that try to explain the nature of these manifestations are shown, displaying a panorama of lights and shadows on Latin America in the interpretations of global history.

KEYWORDS: Latin America. Global History. Periphery.



Il y a partout des zones où l'histoire mondiale ne se répercute guère, des zones de silence, d'ignorance tranquille (BRAUDEL, 1979, p. 9).

“Alexander von Humboldt ha sido ampliamente olvidado en el mundo angloparlante”. Así inicia Andrea Wulf el epílogo de su libro sobre el polifacético científico alemán (WULF, 2015, p. 335). Por nuestra parte, nos hacemos una doble pregunta al respecto: ¿Acaso esta misma afirmación pudiera hacerse extensiva para América Latina? ¿Existe realmente un “mundo” angloparlante, o más bien, se trata de una interpretación de éste que se sugiere desde una perspectiva anglosajona? Ésta última líder en la cosmovisión paneuropea según nos lo propone Immanuel Wallerstein (2007, p. 11). Independientemente de las respuestas a este par de cuestionamientos, creemos que la imagen dibujada de América Latina en los discursos globales durante la segunda parte del siglo XX y lo que corre de la presente centuria se ha caracterizado por una condición *oximorónica*, que nosotros denominamos *protagonismo periférico* en el ámbito internacional. Lo anterior se hace aún más evidente mediante la marginación del continente en influyentes narrativas de historia global, situación que también ha sido señalada por otros autores (SCHEUZGER, 2018, p. 324; HAUSBERGER, 2018, p. 11; HAUSBERGER; PANI, 2018, p. 183); lo que en conjunto deriva en una *periferización* implícita de América Latina desde esta particular óptica. Sin embargo, es importante aclarar que no se trata sólo de insinuaciones o percepciones aisladas de esta *periferización*, existen sólidos argumentos que sustentan nuestra premisa, los cuales fueron expuestos con mayor detalle en otro trabajo (RIOJAS LÓPEZ, 2018); es decir, con base en una exploración hecha de los artículos publicados en los *Journal of World History (JWH)* y *Journal of Global History (JGH)* se comprobó la existencia de un déficit de estudios explicativos desde un enfoque de historia global, donde se tome en cuenta a América Latina como principal objeto de estudio.

No obstante lo anterior, en este trabajo pretendemos señalar que la *periferización* de América Latina detectada en las meta-narrativas más influyentes no es absoluta, sino más bien, mantiene un carácter relativo derivado de la persistencia de factores institucionales que contribuyen al respecto, los cuales han pretendido cambiar esta situación conforme el tiempo ha transcurrido. Esta *periferización* relativa encuentra, entonces, una de sus explicaciones en la existencia de algunas narrativas sobresalientes que sí se refieren a nuestro continente como un actor clave en la interconexión de hechos múltiples a través del tiempo y espacio, que en límite pudieran inscribirse de manera directa o indirecta en las tradiciones historiográficas latinoamericanas, entendidas éstas como conjunto de escritos sobre un tema histórico en particular, o en su defecto, como el estudio crítico de textos históricos específicos (PEREIRA; SANTOS; NICODEMO, 2015, p. 84); de igual forma, en estas narrativas sobresalientes es factible detectar ciertos mecanismos de vinculación con los relatos más famosos de un pasado global (MARQUESE; PIMENTA, 2018, p. 67-82), lo que en su conjunto le daría sentido a una historia global renovada, que podemos denominar *más global* si parafraseamos el título del reciente libro editado por Sven Beckert y Dominic Sachsenmaier (BECKERT; SACHSENMAIER, 2018). Dentro de esta vertiente, se puede afirmar también que en algunos de los artículos analizados en las dos revistas en cuestión, que toman como objeto de estudio principal a América Latina, prevalece una postura crítica hacia las tendencias hegemónicas de una cierta historia global anclada en el eurocentrismo y una perspectiva anglosajona (BURKE; CLOSSEY; FERNÁNDEZ-ARRESTO, 2017,

p. 2; RESEMBLATT, 2014, p. 95; RIVAROLA PUNTIGLIANO; APPELQVIST, 2011, p. 32); así mismo, hay otros ensayos que se suman a este tipo de cuestionamientos, pero que no necesariamente predicán con el ejemplo en cuanto a la promoción de la visión anglosajona, no obstante de reconocer de manera general la problemática (BENTLEY, 1990; O'BRIEN, 2006; MCNEIL, 1990), aunque también hay quienes sí lo hacen (SACHSENMAIER, 2007; DRAYTON; MOTADEL, 2018). Independientemente de este panorama que se bosqueja, aún con los matices que deseamos poner en relieve aquí, la *periferización* de América Latina es una constante. Por lo tanto, también nos proponemos reflexionar sobre algunos de los factores institucionales que han dado como resultado este escenario de luces y sombras para Latinoamérica desde la perspectiva de una historia global.

Para lograr nuestro objetivo, hemos dividido la exposición en tres secciones. Primero, presentamos una actualización de la exploración en las dos revistas científicas líderes en la materia, que en su momento se analizaron para comprobar la *periferización* de orden cuantitativo de América Latina en estos discursos del pasado global, que en términos generales, moldean gran parte de la discusión histórica a nivel planetario.¹ Después, para equilibrar la perspectiva, exponemos una muestra de cuatro estudios publicados, en diferentes años durante el último cuarto del siglo XX, con una amplia influencia internacional donde se reconoce explícitamente la contribución clave de América Latina en la historia global. Por último, retomamos nuestra premisa básica a fin de presentar algunos de los factores explicativos que contribuyen a la *periferización* de América Latina en la mayoría de las narrativas más influyentes en el ámbito de la historia global; de lo anterior se desprende un panorama de luces y sombras. Aún así, creemos que existe un amplio abanico de oportunidades de investigación para los historiadores interesados en América Latina desde una óptica de historia global.

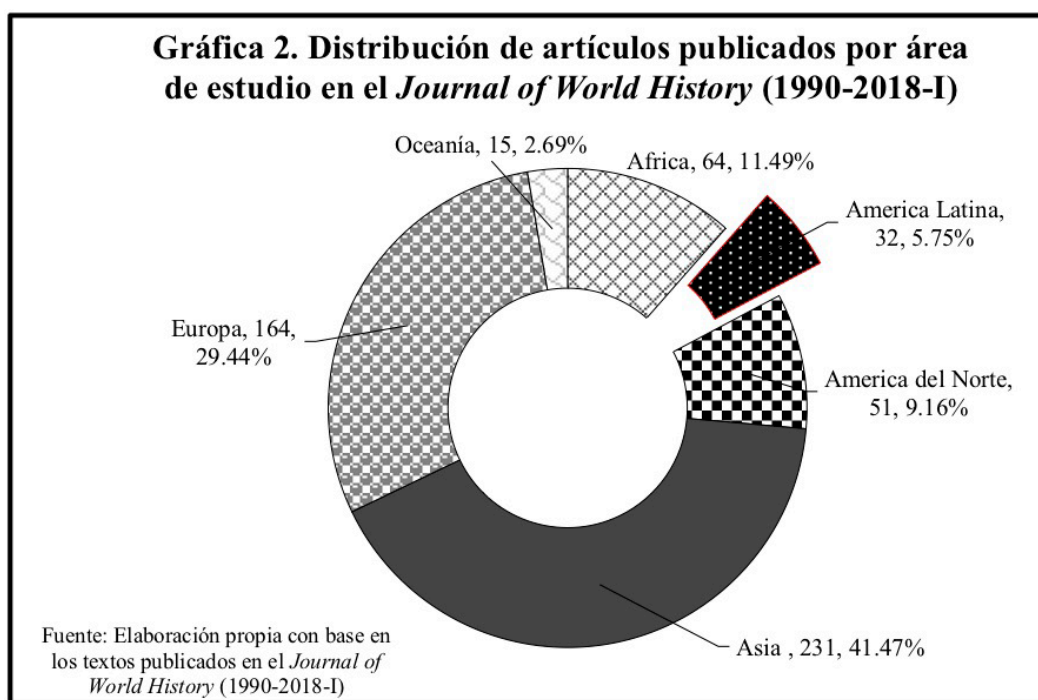
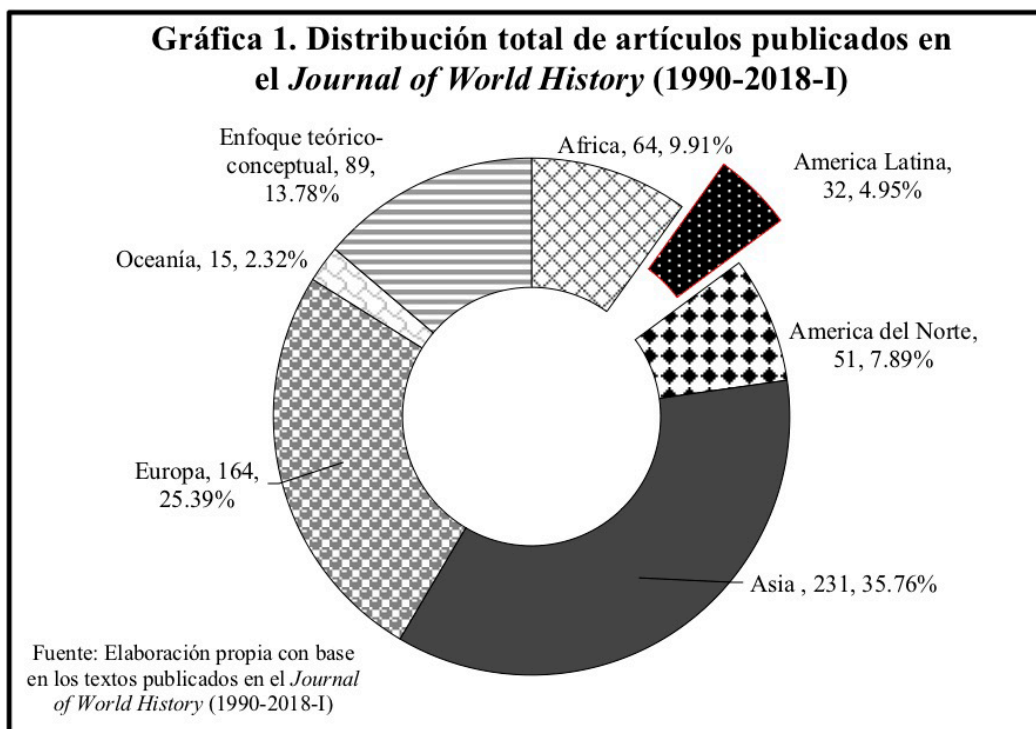
La *periferización* de América Latina en los discursos de hegemonía de historia global: una actualización

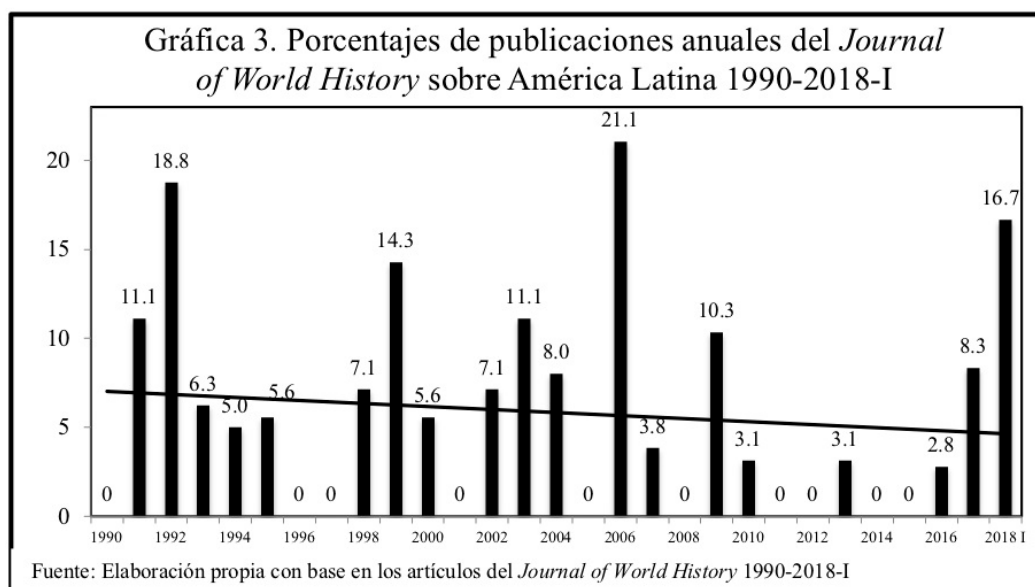
Con base en una distribución de artículos publicados en el *JWH*, de 1990 al primer número de 2018, sustentada en los criterios de estudios de área cultural y en los enfoques teóricos conceptuales, destaca que entre Asia (231)² y Europa (164) se repartieron más del 60% de las publicaciones totales según esta clasificación. Por su parte América Latina (32) sólo alcanzó 4.95%. Si dejamos de lado los artículos con un enfoque teórico conceptual, que no hacen una referencia explícita a un espacio geográfico en concreto, la representación de América Latina se incrementa en menos

¹ En un ejercicio previo (RIOJAS LÓPEZ, 2018) se hizo una medición del número de artículos que se publicaron en los *JWH* y *JGH* cuyo tema principal de estudio comprendía a América Latina. En la base de datos original se cubrieron los años de 1990 a 2016 para la primera publicación, mientras que para la segunda fueron de 2006 a 2016. La actualización que ahora presentamos comprende la extensión del periodo analizado de 1990 al primer número de 2018 para el *JWH*, y de 2006 al segundo número de 2018 para el *JGH*; asimismo, incluimos algunas informaciones pertinentes sobre el devenir institucional de estas publicaciones que nos explican en gran medida su lógica editorial. De acuerdo con lo explicado, en nuestra base de datos actualizada se contabilizaron para la primera revista 32 artículos, mientras que para la segunda se sumaron 33, de tal forma que esto hace un total de 65 trabajos analizados.

² El número entre paréntesis corresponde a la cifra absoluta de artículos publicados. La metodología de contabilización puede consultarse en Riojas (2018), notas número 1 y 2.

de un punto porcentual, esto es, 5.75% (Gráficas 1 y 2). Incluso, la aparición de América Latina como objeto principal de estudio es tan intermitente que hay al menos 10 años intercalados a lo largo de la vida de esta revista que no se publicó ningún artículo sobre este continente, más bien la tendencia es hacia la baja, no obstante que 1992 y 2006 fueron los mejores años, cuyo porcentaje de trabajos publicados alcanzó el 18.8 y 21.1% en ese orden; 2018 parece que será también un año importante en el rubro de publicaciones sobre nuestro continente (Gráfica 3).





Como se mencionó en su momento, y ahora lo ratificamos con la actualización de nuestra base de datos, estos resultados diluyen en cierta medida los objetivos editoriales inicialmente planteados por los equipos de trabajo que encabezó Jerry H. Bentley, que fueron expresados desde el primer número del *JWH* (BENTLEY, 1990), que *grosso modo* consistían en impulsar un foro de discusión con alcances mundiales y superar algunas tradiciones del gremio académico ancladas en la preponderancia de la historia nacional, o en su defecto, los encapsulamientos de las áreas culturales.

Pero retomemos algunos detalles de los antecedentes institucionales que dieron origen a esta revista para contextualizar desde un espectro más amplio la actualización de los hallazgos que aquí presentamos. Comencemos con señalar que a finales de 1982 surgió en los Estados Unidos una de las principales organizaciones profesionales dedicadas a cultivar la especialidad: la Asociación de Historia Mundial (WHA, por sus siglas en inglés). En mayo de 1983 se llevó a cabo una Conferencia en el Centro Racine en Wisconsin, cuya finalidad era poner en marcha la estructura organizativa que le daría sentido a la WHA (BENTLEY, 2008, p. 129); luego, entre 1987-1988 se planeó fundar una nueva publicación científica titulada *JWH*, que pasaría a ser la revista oficial de la WHA. Los objetivos de dicha iniciativa radicaban en ofrecer un foro de discusión a los especialistas en la materia que desearan analizar fenómenos históricos de gran envergadura, con enfoques transnacionales, continentales, hemisféricos u oceánicos en un contexto global, así como, llevar a cabo reflexiones sobre diferentes regiones del mundo desde un enfoque fundamentalmente geográfico. Fue así que en 1990 apareció el *JWH*.

Después de publicar 17 volúmenes, Bentley, como editor en jefe del *JWH*, realizó un estudio bibliométrico similar al nuestro, aunque con un objetivo distinto, cuya finalidad fue obtener un perfil general de la revista. A partir de ello intentó sensibilizar a la comunidad académica que se habían cumplido algunas de las metas planteadas desde su debut. La contabilidad de Bentley llegó a 195 artículos, donde descartó prácticamente sólo a las reseñas.³ Si sumamos todas las clasificaciones en las que

³ Nuestra base de datos para los primeros 17 volúmenes contempla 192 artículos, en nuestro criterio de

dividió Asia, más lo que incluyó en Europa estaríamos abarcando más del 40% de los artículos publicados en los primeros 17 años. Mientras que de las Américas solo fueron cerca de 10%, es decir, algo similar a lo que nosotros encontramos (BENTLEY, 2008, p. 134; 2018, p. 135). Cabe mencionar que existen dos rubros que clasificó como “Comparativo e interregional” y “El mundo como un todo” donde se encuentran 78 artículos de los 195 contabilizados. En términos generales parece también evidente aquí la *periferización* de América Latina y El Caribe, aún cuando se incluya en las “Américas” como un subconjunto. Por otra parte, creemos que Bentley estaba consciente de la problemática que envolvía al *JWH*, porque cierra su análisis con dos sugerencias que coinciden con lo señalado por nosotros: primero, no encontraba una adecuada representación entre los historiadores mundiales que había contribuido en la revista y aquellos estudiosos que promovían un enfoque postmoderno y postcolonial, lo que iría en detrimento del diálogo y la diversidad que intentó impulsar desde el principio; segundo, esta perspectiva del pasado global ofrecía un pobre análisis desde una aproximación fuera de la visión occidental, lo que a su vez denotaba un palpable sesgo anglosajón, por lo que sería deseable para Bentley contar con otros estudios no procedentes de la esfera anglosajona para darle un sentido más global a lo publicado en la revista (BENTLEY, 2008, p. 134, 135, 136, 138, 139). Ambas situaciones ya las habíamos detectado desde nuestra óptica. Por lo tanto, estos hallazgos confirman de una forma más precisa la *periferización* de América Latina en el concierto de estas influyentes narrativas en cuanto al número de artículos publicados al respecto.

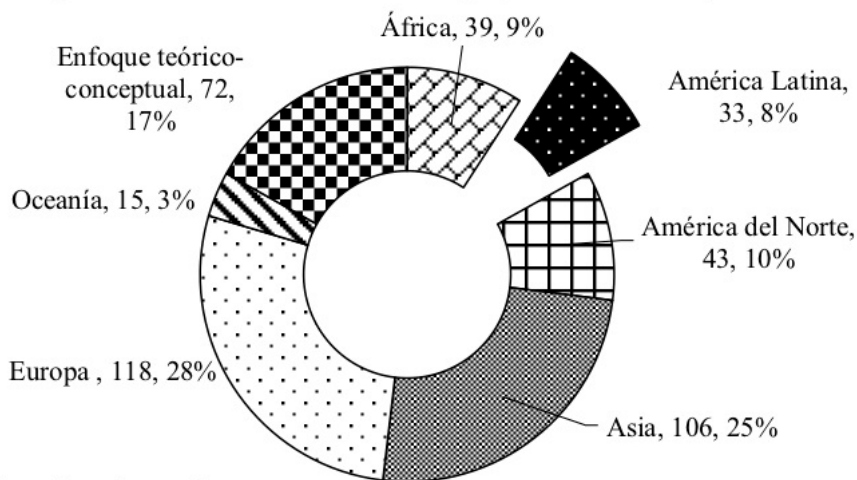
La segunda revista analizada fue el *JGH*. A pesar de los esfuerzos editoriales y los argumentos vertidos por Patrick O’Brien (2006) en el número inaugural, centrados fundamentalmente en las diversas tradiciones historiográficas que prevalecerían a nivel mundial,⁴ más de un cuarto (28%) de los artículos totales publicados entre 2006 y parte de 2018, según el criterio de estudios de área y los enfoques teórico-conceptuales,

clasificación descartamos algunas presentaciones de números temáticos que eran breves, quizá aquí radica el diferencial de los tres artículos. Independientemente de ello, no se modifica en nada nuestros objetivos y los de Bentley, que coinciden en sus aspectos generales.

⁴ Patrick O’Brien (2006) en su contribución, que impulsó el lanzamiento del *JGH*, hace un recorrido por las tradiciones historiográficas vinculadas con un pasado global; en un apartado especial, menciona a Europa y Occidente en general, en otro nos expone las tradiciones historiográficas de África, el Sur de Asia, China, Japón, además de citar algunos autores musulmanes. En todo este erudito camino sobresale por su ausencia el abordaje de las tradiciones historiográficas de América Latina, lo que en un principio puede generar la duda si éste continente se integra a las tradiciones occidentales, lo cual obviaría el autor, o en su defecto, nos preguntamos a qué tradiciones se inscribiría América Latina desde esta singular óptica. Pero, reciente y afortunadamente, se han publicado destacados trabajos que retoman las particularidades de la historiografía latinoamericana vinculada con la historia global; en dichos trabajos se ponen en relieve los estudios sobre el esclavismo en El Caribe, las herencias de la escuela de los *Annales* en su primera y segunda generación, así como, las aportaciones de la Teoría de la Dependencia; aunque esto se ha hecho desde una perspectiva de estudios de área (MARQUESE; PIMENTA, 2018). De igual forma, Jerry H. Bentley (2018, p. 131), en un texto póstumo, mantiene algunas coincidencias con lo mencionado porque se refiere también a la influencia de Karl Marx, Fernand Braudel y la escuela de la Dependencia en las tradiciones historiográficas en América Latina. Ambos trabajos adquieren relevancia para nosotros porque cubren el vacío dejado por O’Brien (2006); además nos sirven como un incentivo académico para profundizar la investigación en el marco de estas tradiciones historiográficas de América Latina y vincularlas con los estudios de historia global. Por el momento, resulta pertinente mencionar que ya existen algunos avances en este sentido para el caso de Brasil, que es contextualizado en una perspectiva latinoamericana (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017).

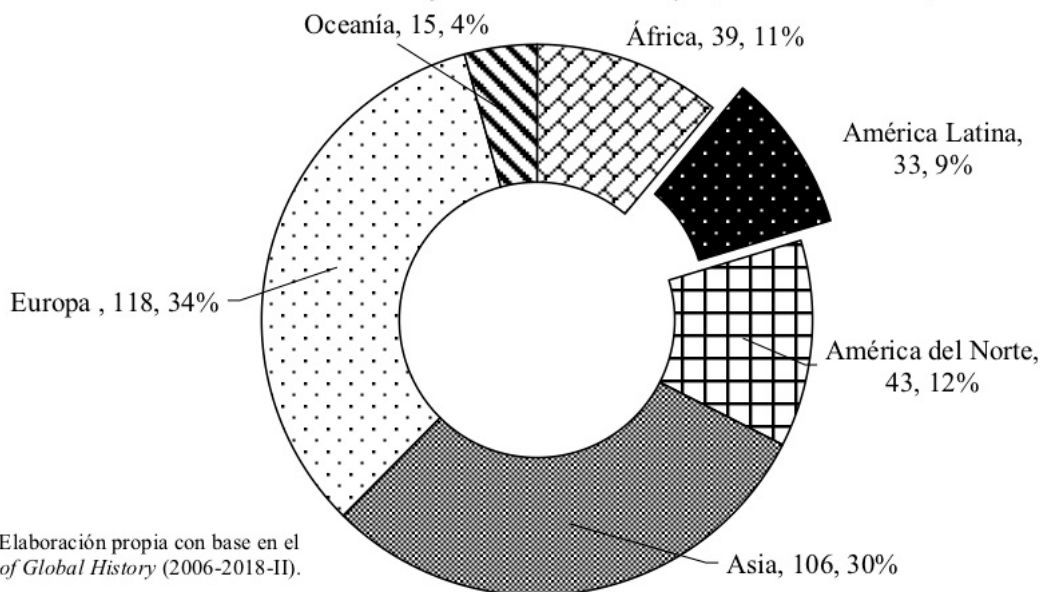
tuvieron como tema principal Europa (118), una proporción similar (25%) se dedicó a Asia (106); mientras que América Latina sólo tuvo el 8%, es decir, 33 artículos en más de doce años de publicación (Gráfica 4). Si solamente se incluye el criterio de estudios de área, el porcentaje para América Latina se incrementa en apenas un punto (9%), Europa abarca más de un tercio de los trabajos publicados (34%) y Asia se incrementa hasta el 30%, es decir, la *periferización* bajo este rubro sigue latente (Gráfica 5).

Gráfica 4. Distribución total de artículos publicados en el *Journal of Global History* (2006-2018-II)



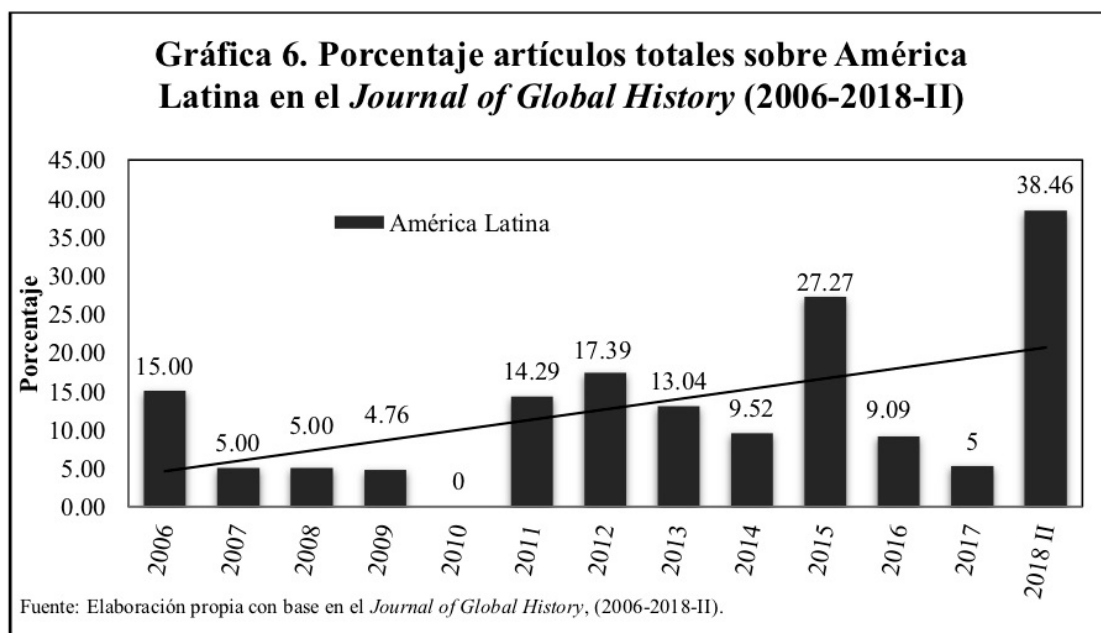
Fuente: Elaboración propia con base en el *Journal of Global History* (2006-2018-II).

Gráfica 5. Distribución de artículos publicados por área de estudio en el *Journal of Global History* (2006-2018-II)



Fuente: Elaboración propia con base en el *Journal of Global History* (2006-2018-II).

No obstante a ello, la distribución de artículos cuyo tema principal ha sido América Latina tiene una mejor repartición a lo largo del tiempo, prácticamente durante todos los años de publicación han aparecido textos al respecto, salvo 2010, con una tendencia creciente en los últimos números. Al igual que el *JWH*, 2018 parece un año promisorio en cuanto al número de trabajos publicados en el *JGH*, ya que la proporción en los primeros dos números ha sido alta con respecto a lo visto años atrás. Pero, se necesitarían al menos 10 años de publicaciones constantes sobre América Latina para equilibrar la balanza al respecto (Gráfica 6).



De igual forma, creemos que es pertinente retomar algunos antecedentes institucionales que van a desembocar en el impulso del *JGH*. La evidencia más visible detectada por nosotros fue la conformación de la Red de Historia Económica Global (GEHN, por sus siglas en inglés), impulsada desde Inglaterra por Patrick O'Brien donde participaron diversas universidades europeas, cuyo el objetivo era ofrecer alternativas a la fragmentación de estudios históricos manifestado mediante un creciente número de monografías con escasa conectividad explicativa entre ellas (AUSTIN, 2018, p. 22, 23, 24, 28; BENTLEY, 2018, p. 135). Otras revistas con una temática similar son *Comparativ*, fundada en 1991, cuya sede principal es la Universidad de Leipzig en Alemania, dicha publicación rompe con el anglocentrismo característico de nuestros estudios de caso, al aceptar contribuciones en alemán, inglés y francés. También destaca la revista *Monde(s), histoire, espace, relation* lanzada en 2012 por la Universidad Sorbona y actualmente editada por la Universidad de Rennes.

Consideramos que todo este panorama ratifica la *periferización* de nuestro continente en estas influyentes narrativas. Es por ello que ahora nos cuestionamos específicamente ¿si existen acaso otro tipo de trabajos inscritos en estas meta-narrativas que ponderen de una manera distinta la participación de América Latina en la historia global, además de no estar inscritos directamente en las tradiciones historiográficas latinoamericanas? ¿Qué hay detrás de dichos resultados? ¿Qué se escribe exactamente sobre América Latina a pesar de su evidente *periferización* en el discurso hegemónico? A continuación trataremos de contestar estas preguntas

específicas, no sin antes aclarar que la *periferización* de América Latina ratificada tanto en los *JWH* y *JGH* es más de carácter cuantitativo, debido a que en la mayoría de los textos que hace referencia a nuestro continente como objeto de estudio principal prevalece una postura crítica hacia estas tendencias hegemónicas. En el siguiente apartado ofrecemos más detalles al respecto.

Excepciones en influyentes narrativas

No obstante lo mencionado hasta el momento, resulta pertinente reconocer que también existen algunas excepciones en las influyentes narrativas que le otorgan una mayor ponderación a la importancia de América Latina en diversos hechos de historia global, donde se imbrica un cumulo de historias otras. Como ejemplo de ello expondremos brevemente cuatro casos al respecto, sin que lo anterior se interprete como una exhaustiva revisión del tema.

Una primera evidencia la encontramos en los trabajos de Alfred W. Crosby, cuando subraya cómo la especificidad del Nuevo Mundo resultó un reto para la cosmogonía Cristiana (CROSBY, 1977, p. 10), porque el Libro del Génesis (1:10; 1:20) nos ofrece un relato de cómo fue que se creó la tierra, el cielo, las plantas, los animales y el ser humano; posteriormente, en este mismo Libro, se cuenta cómo y por qué se presentó el Diluvio (Gn 7:1; 7:14) que daría la pauta para que Noé construyera el Arca y llevara a cabo una particular selección de especies. Pero, lo que encontró Cristóbal Colón en América, para quien la *Biblia* era una destacada fuente de conocimientos, no correspondía con lo descrito en el Génesis; es decir, ni los seres humanos, los animales, las plantas, incluso el cielo y la tierra coincidían con esta versión de la Creación, situación que levantó ciertas dudas sobre dicha interpretación a la luz de lo que existía en el espacio que hoy denominamos las Américas, además esta versión jugó un papel esencial como punto de referencia. Lo anterior contribuyó a la permanente denigración de los habitantes originales que los conquistadores encontraron en este continente, de igual forma abrió la puerta a interpretaciones con un franco carácter racista (GOBAT, 2013, p. 1347). Plantas, animales y estilos de vida europeos se impusieron paulatinamente en las Américas, lo que implicó también un importante intercambio de especies entre el Nuevo y el Viejo Mundos, cuya balanza desde el punto de vista de la adaptación se inclinó a favor de los europeos. Este tipo de hechos no sólo se manifestaron en las Américas, sino también, se presentaron en otros continentes como Asia, África u Oceanía, según lo interpreta Crosby (1999, p. 18, 100, 270), como parte de un imperialismo ecológico. Eventos que se entretajeron para dar como resultado una compleja imbricación de relaciones socio-ambientales a nivel global.

Un segundo caso, interconectado con el anterior, se desprende de lo que Cristóbal Colón “descubrió” en el Nuevo Mundo, independientemente de su grado de consciencia al respecto. Es decir, se enfrentó a una compleja y, hasta cierto punto, desconocida interacción de la naturaleza en esos territorios en particular si nos atenemos a los conocimientos acumulados a finales del siglo XV. Los seres humanos invirtieron varios siglos de estudio para construir una perspectiva distinta del mundo. Alexander von Humboldt fue un actor clave en esta novedosa interpretación de la naturaleza que fungió como una alternativa a la visión hegemónica que había dominado el discurso erudito desde la época de Colón. Además, este científico alemán insistió en concebir

al planeta como un organismo vivo donde todo estaba interconectado (WULF, 2015, p. 2, 38). Desde este ángulo, el ser humano en su conjunto representa un ser vivo más en las intrincadas relaciones derivadas de la naturaleza. El laboratorio que le permitió entender dichas interconexiones a nuestro Humboldt fue precisamente América Latina, lo que ha desembocado en una permanente retroalimentación de conocimientos dentro y fuera del continente. A partir de las reflexiones de este científico alemán, la visión de los seres humanos sobre la naturaleza cambió de manera irreversible, especialmente evolucionó la noción de interconexión que los estudios ambientales han heredado, y en cierta forma extendido más allá, del pensamiento humboltiano (RICH, 2015).

Una tercera excepción, donde América Latina resulta un referente clave en estas influyentes narrativas que se interconecta con otros eventos históricos a nivel global, se deriva de aceptar que no sólo se ha tratado de cultivar el conocimiento por el conocimiento. La lucha por el control de éste y otros territorios ha sido un tema recurrente en la historia global, a partir de ello, se crea una serie de sabias interpretaciones que tratan de imponer una perspectiva del mundo con una fuerte dosis ideológica-política, tal como lo señaló Edward W. Said (2002, p. 436) para el caso de Oriente; problemática susceptible de extenderse a lo sucedido en América Latina, tal como lo hizo en sus estudios posteriores cuando abordó el tema de la cultura y el imperialismo (SAID, 2000). Tanto en Oriente como en América Latina los detalles son importantes, siempre y cuando, se interconecten con una perspectiva que abarque un *todo* (WALLERSTEIN, 2007, p. 105); es decir, delinear un panorama global que nos explique satisfactoriamente las dinámicas de interconexión entre las partes que conforman un *todo* y las imbricaciones de un *todo* con sus partes constitutivas (MORIN, 2016, p. 116), ambas en el marco de un proceso de cambio que visualice múltiples ángulos, pero evitando, en la medida de lo posible, los protagonismos centrales y aquellos de índole periféricos, o en su defecto, las inherentes estrategias de *periferización* como ha sido el caso para América Latina.

Finalmente, agregamos a esta muestra la perspectiva propuesta por Sven Beckert en su *Empire of Cotton* (2014) publicado el mismo año en alemán e inglés. En términos generales este libro reconstruye el papel que jugó el algodón como materia prima, así como, su contribución para el funcionamiento global del sistema capitalista de producción mediante la interconexión del poder, la política y la intervención del Estado. Cabe destacar que la obra en su versión inglesa abre el primer capítulo con un dibujo de una mujer azteca que se encuentra hilando algodón como parte de la ancestral tradición en la elaboración de este tipo de tejidos en Mesoamérica. De igual forma, en el capítulo seis se contextualiza el esfuerzo temprano que se realizó en México a partir de los años veinte del siglo XIX por industrializarse, cita el caso de la fábrica *La Aurora* instalada en la ciudad de Valladolid (Yucatán) y las experiencias en otras partes del país (Puebla); incluso ofrece reproducciones de los empresarios Pedro de Baranda y Esteban Antuñano junto con empresarios de Europa, Norteamérica y África. Pero no se abordan estos casos de manera aislada, sino que es común la interconexión con lo sucedido en Brasil, Argentina, Estados Unidos, Egipto o India (BECKERT, 2017, p. 110, 136, 148, 162). Paralelamente, señala la participación del campo en la construcción de esta compleja estructura productiva global que se combinó con el uso del trabajo forzado y esclavo, lo que de alguna u otra manera cuestiona la teoría de la modernización de tipo occidental anclada en los beneficios derivados del funcionamiento del mercado, la libertad de empresa y la democracia. Con base en esta serie de interconexiones del pasado global, nos explica cómo evolucionó este

proceso que dio nacimiento a una de las ramas de producción más emblemáticas de la supuesta Revolución Industrial que experimentó el Reino Unido, como parte de la expansión del capitalismo europeo. La contribución de América Latina es una y otra vez señalada por el autor que no se limita en ponderar la importancia que adquirió el continente en su conjunto. La resonancia que ha alcanzado *Empire of Cotton* ha sido tal que en el Congreso de Historia Mundial de 2016 celebrado en la Universidad de Ghent (Bélgica) se invitó a Sven Beckert como conferencista principal, cuyo texto fue después publicado en la sección “Special Forum” del *JWH* en 2017, el cual se acompañó con el comentario de influyentes historiadores como Eric Vanheute (2017), Universidad de Ghent o Ulbe Bosma (2017), Instituto Internacional de Historia Social de Ámsterdam; éste último autor subrayó el papel jugado por una periferia o Sur Global tanto en la producción de algodón como en la manufactura del mismo durante el siglo XIX con base en el concepto de “ecología barata”. Finalmente, Peer Vries (2017), también del mencionado Instituto Internacional de Historia Social, con una visión más crítica al respecto, señaló que otros autores, como Immanuel Wallerstein (1979, p. 229) o Fernand Braudel (1979, p. 49) por ejemplo, ya habían mencionado cómo el Estado, el trabajo forzado y la violencia en general fueron elementos clave en el desenvolvimiento del capitalismo; de igual forma subrayó los brotes tempranos de industrialización en China (finales del siglo XVIII) que no desembocaron durante la siguiente centuria en la consolidación de esta actividad como fue el caso inglés. No obstante la postura de Beckert, en esta trilogía de artículos el papel de América Latina se diluye.

Una vez vistos estos cuatro ejemplos de excepción que le otorgan un papel central América Latina (no por sí misma sino por la imbricación de hechos de envergadura global), deseamos subrayar que aún así la *periferización* del continente es un fenómeno latente. Es importante advertir, que no pretendemos rechazar ninguna de estas meta-narrativas, ni pasarlas por alto, sino más bien, tal como lo sugiere Wallerstein (2007, p. 53), a partir de ellas cuestionarnos la imagen o la ausencia de América Latina que se desprenden de estas versiones históricas vistas desde una óptica global. A continuación abordaremos algunos factores institucionales que, a nuestro juicio, dan como resultado el papel periférico que se le ha asignado a América Latina como principal objeto de estudio de acuerdo con la exploración de las revistas científicas mencionadas, que dicho sea de paso, adolecen de un Euro-Asia-Centrismo.

Luces y sombras en la historia global

¿Cuáles son, entonces, los factores que explican la relativa *periferización* de América Latina en las principales narrativas históricas dentro de su vertiente global? Una primera aproximación, susceptible de responder a este cuestionamiento, apunta hacia una serie de factores institucionales de los cuales se desprende, a su vez, un conjunto de interpretaciones que en cierta medida nos aclaran la naturaleza de dicha *periferización*. Algunos de los factores que mencionaremos ya fueron enunciados en su momento por Mathew Brown (2015) y replicados con cierto grado de profundidad por otros autores (MARQUESE; PIMENTA, 2018; SCHEUZGER, 2018). No obstante las valiosas y útiles consideraciones de todos ellos, creemos que es factible ampliar y profundizar dicha perspectiva. Dentro de esta serie de factores destaca, por ejemplo, la forma que adquiere el quehacer histórico en temas de historia mundial o global,

donde sobresale su institucionalización mediante la creación de departamentos o centros de estudio específicos en diversas universidades tanto en oriente como en occidente (AUSTIN, 2018, p. 23). En el caso de las universidades chinas algunos investigadores reportan que se establecieron departamentos vinculados con las relaciones internacionales en concordancia con programas e investigaciones con un enfoque de tales dimensiones con una inspiración policéntrica (PÉREZ, 2014, p. 345; PÉREZ-GARCÍA; DE SOUSA, 2018), aunque temática y conceptualmente hay diferencias importantes con respecto a los estudios globales, donde se incluye también la historia. En ambas tendencias subyace una nueva forma de concebir el mundo. No obstante a ello, resulta pertinente señalar la observación de Sachsenmaier (2011, p. 235), quien nos recuerda la separación que se hace en China sobre la historiografía de ese país con respecto a la historiografía de otras partes del mundo.

A continuación proponemos detenernos brevemente en algunos casos que pueden resultar emblemáticos en la reconstrucción de un pasado global. Hablar de la evolución de este campo de estudio nos remite de manera directa a las iniciativas institucionales gestadas en Europa Occidental y Norte América en general. Por lo que corresponde al caso europeo encontramos que fue el resultado de una mutación de los conocidos estudios de área que se consolidaron paulatinamente después de la II Guerra Mundial; en 2007 se puso en marcha en la Universidad de Warwick el Centro de Historia Global y Cultural originalmente encabezado por Maxine Berg; la Universidad de Oxford abrió su Centro de Historia Global en 2011, mientras que en este mismo año la Escuela Normal Superior de París fundó un programa de enseñanza e investigación interdisciplinario a cargo de Michel Espagne (AUSTIN, 2018, p. 21, 23, 29); por su parte la Universidad de Leipzig cuenta con una larga tradición en los estudios históricos transnacionales desde prácticamente finales del siglo XIX, que han evolucionado hasta conformar uno de los centros de estudios globales más influyentes a inicios del siglo XXI, con un éxito destacado no sólo en Alemania, sino en toda Europa, donde se incluye por supuesto una sobresaliente sección de historia global (MIDDELL; NAUMANN, 2008, p. 81-98).

Algunos especialistas señalan que en Norte América no se registró precisamente el nacimiento de la historia mundial como actividad académica profesionalizada, porque desde la década de los cincuenta en la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) se impulsaron los *Cahiers d'histoire mondiale* – con subtítulos en español: *Cuadernos de Historia Mundial* e, inglés: *Journal of World History* (BENTLEY, 2018, p. 137) –; que difundieron los estudios históricos de cualquier parte del mundo desde una perspectiva multilingüística. Pero fue en Norte América donde se combinó un fértil ambiente institucional que impulsó este tipo de enfoques, los cuales se venían gestando desde la década de los setentas lo que abrió paso a destacados historiadores como lo fue Williams H. McNeill, originario de Canadá, con amplia influencia en el ámbito académico estadounidense, a él se suman por ejemplo Alfred W. Crosby o Immanuel Wallerstein, por mencionar algunos. El contexto histórico del momento también impulsó el florecimiento de la historia mundial en los Estados Unidos, que experimentaba un creciente poderío económico-militar y la promoción de estrategias globales de seguridad. La conjunción de estas diversas iniciativas en los ochentas desembocaron en lo que se conoce como “el proyecto de historia mundial” (BENTLEY, 2018, p. 127); que también incluye a la historia global al no reconocer de manera tajante una división entre ellas desde la perspectiva impulsada en Norte América. Los dos objetivos fundamentales que ha perseguido el proyecto de

historia mundial radican en (1) construir una alternativa a los análisis del pasado global con un toque eurocentrista e identificar otras formas de narrar la historia que superen el marco referencial del Estado-Nación; así como (2) generar y mantener a través del tiempo una estructura institucional centrada en la investigación, enseñanza y síntesis de la historia mundial que se refleje en programas académicos específicos, pero con un amplio impacto social. Para lograr tales objetivos se canalizaron importantes recursos financieros y humanos, lo que con el tiempo le fue dando un peculiar perfil al quehacer de la historia mundial con un sesgo anglosajón. Incluso, algunos especialistas hablan del nacimiento de la “Escuela de California”, conformada por un grupo de investigadores destacados (por ejemplo Kenneth Pomeranz, Roy Bin Wong, Andre Gunder Frank y Jack Goldstone) que han tenido la capacidad del moldear la principal agenda de investigación de la historia global, la cual, como hemos visto se ha concentrado en Europa y Asia fundamentalmente (BENTLEY, 2018, p. 138; VRIES, 2010).

En términos generales, esta configuración institucional, que le dan sentido al quehacer de la historia global, encuentra sus antecedentes y justificación en el impulso de un cierto universalismo, que puede entenderse desde dos perspectivas: una de ellas hace referencia a la totalidad, mientras que la otra, a la generalidad; es decir, aquello que es aplicable a un amplio número de situaciones (FABIAN, 1983, p. 3), pero no necesariamente se conciben como interconectadas entre ellas como lo pretende la práctica de la historia global. Por otra parte, de acuerdo con lo señalado por Wallerstein, desde una perspectiva contemporánea del universalismo, él distingue al menos tres modalidades o expresiones del mismo, a saber: la defensa de los derechos humanos, el impulso a procesos democratizadores y el funcionamiento del mercado (WALLERSTEIN, 2007, p. 11-12). Dichas modalidades, concebidas en conjunto, marcan los contornos de algunos valores inherentes a *una* civilización, o mejor dicho, a un tipo de universalismo apegado a la visión paneuropea. Cuando en una sociedad, la manifestación de estos elementos o valores no es lo suficientemente clara difícilmente se caracterizaría como universal, incluso puede ser concebida como un modo opuesto a la concepción de este tipo de universalismo al privilegiar sus particularismos (WALLERSTEIN, 2007, p. 68). Pero el universalismo tampoco representa necesariamente un conjunto único de valores, sino más bien, una diversidad de éstos que se manifiesta de forma variada tanto en el tiempo como en el espacio, por ejemplo, el sabio e historiador de origen árabe Ibn Khaldun consideraba en el siglo XIV que el Islam tenía una misión universal, especialmente en lo que concernía a la unificación religiosa (SACHSENMAIER, 2011, p. 14). De acuerdo con Edward W. Said, tanto las civilizaciones como las culturas se interconectan, confluyen en diversas tendencias que sirven para nutrirse y traslaparse las unas con las otras; no obstante a ello, se han canalizado importantes recursos para construir una imagen de Oriente, con diversas profundidades, como un *Otro* con respecto a la concepción occidental (SAID, 2002, p. 19, 49).

Fue a partir de la II Guerra Mundial que comenzó a manifestarse una arraigada tradición en el quehacer académico, asociada con las ciencias sociales en general, que ha dividido el planeta en áreas de estudio. En estas divisiones ha sido frecuente encontrar manifestaciones que responden a los intereses coloniales (ocupación físico-institucional de un territorio por una potencia), imperialistas (imposición de decisiones externas a un territorio por parte de un tercero) o de dominación (control exógeno sobre las decisiones que afectan endógenamente a una país u organización política) (HOBBSBAWM, 1999). A partir de ello se construye, estudia y analiza un *Otro*,

algo alterno a la esencia original. Se trata pues, no sólo de una postura netamente académica o de un planteamiento intelectual, como diría Said (2002, p. 53), sino más bien, se acompaña de una compleja combinación entre conocimiento y poder. Surge así la necesidad de crear el campo de estudio específico, el cual va adquiriendo coherencia y sentido conforme avanza el análisis de los diversos especialistas que tienden a concentrarse en torno a ello, entendiéndose un área geográfico-cultural. Además, se crea una disciplina científicamente aceptada por una comunidad que la cultiva, la reproduce y la extiende. En esta construcción, que por lo regular se hace fuera de la misma área de estudio, han contribuido a través del tiempo viajeros, expediciones científicas, empresas, gobiernos, incursiones militares, relatos literarios o de aventuras, historiadores, cineastas, poetas (SAID, 2002, p. 81, 82, 85, 274), y recientemente, páginas de Internet, blogueros, publicaciones electrónicas, redes sociales, incluso, youtubers.

Es así que el especialista de área, o el dedicado a los estudios de áreas culturales, deviene un experto autorizado internacional e institucionalmente para emitir opiniones eruditas sobre un conjunto de situaciones socio-ambientales de la respectiva zona en cuestión (RIOJAS, 2017, p. 389, 392-398). Pero estos estudios de área paulatina y paralelamente generan un doble encapsulamiento difícil de romper, tal y como lo pretenden hacer quienes practican la historia global, es decir, el primer encapsulamiento puede ser en torno a esta área cultural, por ejemplo América Latina; un segundo encapsulamiento, con una especialización aún más refinada son los estudios nacionales (SACHSENMAIER, 2007, p. 41), por ejemplo aquellos vinculados con México, Brasil, Argentina o Chile por citar algunos casos. Pero indudablemente, la tendencia se dirige hacia una especialización más profunda sobre cada uno de los aspectos u objetos de estudio en ambos encapsulamientos con sus respectivo referente geográfico. Pero a veces, se ignora o es poco frecuente interconectar estos hechos con lo que sucede en un contexto global o en otras partes del planeta, dejando a un lado una de las principales herencias del pensamiento humboltiano: encontrar conexiones por todas partes (WULF, 2015, p. 5, 22). No obstante a ello, es importante reconocer que existen notables excepciones, tal como es el conjunto de estudios compilados por Carlos Marichal, Steven Topik y Zephyr Frank (2017), cuyos autores, en torno a la producción de bienes para la exportación en América Latina, realizan una serie de interconexiones con eventos de envergadura global a través del tiempo, sin descuidar los aspectos locales o nacionales. Obviamente, también se encuentran los textos ya citados de Beckert (2014) y Crosby (1977), la influencia que ha alcanzado este último libro, según Jeremy Adelman (2017), ha sido prácticamente de dimensiones bíblicas.

Por otra parte, de manera reciente e irónica, se ha señalado para aquellos practicantes de lo que conocemos hasta ahora como historia global, que existe otro tipo de encapsulamiento no vinculado necesariamente al espacio, sino más bien de orden lingüístico. Lo que ha devenido para Jeremy Adelman (2017) una invención angloesférica (*anglospheric invention*), más con la finalidad de integrar a *Otros* en una narrativa cosmopolita pero en sus propios términos, es decir, en su propio idioma. Dicha crítica, a la cual pudieran también añadirse los puntos señalados hasta el momento, desencadenó una acalorada reacción en algunos estudiosos (DRAYTON; MOTADEL, 2018), a tal grado de considerar que la historia global está siendo atacada. No obstante lo anterior, tampoco se niega el predominio lingüístico anglosajón, que en este caso, Richard Drayton y David Motadel (2018) tratan de contrarrestar al citar

en su exposición textos originalmente escritos en francés, alemán o portugués. Pero no está de sobra subrayar que en la más reciente literatura sobre lo que conocemos como historia global es común encontrar posturas en este sentido, es decir, no sólo se habla de un euro-asiacentrismo sino más bien de un anglocentrismo (PÉREZ, 2014, p. 338; BECKERT; SACHSENMAIER, 2018, p. 2). Esta situación, obviamente es compatible con el predominio de influyentes narrativas con una franca visión anglocéntrica, lo que para Adelman se ha convertido en una nueva jerarquía lingüística con base en subrayar la conexión histórica más que la cohesión (ADELMAN, 2017), que no necesariamente coincide con otras interpretaciones históricas nacionales, e incluso continentales, por lo regular éstas últimas se adscriben a las áreas de estudio geográfico-culturales.

Algunas narrativas influyentes, a pesar de buscar trascender los encapsulamientos señalados, también muestran sus limitaciones de origen (CONRAD, 2012, p. 1026; 2016, p. 75), esto es especialmente evidente en una gran proporción de estudiosos angloparlantes que practican la historia global, situación que contribuye a profundizar la brecha en el panorama académico internacional entre los supuestos centros y periferias (SACHSENMAIER, 2007, p. 468; 2011, p. 241). Pero queremos insistir que no se trata sólo de una expresión concreta de carácter lingüístico, sino más bien en su esencia subyace la difusión de una forma específica de concebir el mundo vinculada con un pensamiento *civilizatorio* como uno de los elementos centrales del paradigma de *la* civilización, o en su defecto, también se inscribe en una iniciativa que señala Said (2002, p. 234) para el siglo XIX conocida como *mission civilisatrice*, la cual a su vez se asocia al fenómeno de la Ilustración en el más amplio sentido del término (CONRAD, 2016, p. 32, 175).

La sutil imposición de dicha perspectiva es, probablemente, la vertiente más poderosa y controvertida de la occidentalización, lo que conlleva a su vez una noción eurocentrista apoyada en el papel dominante que han jugado algunas partes de Europa, situación que pudieran concebirse como un modelo universal de desarrollo (entendido como un todo generalizable), pero paradójicamente se trata de un universalismo de tipo europeo tal como lo llama Wallerstein (2007, p. 16) en contraparte a un universalismo de tipo global. Del primer tipo de universalismo, en concordancia con una visión eurocentrista, se desprenden las manifestaciones de las estructuras del poder y la desigualdad, la certeza de un progreso por lo regular lineal e ilimitado, el predominio del conocimiento científico por encima de cualquier otro tipo de conocimiento, especialmente aquel de índole tradicional, y la aplicación tecnológica como la solución a casi todos nuestros problemas (WALLERSTEIN, 2007, p. 44, 59, 69). Sin embargo, a veces olvidamos que la historia de Europa se caracteriza por su diversidad (ANDERSON, 2012, p. 553), no por el impulso de una reciente y aparente homogeneidad a la sombra de lo que conocemos, o de lo que queda, como Unión Europea. Entonces, si retomamos las ideas de Said, surge un “nosotros”, es decir, los europeos que se contraponen con todos “aquellos”, a saber, los no europeos; dentro de esta dinámica se construyen leyes históricas (SAID, 2002, p. 27, 164), o en su defecto, periodos históricos que el *resto del mundo* acepta. En el caso particular de América Latina, este continente puede ser concebido como un apéndice de la “historia mundial de Europa” (HAUSBERGER, 2013, p. 87), lo cual se deriva de las relaciones de dominación, sin que exista un contrapeso como por ejemplo la historia mundial de América Latina, tal como aquella robusta *Histoire Mondiale de la France*, coordinada por Patrick Boucheron (2017). Esta situación es precisamente otro de los factores

institucionales que influyen en el predominio de lo que hasta ahora conocemos como historia global. Consideramos entonces que no se trata de crear una alternativa al euro-asia-centrismo mediante un Latinoamérica-centrismo, sino más bien, construir una historia global más auténtica que interconecte diversos sentidos y expresiones lingüísticas a fin de mostrar la obsolescencia de estas meta-narrativas que tratan de imponerse en un ámbito global, y simultáneamente también superar algunas de las tradiciones epistemológicas que se abordan en la obra de Dominic Sachsenmaier (2011, p. 243), de las cuales ya hemos señalado algunas aquí con base en nuestra noción de factores.

Este conjunto de situaciones ha permeado también el quehacer de la historia global en América Latina. Desde esta perspectiva, creemos que no se trata de embarcarse en una disputa ideológica entre un universalismo europeo y otro universal, tal como los describe Immanuel Wallerstein (2007, p. 13, 102), ni tampoco aquel de índole totalizador y generalizable, sino más bien, consideramos que es factible construir otras perspectivas, cuyos objetivos radicarían en trascender estructuras del saber preestablecidas e influir en la reconstrucción de narrativas con un auténtico carácter global, distintas a las meta-narrativas más influyentes. Un ejemplo de estas estructuras de poder preestablecidas es el nebuloso concepto de *Tercer Mundo*, a partir del cual podemos extraer al menos dos connotaciones. La primera de ellas se asocia a las ideas originales de Alfred Sauvy, quien propuso en un artículo publicado en *l'Observateur* una división del planeta en tres mundos (SAUVY, 1952), en cuyo argumento subyacen las nociones de inferioridad, insuficiencia y atraso para los países que englobaba en este concepto. No pasaron muchos años para que surgiera una segunda connotación de *Tercer Mundo*, en un contexto global marcado por la Guerra Fría; precisamente en 1955 después de la Conferencia de Bandung, se configuró un movimiento político internacional en torno a esta noción, donde las concepciones de Frantz Fanon (1961) tomaron un peso relevante; lo anterior fue además una de las consecuencias de los procesos de descolonización en lo que también se conocería como Sur Global, donde las experiencias de Asia y África fueron notablemente dramáticas (SAID, 2002, p. 149, 427). Dicho movimiento, que marcó un periodo histórico de profundas transformaciones institucionales el cual se extendió por varias décadas (WALLERSTEIN, 2007, p. 27, 29), también ha sido conocido en términos generales como *Tiersmondisme*, como otra opción política en un mundo bipolar (KALTER, 2017, p. 135). En ninguna de las dos acepciones mencionadas se trata obviamente de un conjunto homogéneo de países, tampoco los rasgos de estas sociedades son exclusivos de ellas, es decir, en la actualidad difícilmente el concepto de *Tercer Mundo* divide el Norte y el Sur Globales de manera tajante, porque muchas de las manifestaciones de lo que se conoce como *Tercer Mundo* también se evidencian en el supuesto *Primer Mundo*, es decir, son fenómenos inherentes al devenir del ser humano que desafían toda construcción geográfico-intelectual. No obstante a ello, el concepto de *Tercer Mundo* se sigue utilizando de forma cómoda y preestablecida, con escaso criticismo para georreferenciar al subdesarrollo, pero al estudiar la historia de este concepto de inmediato brota una trayectoria sumamente compleja al respecto.

Por lo tanto, tampoco sugerimos ver a América Latina desde una perspectiva aislada, encapsulada espacial o lingüísticamente, sino más bien, interconectada con diversos procesos de índole global a través del tiempo y del espacio que le den sentido a este reposicionamiento e impulsar una visión propia pero inmersa en estas complejas redes de conocimiento, donde prevalece todo tipo de intercambios con otras partes

del mundo, algunos de los cuales han sido influidos por múltiples contextos históricos tal como lo señala Edward W. Said para el Oriente (SAID, 2002, p. 393), que dicho sea de paso, no son exclusivos de éste. En el límite el concepto de *Tercer Mundo* sirve más de conexión que de separación geográfico-intelectual.

Otro elemento clave que contribuye a este reposicionamiento de América Latina en las narrativas de historia global es su carácter híbrido, y por ende diverso, donde la posición (la *positionality* de Conrad [2016, p. 171]) y la situación concreta de los variados historiadores han sido parte aguas determinantes para este *resto del mundo*, que está lejos de presentarse como un espacio pasivo ante las múltiples interpretaciones del devenir histórico que se pretenden como globales. Tal como sucede en otras partes del planeta, la cultura latinoamericana se ha construido a través del tiempo con base en una compleja imbricación de otras culturas y civilizaciones varias, que se han traslapado e interrelacionado a tal grado de generar una dinámica interdependencia entre ellas. El mestizaje en América Latina tiene una larga historia, el cual anticipó conceptos tales como hibridación o transculturación (HAUSBERGER, 2013, p. 93; SACHSENMAIER, 2007, p. 485). Algunas evidencias de esta compleja imbricación se desprenden de las conexiones globales entre los seres humanos y las enfermedades (por ejemplo la sífilis), de la transformación de la oferta alimenticia a nivel planetario una vez que los intercambios entre en el Nuevo Mundo y el Viejo Mundo se estabilizaron, situaciones que le hacen suponer al Alfred W. Crosby que esto se vincula directamente con el crecimiento de la población en todos los continentes (CROSBY, 1977), donde América Latina jugó un papel clave. Esta perspectiva nos invita a reflexionar sobre una historia global que ponga en juego diversas escalas y configuraciones espaciales, a su vez, se interconecte con otras ciencias, tanto sociales como naturales, lo que abriría diversos escenarios analíticos (SACHSENMAIER, 2007, p. 486, 487, 489), pensar la historia global desde una concepción unilateral o encapsulada en un espacio geográfico o lingüístico nos llevaría a un callejón sin salida (PÉREZ, 2014, p. 346, 348). En este sentido repensar la historia global desde la óptica de América Latina nos estimula a explorar una variedad de posibilidades interpretativas.

Otro factor más que ejerce una notable influencia institucional lo encontramos en las explicaciones que le dan sentido a cierta periodización histórica. Algunos periodos toman mayor importancia en función de los hechos narrados y *centrados* desde una peculiar visión global que impacta directa e indirectamente al *resto del mundo*. Un ejemplo revelador de ello es la tradicional construcción histórica de lo que conocemos como *la Revolución Industrial*, donde Inglaterra en particular y Europa Occidental en general toman un papel protagónico, a expensas de otros procesos similares que se desenvolvían en otras áreas dentro y fuera de Europa con sus dinámicas y problemas inherentes a sus diversos entornos (RIOJAS, 2016), pero que se interconectaron como parte de la incesante acumulación de capital con alcances globales (WALLERSTEIN, 2007, p. 71). Consideramos, entonces, que este último factor institucional tiene una relevancia particular, porque mediante la periodización se complementa la construcción de un imaginario susceptible de permear diversas interpretaciones históricas. Por lo tanto, creemos que detenerse en este factor institucional con la finalidad de profundizar y ampliar dicho enfoque es clave para una mejor comprensión de este fenómeno.

Un análisis más detallado de este último elemento nos resulta por demás pertinente porque en algunos periodos históricos es factible reposicionar el papel de América Latina como un actor estelar, más no único, en la trama de la historia global, como un componente esencial en el impulso de un diálogo entre estudiosos

del tema en diferentes partes del mundo (SACHSENMAIER, 2011, p. 11). Lo anterior puede decirse de otra forma o plantearse desde una pregunta, a saber: ¿Qué temas se abordan y cómo se distribuyen estos estudios a través de los periodos históricos que eventualmente nos ayudarían a vislumbrar los potenciales tópicos donde América Latina contribuiría de manera significativa en la reinterpretación o reconstrucción de una historia con un auténtico carácter global, es decir, una nueva historia global?

Una vez reconocida esta problemática retomemos el trabajo de Mathew Brown (2015). Dicho autor nos sugiere y enumera cinco periodos de estudio donde se abre la oportunidad de construir una serie de interconexiones históricas entre América Latina y una perspectiva global, a saber: la Conquista que gira en torno a 1500; la influencia del mundo atlántico, especialmente las economías esclavistas y el comercio global, que abarcaría la segunda mitad del siglo XVI y parte del siglo XVII; el periodo colonial tardío, donde se inscriben las crisis institucionales de Iberoamérica y las independencias de sus respectivos territorios colonizados durante los siglos XVIII y XIX; la Revolución Industrial, *circa* 1830-1870; y el capitalismo liberal considerado a partir de 1870 que trasciende la Primera Guerra Mundial hasta 1920 (BROWN, 2015, p. 377, 379).

Una clasificación de los artículos que abordan como tema principal a América Latina con base en la periodización antes mencionada, derivada de nuestra exploración del *JWH* como del *JGH*, le da un sentido parcial a la propuesta de Brown. Concebimos lo anterior como parcial, porque también este autor deja de lado otros periodos o eventos clave donde la contribución de América Latina en la historia global es esencial, no obstante los pocos textos que han aparecido al respecto en ambas revistas científicas líderes a nivel mundial. Los periodos o eventos detectados por nosotros serían los siguientes: Segunda Guerra Mundial y el impulso a un imaginario *tercermundista*; la descolonización y el auge de las economías estatales, donde se inscribe la influencia de la Teoría de la Dependencia; los conflictos de la Guerra Fría y, por último, las diversas estrategias de neoliberalización. La exploración de cada uno de los primeros cinco periodos mencionados mediante las contribuciones que se han hecho sobre América Latina, sería un paso importante en nuestra argumentación, pero dejaremos pendiente este tema para otra contribución, lo cual esperamos que aporte valiosos elementos de reinterpretación de la historia global, y al mismo tiempo, evidenciaría un sinnúmero de temáticas específicas que aún esperan sus respectivos historiadores. Lo anterior se complementarían abordando los cuatro periodos o conjunto de eventos señalados por nosotros con una metodología similar.

Consideraciones finales

Un elemento central de nuestra argumentación es concebir a la historia global como un enfoque metodológico susceptible de contribuir al análisis histórico de América Latina en una amplia interconexión de hechos a través del tiempo y espacio. Simultáneamente, el análisis de estos hechos desde América Latina enriquecerá la historia global como enfoque metodológico. Sin embargo, la aparición de este continente en las narrativas más influyentes asociadas a la historia global se ha caracterizado por su intermitencia, lo que de alguna manera fortalece la premisa

de la *periferización* de América Latina propuesta aquí. No obstante a ello, existen también importantes narrativas históricas con una perspectiva global donde América Latina juega un papel clave, por ejemplo, en el intercambio de especies entre el Nuevo y Viejo Mundos (PODGORNY, 2018), a lo que se añadiría su participación en una retroalimentación del conocimiento a nivel global, pero que ha implicado también una imposición de cierto tipo de imaginarios en un contexto territorial específico, tal como ha sucedido no sólo en América Latina, sino también en África o Asia, como una evidencia del funcionamiento de un sistema de dominación global.

En el seno de este fenómeno subyacen algunos factores institucionales que nos ayudan a entender la reproducción del mismo. Entre ellos destacan, por ejemplo, la forma que adquiere el quehacer histórico, el cual se ha dividido por áreas culturales de estudio con un fuerte arraigo en las historias nacionales, lo que derivó en la creación de centros de estudio especializados en países hegemónicos a través de sus universidades con una influencia a nivel planetario, es decir, se cultiva una nueva forma de concebir el mundo, apoyados en un universalismo tanto totalizador como generalizado y hegemónico. A partir de la II Guerra Mundial, fue común en las labores académica dividir el mundo en áreas de estudio, pero a finales del siglo XX la tendencia se dirigió, más bien, a concentrar estos enfoques en torno a una visión anglosajona del planeta y la construcción de un *Otro* de carácter multidisciplinario, sin que desaparecieran por completo los intereses colonialistas, imperialistas o de dominación en varios ámbitos de la vida científica (por ejemplo LEWIS, 2016), lo que abrió la posibilidad al surgimiento de un especialista *global*, por más paradójico que esto pueda sonar. Si bien es cierto que uno de los acometidos de la historia global ha sido romper con el encapsulamiento de índole espacial, no menos cierto es que paulatinamente se ha caído en otro tipo de encapsulamiento, a saber: uno de corte lingüístico, con una robusta visión anglosajona del *resto del mundo* y del mundo en sí.

Pero este fenómeno nos brinda una oportunidad metodológica tendiente a repensar o reconstruir este tipo de historia global. Nuestra tarea radicaría, entonces, en interconectar de manera más estrecha a América Latina con una serie de narrativas globales, tal como lo han hecho los ejemplos vistos aquí. El objetivo de redibujar un nuevo panorama global luce ambicioso, prometedor y fascinante. Lo anterior implica trascender estructuras preestablecidas del conocimiento. El carácter inherentemente híbrido de América Latina tiene el potencial de abrir la puerta a la hibridación metodológica, entendida ésta como la combinación de una serie de formas de estudiar la historia que generen, por ejemplo, novedosas perspectivas más allá de los encapsulamientos lingüísticos y espaciales, la atención a escalas analíticas varias y, a su vez, que nos impulsen a reflexionar sobre los periodos históricos tradicionales y las configuraciones institucionales derivadas de ellos. Es decir, aún quedan muchas cosas por hacer desde una nueva perspectiva de historia global que ilumine permanentemente a América Latina.

BIBLIOGRAFÍA

ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*, 2 March 2017. Disponible en: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acceso en: 29 sep. 2018.



ANDERSON, Perry. *El nuevo viejo mundo*. Madrid: Akal, 2012 [2009].

AUSTIN, Gareth. Global history in (Northwestern) Europe and debates. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (Eds.). *Global history, globally: research and practice around the world*. London-New York: Bloomsbury Academic, 2018, p. 21-44.

BECKERT, Sven. Cotton and the global origins of capitalism. *Journal of World History*, Hawaii, v. 28, n. 1, p.107-120, 2017.

BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a new history of global capitalism*. London: Penguin Random House, 2014.

BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (eds.). *Global history, globally: research and practice around the world*. London-New York: Bloomsbury Academic, 2018.

BENTLEY, Jerry H. A new forum for global history. *Journal of World History*, Hawaii, v.1, n. 1, p.iii-v,1990.

BENTLEY, Jerry H. The *Journal of World History*. In: MANNING, Patrick (Ed.). *Global practice in world history: advances worldwide*. Princeton: Markus Wiener Publisher, 2008, p. 129-140.

BENTLEY, Jerry H. The world history project: global history in the North American context. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (eds.). *Global history, globally: research and practice around the world*. London-New York: Bloomsbury Academic, 2018, p. 127-141.

BOSMA, Ulbe. Empire of cotton and the global countryside. *Journal of World History*, Hawaii, v. 28, n. 1, p. 121-130, 2017.

BOUCHERON, Patrick (Ed.). *Histoire Mondiale de la France*. Paris: Seuil, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe-XVIIIe siècle*. Tom. 3. Le Temps du Monde. Paris: Armand Colin, 1979.

BROWN, Matthew. The global history of Latin America. *Journal of Global History*, Hawaii, v.10, n. 3, p. 365-386, 2015.

BURKE, Peter; CLOSSEY, Luke; FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. The global Renaissance. *Journal of World History*, Hawaii, v. 28, n. 1, p. 1-30, 2017.

CONRAD, Sebastian. Enlightenment in global history: a historiographical critique. *American Historical Review*, Oxford, v.117, n. 4, p. 999-1027, 2012.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* New Jersey: Princeton University Press, 2016.

CROSBY, Alfred W. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. New York: Canto, 1999.

CROSBY, Alfred W. *The Columbian Exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Connecticut: Greenwood Press, 1977.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the future of global history. *Journal of Global History*, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 1-21, 2018.



FABIAN, Johannes. *Time and the other: how anthropology makes its objectives*. New York: Columbia University Press, 1983.

FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte, 1961.

GOBAT, Michel. The INVENTION of Latin America: a transnational history of anti-imperialism, democracy, and race. *The American Historical Review*, Oxford, v. 118, n. 5, p. 1345-1375, 2013.

HAUSBERGER, Bernd. Acercamiento a la historia global. In: ALBA, C.; BRAIG, M.; RINKE, S.; Zerméño, G. (eds.). *Entre espacios: movimientos, actores y representaciones de la globalización*. Berlín: Universidad Libre de Berlín-Colegio Internacional de Graduados, 2013, p. 83-98.

HAUSBERGER, Bernd. *Historia mínima de la globalización temprana*. México: El Colegio de México, 2018.

HAUSBERGER, Bernd; PANI, Erika. Historia global. Presentación. *Historia Mexicana*, México, v. 68, n. 1, p. 177-196, 2018.

HOBSBAWM, Eric. First World and Third World after the Cold War. *CEPAL Review*, Santiago de Chile, v. 67, p. 7-14, 1999.

KALTER, Christoph. From global to local and back: the 'Third World' concept and the new radical left in France. *Journal of World History*, Hawaii, v. 12, n. 1, p. 115-136, 2017.

LEWIS, Tammy L. *Ecuador's environmental revolutions: ecoimperialists, ecodependents and ecoresisters*. London: Cambridge Massachusetts Press, 2016.

MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven; ZEPHYR, Frank (eds.). *De la plata a la cocaína: cinco siglos de historia económica de América latina, 1500-2000*. México: FCE. 2017.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Latin America and the Caribbean: traditions in global history. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (Eds.). *Global history, globally: research and practice around the world*. London-New York: Bloomsbury Academic, 2018, p. 67-82.

McNEILL, William H. 'The rise of the West' after Twenty-Five years. *Journal of World History*, Hawaii, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1990.

MIDDELL, Matthias; NAUMANN, Katja. World history and global studies at the University of Leipzig. In: MANNING, Patrick (ed.). *Global practice in world history: advances worldwide*. Princeton: Markus Wiener Publisher, 2008, p. 81-98.

MORIN, Edgar. *Penser global. L'homme et son univers*. Paris: Flammarion-Champs Essais, 2016.

O'BRIEN, Patrick. Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history. *Journal of Global History*, Cambridge, v.1, n. 1, p. 3-39, 2006.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Alfonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian historical writing in global perspective: on the

emergence of the concept of 'historiography'. *History and Theory*, Connecticut, v. 53, p. 84-104, 2015.

PÉREZ GARCÍA, Manuel. From eurocentrism to sinocentrism: the new challenges in global history. *European Journal of Scientific Research*, London, v. 119, n. 3, p. 337-352, 2014.

PÉREZ GARCÍA, Manuel; DE SOUSA, Lucio (eds.). *Global history and new polycentric approaches: Europe, Asia and the Americas in a World network system*. Singapore: Palgrave-Macmillan, 2018.

PODGORNY, Irina. The elk, the ass, the tapir, their hooves, and the falling sickness: a story of substitution and animal medical substance. *Journal of Global History*, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 46-68, 2018.

RICH, Nathaniel. The very great Alexander von Humboldt. *The New York Review of Books*. 22 Oct. 2015. Disponible en: <http://www.nybooks.com/articles/2015/10/22/very-great-alexander-von-humboldt/?printpage=true>. Acceso en: 28 sep. 2018.

RIOJAS, Carlos. *Estudios proto-industriales: origen y legado*. México: Universidad de Guadalajara, 2016.

RIOJAS, Carlos. Desafíos de la historia global: una perspectiva desde América Latina. In: Instituto de Investigaciones Económicas y Políticas (comp.). *Retos y perspectivas del desarrollo económico en Ecuador y América Latina*. Ecuador: CIDE, 2017, p. 389-400.

RIOJAS LÓPEZ, Carlos. América Latina entre narrativas influyentes y tiempos de historia global. *América Latina en la Historia Económica*, v. 6, n. 3, p. 7-39, 2018.

RIVAROLA PUNTIGLIANO, Andrés; APPELQVIST, Örjan. Prebisch and Myrdal: development economics in the core and on the periphery. *Journal of Global History*, Cambridge, v. 6, n. 1, p. 29-52, 2011.

ROSEMBLATT, Karin Alejandra. Modernization, dependency, and the global in Mexican critiques of anthropology. *Journal of Global History*, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 95-121, 2014.

SACHSENMAIER, Dominic. *Global perspectives on global history: theories and approaches in a connected world*. New York: Cambridge University Press, 2011.

SACHSENMAIER, Dominic. World history as ecumenical history? *Journal of World History*, Hawaii, v. 18, n. 4, p. 465-489, 2007.

SAID, Edward. *Culture et impérialisme*. París: Fayard, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo*. México: Debolsillo, 2002 [1997].

SANTOS, Pedro Alfonso Cristovão dos; NICODEMO Thiago Lima; PEREIRA, Mateus de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017.

SAUVY, Alfred. Trois Mondes, Une planète. *L'Observateur*, Paris, 14 août, v. 118, p. 14, 1952.

SCHEUZGER, Stephan. La historia contemporánea de México y la historia global: reflexiones acerca de los 'sesenta globales'. *Historia Mexicana*, México, v. 68, n. 1, p. 313-358, 2018.

VANHEUTE, Eric. Commodity frontiers and the global history: a discussion about Sven Beckert's *Empire of Cotton*. *Journal of World History*, Hawaii, v. 28, n. 1, p. 101-105, 2017.

VRIES, Peer. The California School and beyond: how to study the Great Divergence? *History Compass*, Nueva Jersey, v. 8, n. 7, p. 730-751, 2010.

VRIES, Peer. Cotton, capitalism, and coercion: some on Sven Beckert's *Empire of Cotton*. *Journal of World History*, Hawaii, v. 28, n. 1, p. 131-140, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Universalismo europeo: el discurso del poder*. México: Siglo XXI, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*, Vol. I. Berkeley, California: University of California Press, 1979 [1974].

WULF, Andrea. *The invention of nature: the adventures of Alexander von Humboldt, the lost hero of science*. London: John Murray, 2015.

NOTAS

Carlos Riojas: Doctor. Profesor Investigador Titular C, Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativas, Departamento de Estudios Regionales, Zapopan, JAL, México. Periférico Norte, 799, Módulo M, 2^{do} nivel, Núcleo Universitario Los Belenes, 45100, Zapopan, JAL, México.

Cómo citar: RIOJAS, Carlos. Intermitente iluminación de América Latina en una historia global. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 42-66, jan./abr., 2019.

ORIGEN DEL ARTÍCULO

Este trabajo forma parte de una investigación más amplia cuyo título es "La ascensión del neoliberalismo en América Latina y Europa Central: una Historia Global".

FINANCIAMIENTO

Este artículo fue financiado por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología de México (CONACYT) mediante el proyecto de investigación CB-2016-01, número de referencia 282877.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

No se aplica.

AGRADECIMIENTOS

Quisiera agradecer a Francisco Enríquez Carrillo, quien amablemente me auxilió en diversas etapas del proyecto a recabar la información necesaria para la construcción de la base de datos que respalda esta investigación.



LICENCIA DE USO

Este artículo está licenciado bajo la [Licencia Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Las ideas expresadas en este artículo son de responsabilidad de sus autores, no representando necesariamente la opinión de los editores o de la universidad.

HISTORIA

Recibido: 4 de octubre de 2018

Aprobado: 19 de diciembre de 2018





A HISTÓRIA POLÍTICA NA HORA DA VIRADA TRANSNACIONAL: NOVAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

The political history at the transnational turn: new possibilities
of research

João Júlio Gomes dos Santos Júnior

Universidade Estadual do Ceará

joao.julio@uece.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2627-5558>

DOSSIÊ

Virada global: tensões, limites e desafios

A HISTÓRIA POLÍTICA NA HORA DA VIRADA TRANSNACIONAL: NOVAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

RESUMO

Em 2011, o historiador francês Jean-François Sirinelli publicou o artigo “L’histoire politique du ‘transnational turn’; l’agora, la Cité, le monde...et le temps”. Neste texto o autor discutiu o lugar da história política na hora da “virada transnacional”. Jean-François Sirinelli é considerado um dos grandes intelectuais que buscaram renovar a historiografia francesa na década de 1980, naquilo que se convencionou chamar de “nova história política”. Nesse sentido, o texto supracitado pode ser visto como uma tentativa de resposta frente às novas tendências que vêm modificando algumas questões e propondo novas abordagens historiográficas. Nossa proposta é avaliar as ideias desse autor e confrontá-las com a agenda temática da história global para tentar apontar algumas possibilidades de pesquisa dentro da história política com vistas a superar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo.

PALAVRAS-CHAVE: Nova história política. Virada transnacional. Jean-François Sirinelli.

THE POLITICAL HISTORY AT THE TRANSNATIONAL TURN: NEW POSSIBILITIES OF RESEARCH

ABSTRACT

In 2011, the French historian Jean-François Sirinelli published the article “L’histoire politique du ‘transnational turn’; l’agora, la Cité, le monde...et le temps”. The author discussed the place of Political History at the “transnational turn”. Jean-François Sirinelli is considered one of the greatest intellectuals that aimed to renew the French historiography in the 1980’s, in what has been called the “new political history”. In this sense, the text above mentioned can be considered “an answer” to the new trends that have changed traditional questions and that have also proposed new historiographical approaches. This article aims to evaluate the ideas of this author and confront them with the Global History agenda in order to suggest new possibilities of research in Political History to overcome eurocentrism and the methodological nationalism.

KEYWORDS: New political history. Transnational turn. Jean-François Sirinelli.



A Editora Autêntica publicou, em 2014, o livro *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*, de autoria do historiador francês Jean-François Sirinelli, especialista em história política e cultural do século XX. O livro foi originalmente publicado em 2013 pela CNRS Éditions e traduzido para o português já no ano seguinte. A obra é estruturada em sete capítulos que, por sua vez, são reproduções de trabalhos que tinham sido publicados de maneira difusa em revistas e outras coletâneas entre os anos de 2005 e 2012.

Neste artigo nossa atenção recairá sobre o último capítulo do livro, intitulado “A história política na hora do ‘*transnational turn*’: a ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo”, publicado originalmente em 2011 na *Revue Historique*, periódico em que o próprio Sirinelli ocupa o cargo de editor chefe. Em nossa opinião, esse texto possui uma grande importância para a historiografia política contemporânea e merece ser explorado de forma mais detalhada.

Jean-François Sirinelli iniciou sua carreira como professor assistente em História Contemporânea na Universidade de Nanterre. Em seguida trabalhou na Universidade de Lille durante 11 anos até receber o convite para assumir uma cadeira de História Política e Cultural no século XX na prestigiada Foundation Nationale des Sciences Politiques, conhecida pela abreviação Sciences Po.¹

A formação de Sirinelli foi fortemente influenciada por seu orientador, René Rémond, ninguém menos do que o organizador da conhecida obra *Por uma história política*, publicada em 1988 (primeira edição brasileira de 1996). Esta obra é considerada um dos pilares que contribuíram diretamente para reabilitar a história política na década de 1980.² Inclusive, o próprio Sirinelli figura entre os autores dessa obra por ter escrito um capítulo no qual aborda a questão dos intelectuais, um dos seus principais temas de pesquisa ao lado da cultura de massa nos anos 1960.

As contribuições de Jean-François Sirinelli para a história política em particular e para a historiografia francesa em geral são relevantes e atestam um grande comprometimento acadêmico e profissional.³ Porém, a proposta deste artigo é destacar alguns elementos do capítulo objeto de análise e algumas observações feitas pelo autor em relação ao momento de virada transnacional que a historiografia contemporânea vive e, mais especificamente, pensar novas possibilidades de pesquisa que se abririam à história política a partir dessas novas tendências que vêm modificando a maneira de abordar a história.⁴

¹ A Foundation Nationale des Sciences Politiques e o Instituto de Estudos Políticos de Paris são considerados, pelo próprio Sirinelli (2014, p. 103), como os centros acadêmicos franceses que contribuíram diretamente para a reabilitação da história política.

² Ainda de acordo com Sirinelli (2014, p. 103), outra importante obra para a reabilitação da história política foi a de Serge Berstein e Pierre Milza, *Axes et méthodes de l'histoire politique*, de 1998 e ainda sem tradução para o português. A propósito, tanto Serge Berstein quanto Pierre Milza também participaram da obra *Por uma história política*, com os capítulos sobre “os partidos” e sobre “política interna e política externa”, respectivamente.

³ Para uma análise mais detalhada do *curriculum vitae* de Jean-François Sirinelli, ver: <http://spire.sciencespo.fr/hdl:/2441/9labe9r4se65i789685q56h2k/export/cv/cv-Sirinelli-Jean-François.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁴ Neste artigo decidimos não retomar o já repetido discurso do “retorno da história política” por considerarmos extremamente problemática essa narrativa que privilegia a historiografia francesa, considerando Jacques Julliard (1976), René Rémond (1994; 2003), Pierre Rosanvallon (1995; 2010), Serge Berstein (1998), entre outros, como os autores responsáveis pela reabilitação da história política. Do nosso ponto de vista, há um excesso de protagonismo da produção francesa na historiografia

Para alcançar esse objetivo, o presente artigo se dividirá em duas partes para além desta breve introdução. Em um primeiro momento, vamos explorar algumas definições e indicações desenvolvidas por Sirinelli no texto supracitado. Em seguida, vamos retomar alguns esforços da história global no sentido de romper com o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo em uma variedade de temas de pesquisa. Por fim, buscaremos elaborar uma reflexão que seja capaz de apontar caminhos e possibilidades de pesquisa aproximando as problemáticas da história política e da história global.

A ágora, a Cidade, o mundo... e o tempo

O artigo “L’histoire politique du “*transnational turn*”; l’agora, la Cité, le monde... et le temps” foi publicado em 2011 na *Revue Historique*. No ano seguinte, em novembro de 2012, Jean-François Sirinelli concedeu uma entrevista a Marieta de Moraes Ferreira, divulgada em 2013 pela *Revista Brasileira de História*. O momento da circulação dessa entrevista não poderia ser melhor, uma vez que coincidiu com a publicação original de *Désenclaver l’histoire: nouveaux regards sur le XXe siècle français*, obra na qual foi reeditado o artigo de 2011. Nessa entrevista, ao comentar sobre o seu interesse pela história cultural, Sirinelli destacou a necessidade de se pensar a história para além do marco clássico do Estado-nação:

Hoje em dia não se pode mais fazer uma história nacional desconectada do mundo, fala-se em *World Story*, pois nota-se de fato o crescimento de uma cultura de massa, de uma cultura mundial que leva a refletir de maneira transnacional. A legislação, na França, é uma legislação europeia. Será que a história francesa é uma história conectada? A história política estudou o Estado-nação. Mas hoje, na hora da mundialização, nem tudo se passa no Estado-nação, as decisões nacionais ultrapassam o país, somos confrontados com uma história que não pode mais ser nacional (SIRINELLI, 2012 *apud* FERREIRA, 2013, p. 411).

A resposta de Sirinelli demonstra a preocupação do intelectual em buscar novas maneiras de abordar a história política, mais condizentes com as transformações globais do presente. Entretanto, como realizar tal empreendimento? Quais seriam as estratégias metodológicas, narrativas ou conceituais sugeridas para alcançar esse objetivo? As respostas a essas perguntas, evidentemente, não foram desenvolvidas no curto espaço de uma entrevista. Para compreender melhor as ideias do autor sobre essas possíveis mudanças da história política, vamos analisar as considerações que tece em seu artigo de 2011.

brasileira, que acabou deixando de lado significativas contribuições de outras escolas historiográficas para os estudos da história política, tais como a americana (HIMMERLARB, 1987), a alemã (KOSELLECK, 1992), a inglesa (POCOCK, 2003); a portuguesa (BONIFÁCIO, 1993; 1999; RAMOS, 1991), e até contribuições dos estudos subalternos (CHAKRABARTY, entre 2000 e 2005). Além disso, esse debate já foi apresentado para o público brasileiro, com mais propriedade, por outros autores (FERREIRA, 1992; BARROS, 2008; 2012).

No texto, Sirinelli destaca que, embora a história política tenha vivenciado um ressurgimento nos últimos 25 anos, esse movimento teria sido “duplamente autocentrado”. De acordo com o autor (SIRINELLI, 2014, p. 104), a história política conversou apenas “moderadamente” com outras ciências sociais e pouco exercitou os “jogos de escalas cronológicos ou espaciais”, o que teria contribuído para o seu isolamento. Em sua opinião (SIRINELLI, 2014, p. 105), seria indispensável que a história política refletisse sobre os jogos de escalas para conseguir escapar dessas limitações.

Há, aqui, uma evidente referência à conhecida obra *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Essa obra foi organizada e publicada originalmente em francês, em 1996, pelo historiador francês Jacques Revel, um defensor do “princípio de variação” das escalas como metodologia de pesquisa (REVEL, 1998, p. 20). Ao estabelecer esse vínculo, Jean-François Sirinelli busca amparo metodológico para fortalecer as estratégias de pesquisa dentro da história política, especialmente para discutir a necessidade de reflexão sobre as influências mútuas nas esferas da “ágora, da Cidade e do mundo”. De certa forma, esse princípio já fora desenvolvido pelo próprio Jacques Revel quando afirmava não existir uma oposição entre as diferentes geometrias espaciais referidas:

O trabalho de contextualização múltipla praticado pelos micro-historiadores parte de premissas muito diferentes. Ele afirma, em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista macro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente (REVEL, 1998, p. 27-28).

Portanto, Jean-François Sirinelli parece estar em busca de uma definição mais específica sobre como a dimensão política poderia se beneficiar da variação de escalas. Nesse sentido, ele reconhece que, da mesma forma que a história política passou por uma renovação há 25 anos, a historiografia contemporânea também estaria assistindo a uma nova mudança, “[...] cujo nome, veremos, pode variar, mas que deriva daquilo que chamaremos, notadamente na esteira de Akira Iriye, o *transnational turn*” (SIRINELLI, 2014, p. 106).

O historiador Akira Iriye nasceu no Japão em 1934 e, atualmente, é professor emérito da Universidade de Harvard. Dedicou toda sua carreira ao estudo da diplomacia estadunidense e também das relações internacionais entre o Japão e os Estados Unidos, objetos caros à história política. Contudo, dada a extensa obra do autor nipo-americano, é extremamente difícil estabelecer qual seria o texto de Akira

Iriye que serviu de inspiração para Jean-François Sirinelli, uma vez que este autor não cita nenhuma obra específica.⁵

Se o artigo de Sirinelli não fosse de 2011, e sim de algum ano posterior, poderíamos indicar, quase sem medo de errar, que o autor francês estaria se apoiando na obra *Global and Transnational History: the Past, Present and Future*, publicada em 2012. Infelizmente, esse não é o caso. O mais provável é que a obra em questão tenha sido a editada em conjunto entre Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier, intitulada *The Palgrave Dictionary of Transnational History* e publicada em 2009. Porém, como Sirinelli não cita Saunier ao lado de Iriye, não temos certeza. Talvez a resposta esteja na própria utilização da expressão *transnational turn*. Akira Iriye escreveu um pequeno artigo intitulado *The Transnational Turn*, publicado em 2007 pela revista *Diplomatic History*, em um número comemorativo dos 40 anos da Society for Historians of American Foreign Relations (SHAFR). Tal número contou apenas com a colaboração dos ex-presidentes da associação, que buscaram historiar a trajetória da instituição.

Esse texto de Akira Iriye é extremamente simples e, nele, o autor retoma algumas mudanças historiográficas dos últimos 40 anos, mostrando como algumas novas abordagens, mais condizentes com o mundo contemporâneo, foram incorporadas por alguns membros da SHAFR. Entre esses novos enfoques estão a história global e a história transnacional. De acordo com Iriye, “[...] mais e mais acadêmicos têm examinado os fenômenos históricos transnacionalmente, ao invés dos quadros nacionais individuais” (IRIYE, 2007, p. 376, tradução nossa).⁶ Contudo, por mais que o conceito de *transnational turn* (virada transnacional) apareça mencionado no título do artigo de Akira Iriye, a expressão não aparece no corpo do texto. Assim, o autor apresenta típicos objetos de pesquisa em história transnacional, do passado e do presente – tais como origens de impérios, guerras, comunidades regionais, migrações inter-regionais, doenças, problemas ambientais, direitos humanos e terrorismo –, sempre salientando o argumento da mudança historiográfica.

Em seu texto, Jean-François Sirinelli, ao contrário, não apresenta uma lista de possíveis objetos de pesquisa e nem exemplifica as novidades historiográficas a partir de livros ou artigos recentemente publicados. Assim, pela sua reflexão sobre os possíveis benefícios que os jogos de escalas podem oferecer para a história política, o intuito do autor parece ser mais teórico-metodológico. Para dar conta dessa tarefa, ele lança mão da metáfora “da ágora, da Cidade e do mundo”.

A ágora seria o lugar de troca e deliberação política. Este espaço se contraporiria ao âmbito da morada, que seria o ambiente por excelência da intimidade e da esfera privada. A ágora remeteria, assim, à democracia ateniense, ao Fórum romano e ao regime político representativo. Já a Cidade teria “[...] um sentido bem mais extensivo, englobando essa ágora mas ressitua-a no seio de um conjunto mais amplo do que o registro exclusivamente político: estamos aqui no domínio do viver-junto [...]” (SIRINELLI, 2014, p. 107). A Cidade, portanto, ultrapassaria a concepção de *pólis* e se tornaria algo ainda mais complexo do que um corpo cívico ou uma estrutura política.

⁵ No artigo de Jean-François Sirinelli, inclusive no original em francês, não são citadas as referências bibliográficas.

⁶ No original: “In some such ways, reflecting all these developments in the last several decades, more and more scholars have been examining historical phenomena transnationally, rather than in single national frameworks”.

Ainda seria necessário pensar o mundo em que essa Cidade e essa ágora estão inseridas. Para justificar esse intuito, o autor retoma a mudança – a “viragem transnacional” – que a historiografia estaria atravessando atualmente:

Nem por isso, esses dois círculos concêntricos da ágora e da Cidade bastam para caracterizar, por si sós, os jogos de escalas que essa história do político deve levar em conta. Há também uma dimensão mundo que não apenas lhe concerne, mas ocupa, além do mais, um lugar crescente nesses jogos. Seria, de fato, uma espécie de paradoxo a constatação de uma história política encolhida em camadas estreitas no momento mesmo em que historiografias francesa [sic] e estrangeiras exploram as pistas e as jazidas de uma história cuja enunciação pode variar, mas que, “conectada”, “global”, “transnacional” ou “mundial”, está de agora em diante atenta a essas dilatações do foco. Deixaremos aqui de lado a questão, aliás essencial, do uso de palavras que estão longe de serem sinônimas. Um fato, maior, permanece: há atualmente, nas práticas e nas curiosidades historiográficas, uma viragem transnacional. E mesmo sobre temas muito “nacionais” como a maior parte daqueles ligados à história política e que não teriam vocação, *a priori*, de ser englobados nos campos de uma *world history*, a dimensão mundial ou, mais precisamente, a relação com o mundo devem ser analisadas com atenção (SIRINELLI, 2014, p. 108-109, grifos no original).

A virada transnacional, portanto, estaria na própria raiz da ampliação do enfoque historiográfico. Nesse sentido, Sirinelli defende que a dimensão “mundo” precisa ser levada em consideração pela história política em uma articulação com as esferas da ágora e da Cidade. De certa forma, a novidade parece estar mais na metáfora em si, assim como na preocupação de pensar a história política propriamente dita, do que na ideia de variar os níveis de análise como uma resposta historiográfica.

O próprio Jacques Revel (2010, p. 443) já refletiu sobre essas novidades interpretativas e apresentou a sua metodologia da variação de escalas como uma alternativa possível frente às últimas inovações historiográficas. Com esse propósito, ele também salientou, em conjunto com uma colega britânica e um colega alemão, que a história transnacional não é um método, mas uma abordagem. E para aqueles que ainda se preocupam com a discussão de se ela é uma abordagem ou um método, os autores apontam que é mais do que isso: é uma realidade (FERRIS; REVEL; STRUCK, 2011, p. 575).⁷

Se a variação de escalas espaciais é uma ferramenta importante no contexto de virada transnacional, Jean-François Sirinelli (2014, p. 115-116) ainda defende a

⁷ Jacques Revel também escreveu o capítulo “A história redescoberta” no livro de *Por uma história-mundo*, de Patrick Boucheron e Nicolas Delalande (publicado em francês em 2013 e traduzido para o português em 2015), onde ele aborda a questão do eurocentrismo historiográfico a partir do trabalho do antropólogo britânico Jack Goody. Resumidamente, Revel reconhece a crítica ao eurocentrismo, mas aponta a falta de substância empírica e historiográfica do antropólogo. Porém, em nenhum momento o historiador menciona a importante contribuição à história da historiografia feita na obra *A Global History of Modern Historiography* (IGGERS; WANG; MUKHERJEE, 2008), na qual é abordado de maneira crítica o excepcionalismo historiográfico europeu.

sua aplicação cronológica. O último elemento de análise, o tempo, seria um objeto em si mesmo. Todas as comunidades humanas têm preocupações em medir o tempo, buscar seu sentido e transmiti-lo em uma narrativa. A história política deveria prestar atenção a essas relações não apenas de forma retroativa, mas também progressiva, em uma história do tempo presente (SIRINELLI, 2014, p. 119-120).

Contudo, o autor defende a necessidade de um distanciamento histórico mínimo em relação aos eventos analisados, afirmando a impossibilidade de realizar-se uma história imediata. Mesmo não querendo estabelecer um prazo mínimo, Sirinelli (2014, p. 122) aceita a ideia de um afastamento mínimo de 30 anos, até por questões arquivísticas. Isso não deixa de constituir um certo paradoxo, uma vez que o autor defendeu, no mesmo texto, a necessidade de os historiadores se adaptarem e serem os agentes da mudança historiográfica do seu tempo – referindo-se às novas tendências historiográficas advindas da virada transnacional (SIRINELLI, 2014, p. 114). Parece-nos que essa regra não se aplica, por exemplo, à atualização tecnológica e às possibilidades digitais que se abrem para a realização de uma pesquisa de história imediata, uma área que veio para ficar, diga-se de passagem (KELLY, 2006, p. 4; ALMEIDA, 2011, p. 16).

Em uma segunda entrevista, concedida em 2015 a Cândido Rodrigues (Universidade Federal de Mato Grosso) e Isabelle Clavel (Université Bordeaux-Montaigne), Sirinelli retoma, mais uma vez, tanto a questão da dificuldade em relação ao estudo do tempo presente, pela ausência de uma literatura preexistente, quanto do perigo de a história política permanecer apenas circunscrita ao âmbito nacional, já que, confrontada pela *World History*, poderia correr o risco de limitar seu campo de análise. Porém, ao ser questionado sobre a metodologia a ser adotada nesse processo de renovação/atualização da história política, Sirinelli volta a basear-se no conceito de “jogos de escalas” como estratégia para tentar superar o nacionalismo metodológico, não apresentando nenhuma outra estratégia ou alternativa (SIRINELLI, 2015 *apud* CLAVEL; RODRIGUES, 2015, p. 319).

Apesar disso, em outra obra publicada no mesmo ano de 2015, intitulada *Les historiens français en mouvement*, especialmente no artigo “Les histoires politique et culturelle à l'épreuve de la mondialisation” ainda sem tradução para o português, o autor parece ter mudado de opinião em relação às possibilidades que se abrem para o estudo da história imediata. Nesse novo trabalho, ele parece convencido de que, em um contexto marcado pelos avanços intelectuais e científicos e com o estabelecimento de uma rede mundial de telecomunicações, o historiador teria acesso a uma pluralidade de arquivos e fontes digitais que imporiam a interseção entre o Estado nação e o mundo. Para dar conta desse objetivo, Sirinelli lança mão da noção de “cultura mundo”, que seria capaz de produzir efeitos impressionantes, tais como o da “instantaneidade do desastre”, que o autor ilustra citando o 11 de setembro de 2001 como a “Guernica na CNN” (SIRINELLI, 2015, p. 2). Na sequência desse mesmo texto, ele apresenta, novamente, “a ágora, a cidade e o mundo” como modelo de análise dos jogos de escalas, excluindo a dimensão temporal.

Parece-nos que a única postura metodológica que Jean-François Sirinelli oferece como resposta concreta aos avanços da história global é a variação de escalas já proposta por Jacques Revel. Isso não deixa de ser curioso, pois, se a historiografia francesa está sendo confrontada com mudanças metodológicas e temáticas oriundas majoritariamente de outras tradições historiográficas, a solução, ao contrário, não é buscada fora, mas internamente. Aparentemente caberia à história política, portanto,

o papel de avaliar as alternâncias espaciais e cronológicas sem operar mudanças mais profundas sobre a sua própria agenda de pesquisa.

Novas possibilidades de pesquisa para a história política

Uma das contribuições mais importantes do movimento de reabilitação da história política na historiografia francesa foi, sem dúvida, uma agenda renovada, que se afastou da concepção tradicional de exaltação dos heróis, governantes e batalhas e ofereceu novos objetos de pesquisa. Para citar apenas alguns exemplos, passou-se a questionar o processo eleitoral, os partidos, a mídia, os intelectuais, as ideias, as religiões e até mesmo os condicionamentos da política interna na política externa (RÉMOND, 2003).

Há de se perguntar, portanto, sobre os possíveis ganhos temáticos que a história política poderia ter ao se confrontar com a agenda do *transnational turn*. Nossa proposta nesta seção não é oferecer um conjunto fechado de novos temas de pesquisa; muito menos propor a simples aplicação da agenda global ao objeto político. Pelo contrário, nossa intenção é mais modesta: visa apenas considerar de que forma, a partir de algumas coletâneas e obras específicas, os temas da história global podem suscitar novas possibilidades de pesquisa para a história política. Nossa ideia é que essas indicações não fiquem restritas à sugestão metodológica de variação de escalas.

Para dimensionar o tamanho do desafio que se segue, é preciso relembrar as mutações que a disciplina histórica sofreu na década de 1990. À medida que o mundo atravessava importantes abalos conjunturais, tais como a Queda do Muro de Berlim, o Massacre da Praça Celestial, o Fim da Guerra Fria, o Fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Libertação de Mandela, entre outros, a historiografia ia se modificando na conjuntura pós-1989, ficando cada vez mais clara a necessidade de se encontrar maneiras distintas de se narrar o passado (IGGERS, 2010, p. 107). A questão é que esse processo de renovação narrativa foi acompanhado por disputas acirradas no campo acadêmico e muitas correntes historiográficas surgiram propondo sua imediata distinção em relação às demais (BARROS, 2014a, p. 104).

Conforme tal propósito de caracterização, apostou-se mais nas diferenças do que nas semelhanças entre essas abordagens. Para oferecer uma dimensão desse processo, basta citar que Diego Holstein (2015), em seu livro *Thinking History Globally*, apresenta uma classificação de 12 correntes historiográficas: história comparada; histórias relacionais; nova história internacional; história transnacional; histórias oceânicas; sociologia histórica; análise civilizacional; abordagem sistema-mundo; história global; história da globalização; história mundial; *Big History*.⁸ O número poderia ser ainda maior se explorássemos as divisões existentes dentro da corrente das histórias relacionais, que englobam a história conectada, a história compartilhada e a história cruzada (BARROS, 2014b). Entretanto, é possível encontrar dois princípios comuns a todas essas perspectivas, nomeadamente as

⁸ É preciso acrescentar que o próprio Diego Holstein considera que os *overlaps* (justaposições) dessas correntes ajudam a dimensionar os 4 “C”s que ele considera fundamentais numa pesquisa de história global: comparação, conexão, conceitualização e contextualização.

vontades de superar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo (SANTOS JR.; SOCHACZEWSKI, 2017).

Tendo essas problemáticas em mente, passemos à análise de algumas obras. Talvez um dos primeiros esforços de mapear o campo da história global tenha sido realizado por Bruce Mazlish e Ralph Buultjens, na obra *Conceptualizing Global History*, publicada em 1993. Segundo Jerry H. Bentley (1995, p. 1), a proposta de Mazlish era diferenciar a *Global History* da *World History* enfatizando que a primeira era uma abordagem que tratava dos processos que tinham moldado o mundo globalizado do presente. Nesse sentido, algumas temáticas poderiam ser vistas como fatores dessa globalização, tais como as relativas à exploração do espaço, às comunicações via satélite, às ameaças nucleares, aos problemas ambientais, às empresas multinacionais, às migrações, às culturas musicais, à noção de direitos humanos; esses temas não se restringiriam aos limites do Estado nação e, portanto, deveriam ser abordados de forma a evitar-se o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo.⁹

Se, no início dos anos 1990, a agenda da história global poderia ainda ser considerada tímida, o mesmo não pode ser dito depois de quase 30 anos de produção, divulgação e estabelecimento de redes de pesquisas, revistas científicas e larga produção editorial. A área se consolidou, como atesta a importante coletânea organizada por Jerry H. Bentley, em 2011, intitulada *The Oxford Handbook of World History*. A “tarefa da história mundial”, segundo Bentley (2011, p. 10) seria “construir historiografias que mitiguem, se não puderem eliminar, os problemas derivados do eurocentrismo e da fixação no Estado nação”. O livro é composto por 31 capítulos divididos em quatro seções (conceitos, temas, processos e regiões) e escritos por autores reconhecidos internacionalmente.

As regiões e os conceitos abordados nas referidas seções atestam a pluralidade que caracteriza esse tipo de produção. Nelas, são discutidas desde problemas epistemológicos ou de periodização até as mais variadas geografias oceânicas e continentais.¹⁰ Para evitar que nosso artigo fique enfadonho, vamos citar apenas os temas e processos, já que estamos mais preocupados com esses aspectos dos que propriamente com os teóricos, metodológicos e espaciais. No que diz respeito aos temas de pesquisa, a obra aponta para a história ambiental mundial; a história da agricultura; a história do pastoreio nômade; e a história dos gêneros. Também mostra as transformações dos Estados e as guerras; as religiões; a agricultura avançada; a história das tecnologias, da engenharia e da ciência. No que diz respeito aos processos históricos propriamente globais, o livro aponta para a história das migrações; a história do comércio eurasiático; a industrialização; a história das trocas biológicas; a história das trocas culturais; os impérios pré-modernos; e o imperialismo moderno.

No ano seguinte, em 2012, foi publicado o livro *A Companion to World History*, organizado por Douglas Northrop. A obra é composta por 33 capítulos escritos por diferentes autores e distribuídos em três partes. A primeira diz respeito às práticas

⁹ Bruce Mazlish não foi o único a apostar na diferenciação desses conceitos. Muitos seguiram seus passos. Ver, por exemplo: FICKER, 2014.

¹⁰ Na seção “conceitos” são debatidos teorias, geografias, periodização, modernidade, globalizações e epistemologia; na parte “regiões” aparecem reflexões, por exemplo, sobre o Leste asiático e a Eurásia Central, o Sul e o Sudeste asiáticos; também aparecem abordagens continentais sobre a África, a Europa, as Américas e a Oceania; por fim, os oceanos são debatidos a partir de análises da História Mediterrânea e das bacias do Atlântico e do Pacífico.

de pesquisa e às trajetórias acadêmicas, destacando-se as técnicas, os métodos, os públicos e as pedagogias. A segunda parte do livro traz categorias e conceitos subdivididos conforme estruturas, comparações e conexões. Evidentemente, há muitos temas que são coincidentes em ambos os livros. Porém, nesta segunda seção é possível identificar temas ainda mais distintos daqueles mencionados anteriormente, tais como: raças, corpos, pessoas, objetos, redes, ideias e doenças. Na última parte do livro, recebem destaque algumas regiões que produzem narrativas sobre o mundo, numa explícita tentativa de encontrar eixos alternativos ao predominante eurocentrismo historiográfico.

Uma terceira obra coletiva que vale a pena mencionar é *Architects of World History: Researching the Global Past*, organizada por Kenneth R. Curtis e Jerry H. Bentley (póstumo) e publicada em 2014. À diferença das demais iniciativas até agora mencionadas, que priorizaram um mapeamento do campo e o estabelecimento de uma diversificada agenda, essa obra convida alguns conhecidos historiadores para falarem sobre as suas trajetórias profissionais e de pesquisa. Tal estratégia abre espaço para uma “ego-história” que ajuda os leitores a perceberem quais foram as dificuldades, constrangimentos e oportunidades que surgiram ao longo da carreira de nomes como John R. McNeill, Merry E. Wiesner-Hanks, Kenneth Pommeranz, Dominic Sachsenmaier, Lauren Benton, David Chistian e Kerry Ward. Neste livro, esses autores refletem sobre como se tornaram historiadores mundiais/globais.¹¹

É possível acompanhar, por exemplo, a virada temática da pesquisa de John R. McNeill, que, no início de sua carreira, estava preocupado com as finanças das empresas ferroviárias britânicas entre 1830-1860 e acabou se tornando uma das principais referências mundiais de história ambiental. Em seu influente livro *Mosquito Empires*, aborda questões de desmatamento, hábitat do mosquito, crescimento populacional, migrações e seus impactos sobre estruturas de assentamentos, guerras e revoluções em paisagens da Venezuela até a Virgínia (McNEILL, 2014, p. 49). A propósito, os avanços internos dentro da temática da história ambiental são tamanhos que Frank Uekoetter (2010) já defende pontos de virada na história ambiental em sua obra *The Turning Points of Environmental History*.

Para complementar tal panorama de possibilidades temáticas, não podemos deixar de citar alguns trabalhos individuais de fôlego. Vale a pena discutir as contribuições de David Armitage, Laura Benton, Peter Linebaugh/Marcus Rediker e Carl Nightingale.

David Armitage é professor de Harvard e tem uma extensa obra publicada em diferentes línguas. Recentemente, publicou, ao lado de Jo Guldi, o influente *History Manifesto* (2014a), um poderoso libelo à centralidade da disciplina História, restituindo o seu prestígio perdido ao argumentar que é a única área que permite aproximações aos problemas do presente ao abordá-los da perspectiva da longa duração.¹² Porém, é no seu livro publicado em 2007, traduzido para o português em 2011, que encontramos um exemplo prático de como realizar uma história global. Na obra *Declaração de*

¹¹ Para uma análise mais criteriosa da obra, ver: SANTOS JR., 2015.

¹² A discussão foi ampliada no artigo que ambos publicaram na revista dos *Annales* (ARMITAGE; GULDI, 2015a), intitulado *The return of the longue durée: an Anglo-saxon perspective*, assim como no debate instaurado na *American Historical Review* com a intervenção de Deborah Cohen e Peter Mandler (COHEN, MANDLER, 2015) e com a réplica dos autores (ARMITAGE; GULDI, 2015b). Armitage (2015c) também defende uma virada da história intelectual.

Independência: uma História Global, o leitor é convidado a acompanhar aspectos do documento máximo do processo de independência dos Estados Unidos, desde suas características materiais, como a origem do tipo de papel, da tinta, etc., até o impacto causado pelo documento ao percorrer longas distâncias em um curto período de tempo graças à imprensa internacional; de fato, ele influenciaria, mais tarde, dezenas de processos de independência ao redor do mundo. Trata-se, sem dúvida, de uma provocante abordagem que nos leva a explorar as conexões materiais e intelectuais a partir de um documento.

Na obra *A Search for Sovereignty*, de Lauren Benton (2010), a atenção da professora da Universidade de Nova Iorque recai sobre os domínios dos mares e ilhas que geraram disputas jurídicas entre impérios. A autora aproxima o direito e a história mundial/global de uma forma que abre caminhos para a compreensão dos posicionamentos dos atores e suas hierarquias; das flexibilidades e longo alcance das culturas legais; assim como das continuidades regionais e globais de reconhecimento jurídico, num compartilhamento de elementos de um repertório legal moderno. A autora ainda destaca que essas disputas se manifestam até mesmo nas representações cartográficas, por exemplo.

Também será a partir das conexões atlânticas que Peter Linebaugh (Universidade de Toledo – Ohio) e Marcus Rediker (Universidade de Pittsburgh) trabalharão a problemática da *Hidra de muitas cabeças* (2008). Trata-se de um rico debate que estabelece pontos de contato, conexões, identificações e experiências comuns entre trabalhadores portuários, escravos, marinheiros, plebeus e até mesmo piratas. Essa história vista de baixo retoma aspectos silenciados do período moderno em uma ampla região com elementos comuns que constituem o que pode ser considerado uma cultura revolucionária.¹³

Por último, mas não menos importante, está o impressionante *Segregation: a Global History of Divided Cities*, de Carl Nightingale (2012). O professor da Universidade de Buffalo procura mostrar que a segregação racial nas cidades possui raiz antiga e foi uma prática adotada em diferentes cidades em vários continentes e em épocas distintas. Desde os zigurates; na época medieval; nas práticas coloniais em cidades como Calcutá, Manila e Johannesburgo; na Chicago dos anos 1960; ou até mesmo nos dias atuais; a segregação possui diversas facetas, adotando desde formas explícitas de separação racial até meios não declarados, como o atual sistema de comércio imobiliário.

A diversificação temática da história global só é possível graças ao salutar hábito de pensar para além dos marcos do Estado-nação e da perspectiva eurocêntrica. Assim, ao buscar fenômenos que ultrapassam os tradicionais limites historiográficos, os historiadores são confrontados com pesquisas em vários arquivos, em diferentes línguas. Por precisarem se habituar a outras tradições historiográficas, os autores são obrigados a repensar os limites da sua própria investigação. É nessa atitude de conectar, comparar, contextualizar e conceitualizar, para citar novamente os 4 “C”s de Diego Holstein, que a história política pode ganhar uma nova agenda temática, mais condizente com o período em que vivemos.

¹³ O Atlântico serviu como palco de interessantes debates sobre como abordar essa região. Ver, por exemplo, a terceira parte do livro *Atlantic History: a Critical Appraisal*, de GREEN; MORGAN, 2009 e a proposta de ARMITAGE, 2014b.

Uma conclusão: em busca de novas possibilidades de pesquisa

Acreditamos que a análise feita na primeira parte deste artigo no que diz respeito à proposição realizada por Jean-François Sirinelli – de pensar a história política a partir da virada transnacional – ajuda a demonstrar o necessário redimensionamento das pesquisas na área. Nesse sentido, é preciso salientar o inegável mérito do autor francês em formular a questão nesses termos. Contudo, ao mesmo tempo, também é preciso salientar o seu atraso.

O fato de a historiografia francesa ter de se questionar sobre o impacto da história global na história política nos ajuda a compreender o próprio momento historiográfico francês. Com efeito, enquanto que, para diversas tradições historiográficas, a história global é parte da realidade historiográfica dos últimos 30 anos, parece que a historiografia francesa, ou uma parte considerável dela, só percebeu agora a necessidade de pensar a história para além das bases nacionais e do eurocentrismo.¹⁴

Nesse sentido, não é de se admirar que a questão da renovação da história política não tivesse sido posta de maneira clara anteriormente. A agenda temática da história global já aborda a política de uma maneira renovada há muito tempo, com bastante qualidade e inovação programática, como vimos na segunda parte deste artigo. Não seria necessário questionar, portanto, as bases teóricas dessa mudança que já está mais do que consolidada.

No entanto, a premissa faz sentido para a historiografia brasileira. E, igualmente, isso diz muito sobre o nosso próprio desenvolvimento historiográfico. Parece-nos evidente o peso que a historiografia francesa tem na academia brasileira de uma maneira geral e na formação histórica de uma maneira específica. Essa influência se manifesta de diversas formas, tais como: na postura eurocêntrica de aguardar as inovações vinda daquela tradição; na demora editorial para a tradução de obras acadêmicas; na recusa em abraçar trabalhos colaborativos; na renúncia a realizar leituras em línguas estrangeiras; no receio em relação a pesquisas que se utilizem de arquivos digitais; ou no olhar “desconfiado” de colegas ao debater-se tendências que já tem 30 anos de idade (!).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Revista Aedos*, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan.-jun. 2011.

ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 206-217, 2014b.

ARMITAGE, David. *Declaração de independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁴ O próprio Sirinelli (2015, p. 2) avalia a necessidade de as novas gerações de historiadores franceses escreverem e divulgarem suas pesquisas em inglês sob o risco de perderem a relevância acadêmica devido aos limites linguísticos representados pelo francês.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. The history manifesto: a replay to Deborah Cohen and Peter Mandler. *American Historical Review Exchange*, v. 120, n. 2, p. 543-554, abr. 2015b.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. The return of the *longue durée*: an Anglo-saxon perspective. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 70, n. 2, p. 1-56, abr./jun. 2015a.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a.

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, v. 1, n. 1, p. 1-15, dez. 2015c.

BARROS, José D'Assunção. História Cruzada - considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014b.

BARROS, José D'Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014a.

BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, v. 1, p. 1-26, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História social e retorno do político. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira (orgs). *Campos da política: discursos e práticas*. São Paulo: LP-books, 2012, p. 10-47.

BENTLEY, Jerry H. (ed.). *The Oxford Handbook of World History*. New York: Oxford University Press, 2011.

BENTLEY, Jerry. Review of Mazlish, Bruce; Buultjens, Ralph. Conceptualizing Global History. *H-World, H-Net Reviews*, August, 1995. Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/20292/reviews/21058/bentley-mazlish-and-buultjens-conceptualizing-global-history>. Acesso em: 17 set. 2018.

BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (ed.). *Architects of World History: Researching the Global Past*. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014.

BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: law and geography in European Empires 1400-1900*. New York: Cambridge University Press, 2010.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. O abençoado retorno da velha história. *Análise Social*, v. XXVIII (122), n. 3, p. 623-630, 1993.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da história política*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña historia de los Estudios Subalternos. *Anales de desclasificación*. Documentos complementarios. [entre 2000 e 2005], p. 1-27. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/historiacultural/india_subalternos.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

CLAVEL, Isabelle; RODRIGUES, Cândido. Entrevista com Jean-François Sirinelli. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 08, n. 01, p. 314-323, jan-jun 2015.

COEHEN, Deborah; MANDLER, Peter. The history manifesto: a critique. *American Historical Review Exchange*, v. 120, n. 2, p. 530-542, abr. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A "nova velha história": o retorno da história política. *Estudos Históricos*, v. 10, p. 265-271, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Jean-François Sirinelli. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2012. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 407-412, 2013.

FERRIS, Kate; REVEL, Jacques; STRUCK, Bernhard. Introduction: Space and Scale in Transnational History. *The International History Review*, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.

FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2014. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/66524>. Acesso em: 13 maio 2015.

GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. *Atlantic History: a critical appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009.

HIMMELFARB, Gertrude. *The New History and the Old: critical essays and reappraisals*. 2nd ed. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2004 [1987].

HOLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Suprya. *A Global History of Modern Historiography*. Londres: Pearson/ Longman, 2008.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.

IRIYE, Akira. The Transnational Turn. *Diplomatic History*, v. 31, n. 3, p. 373-376, 2007.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KELLY, T. Mills. The Role of Technology in World History Teaching. *World History Connected*, v. 3, issue 3, 2006. p. 1-9.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v. 10, p. 134-146, 1992.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

McNEILL, John R. En Route to World Environmental History. In: BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (eds.). *Architects of World History: Researching the Global Past*. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014, p. 30-55.

NIGHTINGALE, Carl. *Segregation: A Global History of Divided Cities*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2012.

NORTHROP, Douglas (ed.). *A Companion to World History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RAMOS, Rui. A causa da história do ponto de vista político. *Penélope: fazer e desfazer a história*, n. 5, p. 27-47, 1991.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 9-19, 1994.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTOS JR., João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo [on-line]*, v. 23, n. 3, p. 483-502, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v23n3/1980-542X-tem-23-03-483.pdf> Acesso em: 05 jan. 2018.

SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. Os arquitetos da história global: trajetórias de pesquisa. *História da Historiografia*, n. 18, p. 289-294, ago. 2015.

SIRINELLI, Jean-François. A História Política na hora do “transnational turn”: a ágora, a Cidade, o mundo...e o tempo. In: SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 103-124.

SIRINELLI, Jean-François. L’histoire politique du “transnational turn”; l’agora, la Cité, le monde...et le temps. *Revue Historique*, Paris, n. 658, p. 391-408, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Les histoires politique et culturelle à l’épreuve de la mondialisation. In: CAUCHY, Pascal et al. (dirs.) *Les historiens français en mouvement*. Paris: PUF, 2015. p. 1-6. (e-book).

UEKOETTER, Frank (ed.). *The Turning Points of Environmental History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.

NOTAS

João Júlio Gomes dos Santos Júnior: Doutor. Professor Adjunto, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, CE, Brasil. Av. Dr. Silas Munguba, Campus Itaperi, 60714-903, Fortaleza, CE, Brasil.



Como citar: SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. A história política na hora da virada transnacional: novas possibilidades de pesquisa. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 67-83, jan./abr., 2019.

ORIGEM DO ARTIGO

Neste texto, foram reunidas as considerações de uma série de palestras proferidas em eventos acadêmicos nas seguintes universidades: Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (2015), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2016), Universidade Estadual do Ceará (2016) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó (2018).

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Deixo meu agradecimento a todos os interlocutores nas citadas universidades assim como aos pareceristas anônimos por suas contribuições.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de setembro de 2018

Aprovado em: 10 de dezembro de 2018





CONQUISTAS DIFERENTES E DE DIFERENTES CLIMAS: O MARANHÃO, O BRASIL E A AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Different conquests, with different climates: Maranhão, Brazil, and Portuguese America (17th and 18th centuries)

Rafael Chamboleyron
Universidade Federal do Pará
rafaelch@ufpa.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1150-5912>

CONQUISTAS DIFERENTES E DE DIFERENTES CLIMAS: O MARANHÃO, O BRASIL E A AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVII E XVIII)

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de refletir sobre as representações construídas sobre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, a partir da documentação produzida no e sobre o Maranhão, de meados do século XVII a meados do século XVIII. Trata-se de discutir de que maneira essas duas unidades administrativas independentes da América portuguesa eram percebidas e de que modo o exame dessas representações pode nos ajudar a refletir sobre a complexidade da formação da América portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia colonial. Brasil colonial. Séculos XVII e XVIII.

DIFFERENT CONQUESTS, WITH DIFFERENT CLIMATES: MARANHÃO, BRAZIL, AND PORTUGUESE AMERICA (17TH AND 18TH CENTURIES)

ABSTRACT

This article examines the representations drawn from the State of Maranhão and the State of Brazil, two separate provinces of Portuguese America, based on documents written in and about Maranhão from the mid-seventeenth to the mid-eighteenth century. It discusses how these two provinces of Portuguese America were perceived, and how the analysis of these representations can help us reflect on the complexity of the formation of the Portuguese America.

KEYWORDS: Colonial Amazon region. Colonial Brazil. Seventeenth and eighteenth centuries.



Em 1749, publicava-se em Lisboa a obra póstuma de Bernardo Pereira de Berredo, intitulada *Annaes historicos do Estado do Maranhão*. Berredo tinha sido governador do Estado do Maranhão de 1718 a 1722 e depois ocupou o cargo de governador da praça de Mazagão, no norte da África. Como boa parte das autoridades coloniais, Berredo tinha ampla e variada trajetória nas letras, na administração e na carreira militar no reino e nas conquistas de Portugal (GUZMÁN, 2007). *Annaes...*, de Berredo, não é a primeira “história” do Estado do Maranhão, mas certamente é uma das mais conhecidas, não só pela sua publicação ainda em meados do século XVIII (com reedições em 1849, 1905 e 1988), como também pelo cuidado que teve o autor em recolher documentação que fundasse a sua narrativa para além da erudição clássica que articula o texto.

Dos *Annaes* de Berredo, interessa um pequeno trecho. Ao descrever as delimitações do Estado do Maranhão, fundado no início da década de 1620, Berredo explica como seu território se estendia “correndo a costa Leste, Oeste” por 455 léguas, acabando o seu domínio, “com o de toda a América portuguesa”, no rio Vicente Pinzón (BERREDO, 1749, p. 7).

Para Berredo, o Estado do Maranhão pertencia a um território maior, definido aqui como “América portuguesa”. Tenderíamos hoje a identificar a “América portuguesa” de Berredo com o Brasil. Porém, não era esse o significado que tinha “Brasil” para alguém como Bernardo Pereira de Berredo. De fato, ao longo de sua obra, em diversos momentos, ele se refere a um “Brasil” que nem se confunde com o Maranhão, nem o inclui, embora ambos os territórios fossem ocupados por portugueses, cujos feitos, por sinal, como letrado e militar de sua época, o governador Berredo glorificava.

O Estado do Maranhão foi fundado como província separada do Estado do Brasil na década de 1620, no quadro da monarquia ibérica e durou até o início do século XIX. Nesse período, teve muitas configurações territoriais e administrativas: até meados dos anos 1770, incluiu as capitâncias régias do Pará, Maranhão, São José do Rio Negro e Piauí (brevemente a do Ceará, até meados do século XVII) e, a partir de então, constituíram-se dois estados separados, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí.

Já no início de sua obra, Berredo destaca a separação das “conquistas do Maranhão e Grão-Pará” do governo-geral do Brasil, “com título de Estado” (BERREDO, 1749, p. 221). Esta divisão, implementada em 1621 e efetivada em 1626 (com a chegada do primeiro governador), fundamentava-se na distância e nas reais dificuldades de navegação e travessia por terra entre o Ceará e a capitania do Maranhão. Historiografia recente tem inserido os processos de conquista da cidade de São Luís do Maranhão (aos franceses), de fundação da cidade de Belém do Pará e de criação do Estado do Maranhão nos quadros mais amplos das políticas castelhanas para os territórios setentrionais da América do Sul durante a chamada União Ibérica (MARQUES, 2009, p. 284-343; CARDOSO, 2017, p. 55-160).

Certamente, há aqui uma distinção administrativa que é preciso considerar, que fazia do governador do Estado do Maranhão, ao que tudo indica, uma autoridade

¹ Outros relatos ou crônicas anteriores apresentam também uma história do Estado do Maranhão. Ver, por exemplo: MORAIS, 1877 [1692], p. 303-63; BETTENDORF, 1990 [1698]; ARAÚJO, Domingos de, SJ. *Chronica da Companhia de Jesus da missam do Maranhã, c. 1720. Biblioteca Pública de Évora* (BPE), códice CXV/2-11, ff. 209-331v.

independente da jurisdição do governador-geral do Brasil ou de qualquer outro governador deste Estado. A esse respeito, há diversos indícios na documentação seiscentista, principalmente na produzida nos conselhos e tribunais da corte.

Algumas décadas depois da criação do Estado, quando se discutia o estatuto dos poderes eclesiásticos do novo Estado do Maranhão, o Conselho da Fazenda insistia sobre a necessidade de criação de uma administração eclesiástica separada, argumentando que a distância e a extensão das terras “também moveram a V.M. a criar ali um governador sem dependência do governador-geral do Estado do Brasil” (DOCUMENTOS..., 1639, p. 222). Pouco tempo depois da Restauração de Portugal, em 1640, quando se debatia o ordenado do provedor-mor do Maranhão, o provedor nomeado defendia que seu ordenado fosse o mesmo que recebia o provedor do Brasil, lembrando o Conselho da Fazenda que se configurava então uma nova situação. Antes, quando as capitanias do Pará e do Maranhão “não estavam ainda reduzidas a Estado, sendo anexas ao [Estado] do Brasil”, a Coroa mandava “fazenda com que se satisfazia a todos por não haver ainda engenhos nem comércio naquelas partes”. Diferente era a situação na década de 1640, “porque [segundo o Conselho da Fazenda] o dito Estado do Maranhão o é hoje, de por si, sem dependência alguma do Estado do Brasil”.²

Na década de 1660, o Desembargo do Paço analisava uma consulta do Conselho Ultramarino sobre a possibilidade de os governadores do Maranhão poderem perdoar “casos leves” e emitir “alvarás de fiança”. O tribunal, totalmente contrário a essa faculdade – pois “a preeminência de perdoar crimes é a principal regalia dos príncipes supremos” –, lembrava que, se os governadores “do Algarve e do Brasil não têm este privilégio”, não haveria razão para se “conceder ao governador do Maranhão”.³ Parecia haver aqui algo que poderíamos denominar de “igualdade” administrativa (não necessariamente política ou de hierarquia) entre as autoridades máximas do Maranhão e do Brasil.

Certamente, o poder dos governadores do Maranhão, a sua ingerência nos assuntos da conquista, inclusive depois de terminado o governo, e a relação relativamente amistosa que vários deles mantiveram com as Câmaras das duas cidades do Estado, Belém e São Luís, demonstram que a criação do Estado do Maranhão tinha ensejado, de fato, a lenta consolidação de um poder independente e consideravelmente centralizado, ainda mais se levarmos em conta a constante intervenção da Coroa na sua província setentrional da América (SANTOS, 2009; 2010; 2016; CHAMBOULEYRON, 2016).

Do ponto de vista da administração eclesiástica (incluindo as ordens regulares), entretanto, parecia se manter uma dependência com relação ao Estado do Brasil. Por exemplo, durante muito tempo, os padres jesuítas foram sustentados com uma consignação feita nas rendas resultantes das baleias da Bahia e do Rio de Janeiro (ALVARÁ..., 1680, p. 56-57). Significativamente, uma junta constituída para discutir os negócios do Estado do Maranhão, na década de 1680, defendia que os padres do

² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Consulta do Conselho da Fazenda ao rei D. João IV. 25 de setembro de 1641. Maranhão (Avulsos), caixa 2, doc. 130.

³ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], 12 de Dezembro de 1667. Do Dez.º do Paço. Sobre a cons.^{ta} do Conselho Ultramarino que trata de se conceder aos gov.^{tes} do Maranhão que possam perdoar [crimes] leves, e conceder Alvaras de Fiança. *Desembargo do Paço*, Justiça e Despacho da Mesa, Consultas Lavradas, maço 797, sem paginação.

Maranhão se separassem da província do Brasil e se unissem à província de Portugal, “por ser mais fácil e mais frequente a comunicação deste reino que do Brasil para o Estado do Maranhão”.⁴ De fato, a missão inaciana do Maranhão foi por muito tempo dependente da província do Brasil, o que, segundo o padre Serafim Leite, levantava uma série de problemas para a administração e governo da missão em razão da dificuldade de comunicação. Embora pedida diversas vezes antes, a separação só veio em 1727, com a elevação do Maranhão ao estatuto de vice-província (LEITE, 1943, p. 219-221).

No âmbito diocesano, como consta em um índice de ordens régias registradas na Junta da Fazenda da Bahia, referente à década de 1720, os bispos do Maranhão e do Pará recebiam suas cômputas, junto com vários dos cônegos e ministros do Estado, pagas na Bahia ou Pernambuco.⁵

Se a questão administrativa é importante, ela não esgota de modo algum os matizes da relação entre os dois territórios. O fato de existirem dois estados administrativa e politicamente independentes na América portuguesa não implica uma diminuição da complexidade das relações entre ambos (tema que ainda precisa ser pesquisado em profundidade), nem deve limitar o exame das representações que se construíram sobre essas duas províncias ao longo do período colonial.

A partir da documentação escrita produzida sobre o Estado do Maranhão, de meados do século XVII a meados do século XVIII, este texto procura entender a maneira como é representada essa conquista de Portugal em relação ao Estado do Brasil. Fragmentos das fontes revelam uma compreensão complexa, que oscila entre a semelhança e a diferença. Não se trata de definir o Estado do Maranhão, nem mesmo o Estado do Brasil, que, por sinal, constituíam ambos territórios complexos e heterogêneos. O que se quer mostrar é que, nos documentos produzidos na corte, nas cartas enviadas das conquistas, nos relatos, nas crônicas, entre outros documentos, Maranhão e Brasil significavam entidades distintas, embora relacionadas.

De fato, Brasil e Maranhão eram territorialidades com significados distintos dos de hoje. É preciso recuperar esses significados – e aqui o faremos somente a partir do Estado do Maranhão (ou melhor, da documentação escrita produzida *no e sobre ele*) – para compreender a heterogeneidade e complexidade da formação da América portuguesa.

Como se verificará ao longo do texto, a documentação é variada, no tempo e no espaço. Na verdade, não há de fato um conjunto documental coerente que sirva de base para a reflexão proposta (e é preciso ressaltar que não foi realizada aqui análise da produção cartográfica). Buscou-se recuperar fragmentos e curtas imagens produzidas sobre a região e o “Brasil” na documentação que trata da conquista, da colonização e das mazelas do Estado do Maranhão. Brasil e Maranhão aparecem na documentação como termos genéricos. No caso do primeiro, muitas vezes associado à região açucareira; em outros casos, são especificadas regiões do “Brasil”, como quando se fala de algumas capitânicas concretas. Manteve-se aqui a denominação original, por mais vaga que pareça, uma vez que se trata de termos de comparação das próprias fontes.

⁴ AHU. Consulta da Junta do Estado do Maranhão. 13 de outubro de 1686. Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 751.

⁵ ARQUIVO NACIONAL (AN), *Junta da Fazenda da Bahia*, códice 539, ff. 5-5v, 5v, 9, 9v-10, 11, 17v.

Recuperando fragmentos da documentação produzida *no* ou *sobre* o Estado do Maranhão, serão abordadas quatro representações da relação entre os Estados do Maranhão e do Brasil: 1) o Brasil como medida do Maranhão; 2) o Maranhão como Brasil; 3) o Maranhão como Brasil melhor; 4) o caminho do Brasil. Por último, serão examinadas outras representações territoriais difusas – da Índia e das Índias de Castela – encontradas na documentação e que se tornaram parâmetros fundamentais para moradores, autoridades e a própria Coroa pensarem a colonização da região amazônica.

“Como se costuma no Brasil”

Ao longo do século XVII e parte do século XVIII, o “Brasil” ou “Estado do Brasil” aparece na documentação como uma medida ou referência para o Estado do Maranhão. Basicamente, invoca-se a experiência do Brasil ou de suas capitanias na busca de soluções para os problemas ou casos específicos que a conquista do Maranhão tinha engendrado. Essa referência é tomada principalmente em duas esferas: as relativas à organização da Fazenda real e à questão da mão de obra indígena.

Em primeiro lugar, vejamos diversos exemplos referentes à questão da organização da Fazenda real e da cobrança de direitos. Já em 1646, Dom João IV agradecia ao capitão-mor do Maranhão por ter implementado o pagamento de uma imposição de mil réis por cada pipa de vinho, para sustento da infantaria, “à imitação do que se paga na Bahia e Rio de Janeiro”.⁶ Pouco tempo depois, uma consulta do Conselho Ultramarino informava sobre novas imposições definidas pelo governador com consentimento da Câmara de São Luís, menores das que se pagavam na Bahia e Rio de Janeiro.⁷ Em 1648, o rei ordenava ao provedor da Fazenda do Maranhão, por provisão, que pagasse os párocos do Estado do Maranhão “na forma em que os tais pagamentos se fazem no Estado do Brasil”.⁸ Bastante tempo depois, por ocasião da arrematação dos dízimos do cacau e cravo – que só existiam no Estado do Maranhão –, o rei determinava ao governador que não deixasse o provedor do Pará arrematar o tal contrato sem a assistência do capitão-mor do Pará e aprovação do governador e do provedor-geral do Estado, seguindo o rito que se fazia no próprio Estado do Maranhão “e se usa nas capitanias do Brasil”.⁹ Aliás, anos antes, o rei já havia disposto que, para além dos capítulos específicos pelos quais se regiam os provedores da Fazenda do Estado do Maranhão, “em tudo o mais se governasse pelo regimento que se observava em todo o Brasil”, do qual, por sinal, nem havia cópia registrada no Maranhão.¹⁰

Em diversos momentos, desde a década de 1640, as liberdades “que gozam os mais [engenhos] do Brasil”, como escrevia o ouvidor-mor do Pará, em 1644, eram invocadas por senhores para solicitar a isenção do pagamento de taxas e de penhora

⁶ AHU. P.^a An.^{to} Teix.^{ra} de Mello sobre a imposição do v.^o 27 de outubro de 1646. Códice 275, f. 94v.

⁷ AHU. Luis de Magalhães governador do Maranhão avisa como se pos imposição nos vinhos e aguardente, tabaco, e escravos. 17 de dezembro de 1649. Códice 14, ff. 205v-206.

⁸ AHU. O vigairo Roq. Miç Coelho e os mais vigarios do Estado do Maranhão. 3 de setembro de 1648. Códice 92, f. 117v.

⁹ AHU. P.^a o mesmo. 17 de novembro de 1703. Códice 268, ff. 195-195v.

¹⁰ AHU. Pera o mesmo. Sobre se remeterem os regimentos dos provedores. 27 de fevereiro de 1686. Códice 268, ff. 47-47v.

dos bens e escravos dos engenhos.¹¹ Tal foi o caso de Manuel de Moraes (1675), de Domingos Monteiro (1676), de Diogo Fróis de Brito (1686), dos herdeiros de João de Sousa Soleima (1697) e de Hilário de Moraes Bittencourt (1709).¹² Todos estes senhores usavam em seu favor a provisão de 12 de dezembro de 1655, requerendo os dez anos de privilégios que se concediam aos que faziam engenhos novos “no Brasil”.

Em segundo lugar, e principalmente, o Estado do Brasil era referência quando na corte e no Estado do Maranhão se discutiam o cativo dos índios e a entrada de escravos africanos. Desde os anos 1640, a experiência “brasileira” era por vezes invocada nas tentativas de resolução dos crescentes e cada vez mais urgentes problemas causados pelo uso de trabalhadores indígenas (escravos ou livres), que, de fato, se tornaram a principal força de trabalho na região durante o período colonial.

Ainda em 1647, o governador Francisco Coelho de Carvalho pedia ao rei que lhe permitisse fazer alianças com os índios do sertão para que estes descessem para aldeias, o que permitiria que os moradores tivessem índios para trabalhar suas terras, “pagando-lhes como se costuma no Brasil”.¹³ Pouco tempo depois, em carta ao governador a respeito das reclamações de uns principais indígenas do Maranhão, o rei lembrava que os índios deviam ser considerados livres e tratados com tais, não só por ser justo, mas também por “terem em seu favor o que se usa no Brasil com o gentio dele”.¹⁴ A partir da década de 1670, com a expansão dos portugueses pelo vale amazônico, os problemas com o trabalho indígena e com o cativo ilícito dos índios começam a se acirrar (GUZMÁN, 2008; DIAS, 2009, p. 77-86; ARENZ, 2012; DIAS, 2014, p. 129-178; BOMBARDI, 2014, p. 86-115; PELEGRINO, 2015, p. 110-161; DIAS; BOMBARDI, 2016). Essa era a razão pela qual, ouvido o custódio dos franciscanos do Maranhão, em 1671, opinava ele que o Brasil nunca “se aumentou” com o serviço dos índios. O provincial dos religiosos da Companhia, de seu lado, considerava que aos índios do Maranhão se devia ensinar ofícios além de a ler e escrever, como “se usa e usou sempre no Estado do Brasil”.¹⁵

Em finais dos anos 1670, por influência dos jesuítas, notadamente do padre Antônio Vieira, a Coroa organizou uma importante junta composta por notáveis do reino e autoridades do Maranhão para se discutir o problema do cativo dos

¹¹ AHU. Carta do ouvidor do Pará Francisco de Barradas de Mendonça. Belém, 4 de março de 1648. Pará (Avulsos), caixa 1, doc. 72.

¹² AHU. M.^{el} de Moraes. Que possa gozar dos dez annos de liberdade do engenho. 5 de dezembro de 1675. Códice 93, f. 122v; AHU. D.^{os} Monteiro m.^{or} na capitania do Para. Que possa gozar da liberdade de dez annos. 26 de setembro de 1676. Códice 93, ff. 143-143v; AHU. Diogo Froes de Britto morador no Maranhão pede se lhe passe Provisão pera que nem elle supp.^{te} nem os lavradores do seu engenho sejam executados na fabrica do dito engenho nem com os escravos que são mandados ao cravo e cacao ao Çertaõ. 2 de agosto de 1686. Códice 49, ff. 243v-244; AHU. Consulta do Conselho Ultramarino. 8 de janeiro de 1697. Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 933; AHU. Para o gov.^{or} e cap.^m g.^{al} do Est.^o do Maranhão. S.^e o bem q. obrou em mandar pagar aos herdeiros de Joaõ de Souza Soleima os 18 escravos q. deixou que se dessem a hús seus parentes. 15 de fevereiro de 1697. Códice 268, f. 125v; ANTT. Alvará de liberdade por fazer hús engenho. Hilario de Moraes Betancur. 10 de janeiro de 1709. Chancelarias, Dom João V, livro 32, ff. 237-237v.

¹³ AHU. Carta do governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho. São Luís, 20 de maio de 1647. Maranhão (Avulsos), caixa 2, doc. 213.

¹⁴ AHU. Para o gov.^{or} do Maranhão. Sobre a liberdade dos Indios. 14 de maio de 1650. Códice 275, ff. 167-167v.

¹⁵ AHU. Ver anexos de: Aviso do Conselho Ultramarino ao procurador da Coroa. 18 de maio de 1672. Maranhão (Avulsos), caixa 5, doc. 569.

índios no Estado (MELLO, 2009). O argumento da experiência “brasileira” com o cativo dos índios e com a entrada de escravos africanos foi então recorrentemente invocado. O vigário-geral do Estado, por exemplo, era da opinião de que “o Estado do Brasil nunca foi em aumento enquanto nele se usou de escravos índios”, razão pela qual teriam procurado os moradores dele escravos da África, “com os quais estão todas aquelas capitanias tão ricas e abastadas”.¹⁶ Mesmo argumento tinha o vigário Bartolomeu Galvão, para quem o rei devia mandar africanos para o Maranhão, melhores que os índios, pois “assim conheceu todo o Brasil, que enquanto se valeram dos naturais gentios, não fizeram lavouras, nem tiveram abundância em frutos”.¹⁷ Em 1680, decorrente desses debates, o príncipe decretava a liberdade incondicional dos índios, determinando aos padres da Companhia de Jesus a sua jurisdição temporal e espiritual. Dois anos depois, instituíam-se uma Companhia de Comércio que tinha como principal finalidade o abastecimento de africanos para o Maranhão.

Entretanto, uma revolta em 1684 acabou com os sonhos dos defensores da “liberdade” dos índios, e os religiosos jesuítas foram expulsos da cidade de São Luís (LISBOA, 1976, p. 425-90; AZEVEDO, 1999, p. 101-21; COUTINHO, 2004; MACNICOLL, 1978; LIBERMAN, 1983; CAETANO, 2009). Ao defender suas propostas e a necessidade de que a administração espiritual e a secular de índios livres estivessem juntas – o que acabou se confirmando com o Regimento das Missões, aprovado em 1686 –, os padres lembravam que, na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, tinha “provado a experiência” a necessidade de que o governo temporal e o governo espiritual dos índios nunca estivessem separados.¹⁸

Como se pode ver, principalmente ao longo da segunda metade do século XVII, quando se consolidava a colonização da região e os caminhos do próprio Estado do Maranhão começavam a melhor se definir, oficiais régios, religiosos, moradores, conselheiros e a Coroa se valiam de estratégias implementadas na colonização da costa da América portuguesa, ou as invocavam, para tentar resolver as mazelas do Maranhão. Daí as expressões “como se usa”, “à imitação”, ou a própria “experiência” do Brasil ou de suas capitanias, referidas quando se discutiam aspectos da conquista como a organização da Fazenda real e o recorrente problema da mão de obra indígena.

Um “Brasil setentrional”

Se o Brasil servia em vários momentos como medida do Maranhão – o que também reforçava a identidade deste como território separado e singular –, em diversos documentos, o Maranhão se identifica com o Brasil, quase como se fosse sua província setentrional. Assim, em 1650, quando o Conselho Ultramarino discutia o envio de degredados ao Maranhão, mesmo reconhecendo que “as conquistas são diferentes e de diferentes climas”, os conselheiros esclareciam que o “Maranhão se deve reputar por Brasil”.¹⁹ Vinte anos mais tarde, a mesma imagem vinha à tona, novamente quando se

¹⁶ BIBLIOTECA DA AJUDA (BA), Sobre o Maranhã e Parã. 3 de novembro de 1679. Códice 50-V-37, ff. 384-387v.

¹⁷ BA. Sobre o mesmo. Lisboa, 24 de outubro de 1679. Códice 50-V-37, ff. 388-389v.

¹⁸ BPE. Propostas a El Rey dos P.P. expulsos do Mar.ão q.do S.Mag.e p.a la oz mandou voltar. Códice CXV/2-11, f. 141v.

¹⁹ AHU. Sobre o q. gov.or do Maranhão Luis de Magalhães escreve, açerca de se enviar aqle Estado

debatia o envio de degredados, o que remetia ao recorrente problema do povoamento e da composição das tropas no Estado do Maranhão. Segundo o Conselho, o príncipe devia escrever ao conde regedor para que os degredados que fossem “condenados ao Brasil, se entenda o Maranhão, que também é província, pois as mais terras do Estado estão povoadas e não necessitam de habitantes e esta sim”.²⁰

Escrita no início do século XVIII, a crônica da Companhia de Jesus do padre Domingos de Araújo, se por um lado indicava uma “gameleira além do Ceará” como o marco que, ao sul, “distingue o Estado do Maranhão do Estado do Brasil”, ao mesmo tempo, refere-se a um “Brasil setentrional, ou neste Maranhão ou Pará”.²¹

Havia, portanto, em alguns casos, uma clara identificação territorial entre o Maranhão e o Brasil (que certamente caberia compreender também a partir da documentação cartográfica). Por exemplo, os oficiais da Ilha do Faial, na Madeira, pediam ao príncipe que os aliviasse das “misérias” decorrentes dos incêndios na ilha e os enviasse ao Maranhão, “ou outra qualquer parte dos estados do Brasil”.²² Essa identidade comum poderia servir a interesses particulares, inclusive. Em 1717, numa petição ao Conselho da Fazenda na Bahia, que havia cobrado a décima dos panos de algodão que lhe haviam chegado do Maranhão, João Lopes da Costa alegava que tal imposição só se aplicava aos gêneros que “vêm de fora para esta cidade e não das fazendas próprias destas conquistas”. Questionado ainda pelo provedor, Lopes da Costa insistia em afirmar que os rolos de pano vinham “de dentro deste mesmo Estado do Brasil, trazidas de um porto da América”.²³

“Diferenças que vão de um a outro”

Se o Brasil servia como medida para o Maranhão ou às vezes com ele se identificava, em diversos momentos ele aparece como uma forma de insistir nas diferenças em relação ao Maranhão e provar sua importância no conjunto das conquistas de Portugal. Já no início do século XVII, como forma de promover a colonização da nova conquista, o capitão Simão Estácio da Silveira havia afirmado que o Maranhão “é Brasil melhor e mais perto de Portugal” (SILVEIRA, 1624, s.p.). Essa ideia se reproduz ao longo dos anos posteriores, como quando o descobridor Bartolomeu Barreiros de Ataíde, na década de 1640, louvava os principais gêneros encontrados no Maranhão e Pará, advertindo que, se houvesse trabalhadores, seria tanta a “quantidade, que ficará o Brasil esquecido”.²⁴ Num diálogo escrito por João de Moura na década de 1680, um dos interlocutores lembrava que o Maranhão tinha

degredados pla falta de g.^{te} nelle, e a q. foi da Ilha de S.ta Maria não ser de utilidade. 3 de agosto de 1650. Códice 14, f. 247.

²⁰ AHU. Consulta do Conselho Ultramarino. 30 de maio de 1670. Maranhão (Avulsos), caixa 5, doc. 547.

²¹ BPE. Domingos de Araújo, SJ. Chronica da Companhia de Jesus da missam do Maranhã, 1720. Códice CXV/2-11, ff. 212v, 253v.

²² AHU. Representação dos oficiais da câmara da ilha do Faial. Faial, 22 de dezembro de 1672. Maranhão (Avulsos), caixa 5, doc. 574.

²³ AN. Registo de húa petiçam de Joam Lopes da Costa p.^a efeito de não pagar a decima das pessas de pano de algodão que lhe vieraõ da cidade do Maranhão, com os despachos do Exm.^o S.^r Marques de Angeja do Conselho da Fazenda. Alfândega da Bahia, códice 141, volume 3, ff. 17v-19.

²⁴ AHU. Memória de Bartolomeu Barreiros de Ataíde. [Década de 1640]. Pará (Avulsos), caixa 4, doc. 336. No AHU, o documento está erroneamente identificado como sendo dos anos 1690.

gêneros de mais valor que a Bahia, onde só havia açúcar e tabaco.²⁵ No final do século XVII, o antigo governador Gomes Freire de Andrade, uma das autoridades mais influentes com relação ao Estado do Maranhão, louvava as “terras que são tantas e mais que as do Brasil”, indicando que, além de açúcar e tabaco, o Maranhão tinha “o cravo e o cacau, que no Brasil não se acha, canela brava, que o Brasil também não produz”.²⁶ Estes trechos remetem a um contexto de expansão da conquista e, principalmente, ao lento processo de descobrimento e beneficiamento das chamadas “drogas do sertão” – como cacau, cravo de casca, salsaparrilha e copaíba –, que se tornariam a principal riqueza da porção amazônica do Estado do Maranhão.

É bem verdade que a diferença também era apontada para denunciar as mazelas e a pobreza do próprio Maranhão. Em 1659, uma consulta do Conselho da Fazenda insistia na importância de enviar navios ao Maranhão, “porque esta viagem com mais riscos, não é aos navios tão útil, nem tão cobiçada como a do Brasil”.²⁷ O próprio Gomes Freire de Andrade, quando de seu governo (1685-1687), insistia nas diferenças entre Brasil e Maranhão, argumentando a favor da escravização dos indígenas e contrariando o que defendiam os padres da Companhia de Jesus; para isso, alegava que não tinham “lugar neste Estado os argumentos que os padres fazem com o do Brasil, pelas muitas diferenças que vão de um a outro, em gêneros, em sertão, em pobreza e em princípios”.²⁸

“A passagem de uma conquista para outra”

Diferentes ou não, o certo é que, em razão da distância e dificuldade de comunicação entre os dois Estados da América portuguesa, a partir do momento em que a colonização se consolida no Maranhão, em finais do século XVII – período que coincide com a consolidação também da própria dinastia bragantina (MONTEIRO, 2000) –, moradores, autoridades e a Coroa começam a investir no estabelecimento de um caminho terrestre entre os dois Estados.²⁹

Em 1687, o governador Gomes Freire de Andrade explicava como tinha encomendado a João Velho do Vale o descobrimento dos sertões dos rios Itapecuru e Mearim (na capitania do Maranhão). Na volta de Velho do Vale, o próprio governador teria assentado com ele que retornasse aos sertões, juntando-se aos índios que o tinham acompanhado e que, “conseguindo a passagem para o Brasil, fizesse em escrito roteiro da viagem”, entregando-o à autoridade da “primeira praça que chegasse”.³⁰

²⁵ MOURA, João de. Collonia portugueza que conthem tres tratados: no primeyro se descreve o estado do Maranhão e forma de seu augmento... *Biblioteca Nacional de Portugal*, códice 585, f. 17.

²⁶ AHU. A informação de Gomes Freire de Andrade se acha em: Consulta do Conselho Ultramarino. 13 de janeiro de 1696. Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 907.

²⁷ ANTT. Bernabe Conforte. L.^{ca} p.^a mandar hũ navio ao Maranhã. Lisboa, 22 de abril de 1659. Ministério do Reino, Conselho da Fazenda, Livro 164, Registro de Consultas, ff. 33-33v.

²⁸ AHU. Consulta da Junta do Estado do Maranhão. 2 de dezembro de 1686. Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763.

²⁹ Este não seria o único caminho entre os dois Estados. A partir dos anos 1730, a rota de navegação fluvial pelos rios Amazonas, Madeira e Guaporé conectava o Pará ao Mato Grosso, capitania criada em 1748 e pertencente ao Estado do Brasil.

³⁰ AHU. Consulta do Conselho Ultramarino. 11 de outubro de 1687. Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781.

É por essa razão que toda ajuda era bem-vinda, como a dos paulistas, que combatiam nas capitâneas do norte do Estado do Brasil. Em finais do século XVII, um morador, provavelmente da Bahia, escrevia num “papel” que mandar-se gente da Bahia para o Maranhão seria de “utilidade relevantíssima para o [seu] estabelecimento”.³¹ Em 1696, o próprio Conselho Ultramarino sugeria ao rei que, já que se achava “facilitada a passagem e comunicação do Estado do Brasil para o do Maranhão”, o rei enviasse tropas da Bahia para provimento das fortalezas e combate aos índios do curso.³² É que, como muito bem lembrava o antigo governador Gomes Freire de Andrade, “o rio São Francisco fica mais chegado às habitações daqueles bárbaros”.³³

A comunicação entre o Maranhão e o Brasil era fundamental para a Coroa e animou, inclusive, as autoridades do Estado do Brasil, embora sem grandes efeitos práticos num primeiro momento (SANTOS, 2010, p. 157-160).³⁴ Essa era a razão também pela qual o rei agradecia o zelo com o qual o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho tinha procurado facilitar o caminho e mandado tropas que chegavam até à Bahia, em meados da década de 1690, “com indícios indubitáveis de se fazer mais franca a passagem de uma conquista para outra”.³⁵ Este governador tinha começado a distribuir terras ao longo do caminho para o Brasil, inclusive a “pessoas da Bahia e do rio de São Francisco”, que, entretanto – determinava o rei –, deveriam pagar dízimos e desimpedir os sertões por serem “pessoas poderosas”, numa referência, certamente, aos interesses da Casa da Torre (Para o governador geral do Maranhão..., 1697).

Pouco tempo depois, o antigo governador Gomes Freire também declarava que a distribuição de terra entre moradores da Bahia era o melhor meio de “apartar os tapuias daquelas terras”, aprovando a ação do governador Coelho de Carvalho.³⁶ A ação deste governador inaugura um padrão que se manterá ao longo da primeira metade do século XVIII e que combinará guerras e distribuição de terras como mecanismos de ocupação da fronteira leste do Estado do Maranhão, principalmente no Piauí, facilitada também pela ação dos sertanistas da Bahia desde os anos 1670 (MELO, 2017; CHAMBOULEYRON; MELO, 2013b).

O descobrimento do “caminho para o Brasil” se insere num contexto regional de expansão da fronteira leste do Estado do Maranhão que coincide com o espraiamento, pelos sertões do Piauí, dos interesses ligados ao gado na Bahia, inicialmente da Casa da Torre (MEDEIROS, 2010; PESSOA, 2003; MELO, 2017; SILVA, 2016). A expansão oeste-leste permitiria reconquistar e aumentar terreno “perdido”, ao longo da segunda metade do século XVII, para os chamados tapuias

³¹ BA. Papel de An.^{to} Brito de Castro sobre o Estado do Maranhão. ca. 1690. Códice 50-V-37, nº 161, f. 463v.

³² AHU. Consulta do Conselho Ultramarino. 18 de janeiro de 1696. Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 909.

³³ AHU. Carta de Gomes Freire de Andrade. Lisboa, 9 de dezembro de 1696. Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 928.

³⁴ Em 1698, o rei ordenava uma retribuição a Manuel Gonçalves, “que descobriu o caminho [do Brasil] para o Estado do Maranhão”. ANTT. Decreto a favor de Manoel Gonçalves q. descobriu o caminho para o Estado do Maranhão. 22 de fevereiro de 1698. *Conselho Ultramarino*, livro 1, f. 189.

³⁵ AHU. Para o mesmo. S.^o o zelo com q. se emprega no serv.^o de Sua Mag.^{de} no augm.^{to} daq.^{le} Estado. 25 de janeiro de 1696. Códice 268, f. 116v.

³⁶ AHU. O parecer de Gomes Freire de Andrade encontra-se anexo a: Ofício de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. São Luís, 4 de setembro de 1700. Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1006.

ou índios “do curso”, que haviam assolado os sertões dos rios Itapecuru, Mearim e Munim (no Maranhão), desestruturando as fazendas e currais dos moradores (CHAMBOULEYRON; MELO, 2013a).

“Drogas da Ásia” e “cacau de Caracas”: o Maranhão fora do Brasil

Se, na documentação, um “Brasil” genérico ou suas capitânicas concretas serviram de medida, horizonte e contraposição ao Maranhão como uma forma, inclusive, de ressaltar a sua singularidade, outros territórios, mais ou menos difusos, são mencionados nas fontes e são fundamentais para ajudar a pensar o lugar do Estado do Maranhão no contexto das conquistas portuguesas.

Em primeiro lugar, o Oriente. Há desde o início da conquista do Maranhão uma imagem do Oriente português que se projeta para a região. Isto não é exclusivo da região amazônica (LAPA, 1973; ALMEIDA, 1995; DEAN, 1991), porém, no caso do Estado do Maranhão, expressa-se de maneira evidente e, principalmente, a partir dos anos 1640 (CARDOSO, 2010). Ao se encontrar as primeiras matas de cravo-de-casca (ou pau-cravo, ou cravo do Maranhão; *Dicypellium caryophyllatum*), os conselheiros do Ultramarino exultavam. De fato, em 1648, remetendo a outra consulta, feita no Conselho da Fazenda, referiam-se a “drogas semelhantes às da Índia que de novo [i.e. recentemente] se descobriram no Maranhão”.³⁷

Poucos meses antes, os conselheiros já relatavam ao rei sobre as amostras do pau-cravo enviadas do Maranhão, das quais se tinha concluído que, embora “de diferente feição, é no sabor quase o mesmo que o da Índia”. O interesse pela especiaria era considerável, já que, como advertiam nessa mesma consulta ao rei, o negócio podia ser proveitoso para a Fazenda real, que poderia se beneficiar e comerciar, “tirando-se delas os efeitos que de anos a esta parte se não tiram das da Índia, por os holandeses estarem senhores dela”.³⁸ A crise do império oriental (SUBRAHMANYAM, 1995, p. 205-256) e a descoberta de produtos semelhantes aos da Índia (como o cravo-de-casca) ensejaram uma corrida aos sertões em busca de novos produtos e também diversas tentativas de cultivo desses gêneros, infrutíferas na sua grande maioria (CHAMBOULEYRON, 2014a; CARDOSO, 2015). Ainda na década de 1680, João de Moura advertia num escrito em forma de diálogo:

Bem sei parecerá dificultoso a muitos que no Maranhão hajam de se produzir as drogas da Ásia, mas se ponderarem bem os climas e as qualidades das terras acharão não haver nenhuma diferença entre aquelas e esta, porque a qualidade e o temperamento das da Ásia é quente e húmido e o mesmo é o das do Estado do Maranhão; o clima deste é quente como o daquelas, quase no mesmo paralelo se acham umas e outras, e este Estado tem tanta semelhança com as Molucas, Bornéu e Ceilão que cuido se descobrirão ainda no seu sertão os frutos

³⁷ AHU. Consulta do Conselho Ultramarino. 23 de outubro de 1648. Maranhão (Avulsos), caixa 3, doc. 272.

³⁸ AHU. Sobre as varias experiencias q. se fizeraõ cõ as especiarias e drogas do Maranhão e convir se fortifiqüẽ os portos vesinhos da terra onde se criaõ. 22 de agosto de 1648. Códice 14, ff. 130-130v.

que naquelas se criam; e já do cravo como o da Índia e canela se tem visto amostras.³⁹

Para além do Oriente, é preciso considerar as Índias de Castela. Ao se noticiar a existência de cacauais naturais na Amazônia portuguesa, em meados do século XVII, moradores, autoridades e Coroa rapidamente compararam uma futura exploração do produto com a realizada nas Índias de Castela. As primeiras notícias concretas vêm de um manuscrito redigido por um morador natural do Pará, João de Ornelas da Câmara. Toda a reflexão que faz este morador sobre a cultura do cacau remete aos lucros que dela se poderia extrair, como se fazia nas Índias:

Também se propõe a V.M., que naquelas partes do Pará há muitas árvores agrestes de cacau e vários sítios dilatados, em que a natureza as tem produzido, e se poderão plantar com facilidades inumeráveis, de que tirarão seus vassalos e suas alfândegas os interesses que tiram os castelhanos nas Índias e as alfândegas de Espanha, porque é droga de que entra maior quantidade nela que quase todas daquele novo mundo; é fácil e pouco custoso o benefício; de muito valor o fruto, tem grande [saca] para chocolate em toda a Europa; vale regularmente, ainda em Castela, mais de todo ele de 6 vinténs, até 2 tostões o arrátel, aqui muito mais, e agora mais de 5; não é considerável o dispêndio, porque não chegará a 5%; é fruto e fábrica incomparavelmente mais útil que a do açúcar, porque este tem duas partes a menos no valor e mais de 50% no custo. Nas Índias na cidade de Caracas há homem de 50 e 60 mil pés de cacau, e bem vulgarmente se sabe o rendimento de cada um. Dão estas árvores fruto cada mês, colhendo-se nas minguanes, e as agrestes do Pará cada ano somente por incultas; ainda assim se entende ser este igualmente bom e mais oleoso. Ele suplicante se informou nas Índias aonde andou alguns tempos, por ir ali derrotado do Pará para este reino, e na ilha de La Trinidad, em que esteve.⁴⁰

Não sem razão, durante sua regência, Dom Pedro II deixava claro numa carta ao governador do Maranhão que, entre outros produtos, o cacau devia ser cultivado “como se faz em Índias de Castela”.⁴¹

Como se pode ver, produtos fundamentais da economia amazônica – o cravo e o cacau –, que se tornaram os principais gêneros exportados para a Europa desde finais do século XVII, ganharam uma dimensão fundamental na região, mediada por outras experiências coloniais que não as da América portuguesa. Era nas representações difusas do Oriente e das Índias de Castela que estavam os modelos

³⁹ MOURA, João de. *Collonia portugueza que conthem tres tratados: no primeyro se descreve o estado do Maranhão e forma de seu augmento...* 1684. *Biblioteca Nacional de Portugal*, códice 585, f. 11-11v.

⁴⁰ ANTT. Papel q. se deu a Rainha D Luiza sobre varias utilid.^{es} do Maranhãõ. 1656-1662. Coleção São Vicente, vol. 23, ff. 234-234.

⁴¹ AHU. Carta do príncipe ao governador do Maranhão. 3 de abril de 1675. Códice 268, ff. 9v-10. A respeito das primeiras experiências com o cacau na Amazônia, ver: LEITE, 1943, p. 158-161; ALDEN, 1976; WALKER, 2007; ARENZ, 2010, p. 338-341; CHAMBOULEYRON, 2014b.

que fundamentavam as perspectivas de moradores, autoridades e da Coroa ao refletirem sobre as potencialidades desses novos produtos.

Considerações finais

Por mais difusos e incertos que pareçam, Maranhão e Brasil significavam muitas coisas para diferentes sujeitos que, de um modo ou de outro, de maneira mais ou menos direta, estavam implicados na conquista do Maranhão e Pará. Significavam também muitas coisas em razão do contexto em que se falava desses dois espaços. Claramente, quem escrevia do Maranhão tendia a ressaltar as diferenças, que, de qualquer modo, também eram percebidas na própria Corte.

As representações fragmentadas que vimos nas páginas anteriores indicam que o Maranhão parecia representar uma província autônoma para muitos moradores, autoridades, conselheiros e para a própria Coroa. Entretanto, para parte da historiografia, o Maranhão foi integrado analiticamente ao Brasil – e, nessa visão, Brasil e América portuguesa claramente se equivaleram –, compondo uma periferia em relação aos centros da América portuguesa considerados mais importantes e dinâmicos do ponto de vista econômico e político (CARDOSO, 1984, p. 94-104; SCHWARTZ, 1987, p. 118-127; ALENCASTRO, 2000, p. 138-143; RUSSELL-WOOD, 2002, p. 127).

Essa “dependência analítica” certamente não é exclusiva do Estado do Maranhão no contexto mais amplo da América portuguesa, como mostrou Tiago Kramer de Oliveira com relação ao que denomina “centro da América do Sul”, conectado que estava a “circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do estado do Brasil com o estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis” (OLIVEIRA, 2011, p. 687).

Ora, em razão de sua autonomia política e administrativa e dos caminhos que trilhou sua economia e sociedade, a partir de meados do século XVII, o Maranhão (e principalmente sua porção mais amazônica) se conectava de maneira singular com as demais partes da América portuguesa (como o Mato Grosso) e pouco com os centros político-econômicos considerados mais dinâmicos pela historiografia (como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), pelo menos até meados do século XVIII. Isso não significa que o heterogêneo Estado do Brasil e suas capitanias não representassem um horizonte importante para se refletir sobre o Maranhão, como vimos.

Nesse sentido, a partir de onde o Maranhão deve ser entendido (e aqui podemos falar de vários “onde”)? O atual Estado nacional, que continua sendo uma chave pertinente de interpretação da América portuguesa na historiografia luso-brasileira, constitui o melhor ponto de partida para se pensar o passado colonial amazônico?

Em capítulo introdutório a uma coletânea sobre impérios no mundo moderno, Amy Bushnell e Jack Greene chamam a atenção para a configuração, no processo de europeização das Américas, de ecúmenos e de regiões centrais implantadas como unidades políticas separadas que se refizeram e se dividiram ao longo do tempo. Se os historiadores as denominaram em geral como *colônias*, essas unidades tinham diversas denominações nos impérios ibéricos, britânico, francês e holandês (BUSHNELL; GREENE, 2002, p. 2). O Estado do Maranhão era certamente um desses ecúmenos. Há uma articulação coerente desse imenso território que se rearticula, porém, a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, poderíamos pensar numa América portuguesa marcada por múltiplas centralidades

que, inclusive, se desdobrariam em centros menores, áreas de influência e periferias, como sugerem os autores.

Não se trata, é claro, de negar a pertinência de elementos comuns que perpassam as diversas “conquistas” da América portuguesa, como os valores e dinâmicas sociais do Antigo Regime ou a experiência da escravidão. Trata-se, talvez, de apostar na construção de explicações mais específicas, mais regionais. Esses modelos “regionais” ou “regionalizados” (HAESBAERT, 2010) – mas nem por isso menos globais e conectados; ao contrário –, certamente nos permitirão compreender melhor as muitas singularidades e a complexidade da formação colonial da América portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALDEN, Dauril. The significance of cacao production in the Amazon region during the late colonial period: an essay in comparative economic history. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v. 120, n. 2, p. 103-135, 1976.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII (1975). In: ALMEIDA, Luís Ferrand. *Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal*. Coimbra: IHES/FLUC, 1995, p. 59-129.

ALVARÁ sobre se consignarem aos religiosos da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão em cada hum anno dusesentos e cincoenta mil reis na renda do contrato das baleas da Bahia e Rio de Janeiro para sustento de vinte missionarios. 1º de abril de 1680. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 66, p. 56-57, 1948.

ARENZ, Karl Heinz. *De l'Alzette à l'Amazone : Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Saarbrücken: Éditions Universitaires Européennes, 2010.

ARENZ, Karl Heinz. Entre supressão e consolidação: os aldeamentos jesuíticos na Amazônia Portuguesa (1661-1693). In: ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, George Felix Cabral de (orgs.). *Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico*. Recife: EdUFPE, 2012, p. 311-335.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização [1901]*. Belém: Secult, 1999.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle tem succedido desde em que foy descuberto até o de 1718*. Lisboa: Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1749.

BETTENDORF, João Felipe, SJ. *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão [1698]*. Belém: SECULT, 1990.

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BUSHNELL, Amy Turner; GREENE, Jack P. Peripheries, centers, and the construction of early modern American empires. In: DANIELS, Christie; KENNEDY, Michael V. (orgs.). *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York: Routledge, 2002, p. 1-14.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América Portuguesa (1640-1710)*. Maceió: EdUFAL, 2009.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *A Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.

CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 37, p. 116-133, 2015.

CARDOSO, Alírio. Outra Ásia para o império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010, p. 9-26.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, Bark-clove and Agriculture in the Portuguese Amazon region, Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 51, n. 1, p. 1-35, 2014a.

CHAMBOULEYRON, Rafael. El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, v. 40, p. 23-43, 2014b.

CHAMBOULEYRON, Rafael. O zelo de um tão grande herói. Os governadores e a política portuguesa para a Amazônia colonial (século XVII e princípio do século XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (Século XVI-XIX)*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 81-102

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (século XVIII). *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 168, p. 167-200, 2013b.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Índios, engenhos e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII). In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina (orgs.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império português*. Vinhedo: Horizonte, 2013a, p. 231-259.

COUTINHO, Milson. *A revolta de Bequimão*. 2ª edição. São Luís: Instituto Geia, 2004.

DEAN, Warren. A Botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DIAS, Camila Loureiro. *Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DIAS, Camila Loureiro. *L'Amazonie avant Pombal: politique, économie, territoire*. 2014. 376 f. Tese (Doutorado em História e Civilizações). Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.

DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, Fernanda Aires. O que dizem as licenças? Flexibilização da legislação e recrutamento particular de trabalhadores indígenas no Estado do Maranhão (1680-1755). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 175, p. 249-280, 2016.

DOCUMENTOS relativos aos pedidos do Padre Luís Figueira para a ida dos religiosos da Companhia de Jesus ao Maranhão, Pará e Amazonas. 1639. In: LEITE, Serafim, SJ. *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940, p. 219-226.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. III, n. 2, 103-139, 2008.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Bernardo Pereira de Berredo: historiador da Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maia; FONTES, Edilza (orgs.). *Diálogos entre História, Literatura e Memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 185-196.

HAESBAERT, Rogério. Por outra regionalização: a região como artefato. In: HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 109-155.

LAPA, José Roberto do Amaral. O problema das drogas orientais. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 111-140.

LEITE, Serafim, SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/INL, 1943, v. IV.

LIBERMAN, Maria. *O levante do Maranhão. Judeu Cabeça de Motim: Manoel Beckman*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/USP, 1983.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão [1853-58]*. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.

MACNICOLL, Murray Graeme. Seventeenth-Century Maranhão: Beckman's revolt. *Estudos ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 129-40, 1978.

MARQUES, Guida. *L'invention du Brésil entre deux monarchies: gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*. 2009. 523 f. Tese (Doutorado em História e Civilizações). Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clio*, Recife, n. 27/1, p. 46-75, 2009.

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EdUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, p. 127-48.

MORAIS, Francisco Teixeira de. Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luiz do Maranhão [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 40, p. 67-155 (Parte I) e p. 303-410 (Parte II), 1877.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 661-690, 2011.

PARA O GOVERNADOR geral do Maranhão. Sobre as datas da terra de sesmaria se lhe ordena as deve dar na forma que lhe está ordenado. 9 de janeiro de 1697. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 66, p. 165, 1948.

PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)*. 2015. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Família e propriedade no nordeste colonial*. 2003. 308 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Centers and peripheries in the Luso-Brazilian world, 1500-1808. In: DANIELS, Christie; KENNEDY, Michael V. (orgs.). *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York: Routledge, 2002, p. 105-142.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 161, p. 59-83, 2009.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão: biografias e trajetórias administrativas (século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 447, p. 75-94, 2010.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Redes de poder e governo das conquistas: as estratégias de promoção social de Alexandre de Sousa Freire (c. 1670-1740). *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 39, p. 31-50, 2016.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHWARTZ, Stuart. Plantations and peripheries, c. 1580 - c. 1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 67-144.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1821*. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVEIRA Simão Estácio da. *Relaçó Súmaria das cousas do Maranhó*. Lisboa: Por Geraldo da Vinha, 1624.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700: uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995.

WALKER, Thimoty. Slave labor and chocolate in Brazil: the culture of cacao plantations in Amazonia and Bahia (17th-19th centuries). *Food & Foodways*, Londres, v. 15, n. 1-2, p. 75-106, 2007.

NOTAS

Rafael Chambouleyron: Doutor. Professor Associado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Belém, PA, Brasil. Av. Augusto Correia, s/n, 66075-110, Belém, PA, Brasil.

Como citar: CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, jan./abr., 2019.

ORIGEM DO ARTIGO

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no evento "III Encontros Coloniais", organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2016.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital Universal 01/2016 – Processo 405940/2016-5 e por Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 3 de agosto de 2018

Aprovado em: 6 de setembro de 2018






VISÕES DA QUEDA: MOTIVOS EDÊNICOS EM *MINHA FORMAÇÃO*, DE JOAQUIM NABUCO

Visions of the fall: edenic motifs in Joaquim Nabuco's
My Formative Years

André Jobim Martins

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
andrejmartins@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4560-1139>

VISÕES DA QUEDA: MOTIVOS EDÊNICOS EM *MINHA FORMAÇÃO*, DE JOAQUIM NABUCO

RESUMO

Em sua autobiografia *Minha formação*, Joaquim Nabuco emprega metáforas como vetores de construção de sentido para a vida autobiografada, assim como para a realidade na qual ela se desenrola. Neste trabalho, analiso o conjunto das ocorrências de metáforas edênicas no livro. Parte-se do entendimento de Hans Blumenberg e Luiz Costa Lima de que o metafórico não é, conforme o entendimento mais convencional, um aspecto ornamental da linguagem, mas um eixo que complementa as carências do conceitual na comunicação humana. Procede-se, em seguida, à análise de passagens onde aparece a metáfora edênica na autobiografia de Nabuco, na tentativa de compreender como suas formas e mecanismos variam dentro de uma mesma obra literária, defendendo, ainda, o seu caráter propedêutico na produção de interpretações sociológicas sobre a história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Joaquim Nabuco. Autobiografia. Pensamento social brasileiro.

VISIONS OF THE FALL: EDENIC MOTIFS IN JOAQUIM NABUCO'S *MY FORMATIVE YEARS*

ABSTRACT

In his autobiography, *My Formative Years*, Joaquim Nabuco employs a series of metaphors as vectors of meaning construction for his autobiographed life, as well as for the reality in which it unfolds. In this study, I analyze the set of occurrences of Edenic metaphors in the book. According to Hans Blumenberg and Luiz Costa Lima's understanding, a metaphor is not, as it is usually understood, an ornamental feature of language, but, instead, an axis which complements the insufficiencies of the conceptual in human communication. I proceed, then, to the analysis of the extracts of the text where the Edenic metaphors occur in Nabuco's autobiography, in an attempt to understand how their forms and mechanisms vary within the same literary work, also underscoring its propaedeutic character in the production of sociological interpretations on the history of Brazil.

KEYWORDS: Joaquim Nabuco. Autobiography. Brazilian social thought.



Quando Joaquim Nabuco morreu, em 1910, sua autobiografia, *Minha formação* (1900), não tinha conhecido uma trajetória editorial especialmente brilhante, nem merecido qualquer destaque nas partes que, em seus obituários, faziam referência a sua já então consagrada produção literária (Cf. MARTINS, 2016, p. 62). Hoje, ela é, talvez, o seu livro mais lido, ou pelo menos aquele que mais instiga a reflexão nas ciências humanas e sociais. Como afirmou Ricardo Salles, um dos mais importantes estudiosos da obra de Nabuco, *Minha formação* “expõe um modelo e um estilo de pensamento, atuação e autorreflexão intelectuais que exercem, sobre aqueles que se dedicam a pensar nossa história intelectual, muito maior atração do que *Um estadista do Império*” (SALLES, 2017, p. 84), obra que, escrita na década de 1890, consagrou o autor como um de nossos grandes historiadores. Eu acrescentaria, ainda, que a autobiografia de 1900 é vista como superior, nesse mesmo quesito, justa ou injustamente, em relação a *O abolicionismo* (1883), talvez a contribuição mais relevante de Nabuco à história da inteligência nacional, onde se propõe com excepcional fôlego e alcance analítico, se não com ineditismo, uma interpretação da sociedade brasileira centrada na escravidão como variável explicativa (NABUCO, 1883, p. 136-201). Em *Minha formação*, encontramos trechos que operam em sentido semelhante, partindo, porém, de outro modo de enunciação, baseado mais em tropos do que na linguagem predominantemente conceitual do discurso científico. Neste artigo, limitado a algumas ocorrências de um mesmo tropo mobilizado no relato, não pretendo esgotar o material que o texto oferece para esse tipo de análise, mas realizar alguns apontamentos em torno do tema, quase inteiramente alheio à fortuna crítica de *Minha formação*,¹ que, além de considerável em volume, devo dizer, inclui um alto número de estudos de excelente qualidade. O tropo em questão é aquele que podemos chamar, por seu modelo bíblico, o da Queda, ou do Paraíso Perdido. Por adotar-se aqui um estilo de análise histórico-filológica relativamente desconhecido no Brasil,² parece-me necessário dedicar uma primeira seção a alguns esclarecimentos metodológicos.

Hans Blumenberg, filósofo alemão extremamente prolífico ainda pouco conhecido no Brasil, teve uma notável trajetória intelectual em grande medida dedicada à investigação do papel da metáfora na linguagem. Encarregado de redigir o verbete sobre “metáfora” do *Dicionário histórico de conceitos filosóficos*, Blumenberg acabou por se desligar precocemente do projeto em virtude de divergências com o supervisor da obra, Joachim Ritter (COSTA LIMA, 2015, p. 164-165). Não obstante, já em 1960, organizava os primeiros resultados de suas pesquisas sobre a questão no *Paradigmas para uma metaforologia*, que só teria sua primeira edição em 1997. Ao custo de

¹ Isto é, com exceção do estudo de Ricardo Benzaquen de Araújo (2017), publicado postumamente, mais de um ano depois de escrita uma primeira versão deste texto. Ali se encontra uma exploração breve, mas extremamente incisiva de problemas de que também procurei tratar aqui. Trata-se, a meu juízo, do que de melhor já se escreveu sobre *Minha formação*. Um diálogo consequente com esse texto me obrigaria a reescrever o presente ensaio, que deve muito do ânimo que presidiu à sua elaboração à minha percepção de estar tratando de um aspecto ainda não abordado pelos vários comentadores da autobiografia de Nabuco. Pareceu-me preferível fazer apenas modificações menores a fim de manter o espírito e a possível originalidade dos argumentos, na esperança de que eles se sustentem mesmo à intensa luz dessa nova contribuição de Ricardo, por quem gostaria de expressar, por meio do presente estudo, minha profunda admiração.

² Conheço somente os estudos de Waizbort (2000), Costa Lima (2017) e Sammer (2017), mas, para efeitos do que procurei mostrar neste artigo, não me propus fazer um levantamento exaustivo.

caracterizá-lo de maneira excessivamente simplória, mas atendendo à necessidade de circunscrever este artigo à temática que me propus, resumo sucintamente o programa da metaforologia de Blumenberg.

Partamos de uma visão bastante esquemática a título de demonstração da pertinência destas considerações preliminares. Desde o triunfo dos socráticos na Era Clássica, vigora na reflexão ocidental um entendimento da linguagem como meio dado, transparente; e, devido à rejeição pelo interesse que os sofistas por ela nutriam, foi sendo relegado a uma posição ornamental aquilo que, naquele tempo, mais se aproximava de um esforço de problematização da linguagem: a retórica. Esse movimento se viu reforçado na modernidade, em meio à revolução científica, como se pode exemplificar na centralidade dada por Descartes ao *cogito*: tendemos, nas ciências, a igualar a totalidade do mundo ou da realidade à totalidade do que é conceitualmente exprimível. Sem negar a importância do conceito para o conhecimento, Blumenberg direcionará sua curiosidade intelectual para o que, até aquele momento, continuava sendo, na expressão de Luiz Costa Lima (2015), um eixo inexplorado da linguagem: o não conceitual. Ao final da introdução de *Paradigmas para uma metaforologia*, Blumenberg introduz a ideia da metáfora absoluta a título de demonstração da insuficiência do conceito. Tratar-se-ia de uma metáfora perfeitamente impermeável à tradução para a linguagem conceitual, podendo servir de etapa preliminar na formação de conceitos quando a capacidade expressiva da conceitualidade não dá conta do tema em tela.³

A função da metaforologia seria, paralelamente à da história dos conceitos, estudar a trajetória das metáforas ao longo do tempo, algo de suma importância, visto que o que se entende/comunica com um dado conceito se dá nos limites operatórios fornecidos pela linguagem, que não se confunde com a razão ou com a totalidade do conceitualmente comunicável. A história das metáforas demonstraria as mudanças nos horizontes de pensamento e comunicabilidade dentro dos quais os conceitos operam – cobrindo assim uma lacuna inerente à história dos conceitos por sua própria natureza. Podemos ilustrar o ganho de perspectiva que pode ser obtido dessa forma se pensarmos na diferença entre os resultados potenciais de uma investigação histórico-conceitual da ideia de “verdade” e os de uma análise da trajetória histórica dos tropos que se articulam em torno da noção de verdade (um exemplo trabalhado por Blumenberg é o da metáfora clássica da “poderosa verdade”, capaz de aflorar por força própria, hoje desusada). Enquanto a história dos conceitos está sempre diante do problema da instabilidade e inconstância de objetos (os conceitos) que precisam figurar para fins operatórios como sólidos e mais ou menos estáveis no tempo, a metaforologia, pela própria vocação plástica dos tropos, oferece a perspectiva mais ampla e metodologicamente mais sólida de uma antropologia das formações discursivas (o que não deveria ameaçar, é claro, o *status* da história dos conceitos como disciplina). Há motivo para suspeitar, portanto, que há ironia na observação de Blumenberg de que a metaforologia seria um campo de investigação auxiliar à história dos conceitos (BLUMENBERG, 2006, p. 13-14).

Antes de entrar no tema em torno do qual esboçaremos uma breve metaforologia, a autobiografia de Joaquim Nabuco, creio ser necessário dar ainda algumas indicações da fecundidade da investigação metaforológica no gênero autobiográfico, ao qual

³ Posteriormente, Blumenberg (2011) admitirá, ainda, a possibilidade de a insuficiência do conceitual ser, em alguns casos, permanente e não provisória.

pertence, afinal, o objeto de nossa análise. Uma consideração metaforológica da autobiografia, em meio ao vasto universo à disposição desse método de investigação ainda pouco cultivado, parece-me tanto mais promissora quanto é excepcional a situação desse tipo de artefato entre os diversos gêneros de escrita. Isto porque essa situação faz com que a escrita autobiográfica tenda a uma densa e intrincada articulação entre o eixo conceitual e o eixo metafórico da linguagem. É necessária, aqui, portanto, uma vista d'olhos de reflexões dedicadas às relações entre subjetividade e narrativa.

A discussão de Hannah Arendt (1987, p. 188-259) em torno da ação humana é esclarecedora do problema que nos ocupa. Sendo seu pensamento dedicado ao universo político, a autora compreende que a ação só adquire significado ao se inserir naquilo que denomina “teia das relações humanas”. A ação, contudo, não se deixa dizer sem suscitar a pergunta “quem?”, tomada de Heidegger, para quem a ação ainda não era o problema central.⁴ A pergunta “quem é este alguém?” causa, sempre que levantada, uma potencial perplexidade, pois clama pela “manifestação da identidade impermutável de quem fala e age” (ARENDR, 1987, p. 194), que, apesar de plenamente visível, “retém certa curiosa intangibilidade que frustra toda tentativa de expressão verbal inequívoca”. Segundo a autora de *A condição humana*, a pergunta “quem?” é frequentemente confundida com a pergunta “o quê?”, sendo então respondida de maneira insatisfatória com uma enumeração de qualidades, perdendo-se de vista aquilo que é verdadeiramente singular e específico ao “quem”. A isto se relaciona, diz Arendt, o fracasso da filosofia em fornecer uma definição satisfatória do homem (ARENDR, 1987, p. 194). O que Arendt ressalta aqui, sem articulá-lo da mesma maneira que Hans Blumenberg faria alguns anos depois, não é senão a insuficiência do conceito *vis-à-vis* a experiência humana. O excerto abaixo esclarece a natureza poética da fixação da pessoa no discurso:

A história real, em que nos engajamos durante toda a vida, não tem criador visível nem invisível porque não é criada. O único “alguém” que ela revela é o seu herói; ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente intangível de um “quem” singularmente diferente pode tornar-se tangível *ex post facto* através da ação e do discurso. Só podemos saber quem um homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia; tudo o mais que sabemos a seu respeito, inclusive a obra que ele possa ter produzido e deixado atrás de si, diz-nos apenas *o que* ele é ou foi (ARENDR, 1987, p. 198-199).

Muito semelhante é a reflexão de Paul Ricœur quanto à identidade da pessoa humana no tempo. Aquilo que já se anunciava em Arendt como o desvelamento na linguagem de algo que estava para além da ação, a poética da narrativa, funciona em Ricœur como elemento garantidor da identidade, ou, nas palavras do autor, da ipseidade:

Sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, de fato, fadado a uma antinomia sem solução: ou se supõe

⁴ A pergunta já aparece em *Ser e tempo* (§25) vinculada à especulação sobre a ontologia do si-mesmo – para Heidegger (2007), a resposta não se dá pela expressão de um “espírito” “simplesmente dado” correspondente a um sujeito metafísico, mas na demonstração da própria existência.

um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, ou então se considera, na esteira de Hume e Nietzsche, que esse sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista, cuja eliminação faz aparecer tão somente um puro diverso de cognições, emoções e volições (RICŒUR, 2010, p. 418).

O conceito de ipseidade proposto por Ricœur não é o de um “mesmo” que se mantém em perfeita identidade no tempo. O que Ricœur propõe como estatuto discursivo da pessoa no tempo é um si-mesmo temporalmente mutável, cuja manutenção é assegurada mediante uma visada narrativa sobre a própria vida. A identidade narrativa é, ao mesmo tempo, mais e menos do que a identidade pessoal, porque se perde a mesmidade em troca de uma “ipseidade” sustentada pela narração. Aquilo que a identidade pessoal procurava manter – o caráter, ou, ainda, o “quê” – é, em Ricœur, o si em condição de aparente mesmidade.

Abordemos agora, finalmente, o estatuto do gênero autobiográfico, com a mediação de Luiz Costa Lima em *Sociedade e discurso ficcional* (COSTA LIMA, 2007, p. 455-511). Para ele, a autobiografia caracteriza um gênero (modalidade discursiva) próprio, distinto tanto da história como da ficção, mas que contém interseções com ambas. O gênero se caracterizaria por uma intenção de verdade (aproximando-se, assim, da história), que é obstada pela impossibilidade de fazer da própria vida um objeto de análise historiográfica. A matéria prima da empresa do autobiógrafo é o conjunto de suas próprias memórias, que, tornadas opacas com o tempo, requerem alguma dose de elaboração imaginativa (procedimento característico da ficção) (COSTA LIMA, 2007, p. 508). Essa dupla apropriação de procedimentos de gêneros mutuamente opostos faz com que a autobiografia tenha um relacionamento particular com a verdade e a ficção, ao situar-se no meio do caminho entre a história e a ficção. Enquanto o horizonte do ficcionista é a “possibilidade de conhecer a existência” e o do historiador é a verdade sobre o acontecimento ou processo histórico (COSTA LIMA, 2007, p. 506),

O memorialista se põe entre os dois. Em relação ao historiador, não se pode dizer senão que apresenta um testemunho de boa fé [...]. As memórias apresentam uma versão personalizada da história. Em relação ao ficcionista, não se pode declarar senão que seus direitos são outros; mais limitados por um lado, pois que não pode “inventar” o que se tenha passado; mais personalizados por outro, porque trata do que viveu na carne. Entre a ficção e a autobiografia, o eu se impõe como barra separadora (COSTA LIMA, 2007, p. 506).

Esse relacionamento próprio dá lugar, por meio da reiteração alternante de seus procedimentos de aproximação e distanciamento dos discursos do real e do imaginário, a um padrão discursivo singular por sua instabilidade, tendendo ora à história, ora à ficção (COSTA LIMA, 2007, p. 510). Ora, se a narrativa é uma atividade eminentemente poética, que, na historiografia, é empregada na intenção de produzir conhecimento mediante a operação de um arcabouço conceitual; a autobiografia, em seu instável trânsito entre história e ficção, parece-nos uma boa janela para um estudo metaforológico. O metafórico suprirá aqui as limitações do conceito na expressão de um sentido para uma vida biográfica, isto é, uma vida que habita um

certo registro discursivo que inspira a expectativa de uma completude concertada. Passemos, portanto, ao Joaquim Nabuco de *Minha formação* e à fascinante operação do *topos* da Queda no texto. A esperança é a de que o percurso proposto demonstre a pertinência de nosso método em sua potencialidade de revelar possibilidades e nuances de sentido merecedoras de reflexão.

Adão na praia do Flamengo

O narrador de *Minha formação* é, admitidamente, um ser constantemente confrontado com o dilema entre “a pátria”, “fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer” (NABUCO, 2012, p. 70) e a “atração do mundo” (NABUCO, 2012, p. 65). No capítulo intitulado “Atração do mundo”, o narrador apresenta exemplarmente o dilema entre nacionalismo e universalismo (sendo o “universal” coincidente com a Europa). Citemos a mais famosa das passagens do capítulo:

Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... [...] A instabilidade a que me refiro, provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do Cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem (NABUCO, 2012, p. 70).

Para este narrador que ainda não conhece as vanguardas de 1922, não há escândalo em afirmar que a paisagem tropical, tão exaltada nas vertentes mais ufanistas da literatura nacional, não se compararia, em termos de um ambiente propício a grandes realizações humanas, nem a meros vislumbres da velha Europa, cuja paisagem conteria, por contraste, espessas camadas daquilo que Nabuco chamará de “fundo histórico”. Assim se explica o reduzido apreço do narrador pelos grandes panoramas da natureza americana ante a profundidade que a história confere a certos cantos de Paris ou às curvas de uma estrada da Itália meridional:

Eu sei bem, para não sair do Rio de Janeiro, que não há nada mais encantador à vista do que, ao acaso, a escolha seria impossível, os parques de S. Clemente, o caminho que margeia o aqueduto de Paineiras na direção da Tijuca, a ponta de S. João, com o Pão de Açúcar, vista do Flamengo ao cair do sol. Mas tudo isto é ainda, por assim dizer, um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse; é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil (NABUCO, 2012, p. 70-71).

Para Nabuco, o Novo Mundo pode ser “encantador à vista”, mas se trataria de encantamento simplório, agrado momentâneo aos olhos. O Velho Mundo oferece seus encantos para além do olho iletrado, encantos que se oferecem ao intelecto daqueles que, educados na tradição ocidental (europeia), reconhecem na paisagem as marcas deixadas pelo desenvolvimento da humanidade. Um jovem brasileiro como o Joaquim Nabuco de vinte e poucos anos, pertencente à elite letrada e educado segundo referenciais importados da outra margem do oceano, sentia em sua terra natal uma angustiante falta: olhava ao seu redor à procura de “vistas” que dialogassem com sua “imaginação europeia” (trata-se, em certa medida, como sugere a ideia de alienação do mundo, de uma procura por signos de si mesmo), mas só encontrava uma natureza exuberante cuja beleza “inculta” denunciava, para seu desespero, que ele estava num “trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse”, um “jardim infantil”. Trazia a bagagem cultural do homem alienado da natureza e, procurando os rastros de seus ancestrais, encontrava somente um éden anacrônico.

É esta primeira aparição relevante da metáfora edênica na autobiografia: o narrador se sente como um Adão que viajou no tempo (“é como um Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem”), mas cujo destino é pior do que aquele do Adão do Gênesis: a queda aconteceu há milênios, e ele sabe de outros homens que vivem, a um oceano de distância, num mundo que ergueram por sua engenhosidade (possível somente como consequência do pecado original, que adquire, assim, uma conotação implicitamente positiva). É por saber disso que ele não pode ser, verdadeiramente, o primeiro homem e usufruir do idílio pré-lapsariano. O sentimento resultante é o de um estranho e solitário exílio mental:

o Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de ideias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse apagado da lembrança e ele devesse balbuciar de novo, soletrar outra vez, como criança, tudo o que aprendeu sob o céu da Ática... (NABUCO, 2012, p. 71).

O paraíso é sua danação. O éden que o navegador europeu descobrira na América séculos antes torna-se uma colônia penal para seu sucessor, que é muito mais Sísifo que Adão: a história no Novo Mundo é a repetição do que já fora iniciado havia milênios do outro lado do oceano. O brasileiro terá de refazer, sob o sol tropical, tudo que já vinha sendo feito há milênios sob o céu da Ática, do Lácio, da Île-de-France. Seria um grave engano supor que esse vazio se preencheria simplesmente pela imersão no ambiente do qual sente falta. Chegando à Europa com a qual sonha acordado ao contemplar as praias cariocas, ocorre ao jovem brasileiro uma estranha inversão entre realidade e expectativa: aquela paisagem que atiçava a imaginação, plena de sedimento histórico, já há muito ansiosamente antecipada, é de uma novidade tal que não se deixa oferecer aos sentidos em sua completude. O jovem, que imaginara sua chegada ao Velho Mundo como um retorno às origens, depara-se novamente com a sensação de estar fora de lugar. A imagem empregada por Nabuco é especialmente feliz, pois a reversão se afigura de maneira que o “retorno” à Europa é um retorno àquela mesma condição do homem cercado por um desconhecido exuberante: “No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*, como se

estivéssemos ainda derribando a mata virgem” (NABUCO, 2012, p. 71). Paris, onde o narrador esperava sanar a “solidão” do paraíso tropical de onde viera para encontrar a capital do século, é também uma selva. Percebemos aqui que a angústia do jovem Nabuco é inescapável, pois não se deve ao meio em si, mas à sua própria constituição espiritual. Não se trata tanto de um dilema no sentido de escolha entre alternativas totais: cada uma só se pode experimentar como incompletude, pois a cisão entre uma e outra implica uma cisão da própria personalidade (entre “imaginação” e “sentimento”).

É tentador atribuir as alusões edênicas na descrição da natureza americana a algum rastro remanescente do imaginário dos primeiros exploradores europeus no continente. Como já notou Sérgio Buarque de Holanda (1996) em seu clássico *Visão do paraíso*, os motivos edênicos são um aspecto persistente das crônicas dos descobrimentos e dos estágios iniciais da colonização, tanto entre portugueses quanto entre franceses, ingleses e espanhóis. É bem verdade que, no caso lusitano, se o edenismo não deixou de seduzir o colonizador, ele foi temperado por uma “atenuação plausível”, de maneira que o cronista português não é dado, como o espanhol, a arroubos especulativos a respeito de terras nos quais o fantasioso sobrepuja o real. O paraíso que aquele encontra aqui é apreensível de imediato, no litoral, e não o impele à busca, no interior, de terras ainda mais maravilhosas (HOLANDA, 1996, p. 130-148). Dado o seu temperamento quase melancólico, há alguma razão para supor que o edenismo de Nabuco é influenciado por aquela constatação dos portugueses, emotiva antes que especulativa, de que aqui se encontrava um paraíso terreal. Se, certamente, a comparação entre o Novo Mundo e o éden está filiada a essa tradição, em meu entendimento, ela não constitui o elemento determinante da maneira em que o motivo aparece em *Minha formação*.

A metáfora do Brasil natural como “Paraíso Terrestre antes das primeiras lágrimas do homem” (NABUCO, 2012, p. 71) nos parece proceder, cumulativamente, de duas influências principais sobre o pensamento do Nabuco de 1896-1900. De um lado, há o impacto da conversão ao cristianismo, movimento discutido no livro *Foi voulue*, que trata do reencontro do autor com a fé católica. De outro, convém lembrar que Nabuco era um leitor entusiasmado do filósofo americano Ralph Waldo Emerson,⁵ fato pouco lembrado por seus comentadores, talvez porque ele afirmasse enfática e repetidamente que suas referências intelectuais vinham da Europa, embora mencione um ensaio de Emerson e o romance *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher-Stowe, em “Massangana” (NABUCO, 2012, p. 188, 190). Não há documentação que precise o momento em que Nabuco teria entrado em contato com a obra do filósofo americano, mas é bem possível que tenha ocorrido durante o período em que atuou como adido da legação de Washington e Nova York em 1876-1877. Sabemos que, posteriormente, ele se arrependia, em entrada diarística datada em 3 de março de 1908, de, “em vez de me interessar pelas bonitas raparigas

⁵ Com a curiosa exceção de Oliveira Viana, que escreve sobre Nabuco: “Realmente, no fundo do caráter de Nabuco vamos encontrar, em estratificações hereditárias, esse sentimento de dignidade pessoal, tão fundamental para Emerson nos triunfos da vida pública, e que era um dos característicos dominantes dos estadistas do período imperial. Mesmo nas suas predileções mundanas, esse sentimento de dignidade como que o moderava, impedindo-o de cair nos exageros ridículos das vaidades elegantes. O amor das exterioridades galantes em Nabuco nunca chegou a amesquinhar no seu caráter esse nobre culto da própria personalidade, tão vivaz e difuso entre os nossos homens do passado. Havia na sua elegância esse toque indefinível de respeitabilidade, que é, entre os ingleses, o sinal mais indicativo dos aristocratas genuínos” (VIANA, 1942, p. 223-224).

americanas”, não ter “procurado os velhos, que me dessem o melhor sentimento do passado, e os homens notáveis das gerações anteriores, que logo tinham que desaparecer” (NABUCO, 2006, p. 668), entre os quais nomeia Emerson, Longfellow e Walt Whitman. O conteúdo das passagens que viemos acompanhando, bem como o que se dirá adiante dos Estados Unidos sugerem que a leitura de Emerson foi fundamental na compreensão que Nabuco teria da América, tanto ao norte quanto ao sul. Como nota Luiza Larangeira da Silva Mello (2010), o filósofo de Massachusetts foi um dos mais proeminentes difusores do mito da América como terra anterior à Queda, ou, nas palavras de Nabuco, às primeiras lágrimas do homem:

O mito, forjado no debate que envolveu os mais eminentes homens de letras norte-americanos, desde a década de 1820, tem como personagem central, como herói nacional, o indivíduo representado pelo primeiro de nossos ancestrais, segundo a etiologia judaico-cristã, antes de sua expulsão do paraíso. O Adão antes da Queda, o ser jovem, viril e inocente, movido pela “vontade de crescer”, pronto a conquistar o mundo, a submetê-lo à sua vontade, torna-se o herói épico dos poemas de Walt Whitman; a alegoria do homem de gênio, o filósofo e o artista, nos ensaios de Ralph Waldo Emerson. Emerson se refere a esse personagem como “o bom e velho Adão contra todo o mundo”. Pois sua inocência, sua ignorância do mal, o coloca em uma posição de externalidade e de superioridade em relação aos fundamentos sociais da moralidade, às regras de conduta, à codificação do comportamento. O “Adão antes da queda” é, em sua pureza e inocência, um ser amoral e não socializado. É também um ser sem passado e sem futuro, o primeiro dos homens vivendo na estática temporalidade edênica (MELLO, 2010, p. 17).

Note-se que, como já havia afirmado Sérgio Buarque, o “Adão antes da queda” é um homem industrioso, pois, na versão puritana da metáfora, o éden do Novo Mundo é antes um jardim a cultivar do que uma dádiva da qual se pode tão somente desfrutar (HOLANDA, 1996, p. XV-XVI). A metáfora lusa do éden americano, ligada a essa segunda visão, é expressa por um cronista de época que afirma que os portugueses eram aqui “mais hóspedes que exploradores” (HOLANDA, 1996, p. 334). Ao afirmar que, na América, o homem branco é acabrunhado pelo fardo de ter de “balbuciar de novo” “tudo o que aprendeu sob o céu da Ática”, Nabuco parece se ligar ao mito norte-americano do paraíso terreal mais do que ao luso-brasileiro, ainda que dê àquele certa cor melancólica. Apesar de aderir à compreensão do Novo Mundo como éden, Nabuco não acreditava que essa condição fosse benéfica à cultura e à moral das nações americanas, com isso se aproximando de autores norte-americanos mais céticos quanto ao mito fundador de sua própria sociedade, como Henry James e Henry Adams, ligados, como Nabuco, ao outro lado do Atlântico devido a sua anglofilia (JAGUARIBE, 1994; MELLO, 2012; 2013).

Outro paraíso, outras quedas

O edenismo analisado acima estava limitado a uma certa compreensão da situação do Brasil e do continente americano na história universal, numa analogia



temporalmente restrita. A metáfora edênica será empregada novamente no livro, mas de maneira desdobrada, de modo a funcionar como um modelo de compreensão do processo histórico em estágios temporalmente circunscritos. O autor chega mesmo a demonstrar intenções teorizantes, mesmo quando as conclusões potenciais não sejam propriamente desenvolvidas para além do estado de sugestão. O início do percurso se dá numa estranha observação sobre a relação conturbada do narrador com a política: [...] só vi de muito longe o véu jacinto e púrpura do *Sanctum Sanctorum* — tão de longe, que me pareceu um velho reposteiro verde e amarelo —, por trás do qual o presidente do Conselho contemplava sozinho face a face a majestade do Poder Moderador (NABUCO, 2012, p. 66).

O narrador cita aqui o capítulo 26 do Êxodo, em analogia que refigura os presidentes de Conselho como altos sacerdotes, enquanto o imperador (personificação do Poder que a Carta de 1824 lhe conferia) ocupa o lugar das relíquias que serviam de mediação simbólica entre aquele e Deus. Contudo, ele, o jovem Nabuco da luta abolicionista, só pudera ver o “véu jacinto e púrpura” que o separava do sacrário de tão longe que teria confundido suas cores. Se, por um lado, a metáfora é potente, principalmente quando enunciada por um Nabuco que havia se voltado para a religiosidade, ela coloca o narrador distante do polo de transcendência do mundo imperial. O véu jacinto e púrpura parecera-lhe então “um velho reposteiro verde e amarelo”. O mundo encantado do império brasileiro é também um mundo em relação ao qual o narrador se vê marginal – e aqui se revela, em meio a certa ambivalência, uma janela para o entendimento que quero extrair do texto.

Ao final do capítulo “Eleição de deputado”, o sistema político imperial, antes criticado no livro por dar sustentação ao escravismo, reaparece metamorfoseado por meio de uma série de metáforas menores que o descrevem como representação idealizada de uma realidade cruel, uma forma de simulacro cuja beleza compensa o horror do real:

Tudo ali estava suspenso, transportado a outra escala do ser, a outra ordem de sensibilidade e de afetos... Era o mesmo fato, mas com diferente aspiração, diferente consciência, diferente vontade, e para o qual por isso mesmo o tempo não corria, como no sonho... A cena política foi também para mim um puro encantamento... Sob a aparência de partidos, Ministérios, Câmaras, de todo o sistema a que presidia com as suas longas barbas níveas o velho de S. Cristóvão, o gênio brasileiro tinha encarnado e disfarçado o drama de lágrimas e esperanças que se estava representando no inconsciente nacional, e à geração do meu tempo coube penetrar no vasto simulacro no momento em que o sinal, o toque redentor, ia ser dado, e todo ele desabar para aparecer em seu lugar a realidade humana, de repente chamada à vida, restituída à liberdade e ao movimento... (NABUCO, 2012, p. 224).

Atentemos aqui para os pormenores da prosa nabuquiana, que aqui apresenta suas idiossincrasias retóricas em profusão exemplar. A “realidade humana” substitui o encantamento que tem sua apoteose na Abolição, e aqui o texto se presta plausivelmente à interpretação de que ela (ou talvez algo entre ela e a República) é análoga ao pecado original. Transitamos aqui numa narrativa de estreita correspondência com o

primeiro livro do Antigo Testamento, que já se insinuara anteriormente no sentimento de vazio diante da paisagem. Agora, contudo, a narrativa se movimenta para além do momento edênico inicial, no primeiro desdobramento qualitativo da metáfora: depois de a geração de Nabuco ter penetrado (em claro desafio ao *status quo*) no “vasto simulacro” do sistema político, este “desabou” diante de seus olhos. A ideia de uma percepção da realidade obstada por forças místicas, já empregada ao tratar da monarquia, é também uma figura central do capítulo que constitui a pedra angular do livro, “Massangana”. A posição do relato da infância no livro, por volta do início do último terço, não é casual, como observou Roberto Ventura:

Na sequência de *Minha formação*, o relato das recordações do engenho se encontra cuidadosamente deslocado de uma possível linearidade temporal, situado entre a narração de sua campanha de deputado e a discussão do movimento abolicionista. Massangana é o elo afetivo que dá sentido à sua trajetória política: a irrupção da consciência abolicionista e o engajamento no movimento se dão a partir da ruptura com a imagem benevolente do cativo, desencadeada pelo infortúnio que se abateu sobre os escravos (VENTURA, 1991, p. 125).

A associação da infância, em “Massangana”, a um paraíso perdido já foi observada por Alfredo Bosi (2012) em conferência proferida na Academia Brasileira de Letras e que serviu de introdução à edição aqui utilizada de *Minha formação*. Também Ricardo Benzaquen Araújo (2009, p. 12) viu ali uma “figura de prefiguração do paraíso”. O que noto, porém, não é apenas isso, mas uma reedição da história da queda no plano íntimo. O evento chave é relatado com parcimônia:

Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava (NABUCO, 2012, p. 190).

Note-se que aqui estamos em território ficcional – a cena, apesar de laconicamente descrita, parece ter sido desenhada com intenções sugestivas mais do que a partir de uma busca pela autenticidade da lembrança. Insinua-se que o protagonista está sozinho, entregue a uma tarde de ócio típica daquele cenário rural onde vinha sendo criado por uma madrinha piedosa, sem os rigores da educação aristocrática aos quais estaria submetido se vivesse na cidade. Somos, então, levados a imaginar que é sentado na escadaria frontal da casa grande que o menino é surpreendido pelas súplicas do fugitivo e que todo o episódio se dá sem nenhuma intervenção de algum servil ou responsável apto a tomar o controle da tensa situação. É como se, ali, naquele momento, e com os rudimentos morais de que dispunha, ele tivesse de responder ao que acontecia diante de seus olhos e dos de mais ninguém. O local

onde isso se dá é, apropriadamente, o limiar físico do ambiente protegido da casa.⁶ O ato de sentar-se no patamar da escada, especificamente, sugere que a linha para o mundo exterior já está parcialmente transposta. Tudo aponta ali para uma refiguração da queda: o confronto com uma realidade destruidora do idílio infantil, a julgar por sua cuidadosa *mise-en-scène*, é uma consequência inevitável da curiosidade de conhecer o que há para além do pequeno mundo onde o menino é confinado por seus protetores.

Para Alfredo Bosi, o caráter edênico de “Massangana” é espacial, sendo a benevolência da madrinha D. Ana Rosa para com seus escravos uma exceção à brutalidade geral do regime servil. Diz o crítico: “É significativa essa oposição recorrente entre “Massangana” e os demais lugares onde vigorava o mesmo regime escravista” (BOSI, 2012, p. 15). Logo mais, trata de perdoar Nabuco pela complacência com uma “escravidão benigna”. Meu ponto de vista é um pouco diferente: a dimensão que separa “Massangana” da ruína moral da escravatura não é somente o espaço, como quer Bosi, mas também, e sobretudo, o tempo. O éden de “Massangana” seria, para Bosi, uma “ilha” (BOSI, 2012, p. 14). Eu acrescentaria aqui a ideia de que ele seja também um momento ou, ainda, um cruzamento dos dois que produz uma narrativa edênica do Brasil imperial escravista: o momento-lugar de inocência, onde-quando a doçura insciente do escravo encontra o egoísmo insciente do nhozinho, protegidos do real pelos constrangimentos ideológicos, se quisermos usar da terminologia marxista, daquela sociedade.

Às linhas mais conhecidas de “Massangana” sucedem uma declaração desconcertante: vendo acabar a escravidão, o narrador diz sentir uma “singular nostalgia”, a “saudade do escravo” (NABUCO, 2012, p. 190). O original, escrito em francês, é ainda mais cruel com as sensibilidades estético-políticas de um século depois: “*la nostalgie de l’esclavage*” (NABUCO, 2012, p. 264) – nostalgia da instituição servil como tal, não apenas do escravizado como ser humano. É evidente que não é o caso de “perdoar” Nabuco, membro, ainda que envergonhado, da elite escravista. Roberto Ventura está correto em observar que o sentimentalismo ali contido é tipicamente patriarcal e autocomplacente, mascarando o cativo como “jugo suave” (VENTURA, 1991, p. 124). Misturam-se aqui concepções influenciadas pelo racismo pretensamente científico do século XIX e uma apropriação muito particular do direito natural (Cf. ARAÚJO, 2016) e da interpretação cristã do problema da escravidão. Este último ponto me parece quase completamente negligenciado pela fortuna crítica de *Minha formação*; a exceção que conheço é o já citado comentário de Ricardo Benzaquen Araújo. Para entender melhor a “saudade do escravo” ou da escravidão, é necessário ler detidamente as linhas que sucedem à confissão, que são possivelmente as mais pregnantas de todo o livro:

É que tanto a parte do senhor era inscientemente egoísta, tanto a do escravo era inscientemente generosa. A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu

⁶ A imagem de espaços limítrofes do domicílio como metáfora para o desejo infantil de escapar à proteção parental e entrar em contato com um mundo exterior ao mesmo tempo ameaçador e sedutor é encontrada também em Walter Benjamin, em cujo caso o cenário não é a casa grande, mas o apartamento da infância pequeno-burguesa do filósofo alemão. Mesmo assim, os efeitos miméticos são bastante similares. Cf. GAGNEBIN, 1993.

contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ele povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte (NABUCO, 2012, p. 190-191).

A linguagem metafórica, parece-me, dá a esse pequeno conjunto de períodos uma fecundidade não atingida por muita sociologia e historiografia posterior. Melhor dizendo, trata-se, sim, de uma sofisticada (e transtornada) página de interpretação sociológica em forma autobiográfica que se efetua dentro do quadro mais amplo da metáfora bíblica aí empregada. Eis aí, encapsulado nessas poucas e líricas linhas, o Brasil escravista, domínio sobre o qual reina o trono do “velho de São Cristóvão”, o paraíso perdido. O mais surpreendente é que, ao que me parece, ao mesmo tempo em que constatamos no trecho elementos especialmente indigestos da ideologia senhorial, nele se deixa abrir um flanco para a sua própria crítica. Aquilo que em *O abolicionismo* se limitava a uma análise dos efeitos da escravidão sobre as formas, por assim dizer, exteriores de sociabilidade incide aqui, se alcançamos compreender o significado da passagem, sobre o âmbito – menos ostensivamente aberto à reflexão – das formações e mecanismos mentais e das representações coletivas, sem, é claro, que isso estivesse enunciado nesses termos. A escravidão espalha “uma grande suavidade”, é a forma que o país “guardou”, sua “religião natural e viva”, plena de “mitos” e “encantamentos”. “Massangana” é, antes de tudo, o tempo da inocência, o tempo do egoísmo “insciente” do senhorzinho protegido pela também insciente e doce generosidade do escravo, mas sobretudo pelos encantamentos da escravidão. Essa idealização, por estar confinada no momento pré-lapsariano, não pode ser tomada como a interpretação definitiva do escravismo em *Minha formação*, até porque, ainda no mesmo capítulo, esse momento é ultrapassado. A Massangana onde a escravidão é um “jugo suave” é a infância do narrador, mas também a infância do Brasil, algo não inteiramente terminado, ao menos para o Nabuco de 1893-1900. Persiste, mesmo após a Abolição, a “alma infantil” do país, que é dotado de emoções associadas à alienação aut centrada (egoísmo insciente) das crianças: “tristezas sem pesar”, “lágrimas sem amargor”, “felicidade sem dia seguinte”. “Massangana” é o éden, mas o é sobretudo no sentido de um momento-lugar de ignorância que encapsula o pano de fundo ideológico (os mitos, lendas e encantamentos) do Brasil escravista. O potencial crítico da passagem pode escapar a uma primeira leitura, já que o que chama mais a atenção de uma sensibilidade contemporânea é, com boa razão, a perspectiva patriarcal da qual parte o relato, ou seja, o uso de expressões como “saúde do escravo” e “jugo suave” é motivo suficiente para criar uma antipatia porventura intransponível ante o livro. Há, porém, um sutil e talvez mesmo inconsciente tom de censura, ainda que sentimental, que é o outro lado da moeda: pense-se na formulação categórica de que “A escravidão” é a “característica nacional do Brasil”, nação cuja “alma” é “infantil” e ludibriada por “mitos”, e nas conclusões que daí podem ser extraídas, mas que permanecem apenas como sugestão. O paralelismo com a passagem em que é descrito o “simulacro” do império é saliente: sucedem-se três momentos: paraíso/encantamento-conhecimento-queda. Se lembrarmos que estamos lidando com uma

coletânea de textos escritos em épocas diferentes, há boa razão para supor que essa correspondência, se não é casual, era uma constante na reflexão de Nabuco pós-1888. Do ponto de vista da estranha teodiceia nacional (e individual) de Nabuco, é a Abolição, e não a República, o pecado original do Brasil, na medida em que apenas depois dela se obteve (ou o narrador obteve, em suas próprias palavras) a faculdade de julgar o que é bom ou mau.

Compreendemos melhor agora a contraparte real da figuração com que Nabuco descreve o desabamento da ordem imperial. O sistema parlamentar de inspiração liberal presidido por D. Pedro II pairava como um teatro no qual se representava apenas em segundo grau o “drama de lágrimas e esperanças que se estava representando no *inconsciente* nacional” (NABUCO, 2012, p. 224, grifo meu). O drama, não obstante passar-se no inconsciente, pois a consciência estava encantada ou ainda entorpecida pelo teatro, consistia justamente na agonia moral de uma sociedade pretensamente civilizada cuja base de sustentação era o escravismo. A geração de Nabuco, ao abolir a escravatura, desfigurava irremediavelmente as condições que possibilitavam o simulacro ao inserir numa arena política dominada por um jogo que manejava uma substância não correspondida adequadamente pelas justificativas ideológicas e que mobilizava uma súbita coerência: com o liberalismo invocado como princípio perdia-se, no movimento abolicionista, a qualidade “fora do lugar” que tinham as ideias europeias no Brasil, no dizer de Roberto Schwarz (1973) e que fazia da referida ideologia uma forma “oca” de qualquer argumento empregado para justificar tal ou qual posição como uma “mania entre manias”. Assim, a Abolição desnudava o fundamento escravista do parlamentarismo de eleitor único bragantino precisamente no momento em que uma classe proprietária já bastante enfraquecida era o último obstáculo à República.

Voltemos a Massangana, atentando para o que ocorre depois do encantamento inicial, ou ao caminho trilhado dentro da moldura bíblica. A expulsão do éden escravista se concretiza, de maneira a reforçar o paralelismo com a queda da monarquia e com a Abolição, pela deposição do rei-menino daquele simulacro de paraíso. A madrinha do protagonista morre, legando o engenho a um parente desconhecido: “Ainda hoje vejo chegar, quase no dia seguinte à morte, os carros de bois do novo proprietário... Era a minha deposição... Eu tinha oito anos” (NABUCO, 2012, p. 194). A versão original de “Massangana”, em francês, escrita para *Foi voulue* e publicada, durante a vida do autor, em *Pensées Détachées et Souvenirs*, contém um longo parágrafo omitido na tradução pelo próprio autor e que figurará em *Minha formação*. Nele, Nabuco desenha um entendimento teológico da origem da escravidão que ajuda a entender as nuances de sua idealização do escravo:

Se existe uma verdade moral visível na natureza, é que o Criador não quis a escravidão em sua obra. A liberdade se confunde com o próprio sopro que a tirou do nada; ela é um princípio que se deve estender, na criação, até onde vai o éter, por tudo aonde a luz vai. Desse princípio, desse sentimento, a religião cristã é de fato a afirmação suprema, pois a ideia essencial é que Deus, após ter criado a liberdade, preferiu ele mesmo morrer a suprimi-la de seu plano, ou traçar outro sem ela. Foi a queda que trouxe a escravidão. Não obstante, a domesticidade do homem será a fonte renovada de toda a bondade no mundo, e a escravidão se tornará um rio de ternura, o mais largo que atravessou a história, tão grande que todos os outros, inclusive o cristianismo, parecem

afluentes... O cristianismo teria, com certeza, tomado direção totalmente diferente, se algumas de suas fontes não derivassem da escravidão, pois ela derramou uma torrente de abnegação e de amor no seio do cristianismo nascente. Ele foi uma religião de escravos e de alforriados muito antes de se tornar a religião dos imperadores e, na mistura de suas origens longínquas, foi-lhe emprestado da alma congênere do escravo muito de sua essência, pois ambos deviam ser a ascensão dos humildes e dos oprimidos. Dir-se-ia que, para a religião da redenção humana, eram necessários escravos como primeiros clientes. Foi também no serviço desinteressado, na obediência absoluta, no reconhecimento devotado dos escravos que as primeiras igrejas encontraram o tipo de relacionamento do fiel com o Cristo, assim como a humildade do escravo servirá posteriormente de modelo à mais alta dignidade da Igreja – *servus servorum Dei*. A felicidade de ser escravo foi a primeira contribuição cristã à alma antiga. Tal felicidade só se torna possível no dia em que uma religião nova se dispõe a descontar as grandezas ambicionadas por todos numa moeda imaginária, que não poderá circular senão em outra vida. O futuro sentimento de igualdade é o verdadeiro muro de sustentação da cidade de Deus; é ele que, dentro das comunidades cristãs, ergue a condição servil ao nível dos primeiros lugares. É do contato ínfimo com a escravidão que resultou a ambição suprema do santo: ser escravo de Deus. Essa aspiração da perda total da liberdade significa que o amor do escravo foi julgado como sendo o amor por excelência. O escravo é um símbolo como o cordeiro. Dessa maneira, o cristianismo fez com que nascesse, da mais tosca das plantas, a mais sublime flor da humanidade que jamais perfumou a terra. Foi no círculo dos escravos que São Paulo semeou os primeiros grãos da caridade. Noutro lugar qualquer eles teriam caído em solo estéril (NABUCO, 2010, p. 9-10).⁷

⁷ No original: “S’il est une vérité morale visible dans la nature, c’est bien que le Créateur n’a pas voulu l’esclavage dans son œuvre. La liberté se confond avec le souffle même qu’il a tiré du néant, elle est un principe qui doit s’étendre dans la création aussi long que l’éther, partout, où va la lumière. De ce principe, de ce sentiment, la religion chrétienne est en effet l’affirmation suprême, puisque l’idée essentielle en est que Dieu, après avoir créé la liberté, aime mieux mourir lui-même que l’effacer de son plan ou en ébaucher un autre sans elle. Ce fut la chute qui amena l’esclavage. Pourtant, c’est la domesticité de l’homme qui sera la source renouvelée de toute bonté dans le monde, et l’esclavage deviendra un fleuve de tendresse, le plus large qui ait traversé l’histoire, si grand que tous les autres, le christianisme même compris, en paraissent des déversoirs... Le christianisme aurait certes pris une toute autre direction, si quelques-unes de ses sources ne dérivait pas de l’esclavage, car ce fut un grand flot de renoncement et d’amour que l’esclavage répandit au sein du christianisme naissant. Celui-ci a été une religion d’esclaves et d’affranchis longtemps avant de devenir la religion des empereurs, et dans le mélange de ces origines lointaines il aura emprunté beaucoup de son essence à l’âme congénère de l’esclavage, car, tous deux, ils devaient être l’avènement des humbles et des opprimés. A la religion du rachat humain on dirait qu’il fallait des esclaves pour premiers clients. Aussi c’est dans le service désintéressé, dans l’absolue obéissance, dans la reconnaissance dévouée des esclaves, que les premières églises ont trouvé le type des rapports du fidèle avec le Christ, de même que l’humilité de l’esclave servira depuis de modèle à la plus haute dignité de l’Église – *servus servorum Dei*. Le bonheur d’être esclave a été le premier apport chrétien à l’âme antique. Un tel bonheur ne devint possible que le jour où une religion nouvelle se mit à escompter les grandeurs ambitionnées par tous en une monnaie imaginaire qui n’aura cours que dans une autre vie. Le sentiment

O que observamos aqui, e que já se insinuava anteriormente, é uma analogia entre o ato de se doar à causa abolicionista e a salvação como compreendida no cristianismo. Os contornos dessa concepção ficarão mais nítidos quando analisarmos outra passagem do texto de onde “Massangana” foi extraído. O narrador, em “Massangana”, é muito mais um “eu” íntimo e beato do que o “eu” público e oratório de *Minha formação*, de forma que pode ter parecido ao autor que o trecho não refletia o espírito do livro em português. Contudo, mantém-se um desnível tonal entre “Massangana” e o restante do livro. Isto porque “Massangana” funciona em *Foi voulué* como instante seminal de um movimento de conversão religiosa que só se concretizará na maturidade. O que *Foi voulué* nos ajuda a compreender aqui é a presença constante das Sagradas Escrituras no pensamento do Nabuco pós-conversão. Depois de se tornar tardiamente um católico praticante, Nabuco passou a ver sua vida pregressa pelo modelo (ou pela metáfora) de São Paulo, em cuja história a concupiscência e a queda são vivenciadas individualmente, mas de modo que a salvação se oferece como sacrifício em nome do próximo:

Nós devemos tudo, absolutamente tudo, a Deus que nos criou, mas ele, pelo seu lado, é considerado como o devedor de sua criatura, quando pagou por ela sua dívida infinita. Uma tal imolação tem dois efeitos consideráveis: primeiro, cria uma obrigação maior do homem para com Deus, depois, impõe o sacrifício total do homem pelo homem. A morte de Deus faz da humanidade um só corpo. Se Deus morre por ela, qual seria a vida preciosa o bastante para lhe ser recusada daí por diante? São Paulo descobre a mola principal do Cristianismo quando diz que ninguém chegará ao Cristo a não ser por seu próximo e que só fazendo o que Cristo fez seremos membros de sua Igreja (NABUCO, 2010, p. 97).

Retornemos, agora, ao parágrafo omitido da tradução de “Massangana” que aparece em *Minha formação*. É esse mesmo movimento de imitação da vida de Cristo que ali se desenha. A instituição da escravidão é perversa em sua origem: trata-se de uma consequência da queda. A sobreposição de *topoi* teológicos sobre a narrativa é aqui dupla e não sincrônica; um trata da história universal, o outro da vida de Nabuco (e, por extensão, da história do Brasil).⁸ O exercício indevido da liberdade – plano inicial de Deus para a humanidade – por Adão e Eva dará origem ao cativo, já fora do éden. A domesticação do homem, contudo, produz a devoção do escravo, cujo amor abnegado ao senhor – o amor por excelência – fora, em tempos romanos, o terreno onde primeiro germinariam as sementes do Cristianismo, pois somente a alma pura do escravo,

d'égalité à venir est le vrai mur de soutènement de la cité de Dieu ; c'est lui qui relève la condition servile au sein de communautés chrétiennes jusqu'au niveau des premiers rangs. C'est du contact intime avec l'esclavage que résulte l'ambition suprême du saint, d'être l'esclave de Dieu. Cette aspiration à la perte entière de la liberté signifie que l'amour de l'esclavage a été jugé l'amour par excellence. L'esclave est un symbole comme l'agneau. Par ce moyen, le christianisme a fait porter à la plus grossière des plantes la plus superbe fleur d'humanité qui ait jamais parfumé la terre. C'est dans l'enclos des esclaves que saint Paul aura semé les premières graines de la charité. Partout ailleurs elles seraient tombées en terrain stérile" (NABUCO, 2012, p. 265-266).

⁸ Notemos aqui que a recorrência de *topoi* em configurações distintas e com sentidos levemente dissonantes, assim como a repetição de fórmulas contraditórias a serviço de um mesmo argumento, é abundante em *Minha formação* e constitui um caso especialmente curioso de cultivo tardio da retórica no Brasil.

naquele momento, era capaz de se sujeitar à salvação. A escravidão, fruto da maldade humana a ser extirpado, é também o germen da salvação; daí o seu caráter dual. O escravo é o que sobrou da bondade humana, um transbordamento da queda, e, por isso, a escravidão da infância (alienada) se afigura ao narrador menino como edênica. A salvação da humanidade só será possível, portanto, quando terminar o cativo. A plena realização disso se dá quando, mais velho, o narrador volta ao engenho:

O engenho apresentava do lado do “porto” o aspecto de uma colônia; da casa velha não ficara vestígio... O sacrifício dos pobres negros que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança... Debaixo dos meus pés estava tudo o que restava deles, defronte dos *columbaria* onde dormiam na estreita capela aqueles que eles haviam amado e livremente servido, ali, invoquei todas as minhas reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, que entretém a vegetação sobre suas covas, o sopro que lhes dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória. Não só esses escravos não se tinham queixado de sua senhora, como a tinham até o fim abençoado... (NABUCO, 2012, p. 195).

“Da casa velha não ficara vestígio”: o paraíso não é mais, resta dele apenas a lembrança e a constatação do sacrifício análogo ao de Cristo ao que se submeteram os escravos da infância do narrador. A frustração ao reencontrar o cenário da infância destruído resulta em catarse (do ponto de vista da narrativa, é claro; resta ao leitor se perguntar o que teriam dito aqueles sobre quem lemos que serviram “livremente” com “alegria perpétua”). O narrador conclui que o caminho de sua salvação é entregar-se à compensação pelo sacrifício dos “Santos pretos” (NABUCO, 2012, p. 196): a luta abolicionista. Já ao final do livro, o tema bíblico é retomado. Em “Os últimos dez anos” (1889-1899), a conversão católica é comparada à aparição da pomba após o dilúvio, sinalizando a possibilidade de regeneração moral após o desmoronamento do mundo imperial: “De 1892 a 1893 [...] a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa indefinível da fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente...” (NABUCO, 2012, p. 253).

A figuração encantada do império brasileiro como éden alienado da realidade pode de seus fundamentos reais – da crueldade do cativo e do autoritarismo disfarçado da política oligárquica travestida em democracia parlamentar – é a ambiguidade central do autorretrato que Nabuco elabora em *Minha formação*, onde uma crítica arguta da sociedade brasileira, já ensaiada no *Abolicionismo* com a noção da plasticidade da escravidão, se combina com uma exposição paradigmática das contradições da inteligência nacional. A nostalgia da escravidão é também a nostalgia do império e da infância, da inocência, do idílio produzido por um egoísmo insciente, e se insere na figuração cristã da própria vida. Notamos aqui, contudo, que não só a vida individual é inserida nesse esquema de salvação cristã, mas também toda a história da humanidade.⁹ Essa dupla inscrição

⁹ Num curioso movimento inverso, há em “Atração do mundo” a submissão da própria vida à história das religiões: “Nesse tempo, porém, na minha era antes de Cristo, em pleno politeísmo da mocidade,

da narrativa numa analogia com as Sagradas Escrituras é o mais sugestivo vetor de produção de sentido para a vida biográfica contido em *Minha formação*. Outras analogias, que não temos espaço para discutir aqui, são ensaiadas ao longo do livro (inclusive ao final), que não possui uma conclusão totalizante retroativamente aplicável; de todo modo, nenhuma delas se impõe com o mesmo vigor dessa que podemos considerar a operação multiforme de uma metáfora especialmente cara a um autor especialmente capaz. Parece-me que a grandeza de *Minha formação* tem algo a ver com a candura do narcisismo de Nabuco, rara entre seus pares de classe e cor: ao escrever a própria vida como hipóstase da nação, abria uma avenida para a exploração de problemas nem sempre enunciáveis como tais na linguagem pretensamente neutra da ciência social que viria a ser desenvolvida no Brasil (não somente, mas sobretudo) pelos herdeiros, orgulhosos ou não, da sociedade escravocrata. Mais do que um ornamento, a metáfora cuja operação aqui analisamos está no cerne do sentido que Nabuco quer imprimir a sua história e à do Brasil. Na sua ausência, *Minha formação* diria muito menos a respeito de ambos, restando, possivelmente, como objeto de curiosidade para eruditos, como aconteceu com *Foi voulue* e as *Pensées Détachées*. Apesar do desenvolvimento incompleto e por vezes caótico dessas sugestões, que bem poderiam seguir um caminho propriamente teórico, parece-me que a persistência com que se impõem ao leitor, que talvez não seja obra de alguma “intenção autoral”, assim como a coerência aproximada que revelam entre si, insinuam na obra de Nabuco os rudimentos de uma interpretação totalizante do processo histórico, cujo núcleo estaria no tropo da queda. Essa visão, mesmo com sua moldura arcaizante, não deixa de surpreender por uma espécie de vontade de compreensão cujo modo, se não os pressupostos, é marcadamente moderno, como se pode verificar tanto nos capítulos sobre as viagens europeias de Nabuco quanto naqueles em que é narrada a campanha pela Abolição (Cf. MARTINS, 2016, p. 129-137). Não apenas Nabuco adere a uma concepção cosmopolita da História Universal, como demonstra uma capacidade de percepção e interpretação extremamente aguçada daquilo que Hannah Arendt chamou de “o social”, aqueles elementos da vida relegados ao âmbito privado na concepção clássica da política, e cuja entrada na esfera pública é um dos elementos distintivos da modernidade (ARENDR, 1987, p. 47-59).

Em conclusão, gostaria de sublinhar o caráter exploratório deste ensaio, que de modo algum esgota as possibilidades do próprio texto. Parece-me oportuna e mesmo urgente uma investigação metaforológica devidamente aprofundada dos clássicos de nosso pensamento social, como recentemente já defendia e demonstrava Luiz Costa Lima (2017). O fato de aqui se investigar a metáfora a partir de um texto autobiográfico não deveria de modo algum sugerir que a metaforologia deveria se circunscrever ao discurso “literário” ou “não científico”. Muito pelo contrário, o que defendo é que ela aqui apresentou maior rendimento nos pontos em que o artefato analisado mais se aproxima de um conhecimento por assim dizer sociológico. A coincidência não me parece de modo algum fortuita neste país onde literatura e pensamento social frequentemente, e felizmente, se deixam entrelaçar.

o mundo inteiro me atraía por igual; cada nova fascinação da arte, da natureza, da literatura e, também, da política, era a mais forte; eu quisera conhecer as celebridades de todos os partidos” (NABUCO, 2012, p. 69).



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. O linho e a seda: notas sobre o catolicismo e a tradição inglesa em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista USP*, n. 38, p. 8-13, set./nov. 2009.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. “Terra de ninguém”: escravidão e direito natural no jovem Joaquim Nabuco. *Topoi*, v. 17, n. 32, p. 7-21, jan.-jun. 2016.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. Subjetividade, religião e política em Joaquim Nabuco. *Sociologia e antropologia*, v. 7, n. 2, p. 586-607, ago. 2017.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BLUMENBERG, Hans. *Paradigmes pour une métaphorologie*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2006.

BLUMENBERG, Hans. *Teoria da não conceitualidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BOSI, Alfredo. Joaquim Nabuco memorialista. In: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 9-33.

COSTALIMA, Luiz. *Trilogia do controle*. O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

COSTALIMA, Luiz. *Os eixos da linguagem*: Blumenberg e a questão da metáfora. São Paulo: Iluminuras, 2015.

COSTA LIMA, Luiz. A pouco cordial cordialidade. *Revista USP*, n. 110, p. 107-114, maio 2017.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A criança no limiar do labirinto. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 82-105.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JAGUARIBE, Beatriz. Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco. In: GIUCCI, Guillermo; DAVID, Maurício Dias (orgs.). *Brasil-EUA*: antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p. 109-141.

MARTINS, André. *O traço todo da vida*. Subjetividade e narrativa em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. 2016, 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. *Depois da queda*: a representação da cultura nacional norte-americana na obra tardia de Henry James. 2010, 220 f. Tese (doutorado em História Social da Cultura), Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2010.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. A sensibilidade cosmopolita: sentimento histórico

e anglofilia nas obras de Joaquim Nabuco e Henry James. *Escritos*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 6, p. 73-99, 2012.

MELLO, Luiza Larangeira da Silva. O bom filho à casa torna: formação humanista europeia e sentimento pátrio em Joaquim Nabuco e Henry James. *Sociologia e Antropologia*, v. 3, n. 5, p. 271-293, jun. 2013.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca., 1883.

NABUCO, Joaquim. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006.

NABUCO, Joaquim. *A desejada fé – Mysterium Fidei*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Editora 34, 2012.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa 3. O tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco (1849-1910). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os Historiadores*, v. 4. Clássicos da História do Brasil. Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Vozes, 2018, p. 83-104.

SAMMER, Renata Bellicanta. Uma faca só lâmina: a metáfora de invenção como metáfora absoluta. *Via atlântica* (USP), São Paulo, n. 32, p. 281-300, dez. 2017.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, n. 3, p. 150-161, jan. 1973.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

WAIZBORT, Leopoldo. Glosa. Especulação bastarda ao redor da água. *Tempo social* (USP), São Paulo, n. 12, v. 2, p. 37-48, nov. 2000.

NOTAS

André Jobim Martins: Mestre. Doutorando, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Frings, sala F512, 22451-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Como citar: MARTINS, André Jobim. Visões da queda: motivos edênicos em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 104-125, jan./abr., 2019.

ORIGEM DO ARTIGO

Elaborado a partir da seção 3 do capítulo V da dissertação *O traço todo da vida: subjetividade e narrativa em Minha formação*, de Joaquim Nabuco. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2016.



FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Luiz Costa Lima pela leitura de uma primeira versão deste texto. Toda a responsabilidade por erros e defeitos que nele venham a ser eventualmente encontrados é, evidentemente, minha

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de junho de 2018

Aprovado em: 11 de outubro de 2018






O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO E O LATINO-AMERICANISMO NO BRASIL NOS ANOS 1920

Revolutionary Mexico and Latin-americanism in Brazil in the 1920s

Natally Vieira Dias

Universidade Estadual de Maringá

natyvdiass@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3019-2317>

O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO E O LATINO-AMERICANISMO NO BRASIL NOS ANOS 1920

RESUMO

Neste trabalho é abordada a política latino-americanista exercida pelo México a partir da Revolução de 1910, enfatizando-se suas relações com a promoção dessa identidade continental no cenário brasileiro. Mostramos que a inclusão do Brasil na estratégia continental mexicana foi um elemento importante para o desenvolvimento de uma sensibilidade latino-americanista em parte da intelectualidade brasileira durante os anos 1920.

PALAVRAS-CHAVE: México revolucionário. Latino-americanismo. Intelectuais brasileiros.

REVOLUTIONARY MEXICO AND LATIN-AMERICANISM IN BRAZIL IN THE 1920S

ABSTRACT

This article approaches the Latin-Americanist policy exerted by Mexico since the Revolution of 1910, highlighting its connections with the promotion of such a continental identity in the Brazilian intellectual scenario. It is pointed out that Brazil's inclusion in the Mexican continental strategy was a crucial component towards the awakening of a Latin-Americanist sensibility among part of the Brazilian intellectuals in the 1920s.

KEYWORDS: Revolutionary Mexico. Latin Americanism. Brazilian intellectuals.



A partir da Revolução de 1910 a política externa mexicana caracterizou-se pelo fomento à aproximação continental baseado na difusão da identidade latino-americana em franco desafio ao intervencionismo estadunidense. A política latino-americanista empunhada pelo México revolucionário foi oficialmente declarada na chamada “doutrina Carranza”, conjunto de parâmetros diplomáticos apresentados pelo presidente mexicano Venustiano Carranza em 1919 com o deliberado intento de se contrapor à pretensão hegemônica dos Estados Unidos no continente.

A posição mexicana foi expressa em resposta à perspectiva assumida nas Conferências de Paz, realizadas em Paris ao final da Primeira Guerra. Por ocasião das conferências, que deram origem à Sociedade das Nações, a antiga formulação estadunidense conhecida como “doutrina Monroe” foi evocada como parte dos “acordos regionais que assegura[va]m a manutenção da paz” e que, portanto, deveriam ser respeitados, como consta do Pacto da Sociedade das Nações, em seu artigo 21 (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919). No entanto, a anuência internacional da doutrina estadunidense era inaceitável para a posição anti-intervencionista assumida pelo México revolucionário, e o presidente Carranza não apenas apresentou seu repúdio à aceitação formal da Doutrina Monroe pelos países fundadores da Sociedade das Nações como estabeleceu a sua própria proposta de diretrizes internacionais, cuja base era o princípio de não intervenção.

A posição mexicana foi divulgada em uma declaração à imprensa estadunidense. Nela, Carranza desconhecia enfaticamente a Doutrina Monroe (CARRANZA, 1919 *apud* FABELA, 1994). Mas o presidente mexicano ofereceu, ele próprio, um novo conjunto de parâmetros diplomáticos que ficaram conhecidos como “Doutrina Carranza” e que traduziam claramente seu intento de contrapor-se à pretensão hegemônica dos Estados Unidos no continente, ao propor uma nova “doutrina” em substituição à estadunidense. As diretrizes internacionais traçadas por Carranza, bem como a posição que pretendia que o México ocupasse no cenário externo, foram resumidas da seguinte maneira em uma mensagem ao Congresso Nacional mexicano, em 1918:

As ideias diretrizes de nossa política internacional são poucas, claras e simples. Reduzem-se a proclamar que todos os países são iguais; devem respeitar mútua e escrupulosamente suas instituições, suas leis e sua soberania; que nenhum país deve intervir de nenhuma forma e por nenhum motivo nos assuntos internos de outro. [...] [E que] nacionais e estrangeiros devem ser [considerados] iguais diante da soberania do país em que se encontrem. [...] Desse conjunto de princípios resulta profundamente modificado o conceito atual de diplomacia. Esta não deve servir [...] para exercer pressão sobre os governos de países débeis. [...]

As ideias diretrizes da política atual, em matéria internacional, estão a ponto de ser modificadas, pois foram incompetentes para prevenir as guerras internacionais e dar um fim rápido à conflagração mundial[;] o México tratou de contribuir para a reforma dos velhos princípios [...]. Hoje abriga a esperança de

que a conclusão da guerra será o princípio de uma nova era para a humanidade [...] (CARRANZA, 1918, p. 32).¹

Na referida mensagem, o presidente mexicano explicou que o caráter “doutrinário” da política internacional que propunha residia na pretensão de que “as mesmas práticas adotadas pelo México [de não aceitação da ingerência dos Estados Unidos] [fosse]m seguidas [...] pela América Latina, cujos fenômenos específicos são os mesmos que os nossos [mexicanos]”. A vinculação da posição internacional do México com o processo revolucionário em curso no país desde 1910 foi um elemento bastante ressaltado no discurso presidencial, que não deixou de enfatizar que os princípios anti-imperialistas então empunhados pelo México “foram formulados [...] em plena luta revolucionária e que tinham o objetivo de mostrar ao mundo inteiro os propósitos dessa luta”, incluindo seus ideais de “confraternidade latino-americana” (CARRANZA, 1918, p. 31).

Como muito bem observou o historiador Pablo Yankelevich, a política latino-americanista exercida pelo México “aparece como resultado de um ato defensivo frente a uma política estadunidense que questionou a legitimidade do processo revolucionário”, chegando, inclusive, a se manifestar militarmente, com o desembarque de *marines* estadunidenses no porto mexicano de Vera Cruz, em 1914. Foi em resposta a esse panorama que “o México se projetou em direção à América Latina”, e, na esteira da Revolução, a política externa mexicana no continente passou a se orientar por “propostas de corte ‘indo-americano’ [no sentido de valorização de uma identidade considerada autóctone, não necessariamente indígena], levantadas em aberto desafio ao pan-americanismo reinante” (YANKELEVICH, 1997, p. 373; 86).

No que diz respeito especificamente às relações com o Brasil, é de se destacar o desencontro potencial entre a política mexicana de “confraternidade latino-americana” e a posição assumida por nosso país, visto que, historicamente, os projetos de solidariedade continental baseados em identificações de tipo latino-americanista não eram os temas prediletos da agenda oficial da diplomacia brasileira e nem mesmo da intelectualidade nacional.

O Brasil e a questão da identidade continental

Como tem sido mostrado pela historiografia, as relações de nosso país com a América hispânica historicamente foram (em grande medida, ainda são) marcadas por um distanciamento que remonta ao clima de desconfiança mútua existente durante o século XIX entre o Brasil monárquico e seus vizinhos republicanos. As difíceis relações diplomáticas naquele contexto se refletiram fortemente no âmbito político-cultural, marcando de uma maneira decisiva a produção intelectual brasileira a respeito da “outra América”.²

Mas o ponto crucial da questão encontra-se no fato de que a visão de um Brasil distinto cultural, histórica e politicamente de seus vizinhos hispano-americanos, construída durante o Império, não foi substancialmente alterada após a instauração do

¹ As traduções de todas as citações em língua estrangeira são da autora deste artigo.

² Entre os trabalhos historiográficos brasileiros que abordam o tema das relações entre o Brasil e a Hispano-América, destacam-se: BAGGIO, 1998; PRADO, 2001; CAPELATO, 2000.

regime republicano. Maria Ligia Prado expressa muito bem essa situação ao afirmar que diversos autores brasileiros, durante o século XIX, “elaboraram um discurso original – recheado de ideias, imagens e símbolos – que fundou uma interpretação brasileira sobre o mundo hispano-americano” e que “a repetição continuada dos mesmos argumentos contribuiu para a constituição de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América, dissociando-a, separando-a do Brasil”. O advento da República, no entanto, “não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica, pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas” (PRADO, 2001, p. 146).

Obviamente, a consideração dessa posição identitária do Brasil no continente como algo *sui generis* só faz sentido em contraste com o histórico de propostas, projetos e movimentos de integração continental que foram articulados pelos hispano-americanos desde Bolívar e os movimentos de Independência. Mas justamente por ser incontestável a desconexão de nosso país em relação aos projetos integracionistas latino-americanos, pensar esse assunto a partir da “situação brasileira” guarda alguns riscos. O primeiro deles é o de exagerarmos o sentido de identidade comum entre os próprios hispano-americanos como algo fixo e perene através da história. Outro risco que corremos é o de nos esquecermos de que, em geral, tampouco nossos vizinhos de continente pleitearam a inclusão do Brasil na identidade latino-americana.³

O tema da integração intelectual latino-americana entre fins do século XIX e inícios do XX também tem merecido a atenção de hispano-americanos, particularmente da área dos estudos literários, inclusive no que diz respeito à relação com o Brasil. Partindo de uma perspectiva que privilegia os “fenômenos de religação”,⁴ a ensaísta e crítica literária argentina Susana Zanetti identificou no Modernismo hispano-americano – como movimento literário inserido no contexto da modernização socioeconômica – um importante instrumento de aproximação continental. Por um lado, o movimento contou com o protagonismo de certas figuras (como Rubén Darío e José Martí) que viveram fora de seus países de origem e, a partir de centros como Paris e Nova York, estabeleceram contatos com outros escritores latino-americanos e fomentaram “o espírito de confraria que caracteriza o movimento”. Por outro lado, o próprio caráter internacional do Modernismo fez com que “os letrados encarassem sua experiência singular e nacional [...] a partir de uma dimensão mais ampla [...] que começa[va] a

³ A história do latino-americanismo é bastante ilustrativa a esse respeito. Uma identidade latino-americana começou a ser articulada por intelectuais hispano-americanos em meados do século XIX em contraposição ao perigo expansionista decorrente do “destino manifesto” estadunidense, sendo reforçada em fins daquele século em resposta à proposta pan-americanista. Durante esse período, o Brasil monárquico (que ainda o era quando da convocação estadunidense para a Conferência Internacional Americana em 1889) não foi incluído na identidade latino-americana, a qual, na realidade, equivalia basicamente a uma identificação hispano-americana. Mesmo depois da entrada do Brasil no rol das nações republicanas do continente, o latino-americanismo – esgrimido contra o pan-americanismo e expresso de maneira mais latente nas Conferências Pan-Americanas –, em geral, não incluiu o Brasil. Sobre o desenvolvimento histórico do latino-americanismo em contraposição ao pan-americanismo, consultar ARDAO, 1986. Sobre o desenvolvimento da identidade latino-americana durante as Conferências Pan-Americanas, consultar DULCI, 2013.

⁴ Como descreve Zanetti, a análise das experiências literárias e culturais a partir dos fenômenos de religação tem como base a identificação de “laços efetivos condensados de modos muito diversos ao longo da história, para além das fronteiras nacionais”, privilegiando o estudo de lugares, textos e figuras do mundo literário/intelectual em sua atuação como “agentes de integração” (ZANETTI, 1994, p. 489).

reconhecer modelos próprios” ao se configurar como um “movimento generalizado e hegemônico em toda a Hispano-América e com importante incidência na Espanha”. Como destaca a autora, “as ideias de unidade” geradas nesse contexto se fortaleceram frente à ameaça estadunidense, particularmente a partir da Guerra de 1898,⁵ o que explica que tenham se expressado a partir de uma “perspectiva hispano-americana” – em grande medida inclusiva em relação à Espanha – muito mais do que latino-americana: nesse momento, “os vínculos com o Brasil ainda [eram] escassos e não se vislumbra[va] um pertencimento comum em relação ao Caribe não hispanófono” (ZANETTI, 1994, p. 490).

Sem dúvida, a “particular aptidão religadora dos modernistas”, como denominou Zanetti, conseguiu estimular o conhecimento mútuo e a identificação cultural continental por meio de diversos elementos, como a troca de correspondências e obras, a publicação de revistas e a convivência intelectual em meios como as próprias redações dos periódicos e os cafés, entre outros (ZANETTI, 1994, p. 489-490). Mas essa aproximação, fruto de ações individuais de personalidades do mundo literário, não se traduziu em mecanismos de integração mais duráveis e acabou não sendo capaz de vencer a predominante “fragmentação continental”. Nesse sentido, chama a atenção que justamente uma iniciativa brasileira, a *Revista Americana* (1909-1919),⁶ tenha sido identificada pelo pesquisador argentino Álvaro Fernández Bravo como a criadora de “um espaço editorial inédito até o momento” através do qual se procurou combater a desintegração continental por meio de “um discurso de unidade” (FERNÁNDEZ BRAVO, 2003, p. 322).

Evidentemente, a *Revista Americana* não foi a primeira publicação a propor o estreitamento de laços intelectuais no continente. Como já apontamos, baseando-nos nas considerações de Susana Zanetti, as revistas modernistas cumpriram um importante papel nesse sentido. O ineditismo destacado por Fernández Bravo se relaciona com o fato de a publicação brasileira ter sido idealizada no âmbito diplomático e mantida como um empreendimento intimamente ligado ao Itamaraty, o que permite identificar tal proposta de integração intelectual como uma política oficial. O autor chega a enfatizar a seguinte contradição ao refletir sobre o papel representado pelo periódico brasileiro para a aproximação intelectual continental: se a publicação da revista no Brasil permitiu “uma melhor circulação e conhecimento das grandes ideias geradas na Hispano-América dentro do mundo brasileiro”, “não há rastros de

⁵ Trata-se da guerra iniciada, em 1895, como movimento de independência de Cuba contra a colonização espanhola e que contou com a participação dos Estados Unidos, a partir de 1898, contra a metrópole europeia. O saldo da guerra foi o estabelecimento de protetorados estadunidenses em Porto Rico, nas Filipinas e na ilha de Guam, seguido da implantação de uma emenda à Constituição de Cuba (a Emenda Platt, de 1901), que garantia a ingerência estadunidense no país após sua independência em relação à Espanha. Por tudo isso, a guerra é considerada como um momento chave na história do expansionismo norte-americano, tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento de uma identificação hispano-americana, já não em contraposição à Europa, como havia sido no período das Independências, mas favorável a uma aproximação com a própria Espanha. A respeito da importância histórica da Guerra de 1898 para os debates em torno da identidade hispano-americana nos dois lados do Atlântico, consultar CAPELATO, 2003.

⁶ A *Revista Americana* circulou entre 1909 e 1919, com períodos de interrupção, e tinha estreitos vínculos com o Itamaraty, apesar de não ser um órgão oficial do Ministério das Relações Exteriores. Sobre a trajetória da revista, seu perfil editorial e projeto diplomático, consultar CASTRO, 2012; BAGGIO, 2006.

um processo inverso como consequência da publicação da *Revista Americana na Hispano-América*” (FERNÁNDEZ BRAVO, 2003, p. 337).

A análise de Fernández Bravo nos coloca diante de uma questão importante a ser levada em conta no estudo dos projetos de aproximação cultural latino-americanos, a de sua relação com as políticas externas oficiais desses países.⁷ Embora as propostas de integração do continente já possuíssem um histórico considerável, no início do século XX, de forma geral, não se podia observar um comprometimento estatal, traduzido em ações oficiais de política externa, com o objetivo de fomentar a integração latino-americana.⁸ É justamente nesse panorama que se destaca a atuação continental exercida pelo México revolucionário, a qual conseguiu exceder, em muito, a simples retórica de união continental.

O latino-americanismo do México revolucionário

O principal aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção sobre a política de aproximação continental empunhada pelo México a partir da Revolução de 1910 é que tal política, desde o início, incluiu o Brasil. Em 1916, ainda antes da divulgação da “doutrina Carranza”, o envio de Isidro Fabela⁹ como representante oficial do governo Carranza na América do Sul deu início às articulações diplomáticas mexicanas na região, e nosso país foi concebido como um dos alvos das iniciativas mexicanas de aproximação cultural. Estas incluíram o envio de estudantes mexicanos por meio de intercâmbios acadêmicos e de proeminentes intelectuais mexicanos em missões culturais oficiais em países sul-americanos.

No caso do Brasil, ainda na década de 1910, nosso país – bem como Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia – recebeu estudantes mexicanos vindos na condição de agregados das representações diplomáticas do México. A iniciativa mexicana de aproximação continental teve uma boa acolhida por parte dos estudantes da Faculdade

⁷ No caso do Brasil, como bem sabemos, a proposta de aproximação continental representada pela *Revista Americana* não se traduziu numa política mais sistemática ou duradoura. Mesmo esse projeto editorial se viu duramente impactado pela morte do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores sob cuja influência a revista começou a ser editada. A publicação chegou a ser interrompida por cerca de dois anos, entre 1913 e 1915. CASTRO, 2012, p. 50; BAGGIO, 2006.

⁸ Vale mencionar, por exemplo, a posição da Argentina, que atuava como articuladora de uma identidade latino-americana em espaços oficiais, como as Conferências Pan-Americanas. Entretanto, essa atuação pontual, destinada a combater as pretensões estadunidenses no seio das Conferências, não se traduzia em políticas mais sistemáticas fora desses esparsos eventos diplomáticos. Sobre as especificidades da atuação da Argentina em prol da identidade latino-americana nas Conferências, consultar: DULCI, 2013, especialmente o subcapítulo “A identidade latino-americana”.

⁹ Antes da eclosão da Revolução Mexicana, em 1910, Isidro Fabela (1882-1964) fez parte do Ateneu da Juventude, associação criada em 1909 como um espaço de sociabilidade intelectual que possibilitasse o debate de temas filosóficos em condição de independência em relação à ditadura de Porfirio Díaz. O Ateneu acabou se convertendo em celeiro de uma poderosa crítica filosófica aos pressupostos positivistas que conformavam a legitimação ideológica do porfirismo. Com o início da Revolução, Fabela aderiu ao maderismo e, logo após o assassinato do presidente Madero, passou a apoiar o constitucionalismo, tendo assumido, em 1913, ainda durante a guerra civil, o cargo de oficial maior da Secretaria de Relações Exteriores, tornando-se o principal nome por trás da articulação de uma estratégia de projeção internacional do México revolucionário durante o governo de Carranza. Sobre a trajetória política e intelectual de Isidro Fabela, consultar: FALCÓN, 1994. A respeito do Ateneu da Juventude, consultar: MATUTE, 2005.

de Direito do Rio de Janeiro, que homenagearam a política de aproximação cultural empreendida pelo México através de diversos discursos publicados pela revista da instituição (ÉPOCA, 1919). No início dos anos 1920, a “missão cultural” encabeçada pelo filósofo Antonio Caso, então reitor da Universidade Nacional do México, que veio ao Brasil em 1921, inaugurou o intercâmbio intelectual entre os dois países.¹⁰ Em 1923, o gesto mexicano foi correspondido pelo Brasil, que enviou ao México o jurista Rodrigo Octávio, acompanhado do escritor Ronald de Carvalho, como abordaremos mais à frente.

Queremos chamar a atenção para o fato de que a inclusão efetiva do Brasil nas políticas oficiais mexicanas em prol da aproximação continental expressa uma percepção identitária mais ampla do que a histórica identidade hispano-americana, que, aliás, viu-se bastante fortalecida nos anos 1920 pelo movimento de Reforma Universitária. Tendo se iniciado na Argentina, em 1918, já com uma perspectiva “americanista”, o movimento ganhou uma ampla expressão nos países hispano-americanos, numa época em que o apelo “indo-americano” encontrava uma boa acolhida, pois o deslumbramento pela cultura ocidental – esmaecido em decorrência da Grande Guerra – cedia espaço à busca de expressões culturais e sociais próprias do continente. Dentro desse quadro, a política oficial mexicana encontrou um terreno fértil para projetar a Revolução como parâmetro de desenvolvimento autóctone e exemplo de luta anti-imperialista, transformando o México em um eixo fundamental na articulação de projetos de solidariedade continental.¹¹

O novo ímpeto integrador, decorrente do reformismo universitário, foi estimulado e habilmente utilizado pelo México para consolidar sua presença no continente. Mas essa “hora americana” era, em princípio, apenas mais um exemplo das anteriores propostas de integração: basicamente hispano-americana, com pouca ressonância sobre o Brasil. No entanto, é possível identificar uma ação mexicana com vistas a ampliar o espectro da identificação cultural continental – favorecida pelo reformismo universitário – para além do sentido estritamente hispano-americano. É o que se verifica explicitamente em um histórico discurso proferido pelo secretário de Educação Pública do México, José Vasconcelos, no epicentro do movimento reformista, a Universidade de Córdoba, quando de sua passagem pela América do Sul, em finais de 1922.

“Orientações do pensamento no México” foi o título dado por Vasconcelos ao discurso, e o “lugar de fala” por ele assumido na ocasião reflete claramente o papel de “*maestro da América*” que lhe era conferido pela juventude reformista hispano-

¹⁰ A visita oficial do filósofo Antonio Caso ao Brasil, em outubro de 1921, em uma missão universitária, como representante da Universidade Nacional do México, fazia parte da política de promoção internacional do México revolucionário. Esta, no início dos anos 1920, procurou centrar-se em elementos culturais, visando difundir a imagem do governo Obregón como marco da reconstrução material e moral do país (DIAS, 2015).

¹¹ Um dos exemplos mais ilustrativos do lugar ocupado pelo México revolucionário na articulação da solidariedade continental a partir do movimento reformista pode ser observado na estreita relação estabelecida com a Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), fundada na Cidade do México em 1924 – no espaço nada casual do anfiteatro Simón Bolívar da Escola Nacional Preparatória –, durante o exílio de seu fundador, Victor Raúl Haya de la Torre. A acolhida dispensada ao líder peruano (que chegou a trabalhar como secretário particular de Vasconcelos) não foi um caso isolado, visto que, nos anos 1930, o México continuou sendo um destino fundamental para o exílio aprista, tendo funcionado como um eixo a partir do qual o movimento pôde ser organizado e mantido após a perseguição perpetrada contra suas lideranças. A respeito desse tema, consultar: MELGAR BAO, 2003.

-americana em virtude do projeto cultural por ele desenvolvido no México.¹² O mexicano falou ao público, formado principalmente por essa juventude, endereçando-lhe uma espécie de conselho, advertência ou “recomendação” (palavra usada por ele) a respeito do caminho que o movimento reformista deveria trilhar. Tratava-se, inegavelmente, de um “lugar de fala” que pressupunha uma trajetória admirada, uma experiência reconhecida como inspiradora e digna de ser conhecida e seguida pelos demais. Muito além de uma personalidade individual, o “*maestro* Vasconcelos” era o Secretário de Educação do México, e precisamente sua obra educativa de caráter oficial (e a propaganda dessa obra no continente) era o elemento que conferia legitimidade à sua fala. Ao discursar, portanto, como secretário mexicano, Vasconcelos direcionou sua fala em dois sentidos principais e inter-relacionados: firmar o lugar do México revolucionário – particularmente sua obra educativa/cultural, identificada como um amplo processo de renovação mental – como o grande modelo de transformação para o continente; e impulsionar a solidariedade ibero-americana como elemento indispensável para que uma verdadeira mudança social se consolidasse em dimensões continentais.

A palavra-chave do discurso de Vasconcelos na ocasião foi “nacionalismo”, e seu foco, o de defender a identificação cultural ibero-americana como um tipo específico de nacionalismo, como a tradução histórica e continental do sentido positivo do conceito: a defesa do nacional em relação às imposições externas. Tratava-se, portanto, de um nacionalismo anti-imperialista, mas cujo raio de ação não se limitava à ingerência externa econômica ou política, correspondendo primeiramente à valorização da cultura nacional frente às imposições mentais vindas de fora. Na visão exposta pelo mexicano, esse nacionalismo menos particularista (que ele opôs ao que criticou como “nacionalismo exagerado” e “patriotismo mórbido”) seria a melhor expressão político-cultural da realidade continental, visto que, em sua concepção, histórica e culturalmente havia menos diferenças que semelhanças entre as nações ibero-americanas e, fundamentalmente, porque o elemento “externo” em face do qual essas nações deviam se impor era o mesmo: a cultura ocidental encarnada no modelo civilizacional europeu. Mas, como ele próprio observou: “ao dizer Europa incluo os Estados Unidos, falo de tudo o que não é a raça ibero-americana” (VASCONCELOS, 1922, p. 28-29).

Como se sabe, todas essas ideias foram mais sistematicamente expressas por Vasconcelos poucos anos depois em sua obra *Raça cósmica*. Mas antes mesmo da publicação do livro – cuja edição original data de 1925 –, o discurso que proferiu oralmente na Universidade de Córdoba, em 1922, já foi capaz de operar alguns atos discursivos importantes: firmar a ideia de ibero-americanismo (em sobreposição à identidade hispano-americana) como base para a formação de uma “comunidade imaginária” continental que passava a incluir deliberadamente o Brasil; e estabelecer a Revolução Mexicana como evento fundador de um amplo processo de renovação que possibilitaria a transformação mental do continente e consolidaria esse novo “nacionalismo”. A retórica empregada no discurso estabelece uma hierarquia entre presente e futuro através da qual o México revolucionário aparece como o único agente

¹² Sobre o projeto educativo levado a cabo por José Vasconcelos, inicialmente como reitor da Universidade do México e depois como secretário de Educação Pública, durante o governo Obregón, no início dos anos 1920, consultar: FELL, 2009; CRESPO, 2005.

capaz de “indicar o caminho”, porque, por meio da Revolução, já teria conseguido alcançar tal ideal nacionalista:

Nós [mexicanos] fomos saindo da [...] vassalagem europeia em que têm vivido estes povos [latino-americanos] durante cem anos e temos criado todas as nossas organizações, escolas e manifestações do pensamento com uma independência bastante marcada das direções que antes nos impunham o estrangeiro. [...] Isso não quer dizer que eu acredite que nós já tenhamos elementos [suficientes] para desenvolver uma civilização própria. [...] O que eu defendo é que já é necessário que, em matéria de pensamento, aprendamos a pensar sem levar em conta a opinião estrangeira e o livro que acaba de chegar das prensas da Europa; e no México, pelo menos, isso já se tem verificado de uma maneira completa (VASCONCELOS, 1922, p. 29-30).

Na sequência de sua fala, Vasconcelos opera a articulação das duas ideias que apontamos como essenciais do discurso, ao abordar explicitamente a inclusão do Brasil como parte essencial do processo continental de “emancipação espiritual”:

Devo destacar que no Brasil me deparei com uma tendência idêntica [...]; e tenho entendido que na Argentina já se define uma forte corrente nesse sentido, do desejo de sacudir o jugo literário e o jugo filosófico dos países mais avançados e de começar, diremos, uma vida que, ainda que mais modesta, seja própria e nacional, mas não nacional exclusiva da Argentina ou do México, e sim no sentido mais amplo, nacional hispano-americana ou ibero-americana, para deixar compreendidos nessa tendência os brasileiros que forçosamente têm de trabalhar conosco neste movimento e que, por sorte, estão muito desejosos de fazê-lo (VASCONCELOS, 1922, p. 30).

Quando proferiu esse discurso, o ministro Vasconcelos acabava de voltar do Brasil, onde havia participado das comemorações oficiais do centenário da Independência brasileira, tendo encabeçando a delegação cultural enviada pelo México ao evento no Rio de Janeiro.¹³ Mais do que um simples instrumento retórico, o que expressou sobre a “tendência”, o “desejo” dos brasileiros de participarem da obra de “emancipação mental” continental, pode ter sido fruto de uma percepção de certa receptividade entre os brasileiros de seu discurso integrador. Mas é preciso não perder de vista que, muito mais que expressar uma realidade já existente, suas palavras tinham a clara intenção de iniciar um projeto de união continental no qual se pretendia incluir efetivamente o Brasil. Em relação a essa proposta, há que se destacar dois fatos importantes que se seguiram ao pronunciamento oral do discurso.

Um deles é que as palavras de Vasconcelos ganharam rapidamente uma versão impressa, editada pela Universidade de Córdoba no mesmo ano de 1922, o que

¹³ A respeito da marcante participação da comitiva mexicana nas comemorações oficiais do centenário da Independência brasileira e sua relação com a propaganda do México revolucionário no continente, consultar: DIAS, 2015, cap. 2.

aponta para a intenção de difusão imediata do discurso para um público mais amplo do que aquele que pôde ouvi-lo pessoalmente. Essa versão impressa foi enviada para o Brasil, mais especificamente para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o que certamente favorecia a divulgação da proposta de integração continental exposta por Vasconcelos entre a intelectualidade brasileira.¹⁴ Outro ponto importante é que as palavras proferidas pelo mexicano – que favoreciam a assimilação do Brasil aos projetos integracionistas –, ao serem dirigidas a um público identificado com o movimento reformista e seu caráter continental, puderam ultrapassar o simples discurso e encontrar uma expressão histórica concreta.

Os brasileiros e o latino-americanismo nos anos 1920

Houve, de fato, a integração brasileira numa rede intelectual tecida em torno da Unión Latino Americana, que se consolidou como um dos mais representativos projetos de cunho latino-americanista surgidos na esteira do movimento reformista na Argentina e que guarda uma intrínseca conexão com a presença de Vasconcelos em 1922. A associação argentina surgiu a partir da formação de um grupo intelectual em torno da publicação do boletim *Renovación*, cuja “origem simbólica” remonta ao discurso de José Ingenieros intitulado “Pela União Latino Americana”, proferido em evidente resposta às palavras pronunciadas por Vasconcelos na Universidade de Córdoba.¹⁵ Menos de uma semana depois do discurso do mexicano, Ingenieros realizou o seu próprio, que se iniciava e terminava com referências ao México revolucionário.

A primeira parte do discurso do argentino é intitulada “A renovação mexicana”, e, nela, Ingenieros se refere à “grande renovação política, ideológica e social” iniciada no México como um amplo processo histórico que ainda se encontrava em desenvolvimento, mas já havia transformado o país em um “vasto laboratório social” que produzia “ensinamentos” para o “desenvolvimento futuro” dos países latino-americanos. Do ponto de vista do argentino, um dos principais “ensinamentos” propiciados pela experiência mexicana tinha a ver com a luta contra o pan-americanismo, que era também o foco de sua própria perspectiva integracionista. Após criticar a proposta estadunidense e a subserviência dos governos latino-americanos em relação a ela, Ingenieros propôs como única forma de vencer o jugo “imperialista” no continente uma “união latino americana” [*sic*], forjada pelas “forças morais”, identificadas aos intelectuais e à juventude universitária (INGENIEROS, 1922, p. 3-6; 8).

Nesse mesmo discurso, Ingenieros propôs a fundação de uma organização em prol da “propaganda dessas ideias” de integração continental com representação “em todos os países e cidades” latino-americanos. Afirmou “não ignorar” a dificuldade prática envolvida em tal proposta e, ao contrário de sugerir o protagonismo argentino na empreitada, indicou que “a iniciativa deveria partir [...] dos países de maior influência americana”: “México, Cuba e América Central”. Apesar de mencionar a proeminência

¹⁴ A referida edição do discurso consta do acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e o registro de entrada mostra que foi disponibilizada à biblioteca logo após a publicação.

¹⁵ O discurso de Ingenieros, proferido como parte do “banquete dos escritores argentinos em homenagem a José Vasconcelos”, foi originalmente publicado em 1922 por L. J. Rosso y Cia. Impresores de Buenos Aires. Essa edição foi disponibilizada pela Universidade de Toronto por meio da Open Library. Cf. INGENIEROS, 1922.

de países do que poderíamos chamar de uma zona caribenha – envolvendo Antilhas, América Central e o próprio México – como sendo a “mais interessada” na proposta de um latino-americanismo defensivo em relação ao pan-americanismo, é bastante evidente que Ingenieros direcionava principalmente ao México revolucionário a legitimidade desse protagonismo. Após iniciar o discurso abordando exatamente a experiência revolucionária mexicana e seus “ensinamentos”, o argentino encerrou suas palavras voltando-se para o “amigo Vasconcelos” com a seguinte afirmação (praticamente um convite): “se um pensamento de tal índole chegar a ser formulado no México, [...] encontrará eco em nosso país” (INGENIEROS, 1922, p. 13).

Esse panorama permite vislumbrar a importância da atuação de Vasconcelos na América do Sul; uma ação oficial, insistimos, desempenhada como secretário mexicano e absolutamente acorde com o projeto mais amplo da política externa de seu país para o continente naquele momento. O discurso proferido na Universidade de Córdoba em 1922, como parte das relações intelectuais tecidas pelo mexicano no sul do continente, aparece, assim, como um elemento importante para marcar a presença do México revolucionário como articulador de uma solidariedade continental – que ganhava impulso com o projeto de união latino-americana encabeçado por Ingenieros – firmada sobre uma identificação ibero ou latino-americana que passava a incluir o Brasil.

Prova disso foi a inclusão de brasileiros – como Rui Barbosa, Monteiro Lobato e o professor Bruno Lobo, da Faculdade de Direito –, desde o início, como “referentes” ou “participantes indiretos” – por meio de citações, referências ou alusões – da “rede intelectual” de caráter latino-americano tecida em torno do boletim *Renovación*.¹⁶ Posteriormente, após o multifacetamento da Unión Latino Americana em novas organizações baseadas no projeto de aliança continental, o Brasil esteve diretamente representado pela figura de Oscar Tenório. Universitário e líder estudantil na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o brasileiro participou da criação da Alianza Continental, fundada em Buenos Aires em 1927 e ligada ao grupo *Renovación* e, em 1928, tornou-se “representante” da publicação argentina no Brasil (PITA GONZÁLEZ, 2009, p. 191; 245-246).

No âmbito nacional, Oscar Tenório ligava-se ao grupo Renovação Universitária, formado por estudantes e professores identificados ao reformismo universitário continental, os quais mantiveram, entre fins dos anos 1920 e início dos 1930, uma publicação de cunho latino-americanista, a revista *Folha Acadêmica*,¹⁷ na qual Oscar Tenório figurava como um dos editores e pela qual editou, em 1928, *México revolucionário. (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências)*. A obra conferia à Revolução Mexicana um lugar de destaque no continente, enfatizando o papel do país hispânico da América do Norte na luta anti-imperialista e na consolidação de uma solidariedade latino-americana que incluía deliberadamente o Brasil.

¹⁶ Em seu estudo sobre a Unión Latino Americana, a historiadora Alexandra Pita González destaca a importância desses “referentes” latino-americanos, entre os quais se situam os brasileiros, para o estabelecimento de uma “genealogia intelectual” por parte do grupo reunido em torno do boletim *Renovación*. Nas menções feitas na publicação, esses intelectuais são “situados no lugar de autoridades” e “qualificados [...] como os ‘mestres’, dos quais a juventude tinha muito o que aprender” (PITA GONZÁLEZ, 2009, p. 100 e 104).

¹⁷ Para maiores informações sobre o projeto editorial de *Folha Acadêmica*, consultar: CRESPO, 2010.

Na perspectiva do líder estudantil brasileiro, o caráter de resistência anti-imperialista fazia da Revolução Mexicana uma experiência histórica que deveria contar com o apoio de toda a América Latina, pois – considerava Tenório – o perigo imperialista ameaçava todo o continente: “defender o México é defender [...] a nossa América! É preparar a legítima defesa das nações ameaçadas!”. Quanto aos artífices dessa “legítima defesa”, as figuras centrais seriam os “intelectuais ligados à causa mexicana por anseios profundos de solidariedade continental”, categoria à qual implicitamente se vinculava (TENÓRIO, 1928, p. 33; 37; 39-40). Como se pode notar por essa breve descrição, a argumentação de *México revolucionário* foi estruturada em torno de tópicos centrais do debate político-intelectual que marcava o cenário continental nos anos 1920, como revolução, nação, imperialismo. E foi realizada a partir de uma perspectiva que atribuía à intelectualidade o papel de vanguarda “salvadora” da nação e do continente, outro tópico importante do debate no período (FUNES, 2006).

Essa visão guarda estreita relação com o movimento de Reforma Universitária e os projetos de união continental desenvolvidos à luz desse movimento, pelo qual a intelectualidade – os jovens universitários e seus mestres – procurava assumir o protagonismo das transformações sociais na América Latina. Conforme mencionamos, Oscar Tenório foi uma figura bastante representativa do diálogo estabelecido entre jovens universitários brasileiros e os projetos latino-americanistas decorrentes do reformismo universitário. Sobre o alcance desse diálogo no cenário brasileiro, cabe ressaltar que a simples existência de um projeto editorial como o da *Folha Acadêmica* já é um indicativo relevante da receptividade encontrada pelo latino-americanismo de inspiração reformista entre parte dos jovens universitários e alguns de seus mestres brasileiros. Ainda que a proposta de integração cultural continental tenha permanecido como uma perspectiva marginal dentro dos meios intelectuais nacionais, é necessário frisar que ela chegou a ter inegável incidência no Brasil e, como mostramos, o papel desempenhado pela política continental do México revolucionário foi um elemento fundamental nesse sentido.

A política continental do México revolucionário e a intelectualidade brasileira

Entre a intelectualidade brasileira, um dos primeiros frutos da iniciativa mexicana de fomento à aproximação cultural entre os países latino-americanos pode ser encontrado na inclinação americanista que começou a transparecer na obra do poeta Ronald de Carvalho em meados dos anos 1920. O brasileiro integrou a comitiva oficial brasileira enviada ao México em 1923 como resposta à proposta de intercâmbio intelectual e acadêmico iniciada por aquele país. Na época, Carvalho já trabalhava no Itamaraty, ocupando o cargo de auxiliar de gabinete do jurista Rodrigo Otávio, a quem acompanhou na referida viagem ao país do norte. O jurista brasileiro foi recebido na Universidade Nacional do México pelo próprio reitor Antonio Caso, que apenas dois anos antes havia estado no Brasil em missão cultural representando o governo mexicano. Antes de deixar o México, Rodrigo Otávio recebeu da universidade mexicana o título de doutor *honoris causa*. Ronald de Carvalho, por sua vez, foi recebido pelo secretário José Vasconcelos e, em sua companhia, viajou por várias partes do país;

antes de retornar ao Brasil, chegou a participar de um jantar particular de despedida que contou com a presença do próprio presidente mexicano, Álvaro Obregón.¹⁸

Essas informações, extraídas da obra de Guillermo Palacios (2008) sobre as relações diplomáticas entre México e Brasil, permitem constatar o altíssimo nível da recepção oficial que os intelectuais brasileiros receberam em solo mexicano. Permitem, também, observar algumas diferenças sutis em relação à presença dos dois brasileiros no México. Enquanto a do jurista Rodrigo Otávio teve um perfil muito mais institucional, tendo sido oficialmente direcionada à Universidade, a do jovem escritor Ronald de Carvalho assumiu contornos menos acadêmicos e, ao que tudo indica, esteve bastante vinculada à figura de José Vasconcelos. O secretário de Educação Pública acompanhou pessoalmente o brasileiro em suas viagens pelo país e possivelmente foi quem intermediou o contato do poeta brasileiro com o presidente mexicano. Mas o principal aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção em relação à passagem do poeta brasileiro pelo México é o efeito que essa tão bem ciceroneada visita deixou em sua obra.

Conforme destacou Kátia Gerab Baggio, o México foi “o país que mais inspirou Ronald em seus poemas, epigramas e impressões sobre as Américas”, tornando-se, inclusive, tema de uma obra do autor, *Imagens do México*, publicada em 1930. Após conhecer o México pelas mãos de Vasconcelos, o brasileiro publicou, em 1926, uma obra poética intitulada *Toda a América*. Mesmo nesta ode ao continente – abarcado, nos versos do poeta, das Antilhas a Nova York, dos Andes à Argentina –, é possível observar “um predomínio dos poemas dedicados ao México” (BAGGIO, 2010, p. 165-166).

O tema geral da obra é a questão da identidade cultural, o que é ser americano e também suas variações regionais: brasileiro, andino, mexicano, etc. Nesse sentido, apesar de se tratar de um tipo tão específico de discurso – poemas – que envolve a irredutibilidade estética da expressão poética, queremos destacar a relação que se pode verificar entre essa expressão literária e um questionamento intelectual por parte do poeta: suas reflexões sobre o tema da identidade cultural do continente. Parece-nos pertinente, nesse caso, evocar a noção de “função *ancilar*” da poesia, proposta por Alfonso Reyes.

Para desenvolver essa noção, o poeta mexicano parte de uma definição ampla da literatura que abarca tanto o que ele identifica como “literatura em pureza”¹⁹ – aquela em que “a expressão esgota em si mesma o objeto”: poesia, romance, drama –, quanto o que denomina “literatura como serviço ou *ancilar*”, referida aos casos em que “a expressão literária serve de veículo a um conteúdo e fins não literários”. Mais do que para explicar os usos político-ideológicos da literatura, essa diferenciação, proposta por Reyes, tem o objetivo de destacar sua relação com outras “disciplinas do espírito”. O escritor mexicano chama a atenção para a necessidade de se levar em conta os “elementos *ancilares* que a literatura em pureza pode trazer consigo” e propõe, para isso, a noção de “função *ancilar*”, que remete aos “empréstimos” – sejam

¹⁸ Para mais informações sobre a comitiva brasileira enviada ao México em 1923 e a participação de Rodrigo Otávio e Ronald de Carvalho nela, consultar: PALACIOS, 2008, p. 213; CRESPO, 2014; BAGGIO, 2010.

¹⁹ É importante ressaltar que a noção de literatura *em* pureza de Reyes se distancia da ideia de “poesia pura”, que é criticada por ele. Em sua perspectiva, a literatura – de forma geral, incluindo a poesia – “mesmo quando é fantástica [ou seja, aparentemente afastada de toda realidade objetiva], alude necessariamente a realidades, as quais combina à sua maneira” (REYES, 1997, p. 47).

“temáticos ou reflexivos”, “poéticos ou semânticos” – que a “literatura em pureza” realiza com outros ramos do saber. Nessa perspectiva, a função *ancilar* se manifesta toda vez que a “literatura [em pureza] confront[a] o dado [...] com certa intenção de saber crítico” (REYES, 1997, p. 40-42; 46-47).

Dessa forma, entendemos que *Toda a América* comporta uma “função ancilar” na medida em que, nessa obra, a expressão poética se relaciona intimamente com uma reflexão intelectual e, portanto, crítica, que consiste na busca por identificar/definir a originalidade cultural do continente. É a partir dessa perspectiva que, a seguir, analisamos alguns dos poemas que compõem a ode ao continente realizada por Ronald de Carvalho, procurando enfatizar a centralidade do México e da perspectiva latino-americanista na construção de uma identidade cultural de caráter continental expressa na obra do poeta brasileiro.

Ronald de Carvalho e o latino-americanismo

Toda a América se inicia com uma “advertência” ao europeu: “tu não sabes o que é ser Americano!”. Enquanto aquele é descrito como “filho da obediência, da economia e do bom senso”, este seria caracterizado pela:

Alegria de inventar, de descobrir, de correr!
Alegria de criar o caminho com a planta do pé.
[...]
Nessa maré de massas informes, onde as raças e as línguas
se dissolvem,
o nosso espírito áspero e ingênuo flutua sobre as coisas,
sobre todas as coisas divinamente rudes, onde boia a luz selvagem
do dia americano! (CARVALHO, 1935 [1926], p. 11).

Após situar o americano em contraposição ao europeu, a epopeia continental de Ronald de Carvalho começa – não resulta estranho observar – pelo próprio Brasil. Nosso país, majestosamente inserido na completude americana, é assim evocado nos versos do poeta:

Eu ouço o canto enorme do Brasil!
[...]
Nesta hora de sol puro eu ouço o Brasil.
Todas as tuas conversas, pátria morena, correm pelo ar...
[...]
Mas o que eu ouço, antes de tudo, nesta hora de sol puro
[...]
É o canto dos teus berços, Brasil, de todos esses teus berços,
Onde dorme, com a boca escorrendo leite, moreno, confiante,
O homem de amanhã! (CARVALHO, 1935 [1926], p. 12; 14-15).

Interessante notar, já no início da obra, a ideia de uma América e, dentro dela, um Brasil, ambos alegres, inventivos e confiantes num futuro grandioso. Esse futuro, por sua vez, seria construído pelo “homem de amanhã”; um homem “moreno”, fruto de uma terra “onde as raças e as línguas se dissolvem”.

Dessa visão ampla de uma América mestiça, que parte do Brasil como exemplo específico, o leitor é levado diretamente a uma seção de poemas curtos, denominados “cartas”. Espécie de cartões postais – muitos dos quais identificados como tendo sido escritos a bordo de navios, em viagens do autor pelas Antilhas e pela América do Norte; depois pela América do Sul, pelos Andes e a Argentina –, os poemas dessa parte da obra são dedicados a colegas escritores. Felipe D’Oliveira e Ribeiro Couto estão entre os homenageados, e o conjunto da seção “cartas” é dedicado ao poeta Guilherme de Almeida. A Mário de Andrade é dedicado o único poema da obra relacionado diretamente com os Estados Unidos, “Broadway”. Neste poema, cujo local de escrita Ronald remete a Nova York, são perceptíveis o ar cosmopolita e o sentido de movimento, os quais aparecem relacionados metaforicamente à imagem da Broadway, em sua dupla acepção: como espaço físico, o “chão”, da avenida nova-iorquina e também em alusão às representações teatrais que ali se encenam:

Aquele chão carrega todas as imaginações do mundo!
Aquele chão carrega
isbas da Ucrânia,
vinhas de Bordeus,
[...]
luzes do trópico, luzes do polo,
desertos, civilizações...
Aquele chão é paisagem em marcha.
Chão que mistura as poeiras do Universo e onde se confundem
todos os ritmos do passo humano!
Chão épico, chão lírico, chão idealista,
chão indiferente de Broadway,
largo, chato, prático e simples como este *roof* liso, suspenso no ar,
este *roof*, onde um saxofone derrama um morno torpor de
senzala debaixo do sol (CARVALHO, 1935 [1926], p. 22-24).

Essa descrição nos faz antever uma América impessoal, um “chão indiferente de Broadway”, “prático e simples”; um chão frio, poderíamos sintetizar, mas que, por fim, se vê fertilizado pelo “saxofone”, que “derrama um morno torpor de senzala debaixo do sol”. É evidente aqui a alusão ao *jazz*, grande expressão de música negra, popular e tipicamente estadunidense na época. Na expressão da voz poética, o torpor morno do saxofone dos jazzistas aparece nos últimos versos atuando como uma espécie de recurso humanizador da frieza da Broadway imensa, “onde se con-fundem todos os ritmos do passo humano”. Ali, esses ritmos se “con-fundem”, não se fundem, não se misturam, não se tornam “morenos”, como no Brasil, parte de uma América “onde as raças e as línguas se dissolvem”.

Embora seja parte de “toda a América”, a Broadway – representante dos Estados Unidos no poema – aparece, assim, quase completamente (exceto pelo *jazz* negro) desidentificada da América louvada pelo poeta. Tanto é assim que, depois de deixar a Broadway, seus versos chegam aos Andes, e, então, a voz poética exclama:

Aqui nestes grandes silêncios
das cordilheiras é que eu te sinto, América!
Aqui está a tua virgindade cheia de promessas excitantes.
[...]

Aqui há a infinita melancolia de uma aurora que vai romper,
 [...]
 O teu dia será como um grito que ainda boca nem uma gritou,
 [...]
 Que cidade imensa nascerá de todos esses milhões de mãos que se agitam em ti?
 Aqui nestas solidões brutas é que eu te sinto, América!
 [...]
 Ah! como será bela a dança do homem livre, que ainda esperas,
 a dança do homem livre sobre o teu ventre violado... (CARVALHO, 1935 [1926], p. 27-29).

Há vários fios que unem essa descrição dos Andes à imagem inicial do Brasil e da América. O continente imaginado como prenhe de um futuro majestoso e de “homens do amanhã” passa a ser representado, então, em sua expressão andina de “promessas excitantes”, de “uma aurora que vai romper”; da novidade de “um grito que ainda boca nem uma gritou”, de uma “bela dança do homem livre”. No futuro, esse homem, ainda esperado, dançará sobre o “ventre violado” da América. Esta América, sim, é idêntica ao Brasil, como sinaliza outro poema dedicado à parte andina do continente e que começa com o seguinte verso: “Naquela noite de Los Andes eu amei como nunca o Brasil”. Neste poema, a identificação Andes–Brasil é estabelecida a partir de uma relação sensível que conecta “o murmúrio de um córrego tranquilo, escorregando como lagarto pela terra molhada” a “um cheiro de varanda carioca” (CARVALHO, 1935, p. 30).

Por último, como a mais ampla expressão da América no conjunto da obra, contando com nove poemas: o México. Os títulos dos poemas dedicados ao país começam por “Fronteira do Rio Grande” e perpassam diferentes localidades mexicanas, como “Xochimilco”, “Cholula”, “Puebla”, “Querétaro”, “Guadalajara” e “México DF”, entre outras. A seção mexicana da obra é intitulada “Jornal dos Planaltos” e oferecida ao poeta mexicano Carlos Pellicer. Todos os poemas dedicados ao México são datados pelo poeta brasileiro entre os meses de julho e agosto de 1923, período em que esteve no país pela missão oficial brasileira de intercâmbio cultural com o México. Os nomes dos escritores e artistas aos quais dedica esses poemas evocam claramente o círculo intelectual reunido em torno de Vasconcelos no período: o pintor Diego Rivera, quem possivelmente Ronald de Carvalho conheceu no México, além de algumas das mais reconhecidas personalidades que haviam participado da comitiva mexicana enviada ao Brasil em 1922, por ocasião do centenário da Independência brasileira, como o próprio Pellicer e o pintor Roberto Montenegro.

Os poemas mexicanos de Ronald de Carvalho são curtos, trazem expressões sucintas e precisas de visões e sentimentos evocados por cada uma das localidades que visitou no México. Na fronteira do Rio Grande: “fervura de areias”, “homens por trás de todos os silêncios”; “fogo de sarapes, México!”. Em Cholula: “altura que ufana o céu”, o “riso” da “Índia mexicana” com “sabor das ervas livres do planalto”. Sobre Puebla: “teu perfil primitivo é um pássaro que vai voar!”; “a noite é um azulejo de Puebla”. A cidade de Guadalajara “é toda uma dança” e “meus pensamentos dançam

em ti”. Em Querétaro: “Igrejas, capelas, átrios partidos, catedrais”; “em todas as janelas ‘Viva Cristo Rey!’”. E na capital mexicana:

A índia que passa todas as manhãs, sob minha janela,
a índia da Avenida Juárez,
como é feliz!
[...]
Índia da avenida Juárez, toda florida de ritmos,
tu és o México, ou Deus não existe! (CARVALHO, 1935 [1926],
p. 36-43).

As imagens evocadas pelas descrições do México são alegres e exuberantes. Mas o que mais chama a atenção nesses versos mexicanos é o fato de que os tempos verbais usados para descrever as localidades do país se diferenciam bastante daqueles usados para tratar do Brasil e dos Andes. Os verbos que designam as paisagens humanas e naturais mexicanas estão quase sempre no presente: o México é, sua identidade é designada no presente, ao contrário dos casos brasileiro e andino, em que, como vimos, o verbo “ser” aparece predominantemente no futuro. A noção subentendida nesse olhar dialoga com a questão da identidade que perpassa a obra em seu conjunto. Nessa busca pela definição de uma identidade cultural traçada pela voz poética em *Toda a América*, o México parece já ter se encontrado. Para o México são possíveis definições exatas e precisas, enquanto o restante da América ainda espera para o futuro a realização do sentido do seu ser, um ser que a voz poética vislumbra como “moreno”, ou seja, mestiço; um ser que já parece despontar, mas que ainda “dorme”.

Essa percepção da identidade do México como algo definido no presente – e não simplesmente a promessa de um futuro alentador, como no poema que aborda o Brasil – certamente se relacionava ao processo de reconfiguração da identidade nacional mexicana que se desenvolvia no bojo das transformações decorrentes da Revolução. Exatamente no período em que o poeta brasileiro visitou o México, em inícios dos anos 1920, o país vivenciava a ascensão de uma nova identificação nacional de contornos populares e atrelada ao ideal de mestiçagem, que passava a ser oficialmente assumida como a identidade/originalidade mexicana.

E é justamente essa visão presente e exata do México que leva ao fechamento da obra. O livro se encerra com o poema que lhe dá título, “Toda a América”, e que é dedicado ao escritor Renato Almeida. Como que numa visão panorâmica lançada desde as alturas, a voz poética assim se volta para o continente:

Do alto dos Andes, América,
do alto das *sierras* mexicanas,
[...]
eu te vejo deitada e intacta,
[...]
Em ti está a multiplicidade criadora do milagre,
[...]
América livre do terror!
América voltada para o futuro como um botão que espera
a flor e o fruto,
[...]

América violenta do cavalo selvagem do caudilho, do punhal
dos generais, da fogueira, dos linchamentos, dos imperadores
banidos, dos Presidentes degolados,
[...]
Eu vivo todas as tuas indisciplinas, a tua cultura e a tua
barbárie, as tuas pirâmides e os teus arranha-céus, as
tuas pedras de sacrifício e os teus calendários, os teus
pronunciamentos e a tua boa fé puritana,
[...] (CARVALHO, 1935 [1926], p. 45-47).

Nesses versos, a América, em sua plenitude, volta a definir-se em contraposição à Europa: é a “América livre do terror”, numa alusão indireta à Grande Guerra europeia. É uma América inteira, “toda a América”, que inclui sua parte “puritana”. Mas é, também, fundamentalmente, uma América indígena e mestiça, pois é contemplada e poeticamente louvada a partir daquilo que se identifica como o mais alto, mais elevado – e não simplesmente no sentido geográfico: os Andes e as serras mexicanas; a Laguna del Inca e as regiões mesoamericanas de Orizaba e Xochimilco. É, ainda, o lugar de esperança no que virá (uma nova civilização, como evoca a *Raça Cósmica* de Vasconcelos?); uma “América voltada para o futuro” que já contém seus elementos, mas que ainda está por realizá-lo, à maneira de “um botão que espera a flor e o fruto”.

Palavras finais

Essa mesma metáfora do botão que prefigura o fruto pode ser usada para caracterizar o lugar ocupado por *Toda a América* em relação ao desenvolvimento de uma sensibilidade americanista no seio da intelectualidade brasileira. A ode ao continente operada por Ronald de Carvalho aponta para uma série de elementos americanistas, tais como a valorização da cultura autóctone a partir de um elogio da mestiçagem, a identificação do americano ao pacifismo e o vislumbre da América como civilização futura. Em meados da década de 1920, quando foi publicada *Toda a América*, esses elementos vislumbrados pelo autor ainda estavam em germinação no Brasil,²⁰ mas já se encontravam fortemente amalgamados em outras partes do continente e sustentavam uma forte identificação latino-americanista. Dentro dessa identidade continental, o “México mestiço” e sua revolução ocupavam lugar privilegiado, ao evocarem a capacidade criativa – “original”, “autóctone”, “indo-americanista” – do continente.²¹

Nessa época, enquanto a maior parte das elites culturais brasileiras permanecia distanciada desse ideal americanista, Ronald de Carvalho viajou ao México e o conheceu pelas mãos de Vasconcelos. Conheceu, no mesmo período, boa parte

²⁰ No início dos anos 1930, alguns desses elementos já aparecem mais desenvolvidos em expressões de identificação latino-americanista por parte de escritores brasileiros, inclusive reflexões de tipo sociológico, como ocorre, por exemplo, na formulação original do conceito de “homem cordial” por Ribeiro Couto, precisamente em uma carta ao então embaixador mexicano no Brasil, o reconhecido escritor Alfonso Reyes. Consultar a respeito: DIAS, 2015, cap. 4.

²¹ Sobre este tema, consultar o item “Definiciones sobre la revolución”, na Segunda Parte de FUNES, 2006, p. 369-379.

do continente americano; mas o lugar ocupado pelo México em sua obra atesta o impacto que esse país exerceu em seu autodescobrimento como americano. *Toda a América* é escrita como uma espécie de visão extasiada resultante de uma tomada de consciência identitária. A obra é publicada pouco tempo depois de sua passagem pelo México e, certamente, sob a influência do processo, ali observado, de constituição de uma identidade nacional/continental na esteira das transformações políticas, sociais e mentais impostas pela Revolução.

A identificação cultural de parte da intelectualidade brasileira ao continente – o que se anunciava fortemente em Ronald de Carvalho e sua obra *Toda a América* – foi uma conquista significativa dentro da estratégia de projeção continental do México revolucionário, já que essa, como mostramos, baseava-se na solidariedade latino-americana fortalecida sob a liderança mexicana.

REFERÊNCIAS

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-171.

BAGGIO, Kátia Gerab. A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. 224 p. Tese. (Doutorado em História). Departamento de História, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAGGIO, Kátia Gerab. A *Revista Americana* (1909-1919) e as relações entre as Américas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 447-463.

BAGGIO, Kátia Gerab. Ronald de Carvalho e *Toda a América*: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: LEHA, USP, 2010, p. 143-190. (Edição eletrônica)

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina. In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 287-316.

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América. *História*, UNESP, v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

CARRANZA, Venustiano. *Informe rendido al H[onorable] Congreso de la Unión por el presidente constitucional de la República C. [sic] Venustiano Carranza, al renovarse el periodo ordinario de sesiones el 1^{er} de septiembre de 1918 y respuesta del C. [sic] presidente de la Cámara de Diputados*. México: Imprenta de la Secretaria de Gobernación, 1918.

CARRANZA, Venustiano. Declaraciones del presidente Carranza al *World* de Nueva York (cable de la *Prensa Asociada*), maio de 1919.

CARVALHO, Ronald de. *Toda a América*. 3ª ed. São Paulo: [s.n.], 1935 [1926], p. 10-11. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/> Acesso em: 22 mar. 2013.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2012.

CRESPO, Regina. *Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: UNAM, Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2005.

CRESPO, Regina. A revista *Folha Acadêmica*: esforços para a integração do Brasil na América Latina (1928-1931). In: CRESPO, Regina (coord). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: Eón; CIALC-UNAM, 2010, p. 215-238.

CRESPO, Regina. O México de Rodrigo Otávio e de Cyro dos Anjos: entre as atribuições do funcionário e o olhar do escritor. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p. 679-704, set.-dez. 2014.

DIAS, Natally Vieira. *A Revolução Mexicana nos debates político-intelectuais brasileiros: projeções, leituras e apropriações (1910-1941)*. 2015. 302 p. Tese. (Doutorado em História). Departamento de História, FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.

ÉPOCA, A: Revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Ano XIV, n. 84 e 85, maio e junho de 1919.

FABELA, Isidro. La política interior y exterior de Carranza. In: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*, v. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. 659-695.

FALCÓN, Romana. Estudio preliminar à obra. In: FABELA, Isidro. *Biblioteca Isidro Fabela. Obra histórica*. V. III. Toluca-México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1994, p. VII-XXXV.

FELL, Claude. *José Vasconcelos: los años del águila (1920-1925)*. 1ª reimp. México: UNAM, 2009.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. Utopías americanas: la posición de la *Revista Americana*. In: ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 321-338.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

INGENIEROS, José. *Por la Unión Latino Americana*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia. Impresores, 1922. Disponível em: <https://archive.org/stream/porlaunionlatin00inge#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 13 out. 2014.

MATUTE, Álvaro. *El Ateneo de México*. México: FCE, 1999.

MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Buenos Aires: Libros en red, 2003. (Edição eletrônica).

MYERS, Jorge. Gênese “ateneísta” da história cultural latino-americana. Traduzido por Paulo Neves. *Tempo Social*, v.17, n. 1, p. 23-54, 2005.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: EDUSP 2008.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *La Unión Latino Americana y el Boletín Renovación: redes intelectuales y revistas culturales en la década de 1920*. México: COLMEX/ Universidad de Colima, 2009.

PRADO, Maria Ligia C. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo, n. 145, p. 128-149, 2001.

REYES, Alfonso. *El deslinde: prolegómenos a la teoría literaria*. In: *Obras completas*, XV. 2ª reimp. México: FCE, 1997 [1944].

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Pacto da Sociedade das Nações, 1919. Texto completo em português disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>. Acesso em: 15 nov. 2014.

TENÓRIO, Oscar. *México revolucionário*. (Pequenos comentários sobre a Revolução Mexicana e suas consequências). Rio de Janeiro: Ed. da Folha Acadêmica, 1928.

VASCONCELOS, José. *Orientaciones del pensamiento en Méjico: conferencia dada en el salón de actos de la Universidad*. Córdoba: Ed. gráf. A. Biffignandi, 1922.

YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes: propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. V. 2. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 489-534.

NOTAS

Natally Vieira Dias: Doutora. Professora Adjunta, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil. Praça Independência, 385, 86870-000, Ivaiporã, PR, Brasil.

Como citar : DIAS, Natally Vieira. O México revolucionário e o latino-americanismo no Brasil nos anos 1920. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 126-148, jan./abr., 2019.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese *A revolução mexicana nos debates político-intelectuais brasileiros: projeções, leituras e apropriações (1910-1941)*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2015.



FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 25 de janeiro de 2018

Aprovado em: 4 de agosto de 2018






RAÇA, MISTIÇAGEM E DESIGNAÇÕES SOCIORACIAIS NO ROMANCE *O MULATO*, DE ALUÍSIO AZEVEDO (1850-1881)

Race, interbreeding and socio-racial designations in the novel
O mulato by Aluísio Azevedo (1850-1881)

Daniel Precioso

Universidade Estadual de Goiás

daniel.precioso@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1605-7135>

RAÇA, MISTIÇAGEM E DESIGNAÇÕES SOCIORRACIAIS NO ROMANCE *O MULATO*, DE ALUÍSIO AZEVEDO (1850-1881)

RESUMO

Neste artigo propõe-se uma leitura histórica do romance *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo. A metodologia adotada é o contextualismo: analisamos a primeira edição do romance em meio ao contexto coevo de discussões entre os periódicos maranhenses *O Pensador* e *Civilização*, respectivamente, órgãos de imprensa do círculo intelectual de Aluísio e do clero local. Procuramos demonstrar que Aluísio recorreu a alegorias e representações historiográfico-memorialísticas para construir a semântica sociorracial do romance e dialogou com os intelectuais da sua época, posicionando-se contra as teses de degeneração racial dos mestiços e favoráveis à ideologia do branqueamento racial.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Raça. Mestiçagem.

RACE, INTERBREEDING AND SOCIO-RACIAL DESIGNATIONS IN THE NOVEL *O MULATO* BY ALUÍSIO AZEVEDO (1850-1881)

ABSTRACT

The article proposes a historical reading of the novel *O mulato* (1881) by Aluísio Azevedo. The methodology adopted is contextualism: we analyze the first edition of the novel in the midst of the context of discussions between the newspapers *O Pensador* and *Civilização from Maranhão*, respectively, press organs of the intellectual circle of Aluísio and the local clergy. We sought to demonstrate that Aluísio used allegories and memorial-historiographical representations to construct the socio-racial semantics of the novel and dialogued with the intellectuals of his time, positioning himself against the theses of racial degeneration of the mestizos and favorably towards the ideology of racial whiteness.

KEYWORDS: Literature. Race. Interbreeding.



A busca do sentido histórico das transformações ocorridas na sociedade brasileira em romances consagrados de nossa literatura não é recente. A relevância da história para a compreensão de obras-primas de ilustres literatos brasileiros, como Machado de Assis, foi assinalada não apenas por historiadores, mas também pelos críticos literários.¹

Entre os que aproximaram história e literatura, a pesquisa e a interpretação constituíram o duplo caminho pelo qual tiveram de percorrer. O interesse em desvendar em romances o sentido da experiência histórica de um literato ou de uma sociedade fez com que os estudiosos se voltassem para princípios de inspiração biográfica e psicológica e indagassem sobre o caráter empírico inerente à produção de determinadas obras literárias. Os adeptos dessa vertente analítica buscaram atingir a intencionalidade de um texto através da representação dos motivos recorrentes no seu contexto, fazendo uma ponte entre a personalidade do autor e a obra.² De acordo com essa concepção teórica que enfoca a figura do autor, os romances não são compreendidos enquanto produções desprendidas da realidade social que lhes deu origem. Ao contrário, são vistos como crônicas de um tempo e, em virtude de consistirem em testemunhos históricos, se convertem em documentos para a história social e para a história das ideias.

A proposta de exegese de romances portadores de interpretações sociológicas dos significados mais gerais da vida social de uma época torna-se ainda mais factível quando o tempo e o espaço ficcional coincidem com os do autor. Assim, ao retratar a sociedade na qual está inserido, o autor apresenta ao leitor uma *representação* da sociedade em que viveu.³ Indo do texto ao contexto, ou seja, da narrativa ficcional ao contexto histórico do autor, podemos compreender como tais “leituras” do social foram construídas. Essa verossimilhança entre a ficção do romance e a realidade social do autor é verificável em algumas das páginas mais conhecidas de nossa literatura. *A escrava Isaura* (1875), por exemplo, pode ser lido como uma denúncia de Bernardo Guimarães dos vícios da escravidão e como um episódio em meio à campanha pela abolição, o que conferiu ao livro a alcunha de “romance abolicionista”. Assim, aqueles que se aventuraram pelas searas da história na literatura buscaram nos romances os códigos sociais e as estruturas, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, além das tradições e dos costumes, elementos que constituem um quadro mais amplo sob o qual a trama ficcional se desenrola, mas que são alçados ao primeiro plano analítico em uma leitura histórica.

Sem dúvida, podemos afirmar que a produção de uma obra literária possui uma história. Evidentemente, a concepção de autoria, a publicação e a recepção de um escrito por parte do público tem uma história, que pode ser verificada segundo os métodos e as técnicas de pesquisa em história das ideias ou história dos livros e das leituras. A polêmica reside, entretanto, alhures: a busca da história está ao nível do enredo ou da trama literária. Embora a análise do contexto de produção dos romances tenha movido uma vertente analítica da teoria literária no passado, ainda

¹ Entre os historiadores, cf. Astrojildo Pereira (1991), Raimundo Faoro (1974), Jefferson Cano (2001) e Sidney Chalhoub (2003). Entre os críticos literários, cf. John Gledson (1986) e Roberto Schwarz (1981; 1990).

² Sobre as teorias centradas nos autores e nos contextos, cf. SOUZA, 1987, p. 56-124.

³ Sobre o conceito de representação, cf. CHARTIER, 1990.

se faz presente uma tendência de pesquisa em literatura que é guiada pela análise da obra *per se*, posição essa que, ao desconsiderar o contexto sociocultural do literato, atravança os estudos na fronteira entre história e literatura. Segundo essa vertente, os aspectos estéticos e retóricos de um romance devem ser analisados, sob a ótica da crítica literária, como algo que transcende ao tempo, que possui uma “essência”. Para esses críticos, “os elementos históricos e sociológicos [num romance, por exemplo, de Machado de Assis] são ricos e abundantes, mas não transpassam um certo nível da narrativa” (CADEMARTORI, 1998). Desse modo, a ficção de literatos da segunda metade do século XIX não estava voltada para a ilustração de fatos históricos, mas o contrário. A nosso ver, essa abordagem é pertinente, mas deixa incultos os campos de pesquisa abertos por uma análise histórica de textos de literatura, entendidos como documento ou crônica histórica.

Polêmicas à parte, a fronteira entre história e literatura tem sido explorada tanto por críticos literários quanto por historiadores. Em nossa análise d’*O mulato* (1881) de Aluísio Azevedo, adotamos a metodologia de pesquisa de Sidney Chalhoub e de outros pesquisadores do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT),⁴ que “relaciona texto e contexto”.⁵ Acreditamos que, além da leitura dos aspectos estéticos, da narrativa e da retórica de um romance, é possível lê-lo sob o ponto de vista da história social. Nesse sentido, cabe ao historiador ler as primeiras edições desses romances, já que as posteriores podem sofrer “atualizações”, e em seus veículos originais de produção. Durante o século XIX, a literatura estava em relação íntima com os periódicos, sendo muitos romances publicados em folhetim. Por esse motivo, o historiador deve ler esses romances nos periódicos em que apareceram originalmente, colocando-os em relação com o que os cercava, com as ideias e crônicas circundantes. Esse método contextualista foi adotado em nossa pesquisa. Mas, para além desse sentido mais circunscrito de contexto, também analisaremos, em sentido mais amplo, as representações que Aluísio Azevedo imprimiu n’*O mulato* acerca de questões candentes da época, tais como a construção da nação, a mestiçagem e os determinismos raciais e do meio. O recorte cronológico deste artigo abrange os anos entre c.1850 e 1881, respectivamente, época do enredo ficcional e data de publicação da primeira edição da obra.⁶

⁴ Para uma apreciação dessa vertente de diálogo entre história e literatura, vide, entre outros, Sidney Chalhoub (2005).

⁵ Sidney Chalhoub, que se aproximou da obra de Machado de Assis desde *Visões da liberdade* (1990) e ministrou cursos de história e literatura durante toda a década de 1990 na Universidade Estadual de Campinas, em *Machado de Assis, historiador*, demonstrou como os romances de Machado de Assis abrem janelas para se compreender como a atividade do literato imiscuía-se à do funcionário do Ministério da Agricultura envolvido com a aplicação da lei do Ventre Livre (1871). O diálogo com a obra de John Gledson e de outros críticos da produção machadiana que aproximaram crítica literária e história foi um dos alicerces da leitura de Chalhoub, bem como o “estofa da história”, isto é, um longo lastro de pesquisa sobre a escravidão na segunda metade do século XIX (Cf. CHALHOUB, 2003).

⁶ De acordo com Sidney Chalhoub, a leitura de um romance enquanto testemunho histórico deve apoiar-se sobre duas historicidades: a da obra, ou seja, aquela em que se desenvolve a ficção, e a de sua redação/publicação (CHALHOUB, 2003, p. 18). Existem dois manuscritos autógrafos d’*O mulato*, datados de 1879-1880. Um deles (uma versão incompleta) encontra-se no Museu Histórico e Artístico de São Luís; o outro está arquivado na sessão de manuscritos da Academia Brasileira de Letras. A primeira edição d’*O mulato*, publicada em 1881, decorre do segundo manuscrito. Apesar de a segunda edição da obra – publicada em 1889 e significativamente alterada em termos de linguagem – constituir a matriz das edições atuais, preferimos recorrer à primeira edição com o objetivo de historicizá-la,

A primeira parte do artigo é dedicada a uma exposição sobre o modo como os intelectuais brasileiros acomodaram as teorias raciais europeias à realidade brasileira, tendo por objetivo delinear o contexto de debates de ideias mais gerais dos anos 1880, época de publicação do romance analisado. Na segunda parte, ensejando uma breve biografia do autor da obra, apontamos como a atividade de caricaturista permeou a escrita romanesca de Aluísio. A terceira parte discute em que medida o romance de Aluísio se constitui uma fonte histórica, inserindo-o no seu contexto de publicação, ou seja, no conflito entre o periódico fundado em São Luís pelo círculo intelectual de Aluísio e o jornal do clero local. A quarta seção do artigo apresenta e dialoga criticamente com as leituras históricas do romance de Aluísio Azevedo realizadas por Josué Montello e Gilberto Freyre. Na última parte, sondamos as designações sociorraciais usadas por Aluísio no romance, fruto de pesquisas históricas e de representações presentes na sociedade de sua época, e, sobretudo, apresentamos alegorias presentes no romance para tratar do atraso ou modernidade do Brasil e para definir a posição do autor sobre as discussões raciais da época em que viveu. Procuramos demonstrar que *O mulato* fornece indícios substanciais de que Aluísio se posicionava contrariamente às teses de degeneração racial e moral dos mestiços, refutando determinismos raciais e favorecendo as teses de branqueamento social.

Os intelectuais brasileiros e o “racialismo” na segunda metade do século XIX

O século XIX testemunhou dois momentos contraditórios no pensamento racial. Por um lado, havia os movimentos abolicionistas, que triunfavam pelo Atlântico Norte e Sul. Por outro, no momento em que a escravidão recuava sob o impacto das transformações econômicas e da sua ilegitimidade moral, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar teorias que versavam sobre as diferenças inatas entre as raças humanas (SKIDMORE, 1976, p. 65).

Na Europa de meados do Oitocentos, pensadores ingleses, franceses e suíços se ocupavam com a formulação de explicações para o sucesso econômico das mais avançadas nações europeias. A questão fundamental referia-se às razões “científicas” para o êxito do Velho Mundo e, inversamente, para o fracasso de regiões como o Brasil. Concluía-se que “os europeus do norte eram raças ‘superiores’ e gozavam do clima ‘ideal’” (SKIDMORE, 1976, p. 44). Os dois mais conhecidos escritores desse tipo de literatura “científica” foram o historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862), cujos vários volumes de *História da civilização na Inglaterra* (1857-1861) continham a filosofia do determinismo climático, e o escritor-filósofo francês Arthur de Gobineau (1816-1882), o mais eloquente difusor das teses do determinismo racial. Diferentemente de Buckle, Gobineau veio ao Brasil após a publicação de seu *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), passando a identificar o Brasil como “laboratório experimental das suas teorias.” Afirmou que o Brasil era “culturalmente estagnado.” Gobineau nutria verdadeiro desprezo pelos brasileiros, vendo-os “como irrevogavelmente manchados pela miscigenação” (SKIDMORE, 1976, p. 46-48). Além

inserindo-a no contexto das lutas que o grupo de Aluísio travava com o clero maranhense e, de um modo geral, com as forças reacionárias da sociedade brasileira (CRUZ, 2003, p. 271-272).



de Buckle e Gobineau, o zoólogo suíço Louis Agassiz também ressaltou a degeneração das raças pela mestiçagem no Brasil, que conheceu em viagem feita em 1865.

A discussão sobre a evolução da espécie humana era, então, balizada pelas teses da biologia, da antropologia e da etnologia, que dividiam os estudiosos em adeptos de versões monogenistas e poligenistas. Para os adeptos da tese de que os homens possuem origens diferentes (poligenistas), a “mestiçagem racial” afigurava-se como um mau: “os mestiços exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que advinha do cruzamento de ‘espécies diversas’” (SCHWARCZ, 1993, p. 56-57). As ideias do conde de Gobineau, considerado o “inimigo oficial do Brasil”, como dito acima, servem de exemplo à condenação da mestiçagem. Como advertiu Lilia Schwarcz, as teses deterministas e racistas tiveram grande aceitação entre os homens de ciência no Brasil de fins do século XIX. As escolas de medicina e direito, os museus etnográficos e os institutos históricos absorveram amplamente essas teorias, não obstante realizassem uma “leitura seletiva” de autores e textos, propalando uma visão *sui generis* do discurso europeu sobre a raça e a mestiçagem.⁷

O conceito de raça, [...] além de sua definição biológica, acabou recebendo uma interpretação, sobretudo, social. O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 17).

A peculiar acolhida dessas ideias no Brasil das últimas décadas do Oitocentos deve-se, ainda, à arraigada visão do país como *melting pot* ou cadinho de raças, como assinalou Angela Alonso.⁸ A concepção de “país mestiço”, que permeou a literatura científica brasileira no século XIX, deu um *tonus* específico à receptividade das teorias racistas, que tiveram de ser adequadas a uma nação mestiça e muito distante do suposto arianismo dos países europeus de clima temperado. “Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava” (SCHWARCZ, 1993, p. 242).

⁷ Em seu estudo, Lilia Schwarcz tece críticas ao livro de Skidmore, para quem, no período entre 1870 a 1930, teria existido uma protociência brasileira em tudo tributária do pensamento racista e determinista europeu. A autora pretende demonstrar, ao invés disso, que, quando chegou ao Brasil, a “bossa racial” já havia entrado em descrédito na Europa, consistindo numa apropriação tardia dos intelectuais brasileiros. Essa apropriação não foi, de maneira alguma, literal, mas seletiva, tanto no que diz respeito aos textos selecionados, quanto aos autores elegidos para o debate. Como notou Schwarcz, as teorias deterministas de Buckle, Agassiz e do conde de Gobineau, quando aplicadas ao contexto brasileiro, pouca margem davam para um país de raças miscigenadas e com uma natureza exuberante. Desse modo, a apropriação dessas ideias por parte dos intelectuais brasileiros não poderia ocorrer literalmente, mas enviesada e parcialmente (Cf. SCHWARCZ, 1993, p. 41).

⁸ Contra a tese de mimese de teorias raciais europeias, defendida por Thomas Skidmore, Alonso argumenta que o ímpeto reformista da geração de 1870 não se deu através de um alheamento ou indiferença com relação à realidade nacional brasileira. Desse modo, o repertório intelectual europeu não foi assimilado integralmente no interior de um “debate intelectual abstrato”, mas criteriosamente selecionado “conforme a sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a política” (ALONSO, 2002, p. 332).

A difusão das teorias deterministas e racistas no Brasil das décadas de 1870 e 1880 tornou paradoxal o trato dado pelos abolicionistas à questão racial: embora condenassem a escravidão, agiam com desprezo perante os negros, tidos como racialmente inferiores. Como notou Manuela Carneiro da Cunha, após o “desmantelamento do escravismo e a construção de instituições assentes em uma igualdade política”, a hierarquia social encontrou “refúgio e apoio ideológico em um discurso racial. O Brasil, de 1870 a 1930, é assim, a um tempo, liberal e racista” (CUNHA *in* SCHWARCZ, 1993, p. 9). Lília Schwarcz assinalou uma convivência bastante extravagante entre o discurso liberal e o racial durante as décadas finais do século XIX: “se o primeiro constará no texto da lei, das falas oficiais, o segundo surgirá nos romances naturalistas, nas teses científicas – seja na área do direito, seja na medicina, nas ciências naturais ou na história” (SCHWARCZ, 1993, p. 245).

A década de 1870, sob o ponto de vista de historiadores mais tradicionais, como Capistrano de Abreu, e de críticos literários mais radicais, como Silvio Romero, consistiu num “divisor de águas”. A “década das inovações” anunciava o começo de uma nova era. Os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura e as teorias científicas sinalizavam, igualmente, o devir de outra sociedade. “Largamente utilizado pela política imperialista europeia, o discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas” (SCHWARCZ, 1993, p. 28). Além disso, “nota-se a introdução de diferentes teorias de pensamento no cenário intelectual e político brasileiro, tais como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo” (SCHWARCZ, 1993, p. 43). Nesse ínterim, o pensamento abolicionista deve ser compreendido como mais um dos frutos das doutrinas do liberalismo europeu do século XIX.

De acordo com Thomas Skidmore, o ápice do pensamento racial brasileiro amparado cientificamente compreende os anos entre 1880 e 1920, período de vigência do “ideal da branquidade” (SKIDMORE, 1976, p. 63). Não é, porém, correto afirmar que, antes da abolição da escravidão (1888), a maior parcela da elite brasileira “[...] pouca atenção dava ao problema da raça em si, bem como à relação entre as características raciais do país e seu desenvolvimento futuro” (SKIDMORE, 1976, p. 12). Roberto Ventura demonstrou que, desde meados do século XIX, um discurso científico de viés etnológico e naturalista se instaurou no Brasil, de modo que a história e a literatura dos anos 1850 já se pautavam por uma explicação baseada na raça e na natureza, “o que explica a recepção privilegiada de paradigmas de pensamento, como o positivismo, o evolucionismo e o racismo, que adquirem, até primórdios do século XX, importância central” (VENTURA, 1987, p. 34).⁹ Assim, quando a oposição à escravatura adquiriu força política no Brasil durante a segunda metade do século XIX, a questão da “raça” já estava posta no debate intelectual brasileiro. Pensadores como Perdigão Malheiro e Joaquim Nabuco bebiam na fonte das teorias raciais e deterministas de intelectuais franceses, mas as suas conclusões sobre o fim da escravidão e o legado racial do negro ao Brasil não caminhavam juntas. Os abolicionistas, em geral, acreditavam no

⁹ Ademais, como observou Célia Maria Marinho de Azevedo, apesar do termo “racismo” remontar à segunda metade do século XIX, desde os anos 1830 podemos identificar um “antirracismo”, já que “a percepção de que o reconhecimento público das ‘raças humanas’ gerava desigualdades políticas e sociais já encontrava algum poder de expressão na denúncia de ‘preconceito de cor’ contra os cidadãos afrodescendentes, ditos ‘de cor’” (AZEVEDO, 2005, p. 299-300).

“branqueamento”, apostando que o Brasil deveria “aprimorar-se” eugenicamente. Em estudo recente, Wlamyra Albuquerque ressaltou que, no processo emancipacionista, se constituíram estratégias de racialização das relações sociais, que embora existentes bem antes dos anos 1880, assumiram novas colorações na década final da escravidão e, sobretudo, após a abolição (ALBUQUERQUE, 2010, p. 99-100).

As opiniões de Silvío Romero (1851-1914), por exemplo, acerca das teorias “racialistas” – para usar o termo empregado por Tzvetan Todorov (1993) –¹⁰ foram decantadas entre 1869 e 1881 e resumidas na sua obra-prima *História da literatura brasileira*, publicada em 1888. Romero, crítico literário que aplicava uma abordagem sociológica à literatura, argumentava que a “raça” e o “meio” eram as chaves para a interpretação da criação artística. Apesar de intitular-se um “darwinista social”, Romero pôs reservas ao pensamento de Herbert Spencer e atacou diretamente as leis deterministas do meio de Buckle, que julgava exageradas e demasiadamente “cosmográficas”. Romero acreditava que o *habitat* brasileiro era debilitante, mas preocupava-se mais detidamente com a raça. Corroborando o “mito das três raças” – difundido desde, pelo menos, a monografia premiada de Friedrich von Martius entregue ao concurso promovido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), “Como se deve escrever a história do Brasil” (1844) –, Romero afirmava que o caráter particular do Brasil advinha da mistura das raças branca, índia e africana. A princípio, Romero adotou a ideia básica de hierarquização racial, embora afirmasse o caráter vago da definição de raça e que as “raças históricas”, inclusive a ariana, viviam em constante cruzamento e fundição (SKIDMORE, 1976, p. 50).¹¹ Posteriormente, tornou-se um dos pensadores que defenderam a ideologia do “branqueamento”, espécie de panacéia para as armadilhas deterministas de Buckle e de Agassiz, que caiu nas graças da elite intelectual após a Proclamação da República, em 1889. A “representação mestiça” que Romero fazia do país funcionava como uma espécie de redenção da nação brasileira. A sua teoria de branqueamento fazia frente à concepção de degeneração das raças cruzadas, que explicava o atraso e a inviabilidade da nação, segundo as teorias racistas (SCHWARCZ, 1993, p. 12-13).

Com efeito, a moda cientificista que ganhava espaço no Brasil da segunda metade do século XIX atingiu os literatos em geral. Como observou Lília Schwarcz,

[...] os romances naturalistas da época faziam larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. Essa é a época em que “a ciência serve de rótulo ao literato”, o qual toma mais a exterioridade do pensamento científico a fim de garantir uma suposta “cientificidade literária”. [...] A moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

¹⁰ O conceito de “racialismo” aplica-se às ideologias ou doutrinas referentes às raças humanas (racistas ou deterministas) que se popularizaram entre os intelectuais europeus entre fins do século XVIII e meados do século XIX, cf. TODOROV, 1993.

¹¹ “O que não impedia de repetir muitas das teorias raciais correntes na Europa sobre a inferioridade racial do índio e do negro” (SKIDMORE, 1976, p. 50).

Portanto, os modelos e as teorias deterministas e racistas foram divulgados, sobretudo, a partir dos heróis e dos enredos da literatura naturalista, “que pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que à imaginação do autor” (SCHWARCZ, 1993, p. 32). Assim, uma parcela considerável da literatura brasileira produzida entre 1880 e 1910 é prenhe do cientificismo da época, aclimatado à tropicalidade brasileira, o que nos permite qualificar muitas das obras do período de “romances científicos”, verdadeiros “minitratados de fisiologia romanceada” (SCHWARCZ, 1993, p. 32).¹² Muitos literatos do período conciliavam análises de cunho geográfico com reflexões raciais, concebendo obras cuja principal característica era a busca de regularidades sociais. Os *sertões*, de Euclides da Cunha, consiste num exemplo ilustrativo da acomodação de modelos das duas escolas deterministas.¹³ Como veremos, Aluísio Azevedo adotou em sua obra o determinismo do meio, refutando as visões fatalistas do determinismo racial – ainda que a racialização não estivesse completamente ausente d’*O mulato*.

Aluísio Azevedo: de caricaturista a escritor

Aluísio Tancredo Gonçalves Azevedo nasceu em São Luís a 14 de abril de 1857, filho do vice-cônsul português Davi Gonçalves de Azevedo e de Emília Amália Pinto de Magalhães. Seu pai era viúvo e a mãe divorciada do marido, algo que configurava grande escândalo na sociedade da época.

O jovem Aluísio, fruto desse consórcio, mantinha no seu espírito o gosto pela ciência e pela arte, traço característico de sua personalidade. Desde sua infância, o maranhense revelou forte inclinação para as artes plásticas, notadamente para o desenho e para a pintura. Adolescente, já demonstrava seu talento com a tela e o pincel nas mãos, pintando quadros a óleo. Entusiasmado pelo sucesso que seu irmão mais velho, Arthur Azevedo, obteve na Corte, Aluísio, ainda rapazote, partiu em 1876 para o Rio a fim de matricular-se na Academia Imperial de Belas-Artes.¹⁴

Chegando à Corte, impossibilitado de realizar a matrícula no curso de artes, dá início a uma bem sucedida carreira de caricaturista. Aluísio Azevedo foi autor de inúmeras charges, contribuindo com as redações de jornais como *O Mequetrefe*, *O Fígaro* e *Zig-Zag*. Sua filiação às causas abolicionista, republicana e anticlerical deixa-se entrever já nesse período, assim como a acidez da crítica social de suas charges, que o levou a conquistar certa notoriedade. Charges como “A propósito dos Trinta Botões” (1876),¹⁵ publicada no vigésimo número d’*O Fígaro*, e “As três idades do Brasil” (1877),¹⁶ publicada na nonagésima quarta edição d’*O Mequetrefe*, estão

¹² “No Brasil de finais do século, o racismo científico era moeda corrente. Não se pode afirmar, porém, que o consenso fosse total. Existiram vozes influentes e destoantes, destacando-se os nomes de Manuel Bonfim, Araripe Júnior, Alberto Torres e Joaquim Nabuco. Na literatura, Machado de Assis por várias vezes ironizou esse tipo de teoria, conforme os contos *A evolução* e *O alienista*” (SCHWARCZ, 1993, p. 254).

¹³ “A divisão interna do livro – “A terra”, “O homem”, “A luta” – bem como o elenco de autores referidos comprovam a influência que esse autor sofreu dos modelos deterministas europeus” (SCHWARCZ, 1993, p. 256).

¹⁴ Sobre a atuação de Arthur Azevedo na imprensa carioca, Cf. Fernando Mencarelli (1999).

¹⁵ *O Fígaro*, n. 20 - 13/05/1876. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ *O Mequetrefe*, n. 94 - 19/03/1877. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

repletas de alegorias que valorizam o elemento indígena em detrimento do português. Na segunda charge, uma “época de ouro” pré-cabralina se opõe à “civilização” (idade de ferro) criada pelos portugueses, caracterizada pelo vício, e a uma “idade de bronze” relacionada à independência, definida como uma farsa. Um homem desengonçado, representando o Brasil em 1877, tem os copos em cada uma das suas mãos servidos pelo Estado (representado por uma prostituta jovem apenas vestida de um crucifixo) e pela Igreja (caricaturada na figura do cônego José Gonçalves Ferreira, diretor do influente periódico católico *O Apóstolo*).

Apesar de o sucesso de Aluísio como caricaturista no Rio de Janeiro, a morte de seu pai o leva de volta à terra natal.¹⁷ Em São Luís, Aluísio Azevedo empregou-se novamente na imprensa, escrevendo crônicas e comentários, ao mesmo tempo em que terminava um romance que iniciou ainda no Rio de Janeiro, *Uma lágrima de mulher* (1879). Considerado pelos críticos um livro romântico no mais característico estilo piegas, a obra ainda não havia revelado o naturalista de *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço* (VERÍSSIMO, 1954, p. 294). No entanto, por esse tempo, o “jovem combativo” se entregava de corpo e alma a uma entrincheirada luta com o clero maranhense, afundado em escândalos.¹⁸ Suas armas, agora, eram as palavras – e não as imagens. Não obstante, como procuraremos demonstrar à frente, a construção de alegorias e de personagens caricaturadas não foi abandonada por Aluísio em seus romances. As personagens de *O mulato*, sobretudo, o padre Diogo, Maria Bárbara (avó de Ana Rosa) e o mulato Raimundo são caricatas. A verve de cartunista se imiscuiu, portanto, com a atividade literária de Aluísio, que possuía grande poder na construção de alegorias e em caricaturar os protagonistas de seus romances.

O crítico literário Josué Montello, consultando o acervo de jornais antigos do Maranhão na Biblioteca Pública de São Luís e a coleção particular do historiador José Ribeiro do Amaral, assinalou o surgimento, em setembro de 1880, de um periódico trimensal na capital maranhense. Autointitulado “órgão dos interesses da sociedade moderna”, *O Pensador* reunia atrás de pseudônimos como Marquês de Pombal, Diderot, Pietro Garibaldino, Sórora Pompadour, Marius e Vanini, dentre outros contribuintes, Aluísio Azevedo. Logo no primeiro número, o periódico torna patente seu combate ao “espírito sacerdotal”. Além do anticlericalismo, o jornal tinha uma veia cientificista – haja vista a influência do positivismo de Auguste Comte sobre os jovens redatores –, opondo a fé à razão (MONTELLO, 1975, p. 5-6).

Durante os anos que se seguiram até a publicação de *O mulato*, uma renhida briga fora travada no âmbito da imprensa entre *O Pensador* e o clero maranhense. Em sua luta pela moralização do clero, o bispo maranhense Dom Antônio Cândido de Alvarenga não restringiu sua ação doutrinária à aplicação de castigos e expulsões, criando também um órgão de imprensa para combater a frouxidão da fé e a licenciosidade dos costumes, chamado *Civilização*. Os redatores dos dois periódicos trocaram insultos entre 1879 e 1881, chegando ao ponto de citar nomes e de dedicar várias linhas ao escárnio do opositor e ao rebate de críticas. O estudo de Josué Monteiro da polêmica em torno de *O mulato* é uma importante síntese desta batalha,

¹⁷ Para uma biografia de Aluísio Azevedo, Cf. Josué Montello (1975).

¹⁸ Outros literatos relataram o relaxamento do clero maranhense. Graça Aranha, em 1931, n’*O meu próprio romance*, por exemplo, faz referência à luta do então novo bispo Dom Antônio “contra o relaxado clero, afundado na sodomia” (ARANHA *Apud* MONTELLO, 1975, p. 6).

que, como procura demonstrar o crítico literário, atingiu um dos seus pontos mais tensos após a publicação e a difusão do romance. Sob essa óptica, o livro de Azevedo, mais que uma fonte, teria sido um episódio da luta pela destruição de instituições tradicionais brasileiras – a Igreja e a escravidão –, nocivas e arcaicas aos olhos do cientificismo positivista. O livro, contudo, observa Montello, não se esgota na crítica a essas instituições. Para além da denúncia do preconceito de cor e da má vida do clero maranhense, “*O Mulato* se engrandece como o romance de uma cidade” (MONTELLO, 1975, p. 5). Desse modo, ao desenvolver a trama do romance, Aluísio Azevedo pinta um quadro da sociedade maranhense das últimas décadas da escravidão, desnudando os vícios torpes escondidos pelas batinas e a perenidade de valores ligados à pureza de sangue; enfim, todo um orbe de costumes e tradições provincianas. Portanto, por estar profundamente enraizado nos embates com o clero e, em geral, com as “forças arcaizantes do passado”, o romance se radica densamente na história da época: tanto em escala micro, da história local e das relações interpessoais na capital maranhense; quanto em escala macro, ou seja, nacional, em diálogo com as questões então cruciais para a formação da nação.

Cabe destacar que, no tocante às nossas preocupações, a abordagem de Montello serviu de inspiração para o inquérito histórico d’*O mulato* que faremos a seguir. Entretanto, para além do cientificismo positivista, que se difundiu no Brasil a partir das décadas de 1870 e 1880, procuraremos demonstrar que, embora enfatize a influência do meio e do clima, Aluísio Azevedo historicizou designações raciais anteriores à época da publicação do romance (1881) e dialogou – consciente e inconscientemente – com o “racismo científico” da sua época.

O romance naturalista como fonte para a história: o caso d’*O Mulato*

Considerado o primeiro literato brasileiro a viver exclusivamente de sua arte, Aluísio Azevedo tem sua obra comumente dividida em duas séries distintas: a primeira inclui os romances que resultaram de sua “realização artística” e, a segunda, os que foram concebidos em virtude das suas obrigações de folhetinista. Como a literatura do século XIX era geralmente publicada em folhetins, parece inadequado esse meio de atribuir valor artístico a obras da época. O próprio Machado de Assis publicou em folhetins algumas de suas obras mais importantes, como *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*. Seja como for, as obras-primas de Aluísio – *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço* –, enquadram-se na primeira série de romances (MONTELLO, 1975, p. 9).¹⁹ O primeiro deles foi escrito, provavelmente, em 1880, sendo publicado apenas no ano seguinte, pois, como revelou o seu autor, em 1889, “o volume levou um ano a ser impresso” (AZEVEDO, 1975, p. 18). Apesar de não ter sido publicado como folhetim, *O mulato* marcou presença n’*O Pensador*, periódico que Aluísio ajudou a fundar no Maranhão. A edição de 10 de abril de 1881 noticiou a publicação do romance, apontando o próprio escritório do periódico, na Rua da

¹⁹ Angela Maria Rubel Fanini (2003), empreendendo uma releitura dos romances-folhetins de Aluísio Azevedo, relativiza a visão que os desqualifica como sublitteratura. A autora justifica a linguagem híbrida entre o romantismo e o real-naturalismo presente nessas obras por meio de uma abordagem que articula forma literária e realidade sócio-histórica.

Palma, em São Luís, como local de venda. Os editores, ao mesmo tempo em que ressaltavam o caráter real-naturalista da obra, aproveitavam para atacar o clero local: “Quem quiser conhecer o *cônego Diogo* [um dos personagens principais d’*O mulato*], aquele tratante que tanto se parece com *João Gadelhudo*, agora é a ocasião”.²⁰ O viés anticlerical do romance já havia sido anunciado pelo *Pensador* antes mesmo de sua publicação: “*O Mulato*. Com este título será no princípio do mês vindouro publicado um romance do Sr. Aluísio Azevedo, no qual o autor propõe-se argumentar abusos religiosos, que se dão nesta cidade”.²¹

A publicação do romance gerou críticas instantâneas do periódico opositor ao *Pensador*. A esperada crítica da *Civilização* veio no número de 23 de julho de 1881. A crítica, atribuída ao padre Raimundo Alves da Fonseca, foi reproduzida na edição de 30 de julho de 1881 d’*O Pensador*. A estratégia do padre consistiu em refutar a qualidade artística da obra, mais do que o seu conteúdo. Embora críticas tenham sido feitas ao conteúdo, inclusive à conduta do protagonista do romance (o Dr. Raimundo), a estratégia foi ridicularizar a tentativa de Aluísio de aclimatar o real-naturalismo ao Brasil. Para os críticos da *Civilização*, “*O Mulato* é um trabalhosinho alambicado, servil imitação estrangeira; e em certos pontos, miseravelmente plagiado”. O mesmo padre que resenhou a obra afirmou que Aluísio arquitetou seu romance sob impressões de leituras de Eça de Queirós, assim como de “amadores da literatura decamerônica.” Afirmou que, em Portugal, Bento Moreno possuía sobre o realismo uma compreensão mais consciente e científica do que Eça de Queirós. Por fim, o padre em meio a uma lista infundável de insultos, aconselhou: “À lavoura, meu estúpido! À lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances! Isto sim é real”.²²

Em 1888, Araripe Júnior, no artigo “Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro”, apresentou tese oposta a vista acima. Na visão de Araripe Jr., a adaptação do romance naturalista no Brasil se deu através da “teoria da natureza”, substanciada na ideia de “tropicalidade”. Era isso, justamente, o que explicava a originalidade do naturalismo de Aluísio Azevedo, que Araripe Jr. definia como o resultado do impacto do meio local sobre as formas e os modelos importados. Portanto, longe de ser plágio ou imitação estrangeira, *O mulato* e as demais obras naturalistas de Aluísio se caracterizavam pela aclimação de Émile Zola ao Brasil. A natureza tropical e o clima quente do Brasil obrigavam o escritor naturalista a transformar o “estilo” europeu, abandonando a “correção” e adotando uma escrita repleta de “emoção, nervosidade e sensualismo” (JÚNIOR, 1978, p. 75-76).

Apesar da péssima recepção que o romance recebeu em sua cidade natal, afirmou Aluísio, “a imprensa da corte recebeu-me bem, e, à imitação dela, a de todas as províncias do Norte e do Sul” (AZEVEDO, 1975, p. 19). A edição de 10 de setembro de 1881 d’*O Pensador* anunciou a partida de Aluísio para o Rio de Janeiro. Sob os lamentos de seus amigos editores no Maranhão,²³ Aluísio partiu para a Corte, onde foi

²⁰ *O Pensador: órgão dos interesses da sociedade moderna (MA)*, ano 1881, edição 21 (2), Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional.

²¹ *O Pensador: órgão dos interesses da sociedade moderna (MA)*, ano 1881, edição 13 (1), Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional.

²² *O Pensador: órgão dos interesses da sociedade moderna (MA)*, ano 1881, edição 32 (1), Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional.

²³ A edição de 10 de setembro de 1881 d’*O Pensador* anunciou melancolicamente a partida de Aluísio, o “simpático e talentoso cronista”. Os companheiros, ao mesmo tempo em que festejavam a sua “verve

amparado pelo acolhimento do supracitado Araripe Júnior e de homens como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Raul Pompéia e José do Patrocínio.

Assim como outros adeptos do real-naturalismo, ao denunciar os costumes e as tradições provincianas de São Luís do Maranhão, Aluísio realizou um estudo filológico, procurando reproduzir no romance “expressões”, “termos”, “dizeres e locuções”, que lhe conferem grande importância como registro da língua falada naquela província. Em 1889, ao prefaciar a 2ª edição de *O mulato*, Aluísio Azevedo afirmou que empregou

[...] religiosamente, certos dizeres e locuções, que se usam naquela província, posto que os leitores cá do Sul hajam de estranhá-los, como sucedeu com o ilustre falecido Batista Caetano, que, num volume, levado à Biblioteca Nacional pelo meu amigo Capistrano de Abreu, me censurou, à margem de algumas páginas, o uso de muitos termos que ele não conhecia e outros que supunha imitados dos romances portugueses (AZEVEDO, 1975, p. 18).

Contra a acusação, Aluísio teceu a seguinte réplica:

Nosso filólogo ignorava que em São Luís do Maranhão são frequentes certas expressões à moda de Portugal, e aquilo, pois, que se lhe afigurou macaqueado de C. Castelo Branco, era simplesmente copiado do natural (AZEVEDO, 1975, p. 18).

Em sua resposta, o literato maranhense torna patente sua intenção de transportar com fidelidade para as linhas do romance de 1881 a língua, tal como era falada em sua província. A aproximação do literato com a filologia levou-o a constatar que, em São Luís, se “empregam palavras de todo desconhecidas no resto do Brasil [...] (e mesmo) em Portugal, mas que por lá, na (sua) província, são muito comuns” (AZEVEDO, 1975, p. 18).

Ademais, a relação de amizade com Capistrano de Abreu pode ter rendido debates sobre aspectos da história do Maranhão – e do Brasil como um todo – presentes no romance. Pelos idos de 1881, conforme relatou o literato no prefácio para a 2ª edição do romance, um volume foi levado por seu amigo historiador à Biblioteca Nacional. É possível que Aluísio Azevedo tenha procedido dessa forma, visando colocar sua obra à disposição de especialistas diversos que frequentavam o local para pesquisar, pois, segundo carta enviada por Capistrano de Abreu a seu amigo Rio Branco, era lá que o historiador “passava seis horas por dia, estudando, pesquisando, mergulhado em manuscritos” do Conselho Ultramarino, quando seus *Capítulos de história colonial* ainda engatinhavam (RODRIGUES, 2000, p. 3). Nesse sentido, a discussão do literato maranhense com o filólogo Batista Caetano, mencionada anteriormente, parece corroborar essa conjectura. Portanto, não é descabida a hipótese de que – além das imagens e representações sobre a “raça”, de que Aluísio estava imbuído enquanto homem que viveu naquela época –, é possível que o literato tenha

final e aguçada” (que fazia “o terror dos padres” locais), assinalavam o “vácuo que deixa n’*O Pensador*, difícil de preencher.” *O Pensador: órgão dos interesses da sociedade moderna* (MA), ano 1881, edição, 36 (3), Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional.

se aproximado da história para retratar aspectos das relações raciais (e sentidos de categorias sociorraciais) durante a época colonial e a primeira metade do século XIX, os quais integraram a sua narrativa romanesca – como procuraremos demonstrar mais adiante.

O livro de Aluísio conta a história do Dr. Raimundo, “o mulato”, protagonista do romance. Filho de um tratadista de escravos, o português José, com sua escrava Domingas, o mulato foi alforriado na pia batismal e, na adolescência, enviado para Lisboa e, depois, para Coimbra a fim de tornar-se bacharel em Direito. Ao retornar ao Maranhão, pelos idos de 1850, em ocasião da morte de seu pai, Raimundo instala-se na casa de seu tio paterno, o comerciante português Manuel Pescada, despertando um grande amor em Ana Rosa, filha do comerciante. A família da moça, dotada de grande “preconceito de cor” (AZEVEDO, 1975, p. 194), ao tomar consciência da situação, se posta, de forma resoluta, contrariamente à união, sobretudo a avó da moça.²⁴ A mão de Ana Rosa, a exemplo do costume da época, estava reservada ao caixeiro português mais velho da casa comercial de Manuel Pescada, o Dias. Ana Rosa, contudo, fazendo mau juízo do contrato nupcial, e lembrando-se do conselho dado por sua falecida mãe, de que deveria casar com quem desejasse sob pena de ser infeliz pelo resto de seus dias, decide lutar contra os preceitos de branquidade de sua família para desfrutar do amor do mulato, o seu “Mundico”. O desfecho do romance, prenhe do fatalismo característico das obras real-naturalistas, culmina com a morte do Dr. Raimundo e o casamento de Ana Rosa com Dias.

O grande crápula do livro é o padre Diogo, religioso relaxado, concubino e assassino. Caricaturalmente construída, a figura do religioso desenhada pela pena de Azevedo exagerou os seus traços maléficos: saiu da arma de Diogo o tiro que matou José, o pai de Raimundo, e foi sob sua influência que o caixeiro Dias resolveu assassinar o mulato. A denúncia da torpeza dos vícios e da hipocrisia sacerdotal, bem como a insistência na influência nociva dos religiosos na sociabilidade de São Luís está em plena consonância com o anticlericalismo de *O Pensador*, periódico em que Aluísio escrevia crônicas à época em que concebeu *O mulato*. O romance de 1881, porém, não se resume a mais um episódio da luta travada na imprensa por jovens abolicionistas, anticlericalistas e positivistas reunidos na redação d'*O Pensador*, consistindo, ainda, num importante “retrato sociológico” da provinciana São Luís.

Certamente, a relevância de *O mulato* de Aluísio Azevedo enquanto registro da sociedade maranhense das últimas décadas da escravidão deve-se, sobretudo, ao fato de ser uma obra naturalista. O “cientificismo do tempo” observado na obra naturalista de Aluísio advinha da influência das teorias das ciências experimentais da época,

²⁴ Muito afeita à pureza do sangue português que lhe corria as veias, a avó de Ana Rosa, diante do anseio da moça em casar-se com um mulato, esbravejou: “Pois olha, se tivesse de assistir ao teu casamento com um cabra, juro-te, por esta luz que está nos alumando, que te preferia uma boa morte, minha neta! Porque serias a primeira que na família sujava o sangue!” (AZEVEDO, 1975, p. 165). Dirigindo-se, dessa vez, ao pai da moça, disse: “Mas creia, seu Manuel, que, se tamanha desgraça viesse a suceder, só a você a deveríamos, porque, no fim das contas, a quem lembra meter em casa um cabra tão cheio de fumaças como o tal doutor das dúzias?... Eles hoje em dia são todos assim!... Dá-se-lhes o pé e tomam a mão!... Já não conhecem o seu lugar, tratantes! Ah, meu tempo! Meu tempo! Que não era preciso estar cá com discussões e políticas! Fez-se besta? Rua! A porta da rua é a serventia da casa! E é o que você deve fazer, seu Manuel! Não seja pamonha! Despeça-o por uma vez para o Sul, com todos os diabos do inferno! E trate de casar sua filha com um branco como ela. Arre!” (AZEVEDO, 1975, p. 165).

que compreendiam o homem como um resultado da pressão do ambiente social. No que tange à leitura do romance como documento histórico, o comprometimento do autor naturalista com a observação do meio – que apresenta os fatos sociais que constituem a matéria-prima para os seus romances – interessa menos pela crença que os movia a supostamente descrever objetivamente a realidade, mas antes por ser a própria realidade o objeto de sua escrita. Portanto, não tomaremos *O mulato* como uma representação objetiva da realidade social do Maranhão na segunda metade do século XIX, mas como uma leitura enviesada de Aluísio Azevedo, balizada pelas suas apropriações do racismo científico da época. A obra naturalista do mestre maranhense, por esse motivo, “converte-se em documento, sem perder, contudo, o seu valor no plano da criação estética” (MONTELLO, 1963, p. 11). Sobre o romance, afirma Josué Montello,

[...]o preconceito de cor, muito apurado na sociedade maranhense do século XIX, tem no livro de Aluísio a sua exata fixação, em termos de narrativa romanesca. E pode ser transferido da obra literária para o estudo sociológico, a exemplo do que fez Gilberto Freyre (MONTELLO, 1963, p. 12).

Embora *O mulato* já tenha recebido atenção de muitos outros sociólogos, historiadores²⁵ e, sobretudo críticos literários após Montello e Freyre, a exposição seguinte se voltará à obra desses dois autores para apontar formas possíveis de leitura do romance na porosa fronteira entre história e literatura.

Gilberto Freyre e Josué Montello: olhares de sociólogos e críticos literários sobre *O mulato*

Gilberto Freyre, que antecipou postulados da nova história francesa, lançou mão de variadas fontes para a sua interpretação do Brasil, dentre as quais, a literária (BURKE, 1997, p. 4). Em *Sobrados e mucambos*, no capítulo XI, intitulado “Ascensão do bacharel e do mulato”, Freyre recorre a *O mulato* como fonte histórica da Província do Maranhão. Porém, é na construção do tipo “eugênico” ou “eutênico” do mulato que reside a maior importância do romance de Aluísio Azevedo, na visão de Freyre.

O escritor de *Casa-grande & senzala*, divulgador pioneiro da antropologia cultural no Brasil da década de 1930, propalava já, nesse período, uma interpretação do processo de formação de nossa sociedade que recusava as teorias raciais então em voga.²⁶ Longe de consistir em um problema, para Freyre, o amalgamento de raças e culturas teria sido, na verdade, o principal legado da colonização dos portugueses, povo mestiço de mouro e africano portador do que chamou de “plasticidade”, “adaptabilidade” ou “miscibilidade”. É, contudo, em *Sobrados e mucambos*, que Freyre

²⁵ À guisa de exemplo, citamos Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2009).

²⁶ Durante sua estadia na Universidade de Columbia, Gilberto Freyre foi orientado pelo fundador da antropologia cultural norte-americana, Franz-Boas. A influência da antropologia boasiana na obra de Freyre pode ser observada no uso do conceito de “cultura” (em detrimento do de “raça”) e no combate ao evolucionismo biológico-racial (REIS, 2006; DAMATTA *in* FREYRE, 2006, p. 11-26).

vai além, elogiando de sobejo as características físicas do mulato.²⁷ Segundo o escritor, “o híbrido, quando *eugênico*, parece possuir como nenhum indivíduo de raça pura [...] encanto particular” (FREYRE, 2006, p. 712, grifo nosso). Se, no estudo anterior, Freyre conteve-se em salientar as virtudes de uma cultura híbrida, na tese sobre a decadência do patriarcado rural e a formação do urbano, afirmou que o cruzamento biológico entre portugueses e africanos, quando levava ao aperfeiçoamento genético, resultava em “mestiços ou mulatos claros [...] com a mão pequena, o pé bonito, às vezes os lábios ou o nariz, dos pais fidalgos” (FREYRE, 2006, p. 712). Desse modo, o “mulato eugênico” de Freyre pode ser entendido como uma resposta às teses de imperfeição e degeneração física dos mestiços. Em sua perspectiva, a valorização tradicional do pensamento social brasileiro acerca da eugenia é invertida: ao invés do arianismo das teorias raciais remanescentes do Oitocentos e que ainda calavam fundo ao tempo da concepção de *Casa-grande & senzala*, observa-se o hibridismo como um elemento propício à reprodução e ao melhoramento da “raça brasileira”.

O mulato, tipo biológico *sui generis* da “primeira civilização moderna dos trópicos”, ora “pela beleza física e pela atração sexual exercida sobre o branco do sexo oposto” ora pelos “atrativos intelectuais” ganhos na Europa ou em educandários e seminários brasileiros, logrou ascender socialmente no século XIX (FREYRE, 2006, p. 732). É certo, que o orgulho de raça, decorrente das concepções europeias de pureza de sangue da época colonial ainda vigentes no imaginário social brasileiro, balizou, em grande medida, a ascensão social das proles resultantes de relações sexuais entre brancos e negros, principalmente, durante as primeiras décadas do Oitocentos. No entanto, como observou Freyre, esse quadro sofreu alterações a partir do quarto decênio do século XIX.

Conforme argumenta o autor de *Sobrados e mucambos*, o Brasil oitocentista apresentava “[...] duas grandes forças, novas e triunfantes, às vezes reunidas numa só: o bacharel e o mulato” (FREYRE, 2006, p. 711). Contudo, nas primeiras décadas do século XIX, ainda verificava-se a conhecida predileção dos proprietários rurais dos lugares mais afastados em encomendar, aos correspondentes, caixeiros brancos e que soubessem ler e fazer contas. Predileção, aliás, que se manteve firme durante toda a centúria, principalmente nas regiões mais provincianas. Por outro lado, com o Império, sobretudo no reinado de D. Pedro II, o lado “sociológico” que envolvia a contratação de caixeiros passou, paulatinamente, a pesar mais que o “biológico” – este último preceito, útil “à economia patriarcal e à pureza de raça das famílias de engenho”, mas não ao patriarcado urbano, menos receoso em relação à questão do “sangue rigorosamente limpo”. “Saliente-se, entretanto”, ressalva Freyre, “que a ascensão social do bacharel, quando mulato evidente, só raramente ocorreu de modo menos dramático” (FREYRE, 2006, p. 723).

²⁷ Curiosamente, ao tratar da mestiçagem, Gilberto Freyre travou uma discussão com tendências antropológicas que ressaltavam a assimetria do mestiço. Esse fato reforça a tese defendida por Jessé Sousa de que o escritor pernambucano não desvincilhara-se por completo do conceito de raça, apesar de seu enfoque notadamente culturalista (SOUZA, 2000). Ademais, como salientou Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), em Freyre, a natureza instável do mestiço resulta de uma convivência entre antagonismo culturais e raciais e, não de uma síntese desses elementos, como na visão de Mário de Andrade. Ao que parece, essa tendência, que é observada em *Casa-grande & senzala*, ficou mais clara em *Sobrados e mucambos*. Sobre o assunto, ver o debate que Freyre realizou com as teorias de assimetria dos mestiços sustentadas por Davenport (FREYRE, 2006, p. 735).

A “nova mística” do moço – às vezes, mulato – bem nascido e intelectual sistematizou-se durante o reinado de D. Pedro II, “destruindo quase de todo a antiga: a do capitão-mor velho” (FREYRE, 2006, p. 713). Essa transformação teria sido impulsionada pela decadência do patriarcado rural e pelo desenvolvimento urbano, que criou campo para uma intervenção mais direta do letrado ou do clérigo na política. Ademais, deve-se ainda a essa transformação o advento do “homem fino da cidade” e “a ascensão do brasileiro nato e até do mulato aos cargos públicos e à aristocracia da toga” (FREYRE, 2006, p. 714). Assim, teriam sido estes “bacharéis, doutores e semidoutores de cor” os responsáveis pela formação de uma nova espécie de aristocracia “mais indiferente que as outras à pureza de sangue” (FREYRE, 2006, p. 719).²⁸

No tocante ao assunto aqui debatido, o mulato bacharel “fino, eugênico e asseado” descrito em *Sobrados e mucambos* encontra o seu mais perfeito correspondente na figura do protagonista do romance de 1881 de Aluísio Azevedo, o Dr. Raimundo. Nas palavras de Gilberto Freyre,

Aluísio Azevedo deixou-nos em romance – verdadeiro “documento humano” recortado da vida provinciana do seu tempo, segundo a técnica realista que foi um dos primeiros a seguir entre nós – metuculoso retrato de bacharel mulato educado na Europa (FREYRE, 2006, p. 732).

Ao traçar o “perfil antropológico do mulato eugênico”, Gilberto Freyre recorreu à tradição oral, afirmando que o “mulatão bonito”, o Dr. Raimundo do romance, não foi inventado por Aluísio Azevedo, mas “fotografado do vivo, quase sem retoques, segundo o seu método e o da sua escola” (FREYRE, 2006, p. 734). Vê-se que o escritor pernambucano discorda duplamente de Josué Montello, teórico literário que estudou *O mulato*: por um lado, Freyre ressaltou a intenção de Aluísio de empregar as “técnicas realistas” de Zola, visando um retrato fiel da sociedade maranhense e, por outro, realizou uma leitura das características físicas do herói do romance como testemunho dos fenótipos “eugênicos” do mulato, e não como um resquício de tradições românticas ainda presentes no romance, como acreditava Montello (1975, p. 27).

Freyre aventa, ainda, uma hipótese para a recusa de Manuel Pescada em conceder a mão de sua filha ao Dr. Raimundo: em sua visão, não fora tanto a raça que determinou o impedimento, mas o fato do mulato ser “filho de escrava, negra de engenho, negra que ainda vivia, embora maluca, mulambenta, vagando pelo mato” (FREYRE, 2006, p. 733). Assim, apesar do mulato retratado no romance conjugar elementos essenciais para o “embranquecimento” social – tais como um pai português e rico, o título de bacharel e suas qualidades eugênicas –, o fato de ter sido alforriado à pia, ou seja, ter nascido de ventre escravo, teria sido determinante. Logo, para o escritor pernambucano, a herança do cativo transmitida pelo sangue materno, e não propriamente a pele escura, consistia no principal obstáculo para a aceitação dos homens “de cor” na sociedade brasileira, durante a segunda metade do século XIX.

²⁸ Gilberto Freyre (2006, p. 771) evoca a si o título de progenitor da ideia, esboçada em 1936, de que “influem sobre o *status* do brasileiro menos a raça do que a classe e a região”. O escritor pernambucano reconhece, todavia, que Debret, Koster e Rugendas lhe anteciparam.

Raça, mestiçagem e categorias sociorraciais n'O *mulato* (c.1850-1881)

Não creio que os latinos sejam condenados a declinar por causa do sangue que corre em suas veias, isto é, em virtude de uma causa fatal, fatal porque um povo não pode mudar de natureza, nem modificar sua constituição física; mas, da história e principalmente dos acontecimentos contemporâneos, parece resultar que os povos católicos progridem muito menos depressa que as nações que deixaram o catolicismo e que, relativamente a estas, parecem recuar (LAVELEYE, 1881).

A epígrafe acima, retirada de um artigo publicado n'O *Pensador* de 30 de novembro de 1881, indica o ponto de vista do círculo intelectual de Aluísio Azevedo acerca das teses de determinismo racial e climático, que vigoravam naquela época. Em correspondência com o editorial do periódico, Aluísio não deu grande ênfase sobre a questão racial n'O *mulato*. Apesar da denúncia do preconceito de cor existente na capital maranhense da última década da escravidão, é a questão climática e do meio sociocultural de São Luís que explicam o seu atraso, o seu caráter antimoderno, no romance. A ponta-de-lança desse atraso é, n'O *mulato* como no editorial d'O *Pensador*, sem dúvida, a Igreja. Apesar da discussão racial não permear o livro, procuraremos demonstrar que Aluísio se valeu de memórias e estudos históricos para embasar o emprego, pelos personagens do romance, de termos raciais do Brasil colonial e imperial. Para além desse emprego terminológico deliberado, também atentaremos à construção de alegorias sobre o Brasil, que encarnam de forma caricaturesca os principais personagens do livro. E no interior de uma perspectiva de uma história estruturante, mesmo não sendo a raça o tema central do livro naturalista em análise, assinalaremos abordagens racialistas, não precisamente intencionais, que brotaram da pena de Aluísio.

Como na charge “As três idades do Brasil” (1877), mencionada anteriormente, n'O *mulato*, Aluísio procurou criar alegorias assentes na periodização da história do Brasil. O atraso colonial, que ainda se mantinha em São Luís, encarna a Igreja (na figura do padre Diogo), as velhas beatas preconceituosas (como Ana Bárbara, avó de Ana Rosa) e, em certa medida, o insosso caixeiro português Dias. O progresso é representado pelo personagem que vêm de fora, pelo bacharel em Direito formado na Europa, o Dr. Raimundo. A alegoria montada por Aluísio, com base na teoria do determinismo do meio, é a de que o progresso deve vir de alhures, das modernizações europeias, e deve desbancar o atraso colonial ainda em vigor, representado pela influência nefasta da Igreja. O fato de o progresso encarnar um mulato, nascido de um ventre escravo, sugere a adesão de Aluísio ao ideal de branqueamento social e uma valorização da mestiçagem (inclusive, em seus aspectos fenotípicos, como apontou Freyre), na contramão do racismo científico defendido por Nina Rodrigues a partir dos anos 1890.

Para além desse enquadramento geral da obra, na linha interpretativa de Sidney Chalhoub, acreditamos que, ao tratar em *O mulato* das alterações e acréscimos semânticos que o conceito de raça sofreu entre o período colonial e a segunda metade do século XIX, Aluísio procedeu como um historiador. Isso porque Aluísio convida o leitor a imaginar como alguém de formação colonial pensava as relações raciais entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX; também por buscar

“no natural” (ou seja, na realidade social da sua época) as imagens que a sociedade maranhense produzia sobre o seu próprio passado. Não sabemos se as conversas com Capistrano de Abreu ou as tardes na Biblioteca Nacional renderam pesquisas sobre as designações raciais utilizadas no Brasil colonial, mas certamente Aluísio se valeu da memória (individual e coletiva) acerca dos modos de pensar as relações raciais nas décadas anteriores à escrita do romance.

A semântica colonial do conceito de raça é exposta pelo literato através da personagem Maria Bárbara, avó de Ana Rosa e sogra de Manuel Pescada, tio paterno do protagonista do livro. Segundo Aluísio Azevedo,

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avôs, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos dizia “Os sujos” e quando se referia a um mulato dizia “O cabra” (AZEVEDO, 1975, p. 5).

Em fins do período colonial, quando supostamente teria nascido Maria Bárbara, senhora de “formação colonial”, o fruto do intercuro sexual entre branco e preto era designado, principalmente, por meio de duas categorias: “mulato” e “pardo”.²⁹ Uma terceira categoria, “cabra”, era invocada eventualmente.³⁰ Porém, cabra referia-se, mais precisamente, aos filhos de uniões entre negros e mulatos.³¹

Os termos referidos acima eram polissêmicos. Poderiam atrelar-se à mestiçagem e/ou à condição social.³² Os dicionaristas Raphael Bluteau e Moraes e Silva assinalaram que mulato, pardo e cabra aludiam ao “homem híbrido”, “filho de pai e mãe de diferentes nações” (BLUTEAU, 1712, p. 265, 628; SILVA, 1813, p. 327, 398). Pesquisas atuais sobre a segunda metade do século XVIII, no entanto, têm demonstrado que mulato, pardo e cabra denotavam também tipos sociais específicos.³³ Em linhas gerais, mulato e cabra eram termos pejorativos, que se ligavam à “imperfeitabilidade física e moral” e à “inconstância de costumes” dos mestiços de negro com branco (BOXER, 1967, p. 148-149; SCHWARTZ, 1996, p. 9-27; PRECIOSO, 2011, p. 51, 69). Não raro, as elites governantes acusavam os mulatos forros de serem “vadios” e “insolentes”, sobretudo quando herdavam cabedais de seus pais.³⁴ Já o termo pardo aludia a um tipo social

²⁹ Sobre as expressões e as terminologias utilizadas para se referir ao fruto do intercuro sexual entre homens brancos e mulheres negras na América portuguesa durante o século XVIII, cf. Daniel Precioso (2010, p. 27).

³⁰ Doravante, esses termos apareceram sem aspas.

³¹ Segundo Moraes e Silva (1813, p. 314), a palavra cabra designava “o filho de pai mulato, e mãe preta, ou às avessas”. “Na realidade, porém, confundia-se com ‘mestiço’, ‘mulato’ e ‘pardo’” (FARIA, 1998, p. 161).

³² É certo que todas se referiam igualmente à cor resultante da mistura entre branco e preto, porém, em determinados usos de linguagem, a sua carga semântica poderia se desprender da pigmentação da tez (PRECIOSO, 2010, p. 27).

³³ Refiro-me à vertente analítica dos vocábulos classificatórios que é tributária das formulações de Peter Eisenberg, que notou que as categorias mulato e pardo poderiam estar relacionadas à condição legal de livre com ascendência africana, e que concebem a “cor” como condição social (Cf. EISENBERG, 1989, p. 269-270; MATTOS, 1998, p. 29-30; MATTOS, 2000, p. 6-18; FARIA, 1998, p. 135; VIANA, 2007, p. 210-211; FERREIRA, 2005, p. 78; MACHADO, 2006, p. 25).

³⁴ Geralmente, os mulatos eram filhos de homens brancos, portugueses ou luso-brasileiros, que viviam amasiados com mulheres de cor, pretas, crioulas, mulatas ou cabras. Sobre a “ideologia da vadiagem”, Cf., entre outros, Laura de Mello e Souza (1985).

positivo, trabalhador, temente a Deus, contribuinte com os serviços da monarquia, numa palavra, integrado (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 49).

No século XVIII, os termos “branco”, “preto”, “crioulo” e “pardo” foram institucionalizados pelas autoridades coloniais. As irmandades e as milícias, por exemplo, redutos corporativos das diferentes “castas de gentes”, aglutinavam nas suas fileiras os indivíduos com base nessas categorias sociorraciais. Como observou Hebe Mattos, a partir da década de 1820, aproximadamente, essas categorias desaparecem dos registros oficiais, apesar de continuarem sendo usadas no cotidiano das pessoas (MATTOS, 1998). Na segunda metade do século XIX, a influência do racismo científico, que serviu como um novo dispositivo discriminador da população de cor egressa do cativo, atuou de molde a reabilitar essas categorias sociorraciais. O conceito de raça, obviamente, também foi trazido à baila, embora com sentidos nem sempre condizentes com os existentes no contexto colonial.³⁵

Durante o período colonial, a Coroa portuguesa discriminava os seus vassallos através de diferentes categorias. Em princípio, as terminologias eram de matiz religioso, sendo os mouros e os judeus os indivíduos considerados de “sangue” ou “raça infecta”. Com a expansão ultramarina e o surgimento de novos tipos humanos e sociais, mulatos, cafuzos, carijós, cabras, negros e pretos foram incluídos no rol dos “impuros de sangue” (VIANA, 2007, p. 53-54). Os indivíduos de “raças infectas” não podiam ocupar as principais funções da sociedade colonial, sendo vedada aos mulatos a ocupação de cargos nas Câmaras Municipais e o ingresso nas Misericórdias e em Ordens Terceiras, principais redutos do ideal de branquidade.³⁶

Certamente, o estigma da impureza incidia mais intensamente sobre os mulatos. Como aventou Raimundo Pessoa, a causa para tanto pode ser buscada no mimo paterno através da alforria à pia de filhos havidos com negras ou mulatas cativas.³⁷ O discurso oficial elegia a vadiagem, o ócio e a insolência como os principais atributos dos mulatos, que os tornava ainda mais odiosos que os escravos, pois tinham prerrogativas de brancos e fugiam ao trabalho. Eram, em suma, considerados a mais vil “casta de gente” que habitava a América portuguesa. Não surpreende, portanto, o fato de que os mulatos consistam nos sujeitos pior adjetivados da literatura brasileira anterior ao século XX.³⁸

³⁵ No entanto, embora a moderna noção de raça seja uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano do século XIX, em meados do século XVIII, “[...] alguns autores como Buffon e De Prawn, referindo-se à ‘infantilidade do continente americano’ ou à ‘degeneração americana’, respectivamente, anteciparam alguns dos pilares que embasariam as futuras teorias sobre as desigualdades raciais, ao considerarem a existência de heranças físicas que diferenciavam *permanentemente* os grupos humanos” (VAINFAS, 2002, p. 616). Opunham-se, assim, ao individualismo universalista do pensamento ilustrado de um Rousseau, por exemplo.

³⁶ O “mulatismo em quatro graus”, isto é, até a quarta geração de antepassados, inabilitava os candidatos à ocupação de cargos camarários e ao ingresso em Misericórdias e Ordens Terceiras (BOXER, 1967, p. 150; PRECIOSO, 2010, p. 74).

³⁷ Segundo Raimundo Pessoa (2007, p. 54), a alforria a pia de filhos mulatos nascidos de ventre escravo contrariava a máxima do “parto segue o ventre”, o que gerava grande animosidade na população em geral.

³⁸ É preciso ressaltar, contudo, que, em relação à mulata, desde os versos trovadorescos de Gregório de Mattos Guerra, a sensualidade de sua figura é exaltada, apesar da referência à sua permissividade também ter aflorado recorrentemente nas falas coloniais. Durante o século XIX, os atributos do “cidadão mulato” continuaram a ser de ordem negativa (LIMA, 2003, p. 51-67).

Embora as definições sugeridas acima para as palavras mulato, pardo e cabra sejam um tanto artificiais e, mesmo, reducionistas, em vista da complexidade e do caráter local das nomenclaturas “raciais” no período colonial e imperial, podemos afirmar que a preferência da personagem Maria Bárbara pela qualificação dos mulatos como cabras é sintomática. Na medida em que define a avó de Ana Rosa como uma senhora “de formação colonial”, Aluísio Azevedo assinala a recorrência de cargas semânticas seculares em termos “raciais” presentes nas falas do Maranhão de meados do Oitocentos. Vale notar que o termo pardo não aparece uma única vez sequer no romance de Aluísio. Aventamos duas hipóteses para tanto: o termo caiu em desuso com a ocorrência do fenômeno que Hebe Mattos qualificou de “silêncio da cor” ou, na medida em que Aluísio pretendia ressaltar o “preconceito de cor” da sociedade maranhense, teria preferido o uso dos termos mulato e cabra.³⁹ Invariavelmente, o termo cabra aparece como uma desqualificação social e jurídica de mulatos e, em geral, de indivíduos de ascendência africana.⁴⁰ Já o termo mulato, além dessa mesma característica, por vezes, indicava tão-somente o tipo híbrido de branco e preto. Nesse sentido, a categoria se aproximava do discurso científico da época, já que tinha conotação biológica.

É preciso lembrar que Raimundo, o protagonista do romance, cresceu em Portugal, tinha a sua tez amulatada, embora seu fenótipo se aproximasse bastante do tipo humano branco, e formou-se distintamente em Direto pela Universidade de Coimbra (AZEVEDO, 1975, p. 5). Não obstante todas essas características de “embranquecimento” social e aproximação com o fenótipo branco, a sua ascendência cativa não pôde ser apagada em sua província natal. A sua “biografia” era conhecida de todos:⁴¹ a memória de seu batizado e, conseqüentemente, de sua alforria à pia (AZEVEDO, 1975, p. 33)⁴² não pôde ser apagada da mente dos maranhenses de São Luís, seus coetâneos. Portanto, apesar de bonito, distinto e letrado, era visto em sua terra natal como um “cabra cheio de fumaças”, isto é, como um mulato forro e bastardo⁴³ com ares de fidalgo. Era tido, assim, perante a provinciana elite

³⁹ Na página 34 aparece o termo “crioulo de Domingas” para qualificar Raimundo. O termo crioulo, na América portuguesa e no Império do Brasil, significa o escravo nascido no Brasil. Não designava, portanto, a “raça”, mas o local de nascimento e a condição cativa. No entanto, a utilização do termo, tal com ocorreu acima, pode também estar associada a um significado pejorativo: no excerto acima, “crioulo” pode se referir a um indivíduo vil, não apenas em virtude da ascendência negra, mas principalmente pela ligação com a escravidão.

⁴⁰ Contamos nada mais do que 24 ocorrências do termo (Cf. AZEVEDO, 1975, p. 5, 18, 88, 89, 98, 99, 141, 145, 146, 147, 193, 195, 198, 229, 230, 234, 252, 253, 255). A designação admitia a corruptela “cabrocha”, igualmente pejorativa (Cf. AZEVEDO, 1975, p. 86). O caráter racista dos xingamentos dirigidos ao mulato Raimundo poder ser observado, mais claramente, na palavra “macaquinho” (AZEVEDO, 1975, p. 47).

⁴¹ “— Até lhe digo mais.. nem precisava cá vir, porque... continuou Diogo, abaixando a voz, ninguém aqui lhe ignora a biografia; todos sabem de quem ele saiu!” (AZEVEDO, 1975, p. 17).

⁴² Essa modalidade de alforria era muito característica no Brasil escravista: uma escrava amasiada com um português tinha um filho, o qual ganhava a alforria no ato do batismo.

⁴³ A referência à bastardia de Raimundo aparece, entre outras ocorrências, na página 19. No romance, a relação entre José e Domingas, sua escrava, era estável, mas não foi em nenhum momento oficializada perante a Igreja. No entanto, após ter tido Raimundo, José se casou com uma branca por nome Quitéria, que, assim como Maria Bárbara, era de “muita religião e escrúpulos de sangue” (AZEVEDO, 1975, p. 34). É com atenção à isso, que o padre Diogo afirmou que o “filho de Domingas” era um bastardo, posto que havido fora do casamento. Os filhos havidos de relações conjugais estáveis, mas

maranhense, como um ser odioso e nocivo. O “doutor das dúzias”, como Raimundo era frequentemente chamado no romance, não conseguiu apagar a sua origem cativa mesmo com a aquisição de um diploma de bacharel em Direito.⁴⁴ Nesse sentido, a tese freyriana acerca da ascensão do bacharel mulato no Brasil Imperial deve ser balizada espacialmente, posto que em regiões provincianas, como era S. Luís, a herança de estigmas de sangue e raça, remanescentes do período colonial, atravancavam fortemente a formação de uma boa reputação por parte daqueles indivíduos.

É preciso lembrar que o narrador da trama, Aluísio Azevedo, discordava das vozes que desqualificavam Raimundo, apresentando as “qualidades” que distinguiam um “mulato bacharel” de um “mulato vadio”. De acordo com o literato, Raimundo

não era um vadio, nem homem de maus instintos; aspirava ao casamento, à estabilidade; queria, no remanso de sua casa, entregar-se ao trabalho sério, tirar partido do que estudara, do que aprendera na Alemanha, na França, na Suíça e nos Estados Unidos (AZEVEDO, 1975, p. 32).

Raimundo representava – como já dissemos – o progresso, a modernidade trazida das nações avançadas do mundo. Sua desqualificação pelo “acidente da cor” (ou seja, pelo nascimento de ventre escravo) soa como um entrave moralista e atrasado à modernização do Maranhão – e da sociedade brasileira em geral. É interessante notar que Raimundo desconhecia a sua “procedência”, embora a sua “história”, fosse “sabida por quantos conheceram os seus parentes no Maranhão” (AZEVEDO, 1975, p. 31, 33, 48).⁴⁵ Assim, diferente do que ocorria no Rio de Janeiro e em Coimbra, lugares em que a “fama pública” de Raimundo não era manchada, no Maranhão, a reminiscência de sua história familiar havia deixado uma marca indelével de sua origem escrava. O provincianismo religioso e o consequente preconceito racial, entranhados no meio social maranhense, também contribuíam para barrar a integração do doutor mulato.

Foram verificadas apenas seis ocorrências do conceito de “raça” em todo o romance – não obstante a racialização seja percebida em diversos trechos por meio do emprego de categorias sociorraciais e do discurso racista, que examinamos anteriormente. Uma das ocorrências da “raça” não será analisada pelo fato de ter sido usada como sinônimo de corja ou tipo de gente.⁴⁶ Excetuando-se esse caso, as demais ocorrências de “raça” possuem sentido biológico, conforme a conotação adquirida pelo conceito no século XIX, ou de “linhagem” ou “geração”, na acepção colonial do termo.

não oficializadas pela Igreja, eram chamados de “naturais”. Não raro, um indivíduo se autoqualificava como “natural”, mas era (des)qualificado por outros como “bastardo” ou “ilegítimo”. Tratava-se de uma luta pela afirmação de uma origem pura ou espúria.

⁴⁴ Na óptica do padre Diogo, o algoz do romance, “o governo devia até tomar uma medida séria a este respeito! devia proibir aos cabras certos misteres!” E continuava: “Deviam ser burros! burros! que só prestassem mesmo para nos servir! Malditos!” (AZEVEDO, 1975, p. 18).

⁴⁵ Ana Rosa também desconhecia a “biografia” de Raimundo (AZEVEDO, 1975, p. 74).

⁴⁶ “Ah! amaldiçoada fosse aquela maldita *raça* de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil! Maldita! mi! vezes maldita!” (AZEVEDO, 1975, p. 201, grifo nosso).

As aparições do conceito de “raça” se deram em conversações ocorridas entre personagens coadjuvantes, ao comentarem a figura do mulato Raimundo, ou pelo próprio protagonista do romance, após tomar conhecimento da sua filiação materna.

Em uma reunião ocorrida na casa do personagem Manuel Pescada, José Roberto, senhor de engenho de cana, afirmou que

Não cochilava com os seus escravos. Na roga era temido até pelo feitor, um pouco devoto e cheio de escrúpulos de *raça*. [...] Preto é preto; branco é branco! Moleque é moleque, menino é menino!” E estava sempre a repetir que o Brasil teria ganho muito, se perdesse a Guerra dos Guararapes (AZEVEDO, 1975, p. 61, grifo nosso).

Os tais “escrúpulos de *raça*” dizem respeito ao ideal de “pureza de sangue”, ou seja, à manutenção do sangue branco na linhagem familiar. Essa acepção do termo “*raça*” também apareceu, ainda que implicitamente, nas falas de Maria Bárbara e Quitéria, conforme já observado. A ênfase nos lugares específicos de pretos e brancos também denota a afiliação do personagem à hierarquização social do período colonial. Subentende-se, ainda, que José preferia a colonização holandesa à portuguesa, já que lamentava a expulsão dos batavos do Recife Seiscentista com a Guerra dos Guararapes. Por trás dessa afirmação encontra-se a concepção de que os portugueses eram mais “frouxos” que os holandeses em se tratando de manter as hierarquias rígidas e de subjugar as populações manciúpias.

Um diálogo entre Brito e Bento, dois personagens coadjuvantes do romance que avistaram Raimundo em um passeio público, sugere outros significados para o conceito de *raça*. Depois de confidenciar a Bento que o transeunte observado era um mulato, Brito teceu o seguinte juízo a respeito da “*raça mulata*”: “São assim estes pomadas cá da terra dos papagaios! E ainda se zangam quando queremos limpar lhes a *raça*, sem cobrar nada por isso! — Branquinho nacional!” (AZEVEDO, 1975, p. 82, grifo nosso). Logo, na óptica de Brito, os mulatos, além de serem “pomadas”, isto é, “vaidosos” ou “presunçosos”, não se contentavam com a qualificação “branquinhos nacionais”, que ironicamente serviria como uma “limpeza de *raça*”. A virulência da crítica de Brito transparece o desprezo com que os homens brancos viam os mulatos, mesmo quando não fechavam no arquétipo de “vadio” e gozavam de prerrogativas. Os mulatos, em geral, eram, portanto, na visão de Brito, “gente sem vergonha”.

As demais aparições do termo “*raça*” têm notada acepção biológica. Raimundo, ao se dar conta da sua origem cativa e mulata, compreendeu

[...] a frieza de certas famílias a quem visitara; a conversa cortada no momento em que se aproximava; as reticências dos que lhe falavam sobre os seus antepassados; a reserva e a cautela dos que, em sua presença, discutiam questões de *raça* e de sangue; a razão pela qual D. Amância lhe oferecera um espelho e lhe dissera: “Ora mire-se!” (AZEVEDO, 1975, p. 179-180, grifo nosso).

As questões de *raça*, no dizer do protagonista do romance, dizem respeito à sua origem mulata, ou seja, à sua ascendência materna negra. A ofensa de D. Amância, ordenando-lhe que se fitasse em um espelho, denota claramente que o

aspecto fisiológico ou biológico foi o elemento utilizado para classificar Raimundo como um mulato. Posto que esses traços fenotípicos da mulatice não eram evidentes em Raimundo, também se vislumbra aí um preconceito ligado ao seu passado escravo. Como conjecturou Raimundo, a palavra mulato continha em si um cruel destino: na “terra miserável” onde havia nascido, em virtude de sua mãe e dele próprio terem sido escravos, restava-lhe a alternativa de amar uma “negra da sua laia” (AZEVEDO, 1975, p. 180).⁴⁷ Como aventou Freyre, o “preconceito” que recaía sobre o mulato Raimundo não era de cor, sobretudo, mas de condição legal – já que ele era um liberto ou forro. Adicionaríamos, contudo, à hipótese de Freyre, a constatação de que, não obstante a herança escrava tenha sido a principal origem do preconceito contra Raimundo, a racialização de seus atributos também é denunciada por Aluísio Azevedo, embora essa acepção racial das designações tenha sido mais verossímil com o período de publicação do livro (1881) do que com o período em que se desenrolou a trama do romance (c.1850).

Outra conjectura de Raimundo ajuda a entender a acepção biológica do termo *raça*, tal como empregado por Aluísio Azevedo. Estonteado pela descoberta de seu passado escravo e de sua mulatice, o personagem Raimundo

[...] parou defronte do espelho e mirou-se com muita atenção, procurando descobrir no seu rosto descorado alguma coisa, algum sinal, que denunciasse a *raça* negra. Observou-se bem, afastando o cabelo das fontes; esticando a pele das faces, examinando as ventas e revistando os dentes; acabou por atirar com o espelho sobre a cômoda, possuído de um tédio imenso e sem fundo (AZEVEDO, 1975, p. 185, grifo nosso).

Essa procura por “sinais” da “*raça* negra” demonstra, claramente, que Raimundo buscou alguma evidência de sua mulatice no âmbito fenotípico. Assim, à luz do protagonista e do escritor do romance, eram as características físicas que forneciam a evidência da origem mestiça.

Concluindo, as duas últimas aparições do termo “*raça*” vieram em comentários de moradores de São Luís sobre a saída de Raimundo da casa de Manuel. Num deles, relata Aluísio, vieram à tona “fatos conhecidos à respeito do preconceito de cor” sofrido por “celebridades de *raça* escura”, bem como referências aos talentos e à esperteza das “*raças* cruzadas” (AZEVEDO, 1975, p. 194-195, grifo nosso). A complementação “escura” à palavra “*raça*” denota, claramente, a sua acepção racialista, já que remete à cor. De modo semelhante, a expressão “*raças* cruzadas” refere-se à mestiçagem biológica.

⁴⁷ Os significados dos vocábulos “preta” e “negra” parecem ser, em vários momentos do romance, intercambiáveis, não obstante guardem certas particularidades. “Negro”, às vezes, atrelava-se a cor, mas também poderia se referir à condição legal de cativo (AZEVEDO, 1975, p. 18). “Preto” também foi usado como designação da cor, mas, na maioria das ocorrências, dizia respeito à condição jurídica de escravo (AZEVEDO, 1975, p. 56, 37 e 57).

Palavras finais

Procuramos demonstrar que a atividade de caricaturista se entremeou à de escritor em Aluísio Azevedo. No romance *O mulato*, como nas charges que Aluísio havia publicado em periódicos cariocas, as personagens são caricatas. Podemos enxergar, ainda, o recurso a alegorias para representar o atraso da província do Maranhão e os entraves para a sua modernização.

Mais importante em nossa análise, porém, foi a historicização do romance, tanto do ponto de vista da contextualização da sua produção – resgatando a sua relação com a atividade de cronista que Aluísio exercia n’*O Pensador* – como nas perspectivas históricas e sociológicas intrínsecas à narrativa romanesca d’*O mulato*. Constatamos que, assim como ocorria na linha editorial d’*O Pensador*, Aluísio rejeitava os determinismos raciais – tais como presentes em outros intelectuais brasileiros dos anos 1880 e 1890, como Nina Rodrigues –, adotando a perspectiva dos determinismos do meio.

Neste sentido, a mestiçagem não aparece como sinônimo de degeneração moral e biológica. Embora críticos literários como Josué Montello relacionem a constituição física do mulato Raimundo a resquícios do romantismo, parece mais factível a linha de interpretação de Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos*. Mas não a corroboramos totalmente: não parece plausível que o protagonista tenha sido “copiado do real”, como sugeriu o escritor pernambucano. Parece-nos, antes, que a eugenia do protagonista do romance se relaciona com a refutação das teses de degeneração dos mulatos. A própria trajetória de Raimundo, ex-escravo que se forma bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, demonstra que a ascendência africana não era um impedimento para o desenvolvimento intelectual e para a formação de homens modernos.

No romance, o preconceito de cor aparece como um traço do atraso brasileiro e é atributo de homens da Igreja e dos católicos mais velhos, ainda de “formação colonial”. Um dos aspectos mais radicais do romance foi vestir a carapuça da modernidade em um mulato, verdadeira afronta à sociedade escravista da época. De qualquer modo, ainda que o livro – do ponto de vista do narrador – não represente a mestiçagem de modo negativo, o modo como os negros são representados – sobretudo, a escrava Domingas, mãe do mulato – aponta uma visão pejorativa do negro. A construção do protagonista mulato do romance com traços quase europeus sugere ainda que, para Aluísio, quanto mais próximo do fenótipo branco, mais bem vindos seriam os mestiços para a constituição de uma nação moderna.

Constatamos também que os personagens mais importantes do romance encarnam determinados arquétipos, formando uma alegoria do passado e do presente (época de Aluísio) do Brasil. O atraso e a fonte de todos os vícios da sociedade são personificados no padre Diogo, ou seja, na Igreja Católica. A figura do caixeiro Dias encarna o arquétipo do português, também identificado a algo atrasado, colonial. O progresso, a modernidade e o cientificismo, como já mencionado, se materializam na figura do mulato. Tendo em vista o determinismo do meio, provinciano no caso de São Luís, essa figura moderna veio de fora, da Europa. O fatalismo do romance, fruto do preconceito de cor e provincianismo maranhense, acaba por vencer a modernidade: o mulato é morto pelo caixeiro Dias, que se casa com Ana Rosa, com as bênçãos do padre Diogo.

Por fim, as designações sociorraciais presentes no romance sugerem a realização de uma pesquisa histórica por parte de Aluísio. Não fortuitamente, o termo “cabra” foi utilizado recorrentemente como um termo depreciativo para se referir ao mulato protagonista. O uso mais frequente do termo “raça” sugere uma acepção oitocentista, já que estava relacionado à biologia – e não à linhagem, como na época colonial. O emprego da expressão “pureza de sangue” – no contexto da defesa da branquidade – também remonta ao vocabulário colonial. Curiosamente, o termo pardo, utilizado de forma mais recorrente para se referir ao mulato integrado e trabalhador, não foi utilizado por Aluísio para intitular o seu romance. Como o termo “mulato” era sinônimo de mestiço – diferente de “pardo”, que além de mestiço, designava o livre não-branco integrado socialmente –, a escolha desse termo para intitular o romance reforça a tese de que Aluísio se posicionava favoravelmente à mestiçagem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, p. 91-108, 2010.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, jul./dez. 2005.

BLUTEAU, D. Rapahel. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOXER, Charles R. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social*, São Paulo, n. 9, v. 2, p. 1-12, outubro de 1997.

CADEMARTORI, Ligia. Obra traz dispensável tom narcisista: *A História Contada*, coletânea organizada por Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira, cai na tentação de confundir literatura com testemunho histórico. *Correio Brasiliense*, 30 de agosto de 1998.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. 407 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida, PEREIRA, Leonardo (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel, 1990.

CRUZ, Laura Camilo dos Santos. Edição crítica e genética do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo. *Manuscrita*, n. 11, p. 271-272 (2003).

DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada: apresentação para *Sobrados e mucambos*. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 16ª ed. São Paulo: Global, 2006, p. 11-26.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1989.

FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio de Azevedo: aventuras periféricas*. 2003. 340 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1789 - c. 1850*. 2005. 364 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, 364 p.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JÚNIOR, Araripe. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*. In: BOSI, Alfredo. *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC, 1978, p. 75-76.

LAVELEYE, Emílio de. O catolicismo e o protestantismo. *O Pensador*, edição 43, 1881.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MENCARELLI, Fernando. *A cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d' "O Mulato"*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. I -1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PESSOA, Raimundo. *Gente sem sorte: os mulatos no Brasil colonial*. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)*. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. Explicação: normas da 4ª edição (1954). In: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos. In: GRUZINSKI, Serge; WATCHEL, Nathan (orgs.). *Le nouveaux monde, mondes nouveaux*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations/Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996, p. 9-27.

SILVA, Antonio de Moraes e. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro. In: SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretção do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SOUZA, Roberto Acízelo. Perspectiva científica. In: SOUZA, Roberto Acízelo. *Formação da teoria da literatura*. Niterói: Editora Universitária, 1987, p. 56-124.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VENTURA, Roberto. “Estilo Tropical”: a natureza como pátria. *Remate de Males*, Campinas, vol. 7, p. 27-38, 1987.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

VIANA, Larissa Moreira. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

NOTAS

Daniel Precioso: Doutor. Professor Efetivo, Universidade Estadual de Goiás, Curso de História, Quirinópolis, GO, Brasil. Av. Brasil, 435, Hélio Leão II, 75860-000, Quirinópolis, GO, Brasil.

Como citar: PRECIOSO, Daniel. Raça, mestiçagem e designações sociorraciais no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo (1850-1881). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 149-178, jan./abr., 2019.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de junho de 2018

Aprovado em: 18 de outubro de 2018






OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA VIDA COTIDIANA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DE ALFENAS-MG

The structural problems of everyday life in Brazilian municipalities in the First Republic: the case of Alfenas-MG

Alisson Eugênio

Universidade Federal de Alfenas
alissoneugenio@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4294-2568>

OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA VIDA COTIDIANA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DE ALFENAS-MG

RESUMO

Este texto é resultado de um estudo sobre aspectos da vida cotidiana no município de Alfenas durante a Primeira República. No intuito de conhecer alguns dos maiores problemas que afetavam o dia a dia da sua população naquela época e como ela os enfrentava, a análise baseou-se em requerimentos enviados ao poder público municipal. Com isso, o objetivo da investigação é analisar como tais requerimentos podem ser interpretados como instrumentos de ação política, ou de cidadania, por meio dos quais os cidadãos que os assinavam procuravam acionar o poder municipal para solucionar problemas de interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Requerimentos. Cotidiano. Alfenas.

THE STRUCTURAL PROBLEMS OF EVERYDAY LIFE IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES IN THE FIRST REPUBLIC: THE CASE OF ALFENAS-MG

ABSTRACT

This text is the result of a study that investigated the aspects of daily life in the city of Alfenas during the First Republic. The investigation was based on the requests sent to the city's public power by its citizens, in order to understand some of the major problems affecting the daily life of its population and how it faced them. Thus, the objective of the research is to analyze how such requests can be interpreted as a tool of political action or citizenship through which the citizens who signed them looked forward to engaging the municipal government in the solution of problems of public interest.

KEYWORDS: Requests. Daily Life. Alfenas.



Desde, pelo menos, o fim do tráfico de africanos, em 1850, a sociedade brasileira vinha vivenciando algumas transformações estruturais. Daquele marco cronológico até a Revolução de 1930, a abolição da escravatura na estrutura social, a consolidação do capitalismo na estrutura econômica e a Proclamação da República na estrutura política são os acontecimentos mais marcantes que alteraram a fisionomia do país. Durante a Primeira República (1889-1930), a nova ordem política foi comandada por uma nova fração de classe (uma burguesia ainda influenciada por valores aristocráticos) oriunda da expansão da cafeicultura no sudeste do país durante a segunda metade do século XIX. Seus expoentes promoveram o que se convencionou chamar de modernização conservadora, isto é, uma transformação na organização política e econômica sem mudanças na estrutura social. Para isso, logo após o fim do estado de exceção instaurado pelos militares em 1889, trataram de construir um novo pacto político, conhecido como pacto oligárquico (sustentado na política do café com leite no âmbito federal, na política dos governadores no âmbito estadual e no coronelismo no âmbito municipal), para controlar a máquina do Estado e proteger seus interesses de classe. O estado liberal originado desse pacto não contemplou a grande massa do povo. Este, “bestializado”, continuou entregue à sua própria sorte, às suas solidariedades mútuas, ao que sobrou da sensibilidade religiosa, expressa na caridade pública, ou à dádiva dos protagonistas da situação política local, ancorada no paternalismo, agora na sua manifestação coronelista.¹

Nesse contexto, a macroeconomia da Primeira República ainda estava estruturada nos moldes da economia colonial. O seu principal setor produtivo (fora a produção, com sua dinâmica própria, voltada para o abastecimento interno) estava orientado para a exportação de produtos primários. Consequentemente, quase toda a política econômica nacional girava em torno dos interesses dos seus produtores ao ponto de, quando a demanda de café (o principal produto) diminuía e os seus preços caíam, o governo federal desvalorizar o câmbio para manter o lucro do setor. Inclusive, firmou-se um acordo em 1906, o Convênio de Taubaté, no qual era estabelecido que os maiores estados cafeicultores (São Paulo e Minas Gerais, principalmente) deveriam comprar o excedente produzido para evitar a queda do valor do produto no mercado externo, usando empréstimos estrangeiros (pagos com dinheiro público, o que implicava a socialização das perdas) com o aval do governo federal (desde Afonso Penna). Isso gerou dois efeitos econômicos negativos. O primeiro foi a inflação. De um modo geral, o preço artificialmente alto do café acabava arrastando consigo os preços de outros setores produtivos, inclusive os dos gêneros básicos da alimentação. O segundo foi o aumento da dívida pública. Muitas

¹ O coronelismo foi um fenômeno político resultante da “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequadas”, na qual o poder público ainda era frágil demais para prescindir do poder privado dos potentados locais para se impor à população (NUNES, 1997, p. 40). Um de nossos mais eminentes historiadores, Sérgio Buarque de Holanda, já em 1936, em sua clássica obra *Raízes do Brasil*, afirmava: “É curioso notar que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo” (HOLANDA, 1997, p. 160). O entendimento da transição política acima referida é tomado de COSTA, 1985, cap. 9. A expressão “os bestializados” foi proferida por um senador contemporâneo da Proclamação da República, Aristides Lobo, e é usada ironicamente por CARVALHO, 1996. Já o conceito de modernização conservadora foi formulado por Moore Jr. (1975) para explicar o modelo de transição política em países como a Alemanha, onde a burguesia se aliou à aristocracia para promover a modernização.

vezes, para administrá-la, emitia-se moeda, o que, normalmente, pelo aumento da circulação de dinheiro sem lastro no crescimento da economia, pressionou a subida dos preços no mercado interno. Desse modo, houve substancial elevação do custo de vida, penalizando duramente a população de baixa renda. Para se ter uma ideia disso, em 1914, o índice do custo de vida no Brasil era 100; em 1919, saltou para 148,8; em 1924, para 236,6; e em 1929, para 261.²

É nesse quadro histórico que serão analisados alguns dos maiores problemas cotidianos da população de Alfenas durante a Primeira República e como ela os enfrentava. Situado no sul do estado de Minas Gerais (MG), esse município foi formado no contexto das oportunidades abertas pela reorientação econômica mineira ocorrida na segunda metade do século XVIII. Seus primeiros colonizadores foram proprietários rurais que buscavam terras para o cultivo de alimentos para subsistência e para os mercados vicinais de uma região então em expansão. A transformação da capital do país em sede da corte portuguesa, inicialmente, e o crescimento da cafeicultura no oeste paulista, posteriormente, ampliaram os horizontes econômicos da elite local (LENHARO, 1979). Dessa maneira, aos poucos, o antigo arraial reuniu condições para tornar-se município (1860) e, já nas primeiras décadas da República, era dotado de um núcleo urbano onde diversos ícones da modernidade estavam presentes: cinema, teatro, luz elétrica, posto de gasolina, fábricas e até uma escola de formação superior, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, criada em 1914, que acabou sendo transformada em universidade federal em 2005.

Suporte teórico e base empírica

Para mostrar que os requerimentos podem ser interpretados como instrumentos de ação política, ou de cidadania, por meio dos quais os cidadãos que os assinavam procuravam acionar o poder municipal para solucionar problemas de interesse público, muito contribuirão as reflexões de Agnes Heller sobre a vida cotidiana. Segundo ela, esta encontra-se “no centro do acontecer histórico”, tornando-se, assim, “a verdadeira essência da substância social, pois “as grandes ações não cotidianas contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam” e o seu caráter histórico só pode ser considerado

como tal “graças ao seu posterior efeito na cotidianidade”. Em outras palavras, o cotidiano é uma temporalidade estruturada, pois as ações rotineiras que marcam o dia a dia das sociedades são resultado das estruturas sociais. Mas ele também é estruturante, pois é nele também que a estruturação que dá sentido à vida diária é modificada, reestruturada, como resultado dos efeitos imprevistos da sua própria dinâmica ou da possibilidade de os indivíduos tomarem consciência de seus problemas e da sua capacidade de agir para enfrentá-los (HELLER, 1985, p. 20).

O conceito de cultura formulado por Clifford Geertz também será útil neste estudo para a compreensão da vida cotidiana, uma vez que, de acordo com tal autor, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, ele assume “a cultura como sendo essas

² Esta síntese foi elaborada a partir de FERREIRA; ALMEIDA, 2003; FURTADO, 2000; PRADO Jr., 1995; e SAMIR, 1976. Os dados sobre custo de vida apresentados foram produzidos por Roberto Simonsen e reproduzidos por FAUSTO, 1972, p. 94.

teias”. Desse modo, a cultura é considerada um contexto, algo dentro do qual a ação humana, em suas mais diversas manifestações, pode ser compreendida como um signo. Ora, o significado desse signo dependerá das suas conexões com o contexto no qual está inserido e com a multiplicidade de estruturas que possibilitaram a sua ocorrência (GEERTZ, 1978, p. 15).

Em síntese, as proposições teóricas de Agnes Heller e Clifford Geertz contribuirão, respectivamente, para entender o cotidiano como temporalidade estruturada e estruturante e a cultura como contexto que, no caso que nos ocupa, dava sentido aos problemas que afetavam o dia a dia dos indivíduos alfenenses e às maneiras como eles os enfrentavam.

A documentação que fornecerá as informações para este estudo é composta por requerimentos nos quais os cidadãos solicitavam às autoridades do legislativo ou do executivo decisões destinadas a solucionar problemas de interesse público que precisavam da autorização ou da intervenção institucional. Foram consultados 1.256 requerimentos. Quase todos apresentam elementos da vida cotidiana, mas foram selecionados somente aqueles onde há evidência de dificuldades enfrentadas pela população no dia a dia, sendo 68 ao todo.

Os problemas cotidianos

Um dos grandes problemas cotidianos enfrentados pela população de Alfenas foram os surtos inflacionários que encareciam o custo dos alimentos acima dos limites suportáveis para quem era pobre, como na conjuntura econômica dos anos do governo Arthur Bernardes (1922-1926). O país não ia bem. A eleição presidencial havia gerado grande desgaste no pacto oligárquico, ampliando as tensões políticas de uma sociedade já bastante tensa politicamente desde o final da época imperial. Em meio a isso, cresciam os movimentos de contestação política, sobretudo das classes médias, motivados pela crise financeira que assolava o país (devido à superprodução de café e ao acúmulo de dívidas para financiar os seus excedentes cada vez maiores). O mais grave desses movimentos, as revoltas tenentistas, iniciadas em 1922, culminou na Coluna Prestes (cujo objetivo era semear a revolução pela nação) e criou um clima de grande tensão nacional.

Para piorar as coisas, as contas públicas não iam bem. No dia 27 de fevereiro de 1925, o general Isidoro Dias Lopes, considerado moderado, enviou uma carta ao deputado federal Azevedo Lima, fazendo o seguinte comentário a esse respeito: “Fantasticamente rico, o Brasil, sob o ponto de vista financeiro, está falido. Não pode pagar os fabulosos juros da sua fabulosa dívida, apesar dos milhões de contos de réis extorquidos do povo nestes últimos 20 anos” (FAUSTO, 1972, p. 94). A política de valorização artificial do café pela compra dos seus excedentes com financiamento estrangeiro havia ido longe demais. A emissão de moeda para rolá-la pressionou a inflação. Conseqüentemente, o custo de vida durante o governo Bernardes saltou de 184, quando ele assumiu a presidência em 1922, para 260 no final do seu mandato. A situação estava dramática. Incentivados pela garantia de preço do principal produto de exportação brasileiro, muitos agricultores passaram a investir na cafeicultura, produzindo alimentos básicos apenas para consumo próprio. Começou a faltar comida, apesar de o Decreto presidencial n. 16.419, editado em 19 de março de 1924, ter ameaçado com desapropriar terras para a produção de alimentos. Por esse

motivo, aquele general, na mesma carta, comentou: “O operariado e uns 30 milhões de espoliados, sem dinheiro de ordem alguma, estão quase na miséria, por uma artificial e criminosa carestia de vida” (FAUSTO, 1972, p. 95).

O exposto acima evidencia que a situação beirava a catástrofe. Conseqüentemente, os preços de quase tudo, em particular dos alimentos, estavam, na maior parte do país, pela hora da morte. E, em Alfenas, as coisas não foram diferentes. Para se ter uma noção disso, um morador da freguesia de São Joaquim da Serra Negra, no dia 18 de outubro de 1924, enviou ao poder legislativo local um protesto bastante esclarecedor a respeito do que se passava no município:

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Câmara Municipal de Alfenas. Eduardo Daniel Ferreira Dias, professor, brasileiro, residente nesta Freguesia, por si e como representante da população pobre da sede, vem à presença da ilustrada Câmara protestar contra a enorme exportação de suínos e cereais para outros municípios circunvizinhos, deixando esse abuso formidável os habitantes de São Joaquim sem recursos e alimentos. A comprovação deste fato está no elevado preço aqui atingido os gêneros de primeira necessidade: a saca de arroz de 58 quilos a 90\$00 e 100\$000, feijão a 55\$000 e 60\$000 o alqueire de 40 litros (mal medido), toucinho a 38\$000 a arroba e, ainda a ser encontrado à venda, ao passo que, diariamente, seguem para a Estação grandes partidas em prejuízo do povo. O comércio é livre, mas tem seus limites na proibição de certos abusos, como este. Por que em zonas menos produtivas, como Barro Preto, encontram-se gêneros pela metade ou terça parte do preço? Espera o suplicante que a Câmara não deixará de tomar providências, à semelhança do Rio, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Belo Horizonte, etc., crescendo impostos pesados àqueles que na ganância de grandes lucros não se incomodam com a fome e a miséria do povo.³

O protesto informa que a saca de arroz de 58 quilos passou a custar entre 90\$00 e 100\$000; a de feijão, entre 55\$000; o alqueire de 40 litros (mal medido), e 60\$000; e o toucinho saltou para 38\$000 a arroba. No entanto, os salários não acompanharam a depreciação da moeda. Um condutor de mulas, por exemplo, recebia pelo seu trabalho em Alfenas a quantia de 100\$000 (cem mil réis) mensais, valor médio recebido pela maioria das pessoas que atuavam em atividades consideradas braçais ou rústicas.⁴

Normalmente, não houve crise de oferta de alimentos. Como o documento acima testemunha, parte considerável da produção votada à subsistência se beneficiava dos altos preços que outras praças comerciais estavam dispostas a pagar por ela, principalmente aquelas eminentemente organizadas para o cultivo de café. Como o município em estudo estava conectado, por meio de uma vasta rede urbana, ao

³ Prefeitura Municipal de Alfenas (PMA) 34.1, Requerimentos 1909-1924.

⁴ O valor dos salários no período pode ser consultado nos livros de despesa PMA 9.2 (1922) e 9.4 (1923 a 1925). A precarização das condições de vida dos trabalhadores na Primeira República é bastante conhecida graças a estudos como os de PINTO (1994, cap. 2); VISCARDI (2011); CHALHOUB (2008); PATTO, (1999); RAGO (1997); e DECCA (1987).

noroeste paulista, onde estavam situadas cidades como Campinas e Ribeirão Preto, as suas colheitas, em grande parte tradicionalmente voltadas para o abastecimento interno desde pelo menos a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, podiam facilmente ser escoadas, via ferrovia, para as grandes áreas cafeeiras, onde não se produziam gêneros de primeira necessidade suficientes para o abastecimento próprio.

Assim, os preços do mercado local tendiam a acompanhar os mesmos valores pagos pelos consumidores de municípios mais prósperos, cujas economias eram mais complexas, maiores e fortemente influenciadas pela cafeicultura, para o desespero da parte da população que não tinha outra forma de se abastecer a não ser indo ao comércio.

Ainda em relação à produção de alimentos, outro problema enorme foram as pragas que devastavam as plantações. Em uma sociedade essencialmente rural, como a brasileira da Primeira República, cuja economia estava organizada estruturalmente em torno da agricultura, insetos como as saúvas, reputadas como exímias cortadeiras, constituíam grande ameaça. Uma passagem da clássica obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), escrita por Lima Barreto, ilustra o drama dos agricultores. A propriedade de Quaresma começava a apresentar seus primeiros resultados para a grande satisfação do dono. Mas a sua alegria durou pouco. “Um inimigo apareceu inopinadamente, com a rapidez ousadíssima [...]. Naquela manhã, quando contemplou o seu milharal, foi como se lhe tirasse a alma [quando viu sua plantação devastada pelas formigas]; ficou sem ação e as lágrimas lhe vieram aos olhos”. A reação de Quaresma não poderia ter sido diferente, pois era como “um suplício, um castigo”. Diante de tamanho infortúnio, ele percebeu “que só uma autoridade central, um governo qualquer, ou um acordo entre os cultivadores, podia levar a efeito a extinção daquele flagelo, pior que a saraiva, que a geada, que a seca, sempre presente” (BARRETO, 1997, p. 104-105).

Trata-se de um problema antigo. Desde os primórdios da civilização, as formigas sempre foram a mais implacável das pragas devoradoras dos plantios, chegando a representar um obstáculo ecológico capaz de colocar em xeque o processo de sedentarização iniciada com a revolução agrícola há mais de dez mil anos (DIAMOND, 2013).

No Brasil, dada a tradicional forma de preparar os terrenos para o plantio, baseada na coivara indígena, quer dizer, na prática de botar fogo no terreno para facilitar e acelerar a sua limpeza, os predadores naturais das saúvas acabam sendo afugentados. Por isso, a quantidade de formigueiros aumentava, alastrando-se pelos campos. Como são extremamente eficientes na sua organização social e bastante disciplinadas, elas podiam devastar uma plantação inteira da noite para o dia devido à sua voracidade e capacidade de transportar o produto saqueado dos homens em tempo hábil (DEAN, 1996, p. 124-126).

O impacto causado pelas formigas foi tanto que, em diversos municípios, os vereadores tiveram de tomar medidas para combatê-las (SILVA, 2007). Em Alfenas, por exemplo, a Câmara votou uma lei (a de número 286, editada em 28 de julho de 1922, conforme registro no livro de Decretos e Leis) que determinava o seguinte:

Artigo 1º - Os formigueiros existentes nos quintais ou chácaras particulares serão extintos pela Câmara, quando encontrados em visita domiciliar pelo fiscal, indenizando os respectivos proprietários as despesas que se fizerem, e os existentes em

terrenos públicos às expensas do município. Parágrafo único: Se o dono do prédio não consentir na extinção do formigueiro, impedindo a entrada no prédio para esse fim, será multado em 100 mil réis. Artigo 2º - As pessoas reconhecidamente pobres terão gratuidade para a extinção dos formigueiros [...]. Os operários pagarão o custo da extinção dos formigueiros por prestações arbitradas pelo Agente Executivo.⁵

Certa vez, em 21 de janeiro de 1929, como o problema parecia ultrapassar os limites toleráveis de convivência tensa com as formigas, 27 pessoas assinaram um requerimento cobrando do poder legislativo condições para a aplicação da referida lei.

Os infra-assinados, moradores nesta cidade, considerando que se torna inadiável uma providência de caráter oficial que possa, senão extinguir, ao menos diminuir os calamitosos efeitos causados pelos inúmeros formigueiros disseminados por toda área urbana da cidade e seus arredores, vem solicitar de Vossas Excelências um atencioso estudo desse momentoso problema. Não ignoram Vossas Excelências que em nossa cidade, tão pobre de recursos, ninguém pode ter o gosto de tratar, com resultado, de um jardim, de uma pequena horta ou de uma fruteira! O próprio jardim público sofre sistemática e periodicamente, os duros efeitos das podas extemporâneas que lhe infligem as formigas das circunvizinhanças! Existindo, no entanto, entre as leis de Alfenas, a de nº 286, que parece resolver satisfatoriamente as necessidades locais, os petionários desejam que ao Sr. Agente Executivo sejam facultados os meios legais para que a referida lei entre em pleno vigor.⁶

Trata-se de uma espécie de declaração de guerra. Com o avanço do conhecimento químico e das ciências agrárias, surgiram poderosíssimos defensores agrícolas controladores das pragas que devastavam a base da alimentação humana. Mas, enquanto tal novidade ainda era uma possibilidade teórica, os insetos, em particular as formigas, causavam enormes danos às plantações, criando um problema de grandes proporções para a subsistência e colocando a população em alerta constante para impedir que elas invadissem seus terrenos. Para isso, usavam diferentes métodos pouco eficazes, como colocar formicida nos formigueiros, inundá-los com água, entupi-los com cal, etc. Quando tais métodos falhavam, contratavam uma espécie de exterminador de formigas, como Francisco Batistelli, que, usando “máquinas com ótimos aparelhos e preparados”, oferecia seus serviços ao custo de 10\$000 por formigueiro.

Além dessa catástrofe ecológica, fruto em grande parte do desequilíbrio ambiental provocado por uma técnica antiga ainda em uso no Brasil daquele tempo (a limpeza dos terrenos com fogo), havia também aquelas causadas pela natureza, como as geadas e doenças que atacavam os rebanhos. Às vezes, os efeitos dessas calamidades eram tão funestos que criavam sérias dificuldades, como, por exemplo,

⁵ Câmara Municipal de Alfenas (CMA) 18.1, p. 156-157.

⁶ PMA 34.4, *Requerimentos*, 1909-1949.

a diminuição de serviços em toda a cadeia produtiva agrícola, afetando gravemente quem dependia dos bons êxitos das safras para o seu sustento e o de suas famílias. Para se ter uma ideia do problema, no dia 20 de janeiro de 1919, 20 carreiros assinaram um requerimento destinado ao presidente e demais membros da Câmara Municipal de Alfenas no qual pediam que não aumentasse o imposto anual da sua atividade profissional com as seguintes justificativas:

Os abaixo-assinados, moradores neste distrito são todos lançados no orçamento de receita dessa Câmara no imposto de carro de boi, vêm reclamar contra o acréscimo feito pela lei municipal recentemente posta em execução e que aumenta dez mil reis e passou pela dita lei a ser trinta mil réis. Os reclamantes ponderam a essa Câmara que o aumento acima referido veio em época por demais inoportuna, como procuram em seguida demonstrar. As geadas do ano findo, se não extinguiram, ao menos diminuiram sensivelmente a produção de café desta zona, e aquele produto é o elemento principal de vida dos carretos. Acresce ainda que a peste aftosa quase destruiu as boiadas, agravando a situação geral dos reclamantes e a importação do comércio local tem diminuído extraordinariamente, o que produz enorme decréscimo de serviços.⁷

As enchentes também provocavam muitos transtornos na vida cotidiana. Quando chovia demais, as precárias pontes que transpunham a imensa região rural do município acabavam caindo, e as estradas, muitas delas improvisadas, estreitas e de terra batida, ficavam intransitáveis. Isso dificultava a circulação de pessoas e mercadorias entre o campo e a cidade, acarretando prejuízos e desabastecimento sempre que as chuvas precipitassem com demasiado excesso. Essa situação fez com que 113 pessoas, no dia 20 de novembro de 1921, requeressem à Câmara o reparo de um trecho de uma estrada importante, ao que parece, para a rede comercial do município.

Em consequência das grandes chuvas de há um mês mais ou menos, a estrada que liga Alfenas e Areado a Botelhos, a muitos bairros populosos e a diversas fazendas, ficou, no lugar defronte a fazenda de minha propriedade danificada, pelo rombo de açudes e grande acúmulo de água em córregos vizinhos. Assim, esse trecho, aliás não muito grande, impede inteiramente o trânsito. Venho por isso solicitar de Vossas Excelências os favores da Câmara de Alfenas, no sentido de ser com brevidade consertado o referido trecho de estrada, indispensável aos lavradores e comerciantes das circunvizinhanças.⁸

Demandas como essa eram bastante comuns. A região do sul de Minas Gerais, onde está situada Alfenas, apresenta um índice pluviométrico alto. Além disso, seu território é bastante recortado por inúmeros riachos, cujas calhas, geralmente

⁷ CMA 34, 1892-1919, avulsos sem paginação.

⁸ PMA 34.2, *Requerimentos*, 1921.

pequenas e assoreadas, não suportam o gigantesco volume de água que é despejado abruptamente em seus leitos durante a estação chuvosa. A solução, normalmente, é aumentar o número de calhas, como propuseram à Câmara, no dia 12 de outubro de 1924, os fazendeiros vizinhos a um rio que provocava muito dano aos seus interesses.

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Câmara Municipal de Alfenas. Não é preciso encarecer as vantagens da desobstrução do Rio São Thomé que tanto estão exigindo o aproveitamento dos terrenos marginais com as culturas de arroz, forragens e outras que se prestam, e a boa conservação das estradas que atravessam ou coleiam aquela torrente, cujas enchentes incalculáveis danos e prejuízos causam todos os anos. E por que fale muito aos interesses de uma das partes mais importantes do município – a extensa zona que compreende o distrito de Serrania, os bairros dos Souzas, dos Vieiras, do Gambá, Muzambo, Campo Redondo, Cariocas, e que é ainda cortada pelas estradas de Divisa Nova e Areado recém abertas para trânsito de automóveis – se julgam os abaixo-assinados, com o direito de dirigir um apelo ao espírito esclarecido dos dignos representantes do povo alfenense, pedindo voltem as suas vistas para um remédio tendente a solucionar tão relevante problema. É de atender-se que as despesas que se impõem não atingirão grande cifra, [...] e propõem os signatários desta a pagarem pela metade o custo do trabalho na extensão em que o rio atravessa as propriedades que lhes pertencem. Não importa isso senão um desejo de cooperar com a administração municipal, que tem sido solicitada em atender aos magnos problemas que se ligam à grandeza e à prosperidade de município. Daí por que não se deve esperar senão um gesto de fidalguia de quem sabe compreender as necessidades e remover os tropeços que entravam o desenvolvimento da indústria agrícola, fúrcula em torno do progresso de todos os povos.⁹

Se, por um lado, as enchentes causavam grande embaraço para a circulação de pessoas e mercadorias, por outro, a falta de maior número de estradas e pontes que pudessem interligar os diversos distritos de Alfenas, principalmente entre as áreas produtoras de gêneros de primeira necessidade e os mercados onde eles eram consumidos, dificultava ainda mais as conexões territoriais dentro de um município enorme. Tratava-se de um problema que provocava grandes transtornos para a vida cotidiana da população da época; uma população em franco crescimento devido à expansão econômica municipal, que atraía cada vez mais pessoas de outras regiões seduzidas pelo progresso local. Reclamações a esse respeito eram constantes. Por exemplo, no dia 22 de setembro de 1912, diversos moradores de uma área comercial, que se identificaram não somente pelos seus nomes, mas também pela suas ocupações (Vicente Lemonte - fábrica de manteiga; Moreira e Companhia - comissões e consignações; Manoel Carlos de Menezes - casa de pensão; Figueiredo Magalhães - comissões e consignações; Jonas Paulino Horta -

⁹ PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

máquina de beneficiar café; Bento Luz Alves - comerciante de gêneros; José Pedro Martins - casa de pensão), requereram da Câmara “ruas para trânsito de veículos”, alegando que só existia no bairro onde atuavam profissionalmente “a rua Oriente macadamizada”, na qual era “proibido transitar carros de boi”, sendo “a maior parte do transporte feito nesses carros”.¹⁰

Muitas vezes, esse problema motivava a ocorrência de conflitos entre as pessoas que precisavam passar por determinados caminhos em direção a distritos onde escoavam a sua produção e se abasteciam de produtos necessários à sua subsistência e à de suas famílias e para a manutenção de suas propriedades. Isso aconteceu diversas vezes. Em uma delas, 44 fazendeiros assinaram um requerimento, no dia 20 de maio de 1924, pedindo ao agente executivo municipal providências contra um transtorno provocado por um cidadão dono de uma propriedade por onde passava um curso de água. Eis a versão deles:

Os abaixo-assinados, fazendeiros e proprietários, moradores nos bairros dos Esteves, da Ponta Alta e do Cascalho vêm trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que há muito estão sofrendo prejuízos e delongas no trânsito que fazem pela estrada que desses bairros conduz ao distrito de Fama, para onde quase todos os signatários desta levam o leite que fornecem à fábrica de Celestino Piazza e de onde trazem grande quantidade de produtos de que necessitam para suas lavouras. O embaraço que sofrem resulta do fato de um dos proprietários marginais de um córrego, que é atravessado por essa estrada nos fundos da casa de Francisco José da Silveira, não consentir que o mesmo córrego seja esgotado, chegando a ousadia de tal proprietário a entulhá-lo com estacas e represas, sem utilidade alguma visível ou de utilidade apreciável. A estrada em questão dá trânsito habitual a todos os signatários desta; deve pois ser considerada caminho público, conforme os artigos 225 e 226 dos estatutos municipais vigentes. Vêm portanto pedir a Vossa Excelência sirva-se providenciar no sentido de não ser dificultado ora adiante o trânsito da mesma estrada e de serem respeitados os reparos que na mesma têm sido feitos pelos interessados na sua conservação.¹¹

Pelo próprio testemunho dos requerentes, percebe-se que a estrada tinha sido improvisada em um terreno particular e que, para os interessados poder usá-la, precisavam da boa vontade do proprietário de outro terreno. Isso revela o descompasso entre a infraestrutura local e as necessidades cada vez maiores de uma população economicamente em expansão. Assim, alguns indivíduos, atentos às urgências do progresso e sabendo das limitações do poder público para investir em obras de ligação viária, geralmente muito caras, procuraram investir nisso para satisfazer seus interesses comerciais; foi o caso de Opympio de Souza Macedo. Este cidadão, no dia 25 de julho de 1924, propôs à municipalidade, por meio da Câmara, a construção, à sua custa, “de uma estrada de autoviação, da Rede Sul Mineira até a

¹⁰ PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

¹¹ PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

Fazenda da Correnteza, em caminho para Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em divisas do Município de Alfenas e Carmo do Rio Claro, e mais tarde ligando-a a Alfenas e outras localidades circunvizinhas”. Para tanto, pediu “o privilégio de 15 anos de isenção de imposto, para só o suplicante ter direito de fazer trafegar caminhões e auto-ônibus durante o referido prazo, podendo passear qualquer particular, a juízo da Câmara, com automóveis”.¹²

Três dias depois do envio dessa proposta, o poder legislativo local a deferiu, entendendo que se tratava de um fator de progresso e desenvolvimento para o município. Mas iniciativas como essa foram raras. Exceto por um ou outro potentado local que não estava disposto a esperar que o poder público tomasse as devidas providências, ávido para concretizar um empreendimento ou para explorar um pedágio, quase mais ninguém ousava construir estradas, pois eram investimentos que demandavam vultosos recursos. Consequentemente, os problemas dessa natureza continuaram por longos anos até a era do desenvolvimentismo impulsionar a construção de estradas pelo país atendendo aos apelos da indústria automobilística. Mesmo assim, sabemos o quanto a malha rodoviária nacional é deficitária e, em geral, muito mal conservada até hoje.

Um dos elementos mais importantes – se não o principal – para a vida humana é o acesso à água potável. A sua falta é um dos maiores problemas da vida cotidiana, pois causa inúmeros embarços no dia a dia, inclusive a proliferação de doenças. No meio rural, normalmente, quando não havia mananciais nas propriedades, furavam-se poços artesianos. Mas, no meio urbano, as coisas eram um pouco diferentes, pois, dadas as dimensões normais dos terrenos, nem sempre era possível construir esses poços e, quando era, o custo era muito alto para a maioria dos habitantes. Aqueles com maiores recursos solicitavam do poder executivo a canalização de água até suas residências. Mas a maioria ia buscá-la nos chafarizes. Com o crescimento da cidade, tal elemento era cada vez mais demandado, e os cidadãos pressionavam o governo local para que tomasse medidas destinadas a satisfazer as suas necessidades em relação aos recursos hídricos. Foi o que fizeram 22 pessoas no dia 22 de março de 1929. Elas argumentaram que havia muito tempo estavam “lutando com dificuldade devido à falta de água” na rua onde residiam, sendo “a maior parte dos moradores sem recursos para fazerem cisternas, por isso pediam a gentileza de mandar colocar uma torneira na rua que segue a Conferência de São Vicente de Paulo”.¹³

Em um dos distritos de Alfenas, um cidadão, Benjamim Libânio, viu nesse problema uma grande oportunidade. Ele teve a ideia de montar um empreendimento empresarial que pudesse levar água tratada às residências. Para tanto, precisou solicitar uma concessão da Câmara, à qual enviou um requerimento no dia 14 de outubro de 1924 com os seguintes argumentos irrefutáveis, que lhe valeram o deferimento do seu pedido:

O abaixo-assinado vem requerer a Vossas Excelências lhe seja concedido ou a empresa que organizar um privilégio de 25 anos para instalação, uso e gozo de serviço de abastecimento de água na sede do distrito de Serrania. Espera o signatário ser

¹² PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

¹³ PMA 34.4, *Requerimentos*, 1928-1929.

bem acolhido por Vossas Excelências o seu pedido, de acordo com as condições juntas a este, tendo em vista a necessidade premente de ser solucionado de vez o problema de abastecimento de água de Serrania. Não querendo por não ser preciso falar sobre as vantagens desse melhoramento, da necessidade que sente nossa população de já numerosa do precioso líquido, convenientemente canalizado, não pode entretanto o signatário deixar de lembrar a essa Egrégia Câmara os numerosos casos de tifo e paratifo, essas duas terríveis entidades mórbidas, que aqui grassam endemicamente, fazendo todos os anos considerável número de vítimas. E essas moléstias aqui surgem devido às águas contaminadas de que se utiliza a grande parte da população. Fazendo tantas vítimas anualmente e sendo certo que a causa, o foco de contágio, reside nas águas que se utilizam os serranienses, urge fazer-se a sua profilaxia. Permitam pois Vossas Excelências, que os próprios serranienses a façam concedendo o privilégio que ora lhes solicito, com o desejo único exclusivo, como vêm da proposta junta, de elevar esta terra a altura que merece e concorrer para o bem-estar da população, principalmente por livrá-la de uma terrível e mortífera epidemia. Se aos governos cumpre em primeiro lugar zelar pelo bem-estar e saúde pública, certo fico de que o pedido que por meu intermédio fazem os serranienses há de ser, não padece a menos dúvida, por Vossas Excelências bem acolhido.¹⁴

Em sua proposta, anexada ao requerimento, cada casa pagaria 5\$000 de taxa de água, e os edifícios públicos ficariam isentos dessa taxa. Uma das condições para a Câmara deferi-la foi o acréscimo de mais duas obrigações ao concessionário: “Colocar uma torneira no Largo [da Matriz], que somente funcionará em dias de festa, outra funcionando sempre em outro ponto que o Agente Executivo determinar”.

Um dos argumentos de Libânio estava fundamentado no saneamento. De fato, desde pelo menos Hipócrates (médico grego da Era Clássica, considerado pai da medicina ocidental), sabe-se que diversas doenças atacam nosso corpo por meio da água. Por essa razão, deve-se ter bastante cuidado com ela, sobretudo ao ser usada para beber ou cozinhar. Quando, no Brasil, aquele cidadão propôs fornecer água tratada à população, fazendo-a chegar até suas casas, seguindo a tendência histórica experimentada pelas nações mais afinadas com a ideia, então em voga, de progresso, vivia-se o que um historiador (HOCHMAN, 1998) chamou de a era do saneamento. A precariedade da higiene pública passou a ser considerada pelas sociedades modernas como um dos grandes problemas cotidianos. Tanto era assim que o Estado brasileiro, influenciado pelas suas elites médicas, já vinha tomando um conjunto de medidas, muitas delas autoritárias, para sanear alguns espaços urbanos da nação desde o início da República. A vacinação obrigatória contra a varíola e a derrubada de moradias populares, como os cortiços, das áreas centrais das cidades consideradas vitrines do progresso nacional são as mais conhecidas.

Nessa época, a saúde estava definitivamente sendo transformada em um bem público, após longa trajetória histórica inaugurada com o Iluminismo. Isso porque,

¹⁴ PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

com as Luzes, consolidou-se a visão que considera a doença como um dos maiores entraves à construção de uma sociedade plenamente civilizada e da felicidade dos povos. Influenciados por esse ideário, os governos, nos seus diversos âmbitos, aos poucos foram inserindo o saneamento em sua agenda pública (EUGÊNIO, 2012, p. 87-89). Em Alfenas, por exemplo, várias leis foram editadas pelo legislativo. No dia 27 de outubro de 1912, ficou estabelecida a proibição, “nas torneiras públicas ou particulares, de tirar-se água para fazer barro para muro, adobes, barrear e lavar roupas, etc., sob pena de 10\$ a 100\$000”. Alguns anos depois, no dia 24 de janeiro de 1918, o agente executivo do município sancionou a seguinte lei: “Todo açougue situado no perímetro urbano, que não reúna as condições de higiene exigidas pela Câmara, e não esteja de acordo com a planta oficial adotada, deve ser modificado dentro do prazo de 90 dias contados da notificação”.¹⁵

Ao mesmo tempo, dada a maior interdependência social incrementada no meio urbano pelo aumento da população e das suas relações econômicas, o medo coletivo das enfermidades aguçou a atenção de muitos indivíduos que tinham assimilado a ideologia da higiene devido à intensa propaganda médica e governamental sobre os perigos de certas práticas culturais.

Uma dessas práticas era a intensa convivência, quase promíscua, com os animais. Como a vida cotidiana ainda era muito dependente deles para o transporte, toleravam-se cavalos, éguas, burros, mulas, atrelados ou não a carroças, e os carros de bois nas cidades. Já os animais de corte, havia muito tempo, desde pelo menos o início do século XIX, não podiam mais ficar soltos nas ruas e, ao longo do mesmo século, nem ao menos podiam ficar no perímetro urbano (EUGÊNIO, 2012, p. 87-89). Mas nem todas as pessoas respeitaram essa proibição. Não era raro ver animais destinados à complementação da subsistência das famílias em quintais situados em áreas urbanizadas, ou mesmo vagando pelas ruas, no tempo da Primeira República. Em Alfenas, João de Castro, fiscal municipal, informou, no dia 05 de fevereiro de 1911, a apreensão de uma cabra às 8 horas da noite, a qual foi recolhida ao curral do Conselho. Como não concordou com a multa imposta por esse fato, o proprietário do animal, José Ferreira de Brito, reuniu dez pessoas que foram com ele até o curral e o soltaram na marra.¹⁶

Prática igualmente comum, ainda naquele tempo, era a manutenção de chiqueiros em área povoada. Sabe-se o quanto os suínos eram importantes para a alimentação diária. Além de ser um animal de fácil manejo, devido a seu porte, de fácil e rápida engorda e a um custo baixo (da maneira como eram criados: em pequena escala, nos quintais das casas e à base de lavagem), sua gordura era fundamental para as cozinhas de uma sociedade que ainda não podia contar, de maneira acessível ou farta, com o óleo de soja. Assim, para reduzir a dependência do mercado, muitas pessoas ou famílias que tinham espaço suficiente para criá-los montavam pequenas pocilgas para cevá-los. Mas, em plena era do saneamento, esse costume acabou chocando-se com a ideologia da higiene, a qual foi assimilada por muita gente (impossível mensurar a quantidade), como Marieta de Souza Nunes, residente na rua Raul Soares do distrito de Barranco Alto. No dia 19 de outubro de 1929, ela levou ao conhecimento das autoridades públicas municipais o fato de Nicézio Marques

¹⁵ CMA 34, 1892-1919, avulsos sem paginação. As referidas leis são, respectivamente, as de n. 6 e 227.

¹⁶ PMA 35, *Auto de Infração*, sem paginação.

da Costa manter “uma ceva de porcos dentro de seu quintal proximo da sua propriedade e casa de morada”, onde vivia “com cinco crianças”. Após relatar essa ocorrência, argumentou que isso “é contra as regras de higiene”, razão pela qual pediu para “tomarem providências nesse sentido”.¹⁷

Hoje, esse problema não faz mais parte de nossa realidade. Já o problema da segurança pública, o último a ser retratado neste texto, evoluiu com o tempo, assumindo tamanha proporção que já nos parece incontrolável em face da atual legislação especializada na matéria. Na época da Primeira República, não era menos incômodo. Dadas a enorme exclusão social do período, a proximidade maior da sociedade com a herança escravista, a cultura política autoritária expressa no coronelismo e a fragilidade das leis, a violência já era um mal social muito impactante para a normalidade da vida cotidiana. Ainda não são conhecidos os índices de crimes no município de Alfenas naquele tempo. Mas, usando como indicador a causa das mortes registradas nos livros de sepultamento do seu cemitério público, com um número de assassinatos nada desprezível, pode-se imaginar que aqueles índices não eram baixos. Um dos homicídios foi cometido por Nicésio Domingues da Silva nos idos de 1929. Em sua defesa, argumentou que “uma fatalidade a que não pôde escapar, levou-o a defender-se contra uma agressão que lhe fez o seu cunhado Francisco Brasilino Terra, produzindo em seu agressor ferimentos que a ele resultou a morte”. Como vingança, a família do morto mandou escrever na lápide de sua sepultura quem o havia assassinado, motivo pelo qual, ao considerar tal atitude uma grave ofensa, Domingues da Silva requereu dos poderes públicos locais, no dia 27 de dezembro de 1929, providências contra essa ação.¹⁸

Esse problema deixa, normalmente, qualquer população muito apreensiva, e isso pode levá-la a pressionar o Estado para que recrudesça sua política de segurança pública, como fizeram dezenas de moradores do distrito de Conceição da Boa Vista. No dia 25 de abril de 1909, eles enviaram o seguinte requerimento, prontamente deferido, para a Câmara:

Os abaixo-assinados, residentes nesta freguesia, não concordando de forma alguma com os abusos e desordens cometidos publicamente pelos ébrios e desordeiros aqui, e não possuindo esta freguesia nem sequer uma pequena custódia para a devida correção; urge pois para a tranquilidade e segurança de nosso lar, irmos à presença dessa digna Assembleia pedir o auxílio de 50\$000 para a construção de um prédio de 30 por 25 palmos para servir de cadeia pública. Com nossos esforços e o apoio de Vossas excelências, dessa pequena quantia que nada prejudicará os cofres municipais, contamos certo levar a efeito este desideratum.¹⁹

Conclusão

A lista de dificuldades que transtornavam o cotidiano em Alfenas, exemplares da realidade brasileira da Primeira República, não se esgota nos problemas acima

¹⁷ PMA 34.4, *Requerimentos*, 1928-1929.

¹⁸ PMA 34.4, *Requerimentos*, 1928-1929. Diversos livros.

¹⁹ PMA 34.1, *Requerimentos*, 1909-1924.

apresentados. Os que foram abordados são alguns dos mais incômodos encontrados na documentação, conforme a sua recorrência e a maneira como foram relatados. Resultantes de uma sociedade estruturada cultural, política e economicamente por um liberalismo excludente, por uma mentalidade escravista persistente e pelas limitações materiais derivadas de uma configuração social em processo tardio de modernização (se comparada com as das nações situadas no centro do capitalismo industrial), tais problemas nos mostram não somente as contradições, injustiças e sofrimentos engendrados na sociedade de Alfenas durante a Primeira República, mas também os esforços de uma população empenhada em superar seus embaraços, exigindo dos poderes públicos, ou a eles propondo soluções, por meio de um dos seus instrumentos de ação política, os requerimentos, para que a vida pudesse fluir conforme as suas expectativas de normalidade cotidiana.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Globo/Klick editora, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. 15ª ed. São Paulo: Record, 2013.

EUGÊNIO, Alisson. *Fontes para o estudo da história de Alfenas*. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2013.

EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do progresso: ideário sobre saúde pública no Brasil da época do Império*. Bauru, Edusc, 2012.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucíola de Delgado (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia Nacional/Publifolha, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MOORE Jr., Barrigton. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- NUNES, Victor Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1994.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 42ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. *O sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc, 2012.
- SAMIR, Almir. *Desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. São Paulo: Forense Universitária, 1976.
- SILVA, Valéria Mara da. *Nascidas do sol e da chuva: Minas Gerais e o combate às saúvas (1928-1936)*. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, v. 8, suplemento 1, p. 179-197, 2011.

NOTAS

Alisson Eugênio: Doutor. Professor, Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Ciências Humanas, Alfenas, MG, Brasil. Rua Gabriel Monteiro, 700, 37130-000, Alfenas, MG, Brasil.

Como citar: EUGÊNIO, Alisson. Os problemas estruturais da vida cotidiana nos municípios brasileiros na Primeira República: o caso de Alfenas-MG. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 179-196, jan./abr., 2019.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 17 de agosto de 2018

Aprovado em: 26 de setembro de 2018




ACERTOS E DESAFIOS DE UMA PERSPECTIVA GLOBAL DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DAS EMOÇÕES

Achievements and challenges of a global perspective on the history of
childhood and emotions

Marília Bueno de Araújo Ariza

Pesquisadora autônoma

mbaariza@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6199-2344>



OLSEN, Stephanie (ed.) *Children, youth and emotions in modern history: national, colonial and global perspectives*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. 264 p.

PALAVRAS CHAVE: História global. Infância. Emoções.

KEYWORDS: Global history. Childhood. Emotions.

Ainda pouco expressivo no conjunto da produção historiográfica brasileira, o estudo das emoções estruturou-se, sobretudo na Europa, como campo específico do saber histórico, fundado, principalmente, em diálogos interdisciplinares com a Psicologia e os estudos da Educação, que procuram desvendar a historicidade das emoções e sua importância no curso de transformações e permanências históricas. Publicado em 2015, *Children, Youth and Emotions in Modern History* é uma interessante compilação de estudos da área organizada por Stephanie Olsen, professora da Universidade McGill, no Canadá, então pesquisadora do Max Planck Institute for Human Development, de Berlim. A coletânea é fruto de uma conferência de mesmo título organizada em 2012 pelo Centro de Estudos da História das Emoções do Max Planck Institute.

O projeto do livro é ambicioso. Sua anunciada pretensão é oferecer “contribuições teórico-metodológicas inovadoras, capazes de fazer avançar a agenda da História da Infância por meio da História das Emoções”, a partir de uma perspectiva global, defendida na Introdução do livro e, principalmente, no capítulo 2, de autoria da organizadora do volume em parceria com Karen Vallgarda e Kristine Alexander. Beneficiando-se do deslocamento do foco geográfico tradicional dos estudos da área, por longo tempo centrados nas realidades norte-americana e inglesa, e valendo-se da adoção de perspectivas coloniais, pós-coloniais e não ocidentais, a abordagem global e comparada do tema evidenciaria a articulação entre as emoções constitutivas da experiência e das concepções de infância e as realidades históricas ampliadas relacionadas, sobretudo, às dinâmicas do capitalismo internacional e à vulgarização do ideário liberal entre o início do século XIX e a metade do século XX. Assim, tal abordagem teria como efeito o questionamento de definições universais de infância, por um lado, e a articulação de uma história da infância menos etnocêntrica, por outro.

Não obstante a absoluta relevância da proposta teórica em tela, chama a atenção o fato de que, dos doze capítulos que se seguem, sete referem-se a dinâmicas nacionais, coloniais e pós-coloniais da Inglaterra ou de domínios do Império Britânico entre o final do século XIX e a metade do século XX – Uganda, Índia, e Nova Zelândia são cenários contemplados pelos capítulos em questão. Somando-se a eles um capítulo que trata dos Estados Unidos de inícios do século XX, contam-se oito seções a respeito de sociedades anglófonas. Completam a reunião de estudos um capítulo sobre a Alemanha pós Segunda Guerra, um sobre a China da Segunda Guerra Sino-japonesa e, finalmente, um capítulo a respeito da Colômbia das décadas de Independência, no início do século XIX. A lacuna criada pela limitada representatividade da América Latina entre os capítulos, que fala a pesquisadores nativos dessa região mais diretamente, associa-se à ausência de discussões – ou mesmo referências passageiras – à infância negra ou indígena, livre ou escravizada, que constitui parte fundamental das formas de ser e conceber a criança nas Américas. Finalmente, sublinhando tais lacunas, há a ampla predominância de pesquisadores oriundos de universidades ou institutos de pesquisa euro-americanos, sendo nove deles de instituições anglófonas – exceções feitas a Rob Kozlovsky, da Universidade de Tel Aviv, e à Karen Vallgarda, da Universidade de Copenhague.

É fato que o interesse na perspectiva global pode prescindir, por definição, da apreciação de contextos que correspondam imediata e limitadamente aos objetos de estudo de leitores e pesquisadores; é justamente a possibilidade de transcender limites exclusivamente locais ou nacionais, levando em consideração realidades diversas,

apenas aparentemente ou francamente díspares daquelas que se estuda, uma das maiores potencialidades e contribuições de abordagens dessa afiliação.¹ Registre-se, não obstante, a necessidade de avançar um diálogo mais diverso e inclusivo dos contextos pesquisados, que amplie possibilidades de pensar a construção da infância moderna em perspectiva verdadeiramente global e renovadora da história da infância, pretensão textualmente anunciada no capítulo inaugural “Emotions and the Global Politics of Childhood”.

Buscando estabelecer as bases metodológicas das discussões que o seguem, o capítulo em questão lança-se ainda à tarefa de circunscrever conceitos tidos como estruturantes para as análises da história das emoções. Partindo do pressuposto de que as experiências emocionais não podem ser separadas das normatividades sociais que as definem, as autoras circunscrevem conceitos capazes de apreender tais imbricações em perspectiva global. O conceito de *emotional formation* se refere a estruturas ou padrões emocionais hierarquizados, ao mesmo tempo socialmente subjetivados e socialmente partilhados, ao passo que o conceito de *emotional frontier* refere-se a “fronteiras entre diferentes formações emocionais” potencialmente causadoras de conflitos. É inevitável perceber que o esforço de definição destas nomenclaturas torna-se um tanto vão ao longo dos textos que se seguem. Poucas são as referências feitas a elas nos diversos capítulos do livro, dando os autores preferência ao uso dos mais célebres – e, ao que parece, amplamente suficientes – conceitos de *emotionology* e, principalmente, *emotional regime* e *emotional community*, criados respectivamente por Peter e Carol Stearns, William E. Reddy e Barbara Rosenwein (STEARNS; STEARNS, 1985; REDDY, 1997; ROSENWEIN, 2002). Estes dão conta, *grosso modo*, dos debates em torno das normatividades e práticas emocionais, sua ligação com estruturas de poder e com a composição de identidades comunais.

Assim como a necessidade de criar novos conceitos para o campo da história das emoções parece artificial, a ausência de reflexões acerca das contribuições teóricas estruturantes do campo da história da infância num capítulo que se dedica a estabelecer as bases teórico-metodológicas do livro soa também estranha. É fato que já há muitas décadas intelectuais dedicados ao tema da infância têm consistentemente criticado e superado os paradigmas da “descoberta da infância” definidos por Philippe Ariès em sua obra seminal (ARIÈS, 1981; FLANDRIN, 1964; HEYWOOD, 2004; KHULMANN JR.; FERNANDES, 2004). É também verdade, no entanto, que sua original percepção da historicidade da imaginação social da infância lançou as bases para o questionamento da condição infantil universal, que se desdobrou, ao longo das décadas, em uma rica literatura sobre a infância em diversas áreas das Ciências Humanas – o que faz do autor e de sua obra referências incontornáveis.² Não obstante, apenas no sexto capítulo do livro surge a primeira e única reflexão crítica sobre as contribuições de Ariès.

Tais ressalvas iniciais não invalidam, decerto, o interessante leque temático apresentado pela obra. Com recortes temáticos e metodológicos diversos, os capítulos

¹ A respeito das intersecções entre infância e história global, ver o artigo de Raymond Grew (2005) intitulado “On seeking global history’s inner child”.

² Sua influência é sentida na Sociologia e na Antropologia da Infância (JAMES; PROUT, 1990; HARDMAN, 2001; COHN, 2013).

do livro abrangem as relações estabelecidas entre as práticas e normatividades sociais consubstanciadas na idealização de emoções, e as concepções e (com menor ênfase) experiências de infância produzidas em condições variadas entre os séculos XIX e XX. As profundas imbricações entre imperialismo, nação e nacionalismo e infância dão a tônica do volume como um todo. A reelaboração de concepções ocidentais de infância e papéis familiares na Índia colonial é tema dos artigos de Ishita Prandi (capítulo 3) e Swapna M. Banerjee (capítulo 12). Neles, os autores demonstram como o corolário da família vitoriana penetra a colônia e frequenta os discursos de intelectuais locais, sendo reelaborado em termos de subjetividades coloniais modernas que designam novos contornos para a afetividade e os vínculos familiares. Investindo num recorte de gênero, o artigo de Prandi revela, ainda, como estas transformações incidem, no caso das meninas precocemente casadas, sobre a própria definição dos limites da infância e da sexualidade, abrindo espaço para uma disputa entre visões tradicionais e modernas, de pretensão “civilizatória”, em torno do casamento infantil.

A disciplina do corpo infantil e de seus sentimentos é também objeto de capítulos muito interessantes que tratam das relações entre infância e espaço em dois contextos bastante distintos. Reportando-se aos estudos da história da arquitetura, Roy Kozlovsky (capítulo 6) investiga as interseções entre a reconstrução física da Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução política da cidadania inglesa por meio de instituições de educação e cuidados da infância. O uso do espaço como elemento de disciplinamento do corpo, de educação das emoções e das relações afetivas no estado de bem-estar social reporta-se, como demonstra seu interessante artigo, à própria reconstrução da Europa pós-guerra. O domínio e a educação das emoções por meio do controle do corpo é tema, também, do capítulo de Jane Hamlett (capítulo 7), que versa sobre a arquitetura dos dormitórios de colégios vitorianos frequentados por meninos da elite. Em diálogo com as reflexões foucaultianas sobre as instituições modernas de controle social, Hamlett demonstra como o espaço constituiu-se em elemento exterior de constrangimento às normas de comportamento, moralidade e sexualidade e, por conseguinte, de disciplinamento da subjetividade das crianças e jovens internos.³

A educação das emoções infantis para a construção de cidadanias modernas é também tema central de outros capítulos. Discutindo o repositório iluminista que frequenta os debates políticos da Colômbia republicana nas primeiras décadas do século XIX, Marcelo Caruso (capítulo 8) explora a associação entre a emergência de regimes políticos e a afirmação de regimes emocionais – ou seja, de formas dominantes de ideação e expressão de emoções –, que encontram na disciplina dos sentimentos infantis instrumento importante de forja da cidadania política (REDDY, 1997). Menos restrito à dimensão imaterial das ideias, o capítulo de Susan A. Miller (capítulo 9) aborda a educação política de adolescentes norte-americanos na década de 1930 em encontros promovidos pela American Legion, associação de veteranos da Primeira Guerra. O culto ao americanismo, definido no artigo como uma imbricação de fé patriótica e compromisso emocional, buscava, por meio do engajamento afetivo de adolescentes, estimular o fortalecimento de identidades cívicas que assegurassem

³ A referência aos livros *Vigiar e punir* e *História da sexualidade* repete-se em ainda outros capítulos do livro (FOUCAULT, 1977; 1985).

a defesa da pátria contra as ameaças representadas pelo comunismo e a crise econômica no período entre guerras.

Retomando o tema do imaginário moderno da família discutido nos capítulos que tratam da Índia colonial, M. Colette Plum (capítulo 11) descreve políticas de acolhimento da infância orfanada pela guerra sino-japonesa (1937-1945), projetadas pelo Partido Nacionalista com o objetivo de inculcar nas crianças o revanchismo contra o Japão e a adesão a uma identidade nacional refratária ao comunismo e unificadora das disparidades regionais chinesas. A incorporação à “família nacional”, assim, preencheria a lacuna da comunidade familiar de origem, prevenindo o desengajamento de crianças órfãs, vistas como ameaçadoras à ordem instituída, por meio do controle das experiências afetivas nas instituições de acolhimento.

Significativamente, o recurso à educação emocional da infância e juventude como instrumento de forja do pertencimento a comunidades políticas foi utilizado também no espectro oposto no mundo polarizado da Guerra Fria. Por meio de uma interessante abordagem da pedagogia musical aplicada à educação de crianças e jovens, que se vale da análise de livros didáticos e composições musicais, Juliane Brauer (capítulo 10) revela os usos do canto coletivo na Alemanha Oriental como estímulo aos sentimentos de alegria e contentamento que expressassem as virtudes e a superioridade do projeto socialista e, afinal, ensejassem o engajamento coletivo de crianças e adolescentes na comunidade organizada em torno dele.

O cultivo dos sentimentos de alegria e contentamento surge, igualmente, no capítulo de Kathleen Vongsathorn (capítulo 4) a respeito de um leprosário infantil comandado por missionárias inglesas em Uganda, entre as décadas de 1930 e 1960. Neste contexto, a evangelização e a busca pela alegria emanante de Cristo eram as chaves para a conversão de crianças “doentias” em pequenos “sadios e felizes”, expressão de um processo imperialista e civilizatório que as afastaria de suas famílias para, finalmente, convertê-las em crianças conformes às definições de infância moderna universal. Também no capítulo de autoria de Hugh Morisson (capítulo 5), a respeito da Nova Zelândia colonial de fins do século XIX e inícios do XX, o estímulo ao cultivo da alegria encontrada na evangelização, nas práticas e na comunhão cristãs apresentam-se como instrumentos de engajamento de crianças em identidades comunitárias.

Finalmente, o instigante capítulo de autoria de Lydia Murdoch (capítulo 13), que encerra o volume, vale-se de uma leitura das campanhas anti-vacinação da Inglaterra vitoriana para demonstrar a sobreposição do imaginário da infância à cultura política. Mobilizando as representações da inocência infantil e dos rituais de luto pela morte de crianças, que ganham importância e significados públicos diante da consolidação de concepções modernas de infância no século XIX, militantes encontravam no movimento antivacina plataforma para a agência política dos segmentos marginalizados da sociedade – incluindo-se, aí, expressões populares do feminismo sufragista. Associando a idealização da vulnerabilidade infantil à linguagem dos direitos individuais, disputavam a participação na cidadania liberal que lhes era recusada.

Interessante e diversa compilação de abordagens metodológicas e contextos históricos, os capítulos do livro desenham, em conjunto, a eleição de temas e argumentos transversais. As concepções modernas da fragilidade infantil, bem como do caráter flexível da infância, que faziam das crianças sujeitos preferenciais

do aprendizado de valores comunitários e, no limite, nacionais, sublinham todas as seções do volume. Compreensões ambíguas da infância, tão bem exploradas pelos intelectuais nacionais dedicados ao estudo da educação infantil no Brasil da virada do século XIX ao XX, são tema exclusivo do capítulo de M. Colette Plum a respeito das crianças órfãs chinesas.⁴ Tal acento sobre a maleabilidade e vulnerabilidade da infância sinalizam a importância, entre os séculos XIX e XX, da educação emocional de crianças com vistas à construção de novos desenhos de hierarquias sociais em âmbitos locais e globais. Instrumento de consolidação de projetos nacionais ou imperiais, o disciplinamento dos sentimentos infantis mapeado pelos autores nos diferentes contextos analisados situa as crianças no centro de projetos políticos que fazem delas veículos de discursos carregados de subjetividades a serem assimiladas pelos indivíduos e partilhadas em sociedade.

Esse potente argumento, que responde pelo maior interesse despertado pela perspectiva global adotada pelo livro, é, também, sua maior fragilidade. Irregulares em seus resultados, os capítulos, de modo geral, fazem da infância e das emoções a ela associadas uma plataforma para discussão de outros temas. Esta estratégia, que não é, por princípio, problemática, trai uma das promessas feitas logo na Introdução do livro, que é a de que “as emoções permitiriam e renovariam o acesso à agência e às vozes infantis”. O que se verifica, ao longo dos capítulos, é a subalternização do tema da agência infantil a análises sobre conjunturas, disputas políticas, projetos imperiais e nacionais atinentes à dinâmicas globais que deixam muito pouco espaço à compreensão dos significados sociais das emoções ensinadas a crianças e por elas experimentadas. Há exceções, é verdade. Sobretudo os capítulos que se propõem a contemplar a performatividade das emoções inculcadas na infância por meio de políticas sociais e pedagógicas, como os de Kozlovsky, Brauer e Plumm, os quais abrem janelas à compreensão das relações entre o aprendizado e a prática das emoções em chaves menos prescritivas, afirmando a importância das próprias crianças como sujeitos das transformações sociais e políticas em análise. Em outras oportunidades, as crianças são personagens secundários nas interpretações propostas, como é o caso dos capítulos de Caruso, acerca da educação iluminista nos discursos de estadistas da nascente república colombiana, e de Banerjee, sobre a reelaboração do estatuto colonial de masculinidade e paternidade na região indiana de Bengala entre os séculos XIX e XX. No conjunto, o livro é menos uma obra sobre as relações entre crianças, jovens e emoções na história do que um estudo sobre as apropriações políticas de concepções de infância e juventude por meio de discursos de teor emocional. A atenção demasiadamente ligeira às implicações de classe, gênero e, principalmente, raça, na construção política e social das concepções de infância em discussão acentua a impressão de que a potente abordagem global anunciada dificulta a apreensão de formas concorrentes e conflitantes de conceber e experimentar a infância.

Outro aceno feito na Introdução, o de explorar representações simbólicas da infância e sua associação a valores e discursos de caráter emocional, esvazia-se, por vezes, diante de abordagens formalistas que pouco refletem a prática social. Neste sentido, o capítulo de Murdoch sobre o movimento antivacina destaca-se justamente

⁴ Ver, entre outros, o trabalho de Irene Rizzini (2008).

por oferecer um olhar inventivo sobre a cultura política vitoriana a partir de complexas relações e disputas sociais que mobilizam concepções emergentes de infância, aprofundando, assim, o que poderia ser uma conclusão mais genérica acerca da importância do signo infantil nas disputas políticas da época.

O saldo geral da avaliação do livro, não obstante, permanece positivo. A perspectiva global de fato tem a virtude de iluminar um processo ampliado de elaboração dos significados da infância em íntima ligação com dinâmicas políticas e, no limite, econômicas, de dimensões e impactos que transcendem realidades exclusivamente coloniais ou nacionais. Além disso, diversos capítulos apresentam um uso inovador de metodologias e fontes de modo a dar conta de documentar e interpretar a inserção de crianças, sujeitos politicamente marginalizados, nesse abrangente cenário. Por vezes, o engajamento das próprias crianças nas disputas encerradas nesses processos ampliados – frestas do “mundo que as crianças fizeram”, para emprestar as bonitas palavras do clássico de Eugene Genovese – é também contemplada. É nesses momentos, e também naqueles em que as complexidades do signo infantil são investigadas em maior profundidade, que a perspectiva global tem seus lances mais felizes na obra como um todo.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1918.
- COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.
- FLANDRIN, Jean-Louis. Enfance et société: note critique. *Annales*, v. 19, n. 2, p. 322-329, 1964. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1964_num_19_2_421149. Acesso em: 15 nov. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GREW, Raymond. On seeking global history's inner child. *Journal of Social History*, Oxford, v. 38, n. 4, p. 849-858, 2005.
- HARDMANN, Charlotte. Can there be an anthropology of children? *Childhood*, v. 8, n. 4, p. 501-517, 2001.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JAMES, A.; PROUT, A (orgs). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. Londres: The Palmer Press, 1990.
- KHULMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REDDY, William M. Against Constructionism: the historical ethnography of emotions. *Current Anthropology*, v. 38, n. 2, p. 327-351, 1997.

ROSENWEIN, Barbara. Worrying about emotions in history. *American Historical Review*, v. 107, n. 3, p. 821-845, 2002.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula; São Paulo: Cortez, 2008.

STEARNS, Peter N; STEARNS, Carol Z. Clarifying the history of emotions and emotional standards. *American Historical Review*, v. 90, n. 4, p. 813-836, 1985.

NOTAS

Marília Bueno de Araújo Ariza: Doutora. Pesquisadora autônoma, São Paulo, SP, Brasil. Rua Capote Valente, 149, 05409-000, São Paulo, SP, Brasil.

Como citar: ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Acertos e desafios de uma perspectiva global da história da infância e das emoções. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 197-205, jan./abr., 2019. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: OLSEN, Stephanie (ed.). *Children, youth and emotions in modern history: national, colonial and global perspectives*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. 264 p.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 15 de novembro de 2018

Aprovado em: 21 de dezembro de 2018





esboços

histórias em contextos globais


UM MUNDO SEM JUDEUS

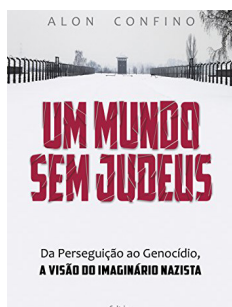
A world without Jews

João Fabio Bertonha

Universidade Estadual de Maringá

fabiobertonha@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5194-5632>



CONFINO, Alon. *Um mundo sem judeus: da perseguição ao genocídio, a visão do imaginário nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016. 312 p.

PALAVRAS-CHAVE: Judaísmo. Antissemitismo. Nazismo.

KEYWORDS: Judaism. Antisemitism. Nazism.

No presente livro, Alon Confino, professor em Universidades nos Estados Unidos e em Israel, apresenta uma interpretação do nazismo e do genocídio judeu baseada, essencialmente, na perspectiva da história cultural e intelectual. O livro se insere, assim, numa tendência historiográfica que busca dar sentido ao Holocausto a partir de uma visão antropológica, que visa entender os sentimentos, as perspectivas e a imaginação que conduziram à formatação de uma política de Estado genocida.

O esforço do autor, nesse sentido, não é o de reconstruir o que aconteceu, mas o que os nazistas *pensavam* estar acontecendo e que justificava suas ações e atitudes. Ele se propõe, assim, a entrar na mente nazista e investigar de que forma os alemães imaginavam um mundo sem judeus e porque isso seria positivo para a Alemanha e para o mundo.

Essa teria sido, na verdade, uma proposta que perpassou todo o regime, de 1933 a 1945. Os objetivos (expulsão, extermínio ou segregação) e os instrumentos (humilhação, confisco de bens, violência individualizada e, por fim, genocídio de massa) teriam variado no tempo, conforme a conjuntura e os acontecimentos, mas a meta maior teria sido estabelecida em 30 de janeiro de 1933, quando um projeto revolucionário de mudança da sociedade chegou ao poder: um mundo sem judeus era um objetivo desejável, uma meta realizável.

O nazismo, como todas as grandes ideologias modernas, prometia a redenção e um futuro perfeito, utópico, mas sua identificação do mal era mais imediata, física. O comunismo localizava o mal na exploração do trabalho e na luta de classes e prometia a redenção da sociedade sem classes. O liberalismo entendia que o mal estava na tirania política e sua redenção era a salvação individual através da realização pessoal e da busca da felicidade. Já o nazismo identificava o mal nos judeus e esse mal, ao contrário dos outros, podia ser eliminado fisicamente.

Nessa linha, Confino recusa a ideia de que o massacre sistemático dos judeus após 1939 tenha sido inesperado ou improvisado. O antissemitismo do regime teria sido um *work in progress*, no qual instrumentos, táticas e estratégias foram sendo testados, recusados ou adaptados. Ninguém, obviamente, podia prever Auschwitz em 1933. No entanto, a partir do momento em que se começou a conceber como possível e necessária a extirpação do judaísmo e dos judeus da Alemanha, essa possibilidade já emergia.

Essa seria a radicalidade maior do nazismo: a primeira experiência de criação total de uma nova humanidade, de uma matriz histórica purificada de um passado maléfico através do extermínio de uma parte fundamental desse mesmo passado. Regimes revolucionários sempre tentaram se mostrar como livres do seu passado, como os jacobinos franceses ou os bolcheviques russos. Os nazistas, contudo, elegeram um passado palpável, de pessoas de carne e osso, cuja eliminação física significaria a redenção da própria Humanidade.

Na concepção de Confino, o nazismo era uma proposta revolucionária, nova, que pretendia reescrever a história alemã e europeia e criar uma nova moralidade e um novo sentido para o mundo. Nesse projeto, uma parte essencial da identidade alemã – o cristianismo – teria que ser expurgada e reelaborada para justificar um projeto de poder baseado na perseguição e na dominação sistemática sobre outros povos. E, para que esse expurgo pudesse frutificar, a eliminação da herança judaica seria a primeira e mais fundamental tarefa a dar conta.

Os judeus representavam o tempo, o passado que se queria reescrever. Eles simbolizavam origens malélicas que teriam que ser erradicadas para que a nova civilização nazista pudesse frutificar. Os judeus estariam na origem do cristianismo, do iluminismo e da modernidade e só erradicando completamente a sua influência seria possível eliminar as algemas do passado e abrir os horizontes políticos, históricos e morais para a nova era que se avizinhava. Além disso, os poderes judaicos comandavam o mundo desde sempre e sua aniquilação seria fundamental para abrir o domínio para os novos senhores. Os judeus eram tão poderosos e estavam tão presentes no próprio corpo e história da Alemanha e da Europa que só sua erradicação, completa e total, poderia garantir a vitória da nova ordem.

Os judeus, assim, não foram as vítimas centrais do III Reich por serem algo estranho ao corpo cultural e histórico da Europa. Os que foram vistos dessa forma, como os ciganos, foram atingidos pelos massacres e pela repressão, mas no sentido de “limpeza” de uma raça ou cultura vistas como não europeias. Os judeus, ao contrário, eram uma parte integrante e fundamental da sociedade, da cultura, da religião e da economia europeias desde milênios e vistos como um inimigo formidável, cuja derrota exigiria medidas radicais. Os judeus não teriam sido atacados com especial ênfase, assim, por serem estranhos à cultura alemã e ocidental em geral, mas, pelo contrário, por serem parte integrante e fundamental dessa cultura.

Confino enfatiza, assim, o papel da crença e da ideologia como motivador da perseguição sistemática aos judeus e, posteriormente, do Holocausto. Os judeus não eram uma ameaça econômica ou militar à Alemanha e as motivações para o seu extermínio vieram de crenças, de disputas ao redor de identidades e de visões de mundo. O antissemitismo nazista era pura fantasia, mas uma fantasia que motivava ações individuais e determinou políticas de Estado.

O genocídio dos judeus se inseriria na realidade do colonialismo europeu moderno, no qual a dominação e a eliminação física de povos inteiros tinham se tornado aceitáveis, e também dentro de um projeto maior de reordenação racial do mundo, no qual outros genocídios e massacres, como o dos eslavos, estiveram presentes. Para Confino, o genocídio dos judeus não foi tão único ao ponto de não poder ser comparado a outros, mas tem particularidades que o fazem algo excepcional. Uma delas é o fato de não ter restrições de tempo e espaço e nem seguir motivações sociais ou políticas claras. Os judeus estavam visados para morrer em qualquer lugar e tempo e essa priorização só poderia ser explicada justamente, como mencionado acima, pelo papel especial dos judeus – ou da sua eliminação – na reconstrução civilizacional e moral pretendida pelos nazistas.

Um mundo sem judeus enfatiza justamente o período entre a tomada do poder e a *Kristallnacht*, ou seja, de 1933 a 1938. Nesse momento, o novo governo alemão trabalhou febrilmente para remover os judeus da vida alemã, sendo exemplar a queima de livros de autores judeus, já que o fogo sempre significou um ritual de purificação. E, mais especialmente, queimaram-se sinagogas, lugares sagrados, e a Torá, que é parte da Bíblia cristã. Para o autor, isso seria um elemento chave para entender a tentativa nazista de rompimento com o passado, de um sacrilégio pensado para garantir a remoção das raízes judias da herança alemã.

Numa primeira fase, os nazistas propunham a emigração dos judeus e, depois, o seu extermínio. Em ambos os casos, os judeus eram um problema a ser removido do corpo alemão de alguma forma. As contingências mudavam os planos e as

estratégias, mas o objetivo era o mesmo. A solução final foi uma ruptura radical, mas menos radical do que se imaginaria. O ponto crucial se estabeleceu antes, em 1933 e 1938. Em 1933, os nazistas decidiram que os judeus não tinham lugar na Alemanha; em 1938 que o judaísmo não tinha espaço no Reich; em 1939, que os judeus deviam morrer lentamente no Leste e, a partir de 1941, que eles deveriam ser exterminados de uma vez. Em 1933, se conquistava o presente. Em 1938, o passado. E, a partir de 1941, o futuro e a História.

O trabalho de Confinio se insere dentro de uma perspectiva historiográfica mais ampla, especialmente no diálogo com a tese do “antissemitismo redentor” de Saul Friedländer e com outros historiadores da chamada corrente intencionalista, ou seja, aqueles que viram no antissemitismo um real motivador do Holocausto e não mero disfarce para outros objetivos. Alan Confinio, contudo, avança numa direção diversa, até por sua formação como historiador da cultura. Ele está menos interessado em relações de causalidade e mais no processo cultural de formação de imaginários. Ou, em outras palavras, ele não afirma que a história antissemita alemã, ou europeia, levou ao extermínio dos judeus, numa relação simples de causa-efeito, mas que a interpretação que os nazistas fizeram dessa história criou um imaginário que permitiu elaborar mentalmente o Holocausto.

A interpretação de Confinio é, portanto, esclarecedora, baseada em pesquisa séria em múltiplas fontes, e ajuda a compreender como um povo tão sofisticado e desenvolvido como o alemão cometeu a, provavelmente, maior atrocidade do século XX. Enquanto trabalho de história intelectual e cultural, contudo, ele apresenta seus limites, especialmente no tocante à interação entre a imaginação e o mundo real.

Em primeiro lugar, sua ênfase na questão do antissemitismo talvez nos impeça de compreender com mais exatidão o mundo mental nazista. O darwinismo social nazista e sua ênfase na guerra das raças era, provavelmente, a chave mental maior que conduzia as ações do Reich, sendo o antissemitismo um elemento crucial, mas não a sua essência. Ao enfatizar um ponto, ele talvez tenha perdido o foco no todo. Evidentemente, isso não invalida sua argumentação, que nos ajuda a compreender porque os judeus eram um componente tão crucial dentro dessa luta de raças implacável que dava sentido à vida, mas ela talvez tenha que ser colocada em perspectiva.

Em segundo lugar, ele segue uma linha de raciocínio pela qual o mundo mental nazista era essencialmente o mesmo desde 1933 ou mesmo antes, sendo que apenas estratégias e métodos mudaram conforme as circunstâncias. Isso é questionável. Afinal, não apenas estratégias e táticas se alteraram conforme os acontecimentos, como a própria imaginação e mentalidade nazistas parecem ter, dentro de certo limite, se modificado. Entre 1933 e 1939, por exemplo, o objetivo era eliminar os judeus da Alemanha, especialmente pela emigração. Mesmo posteriormente, a ideia de enviar os judeus para fora da Europa – para a Sibéria ou Madagascar – esteve presente. Esses planos indicam que os nazistas queriam eliminar os judeus da vida alemã e europeia, mas não se coadunam com uma visão de luta cósmica no qual os judeus tinham que ser varridos da face da Terra. Afinal, mesmo confinados a regiões inóspitas onde muitos morreriam (como indica o autor), o judaísmo sobreviveria. Minha interpretação é que os nazistas queriam eliminar o judaísmo e os judeus da vida alemã e, posteriormente, europeia, mas que a ideia apresentada por Confinio de uma luta cósmica dentro da qual cada judeu do mundo deveria ser assassinado só se tornou real nos anos 1940.

E, além disso, essa abordagem ideológica ampla era aplicada dentro dos limites materiais e práticos de uma situação de guerra.

O antissemitismo nazista, na verdade, oscilava e tinha incoerências, especialmente durante os anos da guerra, o que se refletia no material e também no mental, na imaginação. Os problemas de gerir milhões de judeus nos novos territórios conquistados na Polônia e, depois, na URSS (sem a possibilidade da opção emigratória), as necessidades de mão-de-obra, a escassez de alimentos, a associação dos judeus com a atividade guerrilheira e outros elementos colaboraram para dosar, amplificar ou restringir o alcance dessa luta cósmica identificada por Confinho. A análise das ideias e da imaginação é sempre útil, mas desde que articulada com o mundo real onde elas adquirem sentido e coerência.

Dois pontos de especial interesse no livro, além da sua tese central, são quando ele indica que as fronteiras entre o antissemitismo tradicional e o científico e entre o cristianismo e a ideologia nazista são mais fluidas do que parecem num primeiro olhar.

No tocante ao antissemitismo, há uma tendência a fazer uma separação mental entre as definições de raça e cultura e entre um antissemitismo de base religiosa e outro racial. Não que essa separação não exista, mas o autor indica como, no imaginário nazista, ela era mais fluida e menos rígida do que imaginamos. O nazismo procurava construir uma utopia racial, de bases biológicas, e sua identificação dos judeus e do problema judaico seguia parâmetros raciais, pretensamente científicos. Segundo o autor, contudo, essa visão, não isenta de verdade, ignora um fato básico, ou seja, que questões religiosas e de identidade também estavam presentes. Segundo Confinho, a teorização científica e racial nazista só pôde adquirir raízes na população alemã porque se articulou e reelaborou outros preconceitos, ideias e hábitos mentais já existentes e particularmente fortes, como as do mito nacional e, especialmente, as religiosas.

O antissemitismo religioso, conservador, era efetivamente diferente do racial, pois o primeiro permitia, ao menos em teoria, a conversão e a salvação. Muitos alemães, contudo, não tiveram problemas em mesclar elementos de ambos os modelos e foi essa mescla que permitiu à propaganda do regime se difundir com tamanha força entre os alemães. Dessa forma, a oposição entre os dois tipos de antissemitismo se desfaria ao menos em parte, pois, sem a preparação mental do primeiro, o segundo não teria sido capaz de criar raízes tão rápido como criou. Ele recorda, assim, como toda a teorização racial nazista, apesar do seu cientificismo, recorria continuamente a elementos antissemitas presentes na tradição, especialmente os religiosos. Menções ao judeu como o mal absoluto que se erguia contra Deus conviviam com outras que enfatizavam sua degeneração racial cientificamente comprovada.

Na verdade, segundo Confinho, a ideia de raça para os nazistas estava longe de ser puramente biológica, já que não haveria instrumentos (antes da invenção dos marcadores genéticos, provavelmente) para auferi-la. A raça era comprovada pela burocracia, pela documentação e também pelos traços culturais. Um mestiço entre arianos e judeus que seguisse a religião judaica, por exemplo, era imediatamente classificado como judeu, enquanto um que tivesse lutado no Exército alemão podia – ao menos num certo período – ter um melhor tratamento do que outros. O racismo nazista se propunha científico e exato, mas não o era.

No tocante à raça, a proposta do autor é que o termo era uma metáfora de origem que mesclava atributos nacionais, raciais e religiosos. O racismo nazista era

biológico e se pretendia científico, mas também tinha aspectos morais e religiosos. A raça, biologicamente falando, era importante porque determinava o espírito, a cultura. Essa discussão mais pormenorizada das ideias nazistas de raça e sobre o antissemitismo é realmente importante, até para que compreendamos as trocas e os diálogos entre os conservadores e os nazistas.

O nazismo também teria tido uma relação com o cristianismo mais complexa do que uma simples oposição, como se o nazismo tivesse realmente procurado a destruição da herança cristã alemã em favor de propostas neopagãs. No discurso e no pensamento de alguns líderes (como Himmler ou Bormann) isso estaria presente, mas, na prática, o regime encontrou maneiras de permitir aos alemães serem nazistas modelos e, ao mesmo tempo, bons cristãos.

A rejeição total do cristianismo significaria abandonar parte crucial da tradição alemã, um passo que, ao contrário dos bolcheviques, os nazistas não estavam dispostos a dar, até porque sua visão de revolução estava limitada por elementos conservadores como a preservação da propriedade privada e da própria religião. Ao invés disso, eles optaram por um modelo que extirparia as raízes judaicas do cristianismo, vistas como aquelas que enfraqueciam o potencial guerreiro da raça ariana. Um Cristo ariano e conquistador ao invés de um judeu e vencido na cruz.

O genocídio dos judeus, assim, estaria mais imbricado na questão do relacionamento milenar entre eles e os cristãos do que pareceria à primeira vista. Desde o seu início, o cristianismo tem, em relação ao judaísmo, uma relação ambígua, de proximidade e distanciamento, de continuidade e ruptura, expressa na existência do Novo e do Velho Testamento no mesmo livro sagrado. O nazismo teria permitido, com a eliminação dos judeus, o rompimento desse passado e a formulação de um novo cristianismo. Em caso de vitória alemã na guerra, esse teria sido o seu impacto maior na cultura europeia e ocidental, redefinindo o seu elemento central, ou seja, a religião cristã.

A relação do nazismo com o cristianismo, com certeza, foi muito mais complexa do que tradicionalmente se imagina, mas a interpretação de Confino não consegue captar essa complexidade. Eliminar a herança judaica do cristianismo poderia ser uma etapa fundamental na sua reconfiguração, mas provavelmente não bastaria. Criar um novo cristianismo nazista demandaria romper com as mensagens centrais de Cristo, como o amor ao próximo e a igualdade entre os homens, e fica a dúvida se isso seria viável. Isso fica visível quando recordamos como, ao mesmo tempo em que muitos teólogos católicos e, especialmente, protestantes trabalharam com o regime na tarefa de remover a herança judaica do cristianismo, outros consideravam tal tarefa uma impossibilidade e rejeitavam seus princípios. No caso dos protestantes, aliás, o alinhamento com as diretrizes do regime era mais simples – especialmente pelo viés nacionalista – do que no caso católico, pois a Igreja Católica era muito mais transnacional do que as Igrejas protestantes. Isso poderia, inclusive, ter levado a uma cisão maior entre elas na hipótese que o nazismo realmente procurasse recriar a religião cristã em outras bases.

Tudo isso, contudo, fica no campo das especulações. O que é razoável acreditar é que um nazismo vitorioso redefiniria suas relações com o universo cristão, sendo que as opções podiam ser desde um ataque frontal em favor do paganismo, uma total acomodação ou mesmo uma tentativa de expurgo das partes menos aceitáveis da herança cristã. Tal relacionamento, de qualquer modo, seria definido pela imaginação,

pelo mental, mas, igualmente, pela relação política, econômica e social entre os vários atores. Pensar em termos abstratos é fundamental, mas pensar apenas neles é reducionista.

Para concluir, a opção teórica de Confinamento pela história cultural e das ideias é o que dá ao livro a sua originalidade ao abordar o nazismo e o genocídio dos judeus e faz dele uma leitura obrigatória para os interessados no tema. O fato de ele se restringir, em essência, a essa abordagem, contudo, também é a sua grande deficiência.

NOTAS

João Fabio Bertonha: Doutor. Professor Associado, Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Maringá, PR, Brasil. Av. Colombo, 5790, Zona 7, 87020-900, Maringá, PR, Brasil.

Como citar: BERTONHA, João Fabio. Um mundo sem judeus. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 206-213, jan./abr., 2019. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: CONFINO, Alon. *Um mundo sem judeus: da perseguição ao genocídio, a visão do imaginário nazista*. São Paulo: Cultrix, 2016. 312 p.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de setembro de 2018

Aprovado em: 21 de dezembro de 2018




CENSURA E PROPAGANDA NO CINEMA COLONIAL DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS: UMA ENTREVISTA COM MARIA DO CARMO PIÇARRA

Censorship and propaganda in colonial cinema during the Portuguese
Estado Novo: an interview with Maria do Carmo Piçarra

ENTREVISTADA

Maria do Carmo Piçarra


Universidade Autónoma de Lisboa
carmoramos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7875-9629>

ENTREVISTADOR

Luiz Felipe Florentino

Universidade Federal de Santa Catarina
l.f.florentino@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6213-8628>

PALAVRAS-CHAVE: Cinema. Colonialismo. Estado Novo.

KEYWORDS: Cinema. Colonialism. Estado Novo.

A professora historiadora Maria do Carmo Piçarra é licenciada, mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente encontra-se vinculada ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Possui larga experiência na área de história do cinema, abordando, sobretudo, propaganda e censura no Estado Novo português, tendo sido contemplada com bolsas de pesquisa da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal e da Fundação Oriente. É autora de uma série de artigos e dos livros *Azuis ultramarinos: propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo* (Edições 70, 2015), *Salazar vai ao cinema II: a política do espírito no Jornal Português* (DrellaDesign, 2011) e *Salazar vai ao cinema: o Jornal Português de actualidades filmadas* (Minerva Coimbra, 2006). Piçarra teve a gentileza de conceder, por e-mail, a entrevista abaixo no primeiro semestre de 2018.

Professora, primeiramente a senhora poderia nos falar sobre sua trajetória acadêmica e profissional? Gostaríamos que nos falasse sobre os caminhos já percorridos e os que ainda pretende percorrer.

O meu percurso profissional iniciou-se, cedo, como jornalista. Ainda durante os estudos universitários comecei a escrever sobre questões sociais, num jornal local, de pequena escala. Posteriormente, especializei-me na crítica cinematográfica, num dos semanários de referência em Portugal e em revistas de cinema (fui crítica da primeira edição portuguesa da *Première* desde o início até à extinção, ou seja, entre 1996 e 2006). Durante o percurso jornalístico sempre me perturbou o imediatismo, a falta de reflexão. Por isso, logo no início da minha carreira de jornalista concorri, com sucesso, a uma bolsa do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, para estudar algo que cruzava cinema e jornalismo: a primeira série de actualidades cinematográficas de propaganda do Estado Novo português, *Jornal Português*, que existiu entre 1938 e 1951, e que era mostrada nos cinemas antes da projeção dos longas-metragens de ficção fazendo a propaganda dos acontecimentos que a ditadura portuguesa queria promover. O estudo acabou por servir de base à minha tese de mestrado numa época em que continuava a ser jornalista e não pensava em seguir uma carreira académica.

O meu percurso académico é muito recente. Iniciou-se em 2008, de algum modo, já após a edição, em livro (o primeiro), da minha tese de mestrado, com o título *Salazar vai ao cinema: o Jornal Português de actualidades filmadas* (2006). Foi motivado por dois fatores: a transformação profunda do jornalismo e do mercado editorial; e um trabalho desenvolvido entre 2006 e 2008 num bairro de barracas (uma favela) com crianças e jovens de origem guineense e cabo-verdiana em que tomei contacto com denúncias (e práticas) de racismo na escola, sobretudo. No âmbito desse trabalho voltei à pesquisa. Durante um ano, um dia por semana, ia ver filmes de actualidades de propaganda no Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM), procurando analisar como é que surgiu uma ideia muito comum em Portugal: a de que não somos um país racista. Essa ideia foi criada pela ditadura portuguesa através do aproveitamento das teorias do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que cunhou mesmo a designação luso-tropicalismo para designar um suposto “modo português de estar no mundo”. Esse aproveitamento ideológico foi projetado através do cinema. Durante o doutoramento, que iniciei em 2008, com uma bolsa de estudo

da Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT), estudei então como se processou essa projeção cinematográfica em atualidades filmadas de propaganda – sobre o modo como eram filmadas as ex-colônias portuguesas, as pessoas (colonos e colonizados) que nelas viviam, os aspectos culturais e outros, etc. – contrapondo-lhe três casos de filmes feitos em Angola e Moçambique, quando eram colônias portuguesas, censurados e proibidos durante a ditadura e que não foram reabilitados após o advento da democracia, em 25 de abril de 1974. Esse estudo deu origem à edição de *Azuis ultramarinos: propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo* (2015). Entretanto, iniciei uma pesquisa comparativa sobre os cinemas coloniais português, francês e inglês e influências destes últimos na produção portuguesa. É o que estou fazendo ainda.

Pelo caminho, coordenei a trilogia *Angola: o nascimento de uma nação*. Ao contrário do caso do cinema moçambicano, que emergiu após a independência do país, e que está razoavelmente estudado, não havia um estudo desenvolvido para o caso angolano. Havia publicações importantes, do intelectual angolano José Mena Abrantes, que lançaram as bases para um estudo mais alargado, para o qual, eu e o Jorge António, realizador português radicado em Angola, convidamos vários investigadores a contribuir. A iniciativa e toda a produção desta trilogia, que contempla os volumes “O cinema da propaganda”, “O cinema da libertação” e “O cinema da independência”, foi do Jorge António. Eu, devido aos meus contatos no mundo acadêmico, concentrei-me mais na seleção de autores e coordenação das pesquisas bem como na edição e revisão final de cada capítulo.

Referi antes à pesquisa que estou fazendo. No âmbito da mesma tenho organizado vários ciclos de filmes, debates, conferências e publicações, a mais relevante da qual foi *(Re)imagining African Independence: Film, Visual Arts and the Fall of the Portuguese Empire*, co-editado com a Teresa Castro pela editora Peter Lang. Importa-me muito partilhar os resultados das pesquisas não só com os meus colegas investigadores, mas também em espaço público. A minha pesquisa é um contributo para uma reavaliação das concepções identitárias que a ditadura portuguesa do Estado Novo promoveu e que ainda hoje marcam o modo como nos concebemos como indivíduos e cidadãos e como acolhemos (ou não) pessoas de outras nacionalidades, raças, religiões, etc. Interessa-me muito criar um sítio em linha onde estes materiais – filmografias, filmes, descritivos respectivos, textos críticos e informativos sobre esta produção, além de ferramentas que promovam a literacia visual – sejam disponibilizados a todos os falantes da língua portuguesa, de modo a que os materiais não estejam tão dispersos, por um lado, em tantos arquivos físicos, e por outro lado, de forma a permitir acesso a quem não possa deslocar-se. Também estou a iniciar uma abordagem mais aprofundada dos filmes feitos no Oriente com influência portuguesa. Não me interessa apenas abordar estes materiais historicamente, mas integrá-los numa linha do tempo que permita perspectivar o que somos hoje, comunidade de língua portuguesa num mundo global, a partir das representações que usam a imagem em movimento, incluindo o cinema, produção audiovisual e as artes visuais no geral.

Quais as principais dificuldades e vantagens para um investigador que utiliza o cinema enquanto fonte, que a senhora poderia destacar?



As dificuldades são várias. Elenco algumas, sem a preocupação de ser exaustiva. Devido aos custos de restauro e das políticas de conservação, nem sempre é possível ver os filmes em geral, e os coloniais em particular, devido ao mau estado de conservação dos materiais. Quando os recursos são escassos – como é o caso português – privilegia-se o restauro de obras de autor consideradas fundamentais pela historiografia que, nem sempre, tem uma perspectiva crítica ou de conhecimento profundo sobre as coleções. O gênero documental de propaganda ou promoção colonial (seja na vertente turística, econômica, etc.) não é, em geral, uma prioridade. Por outro lado, mesmo filmes de autores de qualidade e importância histórica estão ainda num limbo: eram filmes malditos durante certos períodos históricos e, em períodos subsequentes, a sua recuperação pela história do cinema não é imediata. O trabalho que faço tem também essa dimensão, de revalorização de certas obras esquecidas nos arquivos.

Outra dificuldade tem a ver com a dispersão dos arquivos. Várias instituições diferentes detêm coleções que não estão fisicamente concentradas. Há que ir procurá-las. Por vezes é mesmo preciso descobrir que existem porque não há informação pública sobre a sua existência, não há filmografias, muito menos fichas técnicas e descritivas. Outra dimensão do meu trabalho é criar filmografias, divulgar coleções existentes. Gostaria de coordenar um projeto com investigadores que garantissem a inventariação e criação de descritivos de filmes ou a correção de alguns existentes que estão incompletos ou têm erros. Mesmo no caso da Cinemateca Portuguesa, não existe uma filmografia pública relativa à chamada coleção colonial da instituição. Os investigadores têm de indagar, caso a caso, que títulos existem.

A dispersão não é apenas a dos arquivos fílmicos, mas da documentação relativa à produção dos filmes. Um exemplo: há, na Cinemateca Portuguesa, vários filmes relativos às ex-colônias portuguesas, e em várias línguas, do realizador francês Pascal-Angot. A documentação relativa à produção destes filmes, mantida confidencial pelo Estado Novo, está dispersa em arquivos como a Torre do Tombo e o Arquivo Histórico-Diplomático, pelo menos (é possível que outros arquivos que não consulte tenham mais documentação). Sem estes documentos, a análise de imagem não basta.

Outras dificuldades são o fato de não haver um único modelo de análise de imagem e subsistir um modelo positivista, ainda hoje dominante, que procura garantir que o rigor dependa de uma metodologia mais quantitativa do que qualitativa; além do cinema continuar a ser desconsiderado como fonte histórica e de merecer pouca credibilidade e atenção por alguma parte de academia.

Facilidades? Haver muitos filmes, independentemente da sua qualidade artística, que merecem um olhar, merecem ser descobertos e analisados no sentido de promover um melhor conhecimento, quer da subjetividade humana quer do modo como nos projetamos como comunidades imaginadas, na perspectiva de Benedict Anderson.

O Estado Novo português perdurou por quatro décadas, sendo assim, a forma como este regime político lidou com o cinema, ao longo de todos esses anos, certamente não foi homogênea. Em linhas gerais, que considerações a senhora poderia fazer sobre esta relação estabelecida entre o Estado Novo e o cinema, destacando possíveis continuidades e rupturas?

Não, não foi homogênea. Após a criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), tendo como diretor o intelectual António Ferro, houve um esforço no

sentido de usar o cinema como instrumento de propaganda. Durante esse período era internacionalmente aceita e estimulada essa prática, mesmo em países democráticos. Pela negativa, o Estado Novo português usa a censura para condicionar o que pode ver-se nas salas de cinema. Pela positiva, investe primeiro na produção direta de documentários e atualidades de propaganda além de promover a produção de dois filmes de ficção de propaganda assumida do Estado Novo: *A revolução de maio* (1938) e *Feitiço do império* (1940). Toda essa produção é mostrada através de dispositivos do regime destacando-se um dispositivo ambulante de projeção, o Cinema do Povo, que começa a circular pelo país, copiando uma prática alemã, após o início da Guerra Civil em Espanha, em 1936, e visando usar o cinema para combater o comunismo. Os filmes são também mostrados no âmbito da participação portuguesa em grandes exposições internacionais ou outras, organizadas pelo SPN e por Ferro, no âmbito daquilo que ele desenhou e designou como “política do espírito”. Entretanto, define-se um padrão de filme nacional enquanto, com muito atraso, já na década de 1940, se cria o Fundo do Cinema Nacional, que distribui alguns apoios à produção cinematográfica portuguesa. A partir de 1951, após o afastamento de Ferro do SPN, entretanto transformado em Secretariado Nacional da Informação (SNI), e com a ausência de uma política cultural que veio substituir a “política do espírito”, há uma continuidade quanto a algumas opções propagandistas de uso da cultura. Porém, dado que os sucessores de Ferro não têm a largueza de vistas deste nem a sua grande cultura, sendo, sobretudo funcionários do regime mais do que intelectuais com um conhecimento das práticas culturais em todo o mundo, como foi Ferro, há uma fragilização do investimento no cinema. É, no entanto, muito importante o apoio que alguns artistas e realizadores recebem do SNI e também da Fundação Calouste Gulbenkian, que é privada, para estudarem fora de Portugal. É assim que se formam vários futuros criadores do Cinema Novo português. O Estado Novo, por sua vez, acaba por, confidencialmente, canalizar os apoios ao cinema para uma produção cinematográfica de propaganda garantida por realizadores estrangeiros, sobretudo Jean-Noel Pascal-Angot, Jean Leduc e mesmo Jean Manzon, francês radicado no Brasil. Esta produção confidencial não estava estudada. Desconhecia-se os contornos do seu modo de produção e através da minha pesquisa em arquivos de documentação pública comecei a descobrir os contratos secretos relativos à sua produção. Tratou-se de uma produção para projetar internacionalmente a ideia de que Portugal não tinha colônias – do Minho a Timor tudo era Portugal - e que havia, supostamente, uma maneira portuguesa de estar no mundo. De certo modo, trata-se de projetar cinematograficamente o luso-tropicalismo e o projeto social e econômico em curso nas então colônias portuguesas. Entretanto inicia-se a emissão de programas pela Rádio Televisão de Portugal e o regime passa a instrumentalizar cada vez mais este meio para influenciar internamente a opinião pública, em detrimento do cinema, o que não impede que filmes como *Chaimite* tenham ampla difusão televisiva.

Simultaneamente, os realizadores portugueses do Novo Cinema mostravam uma realidade urbana, sobretudo, de um país triste, dilacerado pela guerra colonial, fechado sobre si. Esta geração, porém, consegue certa notoriedade internacional quando apresenta os seus filmes nos festivais de cinema internacionais. Quando abordam a Fundação Gulbenkian pedindo-lhe um apoio à produção cinematográfica que o Estado pouco ou nada suporta – mantém-se a ideia de que só os filmes nacionalistas poderão ser apoiados e há casos de censura, como aquela de que foi alvo *Catembe* (1964), de Manuel Faria de Almeida, o filme que sofreu mais cortes da história do cinema, que ditam que

esta nova geração não conte com o Fundo do Cinema Nacional – acabam por conseguir apoio para a criação de uma cooperativa de cinema, gerindo eles próprios, entre si, que projetos são filmados em função de um orçamento dispensado pela Fundação. Esta geração acaba por conseguir também a criação de uma Escola de Cinema nacional, passando a assegurar o ensino. Na verdade, quando se dá a Revolução que restaura o regime republicano e a democracia em Portugal, a geração do Cinema Novo já se tinha conseguido impor e mudado o panorama do cinema, embora continuasse a estar limitada pela censura e cerceada em termos de liberdade de expressão havendo vários casos de filmes censurados ou que não estrearam antes do 25 de abril de 1974 devido aos temas abordados por eles, sobretudo.

Através de suas pesquisas, nomeadamente as publicadas em *Azuis ultramarinos*, podemos observar que a senhora contribuiu para um maior entendimento das relações estabelecidas entre o Estado Novo português e o cinema, no que tange a propaganda colonial. No entanto, a senhora acredita que esta estratégia propagandística, em que o cinema era utilizado como uma espécie de ferramenta política, surtiu efeito? Esta propaganda atingiu com êxito grande parte da população a qual era destinada?

Sem dúvida. Parte significativa do que se considera a identidade portuguesa – ou que os portugueses consideram ser a sua identidade – foi forjada no âmbito de um revisionismo histórico promovido consciente e ativamente pelo Estado Novo, sobretudo durante o período da “política do espírito” de António Ferro. Pensadores como José Gil e Eduardo Lourenço têm escrito sobre isso, e, no caso do primeiro, de um certo “medo de existir”, em Portugal que, no entendimento de Gil, decorre da formatação e dos constrangimentos a que estivemos submetidos durante a ditadura. Eu iria mais atrás – a pobreza, o analfabetismo, etc., são anteriores e também explicam muito do que somos ainda hoje – mas concordo com a ideia de que os dispositivos de propaganda e repressão do Estado Novo, de que o cinema fez parte, tiveram um forte impacto. A televisão, quando surgiu, foi outro dispositivo usado nesse sentido. Creio que o uso do cinema e da televisão, articulado com o de outros dispositivos – também, pela negativa, com o da censura – foram determinantes para a concepção de uma certa ideia de Portugal, da portugalidade, que tem ressonâncias ainda hoje numa certa concepção da lusofonia, em que, por via da língua mas também em termos de disseminação do conhecimento e da cultura, é excessiva a centralidade de Portugal, numa comunidade falante da língua portuguesa.

Professora, por mais que Jorge Brum do Canto, o idealizador do filme *Chaimite* (1953), tenha negado envolvimento político com o Estado Novo, a senhora acredita que esta obra cinematográfica especificamente, tenha sido utilizada pelo governo português para fins propagandísticos? As pressões de potências internacionais, que defendiam o término da dominação colonial pós Segunda Guerra Mundial, podem ter sido decisivas neste contexto?

Jorge Brum do Canto era monárquico e não sendo um homem do regime do Estado Novo era, porém nacionalista, havendo coincidência de certos valores seus com os do regime. Do seu nacionalismo fazia parte uma valorização do colonialismo português que incluiu o elogio de figuras militares que contribuíram para manter o

domínio colonial português em territórios onde surgiram revoltas, como foi o caso de Moçambique, o que ele trata no seu filme *Chaimite*. Este filme se beneficiou de apoio do Fundo do Cinema Nacional – integrava-se inteiramente na concepção do filme a apoiar e promover o Estado Novo. Como tal, a sua realização foi supervisionada por Júlio Cayola, figura do regime e antigo Agente Geral das Colónias. Ou seja, além dos consultores militares de que Brum do Canto se socorreu para a reconstituição de certos acontecimentos, também este funcionário do SNI supervisionou a realização do filme, tendo interferido em certas opções de reconstituição, valores promovidos, etc. Brum do Canto queixou-se, em entrevista a Jorge Seabra, de que o filme foi objeto de censura pelo Estado Novo. Eu estudei *Feitiço do império*, obra de propaganda explícita do Estado Novo e produzida diretamente pelo regime, com realização do cineasta do regime, António Lopes Ribeiro. O guião original do filme também incluía sequências que foram alteradas ou modificadas, de modo a conformar-se com os valores promovidos e pelos quais os censores zelavam à posteriori, mas também à priori. Não é, pois, estranho que, à luz do que era a sua prática, o Estado tenha interferido e condicionado certas opções quanto à realização de *Chaimite*, uma vez que este contou com apoio financeiro público.

Chaimite foi amplamente exibido pelo Cinema do Povo do Estado Novo e foi também o primeiro filme português mostrado pela televisão em Portugal, após o início das transmissões.

O regime do Estado Novo estava consciente de que a sua manutenção estava diretamente ligada à sobrevivência do colonialismo português. Quando *Chaimite* fica pronto é, pois, usado para projetar uma imagem da história de Portugal, mas também é um elogio à instituição militar, com a qual Salazar manteve sempre uma relação tensa tendo sempre que negociar benefícios – como a renovação do armamento, durante a Segunda Guerra Mundial – enquanto ia retirando direitos dos militares, nomeadamente quanto à ocupação de certos cargos públicos a que antes tinham acesso por lei. Porém, o discurso de *Chaimite*, que inclui também o elogio da coragem dos colonos portugueses, nada tem a ver com o luso-tropicalismo que, nessa altura, começa a ser a doutrina do Estado, após o convite, em 1951, pelo Ministro do Ultramar – nessa altura há uma revisão constitucional e o termo colônias é substituído por ultramar, para reforçar a ideia de continuidade entre a metrópole, na Europa, e as “províncias ultramarinas” (como passam a designar-se as então colônias) na África e Ásia –, a Gilberto Freyre para uma viagem, de um ano, pelos territórios portugueses. Esse convite, contextualize-se, surge por causa da questão de Goa. Quando a União Indiana se torna independente, em 1948, reclama que Portugal devolva Goa, Damão e Diu. As questões diplomáticas e escaramuças que tal provoca, face à recusa portuguesa, ditam o convite a Freyre que, em Goa, numa conferência, usa, pela primeira vez, a palavra luso-tropicalismo. Os livros que publica (*Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras de Portugal*, sobretudo) na sequência desta viagem, e cuja linguagem foi cuidadosamente revista no sentido de usar a terminologia surgida após a revisão da Constituição portuguesa, revelam um grande enfoque na questão goesa e na proximidade cultural encontrada entre Brasil e a “Índia portuguesa”. Em suma, *Chaimite* é um filme nacionalista, de apoio a instituições que sustentam o regime e que visa também o elogio do colono português em África e por isso é financiado e amplamente projetado pelo regime numa altura de questionamento internacional à posse de colônias. Porém, o seu discurso não é

ainda luso-tropicalista, e não projeta, de todo, a retórica freyriana simplificada que o Estado Novo passará a projetar via cinema.

Por último gostaríamos de abordar o papel do revisionismo histórico. Anteriormente a senhora destacou que em Portugal há uma ideia amplamente difundida sobre a característica branda e *sui generis* do colonialismo português. Em sua opinião, ao que se atribui a permanência deste discurso nos dias atuais e em que medida o revisionismo histórico ajuda a combatê-lo?

Esta permanência deve-se à falta de uma análise crítica do colonialismo português durante 30, 40 anos após a Revolução do 25 de abril de 1974. Só recentemente, e em várias áreas do conhecimento, surge um interesse mais generalizado em olhar criticamente, e refletir, sobre o passado colonial recente. Após o regresso da democracia e na sequência de uma longa ditadura, o país enfrentou muitos desafios – políticos, sociais, econômicos, culturais, educativos - que o fez virar para a Europa e voltar um pouco as costas à reavaliação da história recente. Nem mesmo o regresso de cerca de um milhão de “retornados” das colônias, a emigração das ex-colônias para Portugal, motivou uma reavaliação identitária, das memórias, e do passado político. Tal permitiu que a retórica luso-tropical do Estado Novo continuasse tendo eco e escamoteou o debate necessário quando a lusofonia se afirmou como projeto no âmbito de uma comunidade alargada de língua portuguesa. O facto dos países africanos de língua portuguesa terem vivido guerras no pós-independências facilitou a manutenção dessa retórica. Por outro lado, o passado colonial, no que respeita ao Brasil, porque mais remoto (mas que nem por isso deixa de ser marcante) não tem sido debatido o suficiente.

Creio que as pesquisas atualmente em curso em todos os países de língua portuguesa e que abordam o passado colonial e as suas marcas no discurso identitário começam agora a circular e a permitir uma reavaliação crítica. O uso do cinema como fonte de pesquisa dará certamente um contributo importante para um questionamento necessário.

NOTAS

Maria do Carmo Piçarra: Doutora. Professora, Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, Lisboa, Portugal. Rua de Santa Marta, 47, 1150-140, Lisboa, Portugal.

Luiz Felipe Florentino: Graduando, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. Campus Universitário Trindade, Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, Bloco D, Sala 310, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

Como citar: PIÇARRA, Maria do Carmo. Censura e propaganda no cinema colonial do Estado Novo português: uma entrevista com Maria do Carmo Piçarra. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 214-222, jan./abr., 2019. Entrevistador: Luiz Felipe Florentino.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sílvio Marcus de Souza Correa que, por seu intermédio, tornou esta entrevista possível.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY Internacional 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de julho de 2018

Aprovado em: 15 de agosto de 2018

